

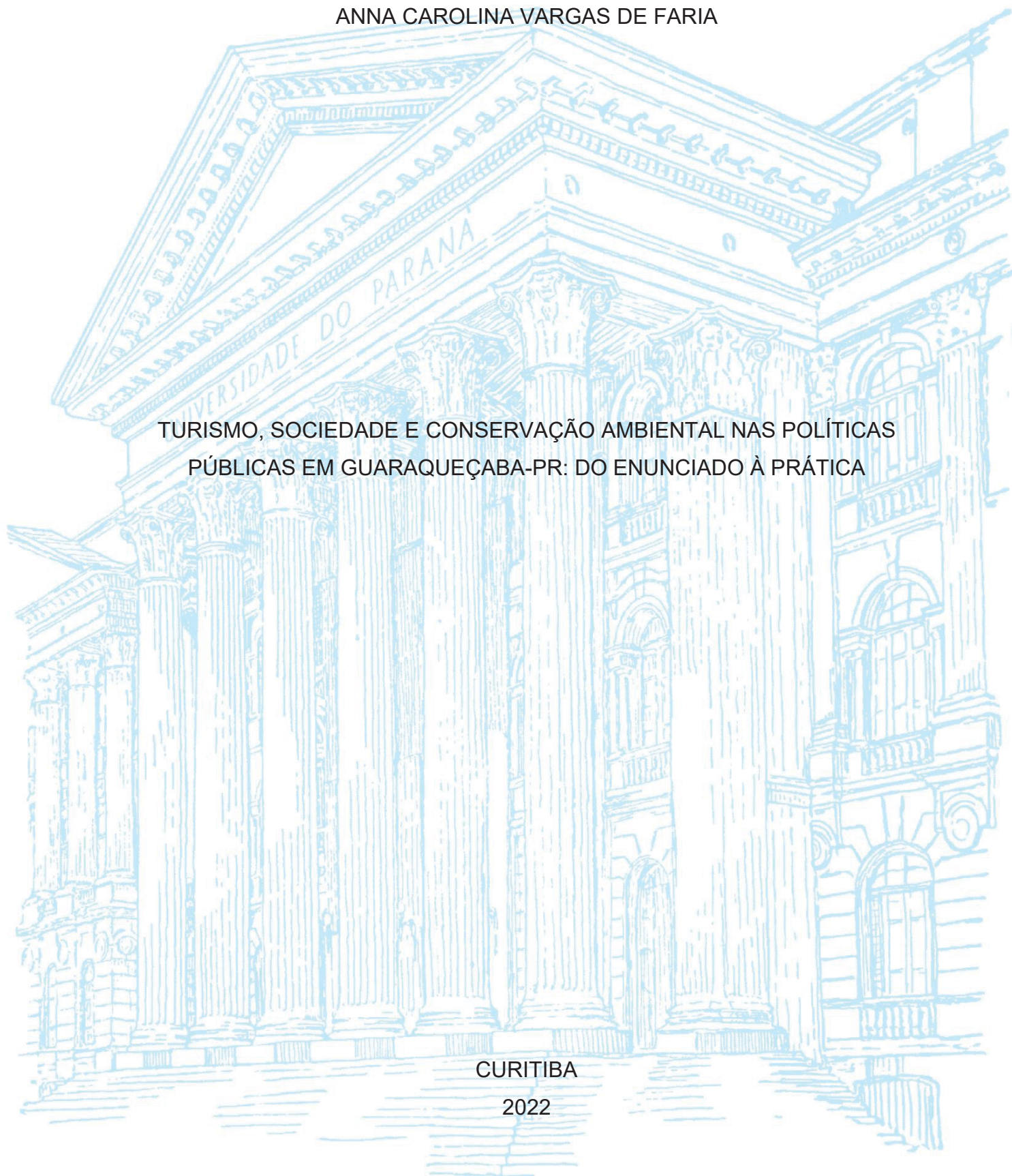
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANNA CAROLINA VARGAS DE FARIA

TURISMO, SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS EM GUARAQUEÇABA-PR: DO ENUNCIADO À PRÁTICA

CURITIBA

2022



ANNA CAROLINA VARGAS DE FARIA

TURISMO, SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS EM GUARAQUEÇABA-PR: DO ENUNCIADO À PRÁTICA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Marcia Shizue Massukado Nakatani

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Faria, Anna Carolina Vargas de.

Turismo, sociedade e conservação ambiental nas políticas públicas em Guaraqueçaba-Pr : do enunciado à prática / Anna Carolina Vargas de Faria – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciência Humanas. Programa de Pós-Graduação em Turismo.

Orientadora: Profª Drª Marcia Shizue Massukado Nakatani

1. Turismo – Estudo e ensino. 2. Turismo e Estado. 3. Turismo – Aspectos ambientais. 4. Guaraqueçaba, Região de (PR). 5. Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (PR). I. Massukado-Nakatani, Marcia Shizue, 1980-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Turismo. III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TURISMO -
40001016079P9

ATA Nº12.22

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM TURISMO

No dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e dois às 13:30 horas, na sala 321, Campus Rebouças - 3o andar, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **ANNA CAROLINA VARGAS DE FARIA**, intitulada: **Turismo, sociedade e conservação ambiental nas políticas públicas em Guaraqueçaba-PR: do enunciado à prática**, sob orientação da Profa. Dra. **MARCIA SHIZUE MASSUKADO NAKATANI**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação TURISMO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes **Membros**: **MARCIA SHIZUE MASSUKADO NAKATANI** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), **LETICIA AYUMI DUARTE** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA- CURITIBA), **SARAH MARRONI MINASI** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela **APROVAÇÃO**. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **MARCIA SHIZUE MASSUKADO NAKATANI**, lavei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 24 de Novembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

25/11/2022 15:27:52.0

MARCIA SHIZUE MASSUKADO NAKATANI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/11/2022 12:46:55.0

LETICIA AYUMI DUARTE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA- CURITIBA)

Assinatura Eletrônica

25/11/2022 10:57:07.0

SARAH MARRONI MINASI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua Rockefeller, 57 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6281 - E-mail: ppgturismo@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 238229

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 238229



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TURISMO -
40001016079P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação TURISMO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANNA CAROLINA VARGAS DE FARIA** intitulada: **Turismo, sociedade e conservação ambiental nas políticas públicas em Guaraqueçaba-PR: do enunciado à prática**, sob orientação da Profa. Dra. **MARCIA SHIZUE MASSUKADO NAKATANI**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 24 de Novembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

25/11/2022 15:27:52.0

MARCIA SHIZUE MASSUKADO NAKATANI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/11/2022 12:46:55.0

LETICIA AYUMI DUARTE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- CURITIBA)

Assinatura Eletrônica

25/11/2022 10:57:07.0

SARAH MARRONI MINASI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua Rockefeller, 57 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6281 - E-mail: ppgturismo@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 238229

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 238229

Dedico as pessoas de Guaraqueçaba que conheci nessa jornada e as que ainda vou conhecer na próxima viagem.



AGRADECIMENTOS

Em alguns momentos, no intervalo do processo final da escrita, eu pensava o que escreveria nas palavras de agradecimentos, imaginava cada uma das pessoas que queria que aqui estivessem. Algumas vezes ficava até emocionada imaginando o momento que chegaria a hora de escrever essa parte. Queria até ser poética, mas não me resta energia para tal. Outras vezes me perguntava se alguém teria a disponibilidade em ler os agradecimentos. Eu, particularmente, gosto de ler. Entendo que essa jornada da pesquisa é, por vezes, solitária, mas entendo, também, que cada um de nós tem seus apoios. Penso que não haveria o individual, se não houvesse o coletivo.

Começo agradecendo o que se refere a pesquisa em si. Agradeço primeiramente minha mestra nessa jornada a **professora Marcia**. Agradeço todas suas problematizações, suas perguntas e indagações. Certamente essa pesquisa é sua também. Agradeço por me ouvir e me acolher nos momentos particulares difíceis, por ser uma professora/amiga. Você é sem dúvida uma pessoa muito especial, assim como uma orientadora parceira nas reflexões.

Agradeço o **programa de pós-graduação em Turismo da UFPR**, ou seja, aos **professores** que tive a oportunidade de partilhar. Agradeço vocês que me fizeram o convite de (me) **questionar!** Buscar o distanciamento da fórmula já conhecida e reconhecida da resposta imediata e caminhar com intenção de problematizar o que está dado, o que “assim era”. Trabalho este bastante exigente e nada óbvio, ou seja, não foi algo fácil e natural tendo em vista que, mesmo tendo acesso a boas instituições de ensino, não fui (fomos) educada(s) a questionar, ensinada(s) e desafiada(s) a pensar para além daquele conhecimento já pronto e estabelecido. Minhas lembranças cunham a “imagem do conhecimento escrito na pedra” para ser apreendido. “Estude agora para não ter dúvidas depois!”, diziam.

Agradeço a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**, pela bolsa que me foi concedida (por 24 meses) para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao agradecer a CAPES, agradeço a manutenção e o investimento no desenvolvimento da ciência, na Universidade Pública, na carreira de professores e mestres, nos projetos de extensão junto às comunidades. Agradeço os investimentos na produção do conhecimento como necessidade básica para que

nosso país possa desenvolver mais inovação tecnológica, científica - sempre com justiça social.

No campo pessoal. Começo agradecendo meu **companheiro Alexandre**. Há 17 anos dividimos o mesmo teto, as nossas histórias, alegrias e tristezas. Como disse recentemente, quem não tem a oportunidade de conviver com ele, não sabe o que está perdendo! Obrigada Mzi por se fazer ainda mais presente com nossos filhos. Dedico esses estudos a **Cauane e o Gustavo**, por tentarem entender a ausência da mãe.

Agradeço ao apoio incondicional da **minha mãe Gloria**. Ela mais do que ninguém conhece meus desafios e assim como me ela acolhe, me questiona com amorosidade. Adoro sua companhia, sua disponibilidade de escuta e sua risada gostosa. Ser mãe e mulher é um lugar que precisa ser constantemente revisitado e reescrito. Em nome da minha mãe, agradeço a todas as mulheres que mantem a resistência mesmo com jornadas duplas e triplas pela frente, seguimos em busca de novas formas de sermos e estarmos na sociedade.

Agradeço ao **meu pai José Henrique**, minha referência de professor, didático e acolhedor. É o exemplo de quem gosta muito do que faz, quem se encanta com a conquistas dos meus "irmãos", seus filhos acadêmicos. Tenho orgulho de você e de tudo o que fez e que ainda fará. Adoro passar horas ao seu lado jogando conversa fora. Obrigada por ler atentamente as palavras que aqui estão e por estar junto comigo nessa minha jornada acadêmica!

Agradeço, em nome da **Joyce**, a todas as anfitriãs e anfitriões de Guaraqueçaba. Ela mais do que minha guia, virou uma amiga. No fim penso que isso é bem possível no turismo em que a troca social é parte da essência de estar presente.

Obrigada Joyce! Obrigada Edna! Obrigada Rosângela!

Outra pessoa muito especial nessa jornada é a **amiga e professora Beatriz Cabral**. Obrigada pelo acolhimento no litoral, por me abrir novamente a conexão com Guaraqueçaba, por me apresentar pessoas especiais, por ser essa pessoa gentil, verdadeira, prática e acolhedora. Quero compartilhar com você outros processos dentro da academia, estaremos juntas seja na praia, seja na escrita!

Agradeço aos meus irmãos **Ricardo, Alexandre e Marianna**, e suas **Dani e Josi**, e seu companheiro **Bruno**, por serem essa família politicamente unida, por compartilhar boas conversas em volta da mesa e, em especial, por manter, em tempos difíceis, a possibilidade de acreditarmos que ainda há famílias possíveis.

Agradeço as minhas amigas/irmãs (em ordem alfabética é claro) **Ana Luísa, Drika, Renata e Tatiana**, em nome de todos os amigos que tenho. Agradeço a história de amizade com **Maurício, Michelli e o Neto**. Aos meus sócios e amigos de profissão **Vinícius e Yure**. Agradeço ao grupo chamado “**tiazeiras**”, por serem as pessoas que posso ser a minha melhor versão de alegria. Por fim, agradeço ao mestrado por me apresentar **Sani** (Saroni) e **Cris** (Cristiano), novos amigos para construir.

Se nossa vida fosse dominada por uma busca da felicidade, talvez poucas atividades fossem tão reveladoras da dinâmica dessa demanda – em todo o seu ardor e seus paradoxos – como nossas viagens.

(BOTTON, 2003, p. 17)

RESUMO

O turismo é constantemente apontado como uma alternativa ao desenvolvimento socioeconômico de localidades que tiveram seus territórios demarcados e ressignificados pelas ações políticas de diferentes instituições e categorias e níveis. Guaraqueçaba é um desses importantes territórios que cerca de 98% do seu espaço geográfico delimitado como Área de Proteção Ambiental. Neste contexto, Guaraqueçaba é comumente narrada como parte de um dos mais importantes *hotspot* da biodiversidade global e como parte da primeira área demarcada como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Guaraqueçaba é, de fato, o lugar das mais belas paisagens, mas é, também, o lugar de diferentes pessoas e comunidades, o lugar do conflito socioambiental dada a profusão de ações políticas realizadas para a preservação da natureza sem o envolvimento de sua população. Esse cenário de conflito, já narrado em diferentes campos da pesquisa acadêmica, não se dá pelo não reconhecimento da população sobre a necessidade de preservação e, sim, pela forma historicamente construída da política. A partir desse contexto, a presente pesquisa buscou compreender como se estruturaram as relações entre o turismo, a sociedade e a conservação ambiental nas práticas das políticas públicas aplicadas ao território de Guaraqueçaba. Para tanto, a partir da compreensão epistemológica de que o objeto de pesquisa é um objeto historicamente condicionado, foi realizada primeiramente uma pesquisa sobre o contexto histórico regional, nacional e internacional das ações políticas que tratam das Áreas Protegidas e do Turismo. Segundo foi realizada a análise das pesquisas acadêmicas sobre Guaraqueçaba, sobre áreas protegidas e o turismo e, sobre os atuais serviços, equipamentos e produtos turísticos do território. O que se constatou é que, apesar da primeira política de grande impacto sobre o território ser a que delimita o Litoral Paranaense como uma Área de Especial Interesse Turístico – AEIT, em 1980, instituída pelo Governo do Estado do Paraná, a qual impulsionou uma sequência das outras ações voltadas a questão ambiental que tinham como narrativa o turismo enquanto alternativa, o turismo não foi na prática uma pauta de investimento público. Identifica-se que a política ambiental se estruturou de forma mais evidente na práxis cotidiana, enquanto que a política de fomento ao turismo se estruturou no discurso e não na ação. Desta forma, o turismo hoje traz baixo impacto socioeconômico, se estrutura de forma espontânea e sem fomento, não sendo capaz de alterar o cenário de alto índice de pobreza e extrema pobreza de Guaraqueçaba. Portanto, apesar das imagens narradas sobre as belezas de Guaraqueçaba, o turismo é ainda um lugar muito incipiente nesse território. Em conclusão, as ações políticas, apesar de seus enunciados, apresenta que a prática nunca foi sobre turismo e sim sobre proteção ambiental.

Palavras-chave: Turismo; Áreas Protegidas; Sociedade; Natureza; Paraná.

ABSTRACT

Tourism is constantly pointed out as an alternative to the socioeconomic development of locations that have had their territories chartered and reorganized by political actions of different institutions. Guaraqueçaba region is one of the territories having about 98% of its area designated as an Environmental Protection Area. This area is commonly known as part of one of the most important global biodiversity hotspots and the first area named as a Biosphere Reserve of the Atlantic Forest. Guaraqueçaba is, in fact, a place filled with natural beauty, but it is also a place of local people and communities. In this context, major socio-environmental conflicts were brought by preservation policies that seem to have placed nature protection before the people. The area's conflicting scenario, largely described in different fields of academic research, does not emerge from population's non-recognition of the need for preservation, but because of how it has historically been built. Thus, this research sought to understand how the relationships between tourism, society and environmental conservation were structured in the practices of public policies applied to the territory of Guaraqueçaba. First, in order to achieve the research goals, having in mind the epistemological understanding that the research object is a historically conditioned object, a survey was carried out on the regional, national and international historical context of policies within Protected Areas and Tourism. Second, an analysis of academic research on Guaraqueçaba, protected areas and tourism, and current services, equipment and tourist products in the territory was carried out. The results found were that the first policy that had a major impact on the territory the delimiting of the Coast of Paraná as an Area of Special Tourist Interest - AEIT, in 1980, by the local government. Then this first policy spurred a sequence of many actions aiming at environmental conservation that had tourism as an alternative for economic growth, but in practice tourism was not included on the public investment agenda. It was identified that the environmental policy was structured more evidently in everyday practice, while the tourism promotion policy was structured in discourse but not in action. In this way, tourism today has low socioeconomic impact, is structured spontaneously and without promotion, not being able to change the scenario of extreme poverty in Guaraqueçaba. Therefore, despite the area's natural beauties, tourism takes still a very incipient place in this territory. In conclusion, political actions, despite their statements, show that the practice was never about tourism, but about environmental protection.

Keywords: Tourism; Protected Areas; Society; Nature; Paraná

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ANO DOS ARTIGOS DA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA GERAL.....	40
FIGURA 2: TEMÁTICA DOS ARTIGOS EXCLUÍDOS DA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA GERAL	41
FIGURA 3: EIXOS TEMÁTICOS DOS ARTIGOS DA REVISÃO DA LITERATURA .	43
FIGURA 4: ANO DE PUBLICAÇÃO DOS ARTIGOS DA REVISÃO DA LITERATURA	43
FIGURA 5: TIPOLOGIA DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO DOS ARTIGOS DA REVISÃO DA LITERATURA.....	44
FIGURA 6: PAÍS DO ESTUDO DE CASO DOS ARTIGOS DA REVISÃO DA LITERATURA.....	45
FIGURA 7: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA (2022)	108
FIGURA 8: LOCALIZAÇÃO DO LITORAL PARANAENSE E GUARAQUEÇABA (2022).....	109
FIGURA 9: IMAGENS DE GUARAQUEÇABA	145
FIGURA 10: LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INTERESSE TURÍSTICO SEDE (2022).....	155
FIGURA 11: LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INTERESSE TURÍSTICO BARRA DO SUPERAGUI (2022).....	156
FIGURA 12: LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INTERESSE TURÍSTICO VILA DA ILHA DAS PEÇAS (2022)	159
FIGURA 13: LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INTERESSE TURÍSTICO GUARAQUEÇABA (2022)	160
FIGURA 14: FOTOS DA RESERVA NATURAL SALTO MORATO	162

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: FASES DA PESQUISA.....	28
QUADRO 2: METAS DOS PLANOS NACIONAIS DE TURISMO	97
QUADRO 3: LITORAL DO PARANÁ – POPULAÇÃO E IDH	112
QUADRO 4: LITORAL DO PARANÁ – TAXA DE POBREZA, RENDA PER CAPITA E PIB PER CAPITA	113
QUADRO 5: ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO – LITORAL DO PARANÁ (2017-2019).....	114
QUADRO 6: RECURSOS E ATRATIVOS MAPEADOS EM GUARAQUEÇABA (2012 E 2015)	148
QUADRO 7: PROJETO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA - REDE GUARAGUATÁ (2021).....	166

SUMÁRIO

PREÂMBULO	16
1 INTRODUÇÃO	18
2 METODOLOGIA	25
2.1 PROBLEMATIZAÇÃO	29
2.2 INVESTIGAÇÃO	32
2.3 EXPOSIÇÃO	36
3 TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS: O OLHAR DA PESQUISA ACADÊMICA. .39	
3.1 REVISÃO BIBLIOMÉTRICA.....	39
3.2 TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS: ESTADO DA ARTE.....	45
3.3 DISCUSSÕES REFLEXÍVAS SOBRE O ESTADO DA ARTE	53
4 TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS E POLÍTICOS.....	56
4.1 MARCOS REGULATÓRIOS E POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1920 A 1960.....	60
4.2 MARCOS REGULATÓRIOS E POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1970 ATÉ OS DIAS ATUAIS	74
4.3 MARCOS REGULATÓRIOS E POLÍTICOS: DISCUSSÃO CRÍTICA	98
5 GUARAQUEÇABA	108
5.1 O CONTEXTO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E DA PATRIMONIALIZAÇÃO 115	
5.1.1 Cronologia da Ação Política do Estado: Sociedade, Natureza e Turismo	121
5.2 O TURISMO EM GUARAQUEÇABA	144
5.3 TURISMO, SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM GUARAQUEÇABA-PR: DO ENUNCIADO À PRÁTICA	168
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
6.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	176
REFERÊNCIAS.....	179
APÊNDICE 1 – BANCO DE PESQUISA: TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS (BASE) 197	
APÊNDICE 2 – BANCO DE PESQUISA: TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS (PAINEL).....	198
APÊNDICE 3 – RELAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS EM GUARAQUEÇABA... 199	

APÊNDICE 4 – PUBLICAÇÃO: TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS - GUARAQUEÇABA	201
APÊNDICE 5 – PUBLICAÇÃO: ÁREAS PROTEGIDAS - GUARAQUEÇABA	205
APÊNDICE 6 – QUADRO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INTERESSE TURÍSTICO POR TIPO E LOCALIDADE (2022).....	210
APÊNDICE 7 – QUADRO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INTERESSE TURÍSTICO MEIOS DE HOSPEDAGENS E VALORES (2022).....	212
ANEXO - 01 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO LITORAL PARANÁ – 1989	213
ANEXO - 02 – CONHEÇA GUARAQUEÇABA ENQUANDO É DIFÍCIL (1970)	215
ANEXO - 03 – GUARAQUEÇABA PAISAGEM, POVO E FANDANGO (1981).....	216
ANEXO - 04 – GUARAQUEÇABA VIAGEM AO BERÇO DO ATLÂNTICO	217
ANEXO - 05 – ROTEIRO ECOLÓGICO QUE A ONU RECOMENDA (1992)	218
ANEXO - 06 – GUARAQUEÇABA ECOLÓGICA E CULTURAL (1992)	218
ANEXO - 07 – FOLDER ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAQUEÇABA.....	219
ANEXO - 08 – FOLDER APA DE GUARAQUEÇABA	220
ANEXO - 09 – GUARAQUEÇABA O PARAÍSO AMBIENTAL (1991).....	221
ANEXO - 10 – GUARAQUEÇABA: ÁREA TEM APOIO A PROTEÇÃO (1994)....	222
ANEXO - 11 – GUARAQUEÇABA: 150 PRIMEIRAS IMAGENS GOOGLE.....	223

PREÂMBULO

Inicialmente, o principal motivo das escolhas aqui delimitadas tinha a intenção de aprofundar os aspectos que orientaram a construção do conhecimento científico. Sabe-se que o mestrado é uma ruptura no modo de se fazer pesquisa e que, portanto, os aprofundamentos metodológicos são necessários para que o percurso seja coeso e coerente. De todo modo, sinto que ainda há um amadurecimento em curso e que entrego uma pesquisa em andamento, mesmo porque o conhecimento não é finito e absoluto.

Todo esse processo metodológico e reflexivo foi inicialmente desorganizado e disruptivo. Iniciei a pesquisa adotando a Teoria do Comum de Elinor Ostrom (1990), o que me causou mais inquietação a medida que me vi tentando encaixar a realidade em sua proposta teórica. Entendi, neste caso, que não seria possível utilizar-se da teoria do “Desenvolvimento como Liberdade” do Amartya Sen (1999), para analisar a política pública, e nem adotar a teoria do “Comum” da Elinor Ostrom (1990), como pressuposto para entrar no campo empírico. Elas podem servir de suporte analítico para representar a realidade, mas não como pressuposto para problematizá-la. Portanto, se de início havia mais certezas do que dúvidas, durante o percurso as dúvidas foram superando as certezas sem nenhuma comiseração.

As minhas construções do saber científico no campo do turismo tiveram como ponto de partida as disciplinas cursadas no PPGTUR/UFPR. Desta forma, cativada pela descoberta da “necessidade” de ser disruptivo, de forma não linear, mas a partir de um processo orientado e consciente, por vezes caótico, de questionar a realidade imediata, fui participar da disciplina do Prof. José Henrique de Faria - Ontologia, Epistemologia, Metodologia e Teoria em Estudos Organizacionais, no Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA, da UTFPR. Sua disciplina e seu livro, usado como referência importante para a presente pesquisa, me conduziram por reflexões tão profundas que, por vezes, tudo ficou mais amedrontador e inseguro.

Assim, o princípio da investigação partiu da proposta relativa à Ontologia e Epistemologia Crítica do Concreto - OECC elaborada pelo professor José Henrique de Faria (2022). A OECC tem como fundamento o Materialismo Histórico e Dialético, de Marx e Engels, que considera que a realidade se apresenta ao sujeito investigador como resultado do desenvolvimento histórico de relações multideterminadas, cujos nexos causais precisam ser identificados e analisados. Nestes termos metodológicos,

o objeto é uma representação do pensamento elaborado sobre ele tendo em vista o movimento das suas materialidades (do objeto e do sujeito). Em outras palavras, ontologicamente, no processo de produção do conhecimento o sujeito é um ser social que estabelece uma interação com um objeto histórico, de forma que ambos, sujeito e objeto, encontram-se em um movimento dialético. A matéria concreta é representada pelo sujeito pesquisador como concreto pensado, enquanto apropriação da realidade tensionada (FARIA, 2022).

Ao longo do mestrado, abri uma fronteira fértil de questionamento sobre o campo do turismo e os possíveis caminhos para conduzir a pesquisa, vários temas de pesquisa foram observados e inicialmente pesquisados, como: (i) turismo de base comunitária e movimentos sociais; (ii) a divisão sexual do trabalho no turismo; (iii) o planejamento nacional do turismo – discurso e prática; (iv) o turismo e a teoria comum; (v) turismo e desenvolvimento. Cabe lembrar que as orientações de professores e colegas mais experientes era de seguir em uma linha de pesquisa, ajustar as descobertas, aprimorar o aprofundamento, mas não perder de vista o ponto. De fato, penso que eles tinham razão, o tempo é uma questão fundamental. Entretanto, mesmo reconhecendo que abri demais o leque de possibilidades, não mudaria a minha jornada.

O percurso traçado pelas disciplinas que participei no PPGTUR/UFPR me levaram a buscar uma pluralidade de possibilidades de olhar para o Turismo, a Sociedade e o Ambiente. Esse exercício foi valioso. Foi um movimento que permitiu ouvir e problematizar com os professores e colegas da turma 2020 do Mestrado em Turismo da UFPR. Infelizmente, não foi possível viver isso nos corredores da Universidade, por conta das restrições impostas pela pandemia do Covid-19. Creio que teria sido uma experiência, uma troca maravilhosa, em especial com os professores e colegas da minha turma, tendo em vista que a pesquisa em si é um processo um tanto solitário. De todo modo, esse processo de afastamento não deixou de resultar em amigos com quais se fez possível estar em construção. As restrições pandêmicas pegaram a todos de surpresa e impuseram formas de interação com as quais nem sempre soubemos lidar: foi preciso, como nos ensina o poeta espanhol Antônio Machado, admitir que não há caminho predefinido, pois o caminho se faz ao caminhar.

1 INTRODUÇÃO

Se nossa vida fosse dominada por uma busca da felicidade, talvez poucas atividades fossem tão reveladoras da dinâmica dessa demanda – em todo o seu ardor e seus paradoxos – como nossas viagens. Elas expressam – por mais que não falem – uma compreensão de como poderia ser a vida, fora das restrições do trabalho e da luta pela sobrevivência. No entanto, é raro que se considere que apresentem problemas filosóficos – ou seja, questões que exijam reflexões além do nível prático. Somos inundados de conselhos sobre lugares *aonde* devemos ir, mas ouvimos pouquíssimo sobre *por que* e *como* deveríamos ir – se bem que a arte de viajar parece sustentar naturalmente uma série de perguntas nem tão simples nem tão triviais, e cujo estudo poderia contribuir modestamente para uma compreensão do que os filósofos gregos denominaram pelo belo termo *eudaimonia* ou desabrochar humano. (BOTTON, 2003, p. 17)

O turismo tem em sua história o sujeito turista que, de passagem por outro território que não o seu de moradia cotidiana, busca pela descoberta, pelo lazer, pelo conhecer, pelo prazer e pela fuga, entre outras motivações. O turismo é, portanto, um conceito construído na apreensão sobre a prática social da viagem e seu conceito se estabelece quando locais que antes acolhiam os viajantes, em sinal de sua hospitalidade, passam a se estruturar para atender os visitantes. Em distintos momentos entre o final do século XIX e o pós-guerra, no século XX, diferentes territórios foram se estruturando como espaços turísticos e o fenômeno ganhou notoriedade, despertando olhares econômicos, políticos e científicos sobre sua forma e estrutura (BARRETO, 1995; COSTA, 2009; URRY, 1996; TRIBE, 2004; ASCANIO, 2010).

Este contexto histórico compreendido entre o final do século XIX e o pós - guerra, em que ao mesmo tempo em que ocorrem dois conflitos bélicos mundiais, também se manifestam períodos de expansão e crise estrutural do sistema de capital (MÉSZÁROS, 2009), delimita o momento em que, após a conformação de arranjos e a consolidação de lugares turísticos, os governos passam a debater tal fenômeno, enquanto prática econômica. Do mesmo modo, a comunidade científica também reconhece a relevância do fenômeno do turismo e começa, em especial no final do século XX, a estudá-lo (CAÑADA; MURRAY, 2019; CHIROT, 2019; TRIBE, 2004; ASCANIO, 2010; PANOSSO NETTO; 1999). É a partir da massa crítica do

conhecimento já produzido sobre as estruturas e características do turismo que o campo da ação política pode orientar seu desenvolvimento, considerando especialmente as peculiaridades objetivas dos territórios sobre os quais se desenvolverá, na tentativa de minimizar impactos adversos e potencializar resultados positivos a partir do território.

O reconhecimento de que o turismo influencia a transformação dos espaços e reprograma as funções do território, além de impactar na vida cotidiana das localidades, ocorre à medida que o fluxo de viajantes aumenta e que se estabelecem processos de organização e fomento para o atendimento das demandas dos visitantes, em geral, nas partes mais nobres do território - regiões, cidades e lugarejos - que passam por alterações expressivas no seus modos de produção e reprodução da vida (CARLOS; 1999; URRY, 2001; MACCANNELL, 2015). Quando há interesse local em desenvolver atividades para receber os viajantes, pode-se dizer que o turismo se estrutura como uma das fontes produtivas de trabalho e renda para determinado território. De todo modo, sabe-se que o turismo, assim como outras atividades econômicas que se utilizam do meio físico e do espaço social, provoca impactos de ordem social, cultural e econômica que são amplamente conhecidos (CRUZ, 2002; CARLOS, 1999; RODRIGUES, 1999, MACCANNELL, 2015; URRY, 2001; OMT, 1995).

Nessa circunstância do consumo do espaço, entre outras possibilidades, está o **ambiente natural** que desperta o interesse de visitantes em áreas em que a natureza se faça objetivamente presente enquanto espaço de lazer, descanso, diversão e conhecimento. O turismo em locais de relevância paisagística e com áreas naturais preservadas é uma prática histórica que alia a viagem de lazer ao contato com a natureza, sendo que a presença do ambiente natural na prática do turismo não é recente. Esta é uma das razões pelo qual o turismo passa a ser compreendido como um instrumento para viabilizar as políticas ambientais de proteção de ecossistemas e de demarcação de Áreas de Proteção Ambiental¹, tendo em vista que restrições sobre o uso do espaço foram impostas para o desenvolvimento de outras atividades econômicas em diversos territórios (FARIA; RICKLI NETO, 2007; BETTI, 2014; BARRIGA, 2017).

¹ Áreas de Proteção Ambiental é tratada, na presente pesquisa, como sinônimo de Áreas Protegidas e de Unidades de Conservação conforme descrição apresentada no capítulo segundo no item 2.1.

Atualmente, segundo o relatório da *Protected Planet*², atualizado em outubro de 2022, o planeta terra tem 15,79% da sua superfície delimitada por áreas protegidas: são mais de 21,3 milhões de quilômetros quadrados, totalizando 271.206 o número de unidades de áreas protegidas. Neste cenário, pode-se questionar a relevância da realização de um estudo sobre a relação entre turismo, sociedade e conservação ambiental.

O que justifica um estudo deste porte é o reconhecimento de que o retorno à natureza está, também, conectado às preocupações com o uso descontrolado e irracional da natureza, que é marcado por movimentos ambientalistas que disseminam a necessidade de ressignificação das relações sociedade-natureza ao longo dos últimos 150 anos (MCCORMICK, 1992; LEFF, 2021; POLES e RABINOVICI, 2010). Observa-se, neste caso, que nos debates sobre a necessidades de proteção da natureza conduzidos pelos movimentos ambientalistas que, mesmo apresentando diferentes perspectivas sobre o uso e proteção da natureza, consideravam o “retorno à natureza” como necessidade de reestabelecer os vínculos perdidos com o espaço natural (MCCORMICK, 1992; URRY, 2001; BRUHNS, 2010; DIEGUES, 2000; LEFF, 2021), não como lar, mas como ideia, como projeto e como momento.

O presente estudo está localizado no campo do turismo, não em sua concepção economicista, mas como atividade social. O turismo como atividade social não exclui as relações econômicas, políticas, culturais e jurídicas que o constituem. Por outro lado, a problematização de caráter social do turismo, especificamente, se faz como contraponto à “imagem” que se encontra à venda sobre Guaraqueçaba, objeto de estudo da presente pesquisa, enquanto destino turístico³. Tal imagem (com reforço visual estético) constantemente narrada na relação intrínseca entre a mata e o mar que preserva os mais belos tesouros do bioma da Mata Atlântica, não contempla as contradições e a vida real da comunidade. Daí a urgência epistemológica em problematizar esse campo complexo do conhecimento científico como medida necessária de sua representação teórica.

Parte-se da concepção social do turismo, em seu caráter histórico, porque há 40 anos que diversas políticas de interesse de proteção da natureza e de

² <https://www.protectedplanet.net/> - Protected Planet é a fonte oficial de dados sobre áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação baseadas em área (OECMs).

³ Vide cap. 5.2

desenvolvimento do turismo vêm sendo construídas para a região de Guaraqueçaba, no litoral Paranaense. Contudo, o cenário social atual, em 2022, é que dentre os 399 municípios paranaenses, Guaraqueçaba apresentou o maior percentual de pobres e extremamente pobres cadastrados no sistema do Governo Federal em relação a população total estimada pelo IBGE em 2022 (22,43%⁴ da população municipal está cadastrada nesta condição).

Por essa razão, é preciso ir além da reprodução do discurso abstrato de que o turismo é uma atividade econômica potencialmente capaz de favorecer a proteção na natureza e, com isso, trazer benefícios econômicos para as populações afetadas pelas políticas de proteção da natureza (PARANÁ, 1980; BRASIL, 1994). É preciso transcender a apresentação de Guaraqueçaba⁵ como uma Reserva da Biosfera ou um *hotspot* da biodiversidade que confere ao território uma importância impar na manutenção dos sistemas ecológicos do planeta. Embora a natureza seja de fato tão essencial quanto a manutenção dos sistemas ecológicos, nas páginas a seguir o que se propõe a resgatar e problematizar é a evolução histórica das bases que alicerçam as práticas do Estado e as ações políticas sobre o turismo em sua relação com a natureza ao longo da história. A natureza é considerada aqui em uma dimensão singular, ou seja, a partir do recorte das Áreas Protegidas, isto porque o turismo é tido como uma solução econômica para a manutenção das áreas protegidas e seus entornos geográficos (BARRIGA, 2017; BIENDRA, 2021; WARNHOLTZ; ORMEROD; COOPER, 2020; MORENO; BARQUERO, 2020; NAYAK; UPADHYAY; PURI, 2019).

Vale destacar que a problematização das políticas ambientais e do discurso sobre a importância de ambientes protegidos, não significa a ausência do reconhecimento da relevância das ações de proteção da natureza em um contexto de agravamento da crise ambiental planetária anunciada a mais de 150 anos (ver capítulo 04). A indagação aqui proposta se refere à forma como as ações políticas são postas do ponto de vista da reprodução social pelo turismo. Portanto, em um contato aproximado com o território de Guaraqueçaba, surge como questionamento inicial: por que o turismo, em um território patrimonializado, não se reverteu de forma perene em trabalho e renda?

⁴ (CADÚNICO, 2022).

⁵ Vide capítulo 05.

Desta forma, considerando que Guaraqueçaba é um território marcado por políticas que regulam, desde uma decisão externa, suas dinâmicas socioculturais tendo como fim a proteção ambiental, e tendo como meio de sua realização o turismo, o presente trabalho procurou indagar (como problema de pesquisa): **Quais e como foram os direcionamentos propostos pelas ações públicas do Estado no campo das áreas protegidas e do turismo? Como a sociedade estava incluída ou excluída nestas ações políticas? Como se deu a integração entre as políticas de Áreas Protegidas e de Turismo?** Trata-se, portanto, de questionar públicas do Estado nas áreas protegidas e no campo do turismo, considerando a integração entre essas áreas e a inclusão ou exclusão da sociedade no processo de formulação dessas políticas.

Assim, o **objetivo geral é problematizar as ações políticas sobre Guaraqueçaba com a finalidade de compreender como se estruturam as relações entre o turismo, a sociedade e a conservação ambiental nas políticas públicas.** Por que problematizar? Porque essa relação não está dada e não foi explorada, com esse objetivo, em outros estudos, ou seja, não se constituiu em instrumento de produção do conhecimento, nem como estatuto empírico e nem teórico, exigindo uma problematização que possa permitir a construção de sentido no âmbito relacional turismo-sociedade-ambiente.

Os objetivos específicos são:

- examinar e discutir as pesquisas acadêmicas conduzidas no campo do Turismo e Áreas Protegidas;
- analisar os marcos regulatórios e políticos do Estado Brasileiro sobre Turismo e Áreas Protegidas considerando aos acordos e debates globais;
- analisar os marcos regulatórios e políticos do Estado sobre Turismo e Áreas Protegidas em Guaraqueçaba;
- compreender como as pesquisas sobre Guaraqueçaba foram conduzidas, bem como seus resultados e problematizações, no campo de estudo sobre Áreas Protegidas e/ou do Turismo; e,

Entende-se que, deste modo, serão analisadas as políticas públicas relacionadas ao turismo e às áreas protegidas problematizando tanto os significados atribuídos às relações entre sociedade-natureza, quanto suas formas, estruturas e

finalidades buscando compreender a ação do Estado na inter-relação entre os campos e na intervenção sobre o território.

O objetivo geral dessa pesquisa, anteriormente exposto, exige que, de uma perspectiva epistemológica, se investigue criticamente a aparente primazia da natureza e/ou do turismo nas ações do Estado, que em sua configuração inicial não considera, em suas definições políticas, a condição do ser humano (especialmente o habitante local) como ser natural, como ser da natureza. Exige, igualmente, que se investigue se e como as ações políticas do Estado se ocupam com desenvolvimento social sustentável, com ações sociais distributivas da riqueza coletivamente produzida, com a participação da comunidade nos processos decisórios cujos resultados a afetam diretamente e com o reconhecimento dos habitantes locais como parte constitutiva desse ecossistema.

A escolha por Guaraqueçaba e pelo contexto do Litoral do Paraná se dá: (i) pela minha proximidade afetiva com o território, entendendo que este é historicamente um espaço pautado pelas práticas turísticas; (ii) por ter tido a oportunidade de participar, a convite da professora Gislene Pereira, enquanto coordenadora técnica, da elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná – PDITS LP em 2010, junto ao Governo do Estado do Paraná; (iii) pelo encantamento que tive na primeira vez que fui para Guaraqueçaba, em uma viagem de carro com minha mãe e meus irmãos, aos 16 anos de idade - lá contemplei as montanhas e rios da longa estrada de terra, passeei na mata da RPPN do Salto Morato e vivenciei uma festa de casamento na Igreja Bom Jesus dos Perdões e o baile no salão paroquial; (iv) pela experiência única e inesquecível, aos 23 anos, de participar da “viagem de canoa” organizada pelo caiçara Renato Siqueira - foram 13 dias, quase 200 km de remo em canoa caiçara, visitando em torno de 10 comunidades insulares com muita troca e aprendizado; e (iv) por participar durante o mestrado, entre 2020 e 2021, como voluntária do projeto de extensão “Turismo de Base Comunitária e Governança Participativa para o Turismo de Base Comunitária, Ecoturismo e de Aventura do Litoral do Paraná” do curso de Gestão de Turismo da UFPR Setor Litoral, sob a coordenação da Professora Beatriz Cabral, que possibilitou reacender contatos com Guaraqueçaba e alguns anfitriões locais.

Para tentar dar conta da complexidade do estudo sobre o turismo, a sociedade e a conservação ambiental em Guaraqueçaba, foi necessário investir tanto no conhecimento teórico e nos marcos legais, como no problema metodológico. As

questões sobre metodologia científica tomaram um corpo maior do que seria possível imaginar no início do mestrado. Foram longos percursos que oscilavam entre a clareza da prática científica e a hesitação pelos caminhos percorridos. Desta forma, optamos por expor a presente pesquisa levando em consideração o processo de elaboração e não sua forma tradicional de exposição. Considerando as fases reais da produção do conhecimento enquanto processo de pesquisa coloca a metodologia no início e em capítulo próprio para problematizar que a postura metodológica foi condição fundamental de toda a investigação.

2 METODOLOGIA

Quando problematizamos a relação entre sujeito e objeto nas ciências sociais, quando reconhecemos que não somos capazes, por razões lógicas e ideológicas, de captar exhaustivamente a realidade, estamos na verdade não desistindo da pesquisa, mas preparando condições mais aperfeiçoadas de sua realização. Não queremos esconder-nos atrás de problemas teóricos, metodológicos, empíricos e práticos; pelo contrário, queremos enfrentá-los, de forma que consigamos ainda melhor chegar à realidade. Chegar à realidade significa aproximarmo-nos sempre mais. (DEMO, 1989, p. 63).

O processo de investigação se estrutura na proposta relativa à Ontologia e Epistemologia Crítica do Concreto - OECC elaborada pelo professor José Henrique de Faria (2022), que tem como fundamento o Materialismo Histórico e Dialético, de Marx e Engels. Considera que a realidade é resultado do desenvolvimento histórico de relações cujos nexos causais precisam ser identificados e analisados pelos pesquisadores. De modo que se reconhece que objeto de pesquisa é o objeto elaborado pelo pensamento do sujeito pesquisador que é, ontologicamente, um ser social que estabelece uma interação com objeto histórico. Essa interação se estrutura em um movimento dialético no processo de produção do conhecimento. Portanto a matéria concreta é representada e exposta como concreto pensado a partir dos resultados da apropriação da realidade tensionada (FARIA, 2022).

Este processo diz respeito ao que Faria (2022) conceitua como Ato Epistemológico, que coloca em relação de enfrentamento os elementos constitutivos da realidade e as teorias já existentes sobre ela. Na perspectiva da OECC, o pesquisador tensiona a realidade e ao mesmo tempo a teoria já elaborada sobre ela, a partir de uma condição ontológica do ser social e do objeto histórico, superando a percepção imediata do objeto com a finalidade de sua representação como real pensado.

Faria (2022) considera, não como fundamento da proposta para a OECC, mas como um pressuposto do processo de produção do conhecimento, a problematização do materialismo racional de Bachelard (2006) acerca da superação dos obstáculos ao desenvolvimento da pesquisa, que Bachelard denomina de “obstáculos

epistemológicos”. A proposta argumenta a favor da pesquisa inovadora, do enfrentamento entre a teoria existente e a realidade estudada, de forma a que a teoria existente não se torne um *obstáculo epistemológico* à representação do objeto, ou seja, que a teoria existente não se torne de fato um pressuposto que venha a restringir o conhecimento do objeto investigado exatamente devido à uma sua formulação teórica anterior. O enfrentamento não é a negação direta do conhecimento prévio, não é a invalidação da teoria existente, mas o tensionamento do conhecimento existente, seja para negá-lo, seja para reafirmá-lo, tendo em vista o problema ontológico que coloca frente a frente os elementos constitutivos da realidade em sua dinâmica histórica e as condições do ser social.

A opção dessa escolha vem ao encontro da problematização dos pesquisadores do turismo que, ao longo dos últimos anos, debatem a necessidade de superação do conhecimento hegemônico, que reforça a perspectiva do turismo enquanto atividade econômica de grande impacto financeiro, de modo a justificar suas políticas e interesses relacionados. Nesta linha, Cañada & Murray (2019), Chirot (2019); Tribe (2004) e Panosso Netto (1999), em suas reflexões sobre o conhecimento do e no turismo sugerem a adoção de outras posturas epistemológicas e outro estatuto ontológico.

Entretanto, para além do debate pautado pelos estudiosos é necessária a orientação metodológica enquanto forma de produção do conhecimento. Embora existam diversas formas de abordar as questões que compreendem o entendimento sobre como o conhecimento é produzido, decidi, conforme já exposto, pela adoção da concepção proposta por Faria (2022) que enfatiza a matéria objetiva, a análise crítica do objeto concreto e não o modelo de sua interpretação.

Desta forma, para buscar a superação é preciso traçar um trajeto, neste caso orientado pela perspectiva da “primazia do real” (FARIA, 2022), real enquanto coisa histórica que demanda a crítica para sua compreensão e representação. Para Faria (2022), ontologicamente, o pesquisador é um ser social e o objeto, enquanto real historicamente existente, é exposto como resultado da pesquisa, como matéria historicamente condicionada que se apresenta ao pesquisador em seu processo de apreensão do real. A apreensão do objeto não tem como ponto de partida uma teoria dada, mas aquela que é realizada pelo embasamento das orientações metodológicas, as quais tem suas bases em determinada “dimensão epistemológica”.

Dimensão (do latim *dimensio*) refere-se ao que caracteriza um dado procedimento epistemológico em sua constituição objetiva, ou seja, a relação ontológica e metodológica na produção do conhecimento entre o ser social (sujeito pesquisador) e o fenômeno (objeto histórica e socialmente condicionado)." (FARIA, 2022, p. 19).

Para Faria, as dimensões epistemológicas se encontram essencialmente relacionadas aos polos pré-epistemológicos que se fundamentam na precedência sobre real (empirismo) ou na precedência sobre o ideal (racionalismo). Desta forma "as Dimensões Epistemológicas Contemporâneas Básicas não são modelos epistêmicos, paradigmáticos, que contêm recomendações a serem adotadas visando uma pesquisa coerente." (FARIA, 2022, p. 225). Portanto para o autor:

Epistemologia é o estudo crítico e ordenado sobre o Ato Epistemológico, ou seja, é o estudo crítico sobre como, metodologicamente, o conhecimento rigoroso (científico, filosófico e tecnológico) é social e historicamente produzido (a partir da relação ontológica objetiva e subjetiva sujeito ↔ objeto, consciência ↔ matéria), sistematizado e exposto (publicizado) segundo princípios socialmente condicionados e validados (FARIA, 2022, p.141)

Desta maneira, a compreensão de "Ato Epistemológico" se relaciona a mediação do pensamento no ato de conhecer o objeto, tendo em vista que sua proposta tem como referência o materialismo histórico, o método dialético e a superação dos obstáculos epistemológicos, tendo as formas de organização da sociedade (unidades produtivas concretas) como objeto (FARIA, 2022, p. 539). Assim, o objeto já existe independente da nossa forma de alcançá-lo e de compreendê-lo a partir de nossos pressupostos ontológicos. E, desta forma, percorro a busca por entender que "[...] os fatos precisam ser mediados pelo pensamento e pela práxis humana para que possam ser apreendidos como tais (pela consciência) e não em sua aparência ou superficialidade" (FARIA, 2022, p. 555).

A relação é dinâmica e não estática ou sequencial, e é a partir do real, inicialmente caótico, que o conhecimento passa a ser construído e as linhas teóricas existentes passam a compor a apropriação do real. A teoria existente pode servir de apoio para a representação da realidade e não como seu ponto de partida. Mas nem sempre é dessa maneira que a pesquisa científica é construída; partir de uma teoria para analisar o real é uma prática científica largamente adotada, de forma que a realidade pesquisada se encontra desde logo submetida à teoria já produzida sobre ela (FARIA, 2022).

A apresentação da metodologia de pesquisa seguirá as fases lógicas do Ato Epistemológico propostas por Faria (2022), em especial na problematização e na Investigação conforme representado no Quadro 1.

QUADRO 1: FASES DA PESQUISA

Problematização	<p>Estado da Arte Revisão Bibliográfica das pesquisas que abordam Áreas Protegidas e Turismo, com a revisão da literatura das investigações qualitativas com uma perspectiva crítica, reflexiva sobre a realidade.</p>		
Investigação	<p>Aproximação ao Objeto</p> <p>Aproximação ao campo empírico - Guaraqueçaba com pesquisas documentais (documentos oficiais e acadêmicos): (i) Identificação inicial da temática dos conflitos ambientais resultado das políticas Ambientais, (ii) Observação da exaltação da imagem ambiental de Guaraqueçaba em relação a sociedade, (iii) Aproximação com fatores que dificultam a atuação local com o turismo.</p> <p>Realidade aproximada que sugere aprofundamentos identificados no percurso.</p>	<p>Conhecimento Aprofundado</p> <p>Recorte da pesquisa sobre a ação política do Estado nas Áreas Protegidas e em Turismo e a inserção da sociedade nas ações.</p> <p>Aprofundamento dos processos históricos, marcos políticos e regulamentares sobre as Áreas Protegidas e o Turismo no Brasil, no Litoral Paranaense e em Guaraqueçaba, a existência de conceitos explorados e as considerações sobre as relações materiais de reprodução da vida.</p> <p>A realidade é valorizada pelo pensamento, ainda em construção.</p>	<p>Realidade Apreendida</p> <p>Momento em que o conhecimento produzido sobre as ações políticas de turismo e áreas protegidas é sintetizado na identificação de elementos constitutivos das ações.</p> <p>Realidade apreendida enquanto real pensado.</p>
Exposição	<p>Resultados da Investigação:</p> <p>Momento expositivo final, com registro do conhecimento no formato dissertação de mestrado.</p>		

FONTE: Elaboração própria, com base em Faria (2022).

Sobre essas fases é importante chamar a atenção para o fato de que elas não são sequenciais e superáveis, pois estão sempre em construção. Durante o Ato Epistemológico, ou seja, na produção do conhecimento, o pesquisador permanentemente problematiza, investiga e expõe até alcançar sua forma expositiva objetivada. Dito de outra maneira, as fases da pesquisa estão sujeitas, todo o tempo,

à problematização, de forma que a própria problematização deve ser indagada. Desta forma, problematizar as ações políticas sobre os territórios em que se delimitam as políticas de demarcação das Áreas Protegidas nas quais o turismo se faz presente como prática social envolve essas três fases em uma interação dinâmica e complexa entre elas.

2.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Considerando a ideia de tensionamento sobre as teorias que conformam o campo de estudo, que é o turismo, é relevante pontuar que a presente pesquisa não debate os aspectos que moveram diversos estudiosos a problematizar o turismo enquanto teoria, disciplina e ciência (TRIBE, 2015; ASCANIO, 2010, JAFARI, 2005; AYIKORU, 2009, BRICKER et al., 2015, MACCANNELL, 2015) ainda que se reconheça a relevância e o aprofundamento filosófico das problematizações. A presente pesquisa está estruturada no turismo enquanto conceito construído que considera a prática social da viagem, especialmente contextualizada e consolidada a partir do século XX, tanto como prática e como ação política, quanto como campo da pesquisa social.

O que move a presente pesquisa, para além de Guaraqueçaba, é o enunciado acrítico das políticas públicas de turismo que apresentam a prática como atividade econômica que tem em seu sustentáculo o potencial transformador da realidade social por meio do trabalho e da geração de renda (ver capítulo 04).

Por outro lado, há territórios que foram, a partir de ações políticas, reprogramados na sua base produtiva quando passam a ter o dever ético global de proteger a natureza. Nesses locais, as antigas atividades agrícolas ou de extração de recursos da natureza não são mais possíveis e o turismo entra enquanto atividade produtiva que permite que as estruturas de reprodução social sejam mantidas e alinhadas às novas demandas de proteção da natureza (ver capítulo 03 e 04).

Desta forma, o tensionamento aqui proposto parte da base do campo empírico das ações política de turismo e das áreas protegidas, tendo em vista que juntas, no enunciado, tais políticas, podem viabilizar as dinâmicas de manutenção social e da proteção da natureza. Vale ressaltar que não se discute aqui a relevância das ações de proteção da natureza em um contexto de crise ambiental planetária anunciada a

mais de 150 anos (ver capítulo 04). A indagação se refere à forma como as ações políticas são postas do ponto de vista da reprodução social.

Por exemplo, ao observar os dados globais produzidos pela Organização Mundial do Turismo – OMT, se tem que o movimento de turistas internacionais alcançou a marca de 1,4 bilhões de pessoas, o que a época gerou uma receita de exportação em torno de US\$ 1,7 trilhões, cifra que representou 29% do comércio internacional de serviços registrados (WTO, 2019). A magnitude do turismo como setor econômico e essa forma de turismo medida pelo volume dos seus resultados é valorizada pelos governantes de diversas partes do mundo, com o discurso que atribui ao crescimento dos gastos do turista e aos resultados da balança comercial parâmetros válidos para “medir”⁶ o desenvolvimento de locais cujo turismo tem sua importância na dinâmica do território (ver capítulo 04).

Sabe-se que a pandemia do Covid-2019, que parou o mundo entre 2020 e 2021, com oscilações de maior ou menor circulação nos correntes anos, impactou de forma bastante expressiva a mobilidade das pessoas e conseqüentemente o acontecer do turismo. Entre 2020 e 2021 as taxas de reservas e taxas de ocupação nos meios de hospedagens e em voos internacionais e regionais caíram entre 50% a 90%, a depender do controle e do cenário da pandemia em cada região do planeta (WTO, 2022).

De todo modo, mesmo neste contexto de paralização do fluxo de viajantes, é possível afirmar que tanto o turismo, enquanto prática sociocultural de deslocamento para locais distintos da morada habitual, quanto a prática sociopolítica de delimitação e a valorização de áreas protegidas, são fenômenos globais que possuem significativa magnitude socioeconômica, de modo que interferem nos territórios sob os quais tais práticas acontecem.

Para a construção da presente pesquisa foi necessário, portanto, para além de investigar o turismo na superação do campo de estudo voltado aos interesses

⁶ Recentemente a Organização Mundial do Turismo com o objetivo de compilar os dados para ajudar os governos e as iniciativas privadas a buscarem informações sobre a recuperação do turismo lançou o quadro interativo (dashboard) denominado de “Rastreador de Recuperação do Turismo” (tradução nossa, UNWTO, 2022). Neste quadro os dados de apoio a tomada de decisão como argumenta a organização se referem a: (i) chegadas de turistas internacionais; (ii) capacidade de assentos em rotas aéreas internacionais e domésticas; (iii) reservas de viagens aéreas; (iv) pesquisas e reservas de hotéis; (v) taxas de ocupação; (vi) procura de arrendamentos de curta duração; (vii) sentimento de viagem (Net Sentiment Score); e (viii) taxa de notificação de COVID-19 em 14 dias por 100.000 habitantes.

econômicos, apreender a proposta metodológica, conduzida não como um guia de técnicas de pesquisa em campo e de análise de resultados, e sim como um conjunto de orientações, processos e problematizações, de bastante aprofundamento teórico e filosófico, sobre o fio condutor da realização de pesquisas na área ciências sociais.

Neste contexto, a problematização da pesquisa se inicia com a revisão da literatura, como exposto no capítulo 03, em que a seleção das pesquisas acadêmicas se fez a partir do seu olhar de exame aprofundado sobre a realidade em que ocorriam políticas de proteção da natureza e que dinâmicas turísticas se faziam presentes, seja por um movimento espontâneo de viajantes e da organização produtiva local, seja por meio de políticas públicas voltadas ao turismo.

Desta forma, destaca-se que revisão da literatura foi elaborada pelo olhar integrativo de duas amplas temáticas, “Turismo” e “Áreas Protegidas”, com o objetivo de compreender os principais temas correlatos aos territórios de pesquisa, de identificar os caminhos acadêmicos percorridos nesse campo, em especial nas relações existentes entre sociedade, natureza e turismo. A escolha pelo termo “Áreas Protegidas” e não “Unidades de Conservação” não é aleatória, mas decorrente da observação da diversidade de termos utilizados nos relatórios técnico-políticos e nos aparatos jurídicos das diferentes agências nacionais e internacionais. Dessa forma buscamos identificar o melhor descritor para ampliar os resultados da aproximação transitória sobre o objeto.

Segundo Maretti (2021), o termo “unidades de conservação” é parte do arcabouço jurídico e legal brasileiro, enquanto em outros países e regiões o termo mais comum refere-se ao entendimento de áreas protegidas. Os países de língua inglesa utilizam o termo “protected areas”, enquanto nos países de idioma espanhol é “áreas protegidas”, ainda que na América Latina seja mais usual áreas naturais ou áreas silvestres protegidas. Desta forma, justifica-se a opção pelos descritores adotados. Para a pesquisa em português e espanhol foi utilizado “Turismo” e “Áreas Protegidas”, enquanto que no inglês utilizamos “Tourism” and “Protected Areas”.

Surge aqui, então, uma problematização de pesquisa que antecede o momento atual dos territórios demarcados por Áreas Protegidas, como Guaraqueçaba, que se relaciona à necessidade de fazer uma incursão ao processo histórico que intitula os territórios. E mais do que isso, em compreender em que lugar a sociedade é colocada nas políticas que delimitam as áreas que devem ser protegidas para a manutenção saudável da biosfera.

Por que compreender em que lugar está a sociedade? Porque se observa que no campo do turismo a sociedade aparece de forma explícita, seja pelo reconhecimento do sujeito turista, seja pelo impacto do turismo no território, ou ainda, pela olhar para o sujeito trabalhador do turismo. Entretanto, no campo das ações políticas de áreas protegidas não se tem a mesma evidência explícita sobre o olhar da sociedade em sua relação de pertença com o território, a não ser do ponto de vista do causador dos desarranjos ambientais.

O lugar da sociedade reformula o problema inicial da pesquisa relacionado de forma preliminar com a motivação de compreender como o turismo em Guaraqueçaba se desenvolvia na relação com as políticas das áreas protegidas. Essa inclusão só foi realizada pelo esforço de problematizar o conhecimento posto colocado pela proposta da Ontologia e Epistemologia Crítica do Concreto – OECC (FARIA, 2022) que tem em essência a proposta de ultrapassar os obstáculos do conhecimento dado.

Desta forma, a problematização está inserida na dinâmica do processo da pesquisa e reforça o debate proposto por Faria (2022) ao colocar que a pesquisa científica não se faz de forma linear, com etapas pré-definidas. As questões que exigem respostas epistêmicas surgem no decorrer do processo, dos inúmeros questionamentos e das problematizações que movimentam a construção do saber por caminhos não previstos inicialmente. Neste sentido que se inclui os objetivos específicos de: (i) analisar os marcos regulatórios e políticos do Estado sobre Turismo e Áreas Protegidas considerando aos acordos e debates globais, e (ii) analisar os marcos regulatórios e políticos do Estado sobre Turismo e Áreas Protegidas em Guaraqueçaba.

Portanto, a partir da revisão da literatura colocada inicialmente na fase da problematização sobre o objetivo de “compreender, a partir da revisão bibliográfica os estudos sobre Turismo e Áreas Protegidas”, a investigação sobre as ações políticas globais, nacionais e locais, em seu processo histórico, se constitui como resultado da fase inicial de problematização em seu tensionamento com a fase de investigação. Convém insistir, nesse sentido, que a problematização, em si, é parte de todo o processo de indagar e interrogar a realidade no decorrer da pesquisa e não uma fase preliminar, que se esgota no início do processo de produção do conhecimento.

2.2 INVESTIGAÇÃO

Os resultados da etapa da instigação estão expostos no capítulo 04 e 05 e se referem as indagações realizadas no curso das pesquisas relativas as ações políticas no campo das áreas protegidas e do turismo, considerando tanto seus aspectos individuais como integrativos quando ao lugar da sociedade nesse processo.

O lugar da sociedade se refere a compreensão de como a dimensão social foi estruturada e reconhecida pelo arcabouço político. Portanto, cabe aqui uma ressalva, mesmo identificando e reconhecendo a existência do debate político e acadêmico sobre as comunidades tradicionais em territórios protegidos, como é o contexto de Guaraqueçaba (DUARTE, 2018; MELLO, 2019; TORRES, MINOZZO, 2019; FERREIRA, PONTES, 2022; CAMARGO, 2016; KASHIWAGI, 2015) a presente pesquisa não alcançou tal profundidade ao tratar sobre o olhar das ações políticas sobre a sociedade no campo específico das comunidades tradicionais. Dessa forma, a sociedade ainda é tratada como um bloco homogêneo, não pela falta de reconhecimento da sua diversidade, mas sim pelo objeto da pesquisa na compreensão de como a sociedade é tratada nas políticas e marcos institucionais que tratam do turismo e das áreas protegidas. Portanto, tal aprofundamento não ocorreu dado ao tempo objetivo da pesquisa, e não pela ausência de reconhecimento da relevância para o campo empírico. Aqui recorro às reflexões de Demo (1989) ao tratar do tempo epistemológico e do tempo da pesquisa por entender que esse não é um fim e sim parte de uma entrega.

Quando problematizamos a relação entre sujeito e objeto nas ciências sociais, quando reconhecemos que não somos capazes, por razões lógicas e ideológicas, de captar exhaustivamente a realidade, estamos na verdade não desistindo da pesquisa, mas preparando condições mais aperfeiçoadas de sua realização. Não queremos esconder-nos atrás de problemas teóricos, metodológicos, empíricos e práticos; pelo contrário, queremos enfrentá-los, de forma que consigamos ainda melhor chegar à realidade. Chegar à realidade significa aproximarmo-nos sempre mais. (DEMO, 1989, p. 63).

Para realizar as investigações relativas ao capítulo 04 algumas referências foram essenciais e se estruturaram como a base para as pesquisas on-line sobre os documentos oficiais dos marcos regulatórios e políticos. No campo das áreas protegidas em âmbito global se destaca o livro Fundamentos de Política e Gestão Ambiental de Maria Augusta Bursztyn e Marcel Bursztyn (2013), o livro de John McCormick - Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista na tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar (1992), já no campo nacional se

destaca os estudos realizados pelo pesquisador José Luiz de Andrade Franco, individualmente ou junto com outros pesquisadores (FRANCO, 2002, 2013; SENA, FRANCO, 2018, DRUMMOND, FRANCO, OLIVEIRA, 2022).

Para as pesquisas das políticas de turismo todas as referências foram fundamentadas em artigos científicos, os quais a partir das suas referências levaram a outros artigos, totalizando uma consulta a 30 referências. Nesse levantamento se destacam as seguintes referências como autores-fonte: Bertha Becker (1995, 2001); Rita de Cássia Ariza da Cruz (2005, SANSOLO, CRUZ, 2003); Gisélia Lima Carvalho (2016); Mariana Manzano Lopes e Alexandre Panosso Netto (2021); Alan Francisco de Carvalho (2000); Liz Rodrigues Cerqueira, Edna Maria Furtado, Rosana Mara Mazaro (2009). Já com relação aos principais documentos relativos aos tratados e convenções internacionais de turismo destaca-se a tese de João António dos Reis (2011).

A partir das leituras dos livros e artigos científicos optou-se por buscar a versão original dos principais documentos oficiais (leis, políticas, planos, tratados e convenções) a partir de pesquisas nas plataformas de busca da *web*. O objetivo foi realizar a leitura aprofundada não sobre a lente e a perspectiva já dada pelos pesquisadores, e sim sobre o problema de pesquisa que pauta a presente dissertação, entendendo aqui que tais documentos oficiais são parte do campo empírico da presente pesquisa.

Com relação ao campo empírico - Guaraqueçaba, município do litoral paranaense, que possui 98.76% do seu território demarcado por áreas de proteção da natureza (DENARDIN et al, 2009) – a aproximação ao objeto se deu no contexto de uma ação colaborativa entre dois programas de extensão universitária da UFPR, a saber: (i) o “Turismo de Base Comunitária e Governança Participativa para o Turismo de Base Comunitária, Ecoturismo e de Aventura do Litoral do Paraná” do curso de Gestão de Turismo da UFPR Setor Litoral; e (ii) o CICLOVIDA por meio do projeto “Rota Caiçara de Cicloturismo”. Ao longo de sete dias, de 1 a 8 de agosto de 2021, realizei uma expedição de carro com destino ao município de Guaraqueçaba. Para o projeto supracitado o objetivo da viagem a campo era o de realizar o levantamento de iniciativas de turismo de base comunitária que pudessem compor o trajeto da Rota Caiçara de Cicloturismo e buscar informações sobre demandas dos anfitriões, suas necessidades delimitadas e dificuldades percebidas.

Esse processo facilitou o reconhecimento inicial sobre o território, assim como abriu as portas para conversar com alguns dos agentes locais dada a credibilidade do projeto Turismo de Base Comunitária e Governança Participativa para o Turismo de Base Comunitária, Ecoturismo e de Aventura do Litoral do Paraná” do curso de Gestão de Turismo da UFPR Setor Litoral, sob a coordenação da Professora Beatriz Cabral, que colabora de forma inspiradora para a presente pesquisa.

Ao longo dos sete dias de incursões ao território conheci ou revisei sete comunidades em Guaraqueçaba e passei por outras duas localidades. Na área continental visitei o Costão, Rio Verde, Pedra Chata e o Potinga, e na porção marítima visitei a Ilha Rasa (com três comunidades), Ilha da Gamela e a comunidade do Poruquara. Ao longo desses dias foi possível atender as demandas dos projetos de extensão, bem como realizar uma aproximação sensível (BACHELARD, 2006, apud FARIA, 2021), ou seja, estabelecer uma primeira dimensão das “condições da vida real” (YIN, 2016, p.81) ao longo da estrada, em locais em que a atividade turística se fazia presente.

Além disso, a participação no grupo de extensão de ambos os projetos permitiu o reconhecimento, ainda aproximado, de diversas organizações e agentes que atuam na ou para a região, com propostas de desenvolvimento do turismo, em diferentes frentes como, por exemplo: (i) captação ou realização de cursos de qualificação para atuar no turismo, enquanto trabalhador ou empreendedor social; (ii) integração de iniciativas para o fortalecimento da comercialização dos produtos locais por meio da promoção da conexão entre os agentes externos, operadores e organização com os anfitriões locais; e, (iii) debate do Projeto de Lei nº 138/2021 que dispõe sobre o turismo de base comunitária e dá outras providências (protocolo nº 2254/2021) do qual participei enquanto extensionista.

Ainda que as investigações sobre Guaraqueçaba tenham tido uma aproximação ao campo da pesquisa no município, optou-se pela descontinuidade da realização de pesquisas de campo dada as condições instáveis de saúde pública decorrentes da pandemia do Covid-19. Não obstante a descontinuidade imposta pelas condições adversas, as atividades no campo empírico foram muito inspiradoras, mas se reconhece que o campo empírico da presente pesquisa são as políticas públicas, conforme já exposto.

Portanto, o enfoque foi o aprofundamento nas pesquisas acadêmicas já realizadas buscando a integração entre as análises tendo em vista que não havia

pesquisa em profundidade que tratasse das ações políticas sobre turismo, sendo as áreas protegidas o principal enfoque das pesquisas acadêmicas dada a magnitude do impacto sobre o modo de vida e de reprodução social da população local. As pesquisas proporcionaram o reconhecimento dos marcos regulatórios e políticos que foram pesquisados e lidos em suas versões originais. A cada novo marco outras palavras-chaves surgiam e novamente se realizava a busca por novas pesquisas acadêmicas. A relação das pesquisas consultadas está exposta nos Apêndices 3 e 4.

Destaca-se ainda a Coletânea da Legislação de Uso e Ocupação do Solo no Litoral Paranaense, organizado pela Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense-COLIT. A coletânea conta com 3 volumes e apresenta mais de 80 marcos regulatórios que incidem sobre o território, sendo alguns de maneira direta, que foram elaborados para a região do litoral, enquanto outros se referem aos marcos nacionais que pautam as políticas de caráter ambiental e de uso e ocupação do solo.

Neste processo que se consolidam os questionamentos mencionados anteriormente: Quais e como foram os direcionamentos propostos pelas ações públicas do Estado no campo das áreas protegidas e do turismo? Como a sociedade estava incluída ou excluída nestas ações políticas? Como se deu a integração entre as políticas de Áreas Protegidas e de Turismo?

Por fim, a apropriação do objeto, momento em que o conhecimento produzido sobre as ações políticas de turismo e áreas protegidas é sintetizado na identificação de elementos constitutivos das ações, reconhecido como conhecimento valorizado (FARIA, 2022), foi exposto enquanto realidade elaborada nos itens finais dos capítulos 04 e 05.

2.3 EXPOSIÇÃO

Como recurso expositivo, o resultado da presente pesquisa é apresentado em cinco capítulos. Iniciando com introdução como forma de contextualizar o conteúdo aqui proposto enquanto problemática de pesquisa. Apresenta, na sequência, o presente capítulo, a metodologia, enquanto condição fundamental de toda investigação, considerada a partir da proposta relativa à Ontologia e Epistemologia Crítica do Concreto - OECC elaborada pelo professor José Henrique de Faria (2022). O terceiro capítulo apresenta a abordagem que integrou a pesquisa bibliométrica com

a revisão bibliográfica, resultando no Estado da Arte sobre Turismo e Áreas Protegidas (problematização da pesquisa). No quarto capítulo são pesquisados os instrumentos políticos nacionais, inseridos em um contexto global de debate da proteção da natureza e do desenvolvimento do turismo, para contextualização dos marcos e regulatórios e políticos sobre Turismo e Áreas Protegidas.

O capítulo quatro tomou uma magnitude maior do que esperado no início do seu desenvolvimento e, mesmo trazendo um resgate temporal de quase 100 anos de debate das políticas, é relevante ressaltar que não foi possível tratar de todo o arcabouço jurídico que envolve o objeto de pesquisa haja visto a profusão de leis e normativas que envolvem as questões ambientais. Portanto, a seleção realizada considerou as de maior impacto para a integração dos temas.

Já o quinto capítulo se refere ao objeto empírico da presente pesquisa que é o município de Guaraqueçaba. Suas características como objeto do campo empírico dessa pesquisa são apresentadas a partir de documentos oficiais e de trabalhos científicos. Além disso, foram consideradas as informações de acesso virtual, atualmente fundamentais para o viajante no momento de escolher seu próximo destino.

Um recurso adotado para a citação direta foi o uso do prenome dos principais autores cuja as pesquisas são relevantes neste contexto. Portanto, são apresentados os nomes completos das principais referências ao longo do texto. O objetivo foi compreender e apresentar a pluralidade de gênero dos pesquisadores dos campos de pesquisa o que, na forma tradicional de citação de sobrenome e ano, se torna oculto. Outro recurso adotado foi a ordem não cronológica de apresentação das citações indiretas compostas por mais de uma pesquisa de referência, a apresentação se deu pela ordem de aderência as análises aqui presentes. Destaca-se, ainda, a inclusão dos apêndices como forma de complementar as argumentações e análises aqui presentes.

Por fim, como recurso expositivo os capítulos apresentam primeiro o texto de estrutura descritiva das pesquisas acadêmicas e das ações políticas, seguidos pelas considerações finais de cada capítulo baseada no tensionamento integrado das reflexões sobre a realidade tendo como pressuposto a reflexão sobre a construção do conhecimento enquanto ferramenta de transformação (ESCOBAR, 2010).

Evidentemente, esta exposição não é uma transformação que alcança o sistema de produção. Contudo entendemos que a pesquisa pode impactar e alterar

práticas locais singulares partindo da transformação da concepção da ação política. Assim, ao se desfazer de amarras da política de racionalidade instrumental, reconhecendo os percalços históricos causadores dos conflitos socioambientais, a que se construir novas fronteiras e expandir as existentes, de forma que sejam exploradas no campo da ação política, de maneira que está cumpra, então, sua função social.

3 TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS: O OLHAR DA PESQUISA ACADÊMICA.

O presente capítulo se divide em três subcapítulos que separam a forma, o conteúdo e a análise da pesquisa bibliométrica e da revisão bibliográfica realizada. Inicialmente são apresentados os aspectos metodológicos da revisão bibliométrica que levam a construção das bases para a realização da revisão bibliográfica que compõe o estado da arte sobre Turismo e Áreas Protegidas. Por fim, nas considerações finais, são pontuados os principais temas abordados pelos pesquisadores, elementos que são usados como referência para a análise das questões relacionadas a Guaraqueçaba, capítulo 5.

3.1 REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

Em julho de 2021 foi realizada uma pesquisa bibliométrica sob os descritores “Turismo” e “Áreas Protegidas”, sem recorte temporal, totalizando 339 artigos, em quatro portais de pesquisas científicas, a saber: (i) 62 pelo Portal Capes, biblioteca nacional de periódicos, sob o filtro da seleção pelo idioma português e com a seleção da pesquisadores brasileiros totalizando 19 artigos, ii) 292 nas bases da Scielo (127) e da Web of Science (165), por abranger um número expressivo de revistas de relevância internacional, acessado via acesso CAFE do Periódico Capes; e iii) 28 na coleção de turismo do portal Redalyc, biblioteca digital mantida Universidade Autónoma do Estado do México para alcançar as produções latino-americanas de acesso aberto.

Do conjunto original, 34 artigos estavam repetidos entre as bases, totalizando a base inicial com 305 artigos. Nessa etapa foi elaborado um painel interativo⁷ (*dashboard*), pela plataforma gratuita *DATASTUDIO da Google*, conectado diretamente com a planilha estruturada, que permitiu a elaboração de gráficos interativos, ferramentas de consultas e cruzamentos de temáticas disponíveis.

O objetivo da revisão bibliométrica era, para além de realizar a revisão bibliográfica e a revisão da literatura sobre Turismo e Áreas Protegidas, compreender

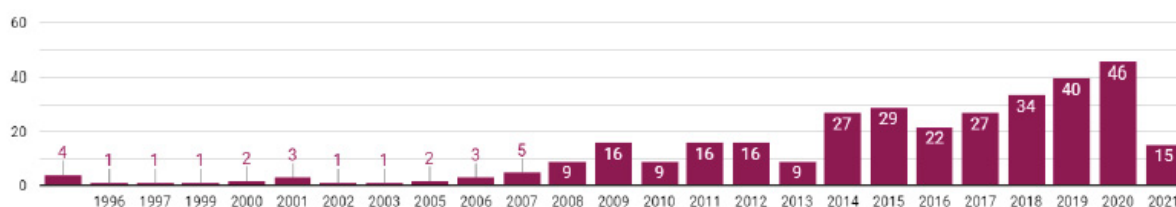
⁷ APÊNDICE 2 – BANCO DE PESQUISA: TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS (PAINEL)

as principais temáticas relacionadas ao campo do turismo integrado ao debate sobre as áreas protegidas. A lista de publicações foi organizada em planilha⁸, chamada de Banco de Pesquisa, estruturada com campos adaptados a partir dos campos originais de cada base utilizada.

O resultado foi a padronização dos seguintes campos:

- i) Informações básicas: Id (identificador para cada publicação), Base captada, Título, Autores, Palavras-chave, Ano, Journal, DOI, Idioma e País;
- ii) Conteúdo: resumo original, resumo traduzido;
- iii) Análise: descritivo dos temas gerais e objetivo de pesquisa, agrupamento em eixos temáticos, definição sobre a inclusão ou exclusão

FIGURA 1: ANO DOS ARTIGOS DA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA GERAL



FONTE: Banco de Pesquisa, elaboração própria (2021)

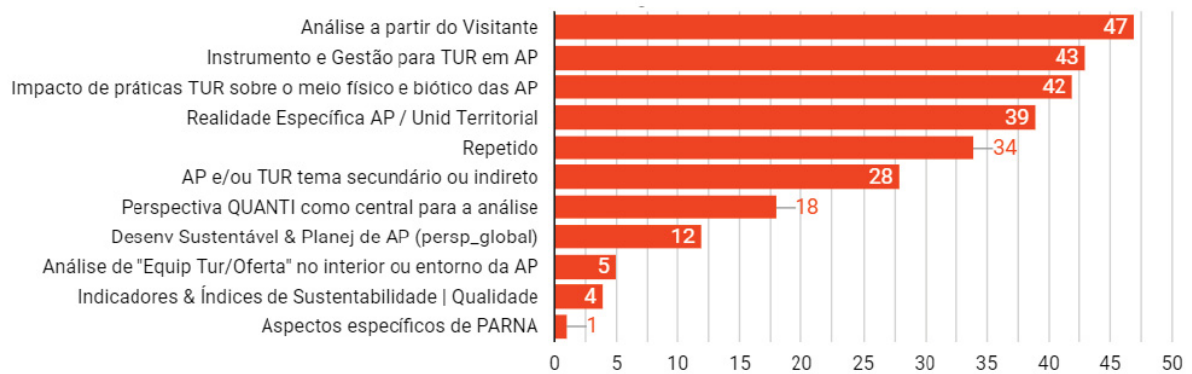
Observa-se que entre os artigos captados nas bases supracitadas 79% foram elaborados nos últimos 10 anos, com um acréscimo substancial entre 2018-2019. Após montar o “banco de pesquisa” foi realizada a leitura dos resumos como forma de estabelecer o padrão de corte dos artigos que seriam lidos com maior critério para a elaboração da revisão da literatura.

O critério estabelecido para o primeiro recorte foi a perspectiva crítica do estudo na sua forma mais simples, ou seja, se o artigo tinha como base questionar e problematizar as relações socioambientais dos territórios protegidos em que a atividade do turismo se faz presente. Outro recorte foram os artigos que se estruturavam pela metodologia quantitativa, por entender que essa, embora possa fornecer informações importantes, tem como essência metodológica a criação de modelos preconcebidos que reduzem a apreensão da realidade favorecendo a “primazia da ideia” (FARIA, 2021), o que não compõe a base ontológica e epistemológica da presente pesquisa e do acesso ao campo empírico.

⁸ APÊNDICE 1 – BANCO DE PESQUISA: TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS (BASE)

Desta forma os artigos foram agrupados em eixos temáticos. Sabe-se que essa organização ao mesmo tempo que é uma simplificação das pesquisas é arbitrária e elaborada a partir do conhecimento prévio da pesquisadora. De todo modo, é preciso explicar que o exercício de agrupar em eixos temáticos teve como objetivo analisar, em termos gerais, quais são as principais questões levantadas pela pesquisa acadêmica na conexão entre as temáticas Turismo e Áreas Protegidas. Assim, considerando alguns dos temas recorrentes nas pesquisas de turismo, sejam essas realizadas por instituições do governo, na produção acadêmica e por organizações empresariais ou empresas, houve a escolha em definir agrupamentos para análises gerais e, portanto, não aprofundadas das produções no campo de estudo da pesquisa.

FIGURA 2: TEMÁTICA DOS ARTIGOS EXCLUÍDOS DA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA GERAL



FONTE: Banco de Pesquisa, elaboração própria (2021)

Os estudos que direcionam a análise sobre o turismo a partir da perspectiva dos visitantes representam o total de 17%. Nesse caso foram considerados, por exemplo, os artigos que tinham como foco a análise de atitudes e comportamentos dos turistas, suas percepções de qualidade do destino, as características dos movimentos e fluxos de pessoas e de recurso e resultados econômicos ou socioeconômicos da visitação nas Área Protegida e entorno (ZEJDA; ZELENKA, 2019; TROYO-VEJA, et al., 2019; ROMAN; NAHUELHUAL, 2009).

As pesquisas sobre os diferentes tipos de recursos para a gestão do uso turístico em áreas de proteção ambiental compõem o segundo agrupamento de maior incidência, com 15% do total. Entre os artigos desse grupo podemos destacar desde os aspectos específicos da gestão, como o uso de instrumentos de monitoramento abordado no estudo sobre capacidade de carga de Félix Zumbardo Morales (2017) e o mapeamento participativo de atrativos em um refúgio nacional da vida selvagem (ZUMBARDO MORALES, 2017), ambos os estudos realizados na Costa Rica. Até

estudos mais gerais, sobretudo no que se refere as metodologias de planejamento, como o artigo sobre a AAE - Avaliação Ambiental Estratégica de dois Parque Naturais na Sérvia (NENKOVIC-RIZNIC, 2016). Os trabalhos sobre aspectos específicos da gestão podem ser fontes de reflexão para os agentes públicos que atuam direta ou indiretamente na administração Áreas Protegidas, trazendo estudos de caso de situações que resultaram no envolvimento da população local, tipos de parcerias público privadas e instrumentos específicos.

Há trabalhos que identificam e analisam os efeitos das práticas turísticas sobre o meio físico e biótico das áreas naturais protegidas sob diferentes olhares, em que se encontram tanto trabalhos com interesse na mensuração dos impactos sobre os recursos naturais das áreas protegidas dado o uso turístico (SALINAS-ZAVALA et al., 2017; FORERO, 2019), como outros que compreendem o conflito de usos dos recursos naturais tendo o turismo como um dos fatores, tal qual, por exemplo, o estudo da cadeia de valor do pescado em que os diferentes usos e atores estão envolvidos em processos com impactos relevantes ao ambiente marinho local, também chamado de recurso pesqueiro (LOPES et al., 2017).

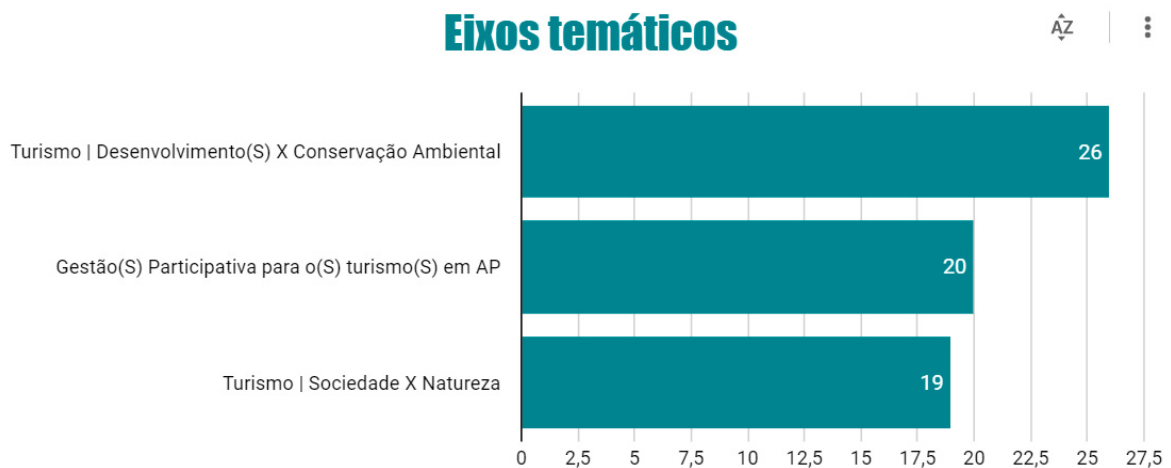
Sobre as temáticas específicas de Áreas Protegidas e turismo, encontram-se estudos que caminham em direção à questão sobre a dos Grandes Mamíferos na África do Sul (MACIEJEWSKI et al., 2014), sobre o Impacto das Mudanças Climáticas em roteiros turísticos de Porto Seguro/BA, Brasil (CARVALHO et al., 2020), enquanto outras produções tratam das áreas protegidas e do turismo como temas secundários, tal qual os estudos sobre políticas nacionais (NEPAL, 2000) ou ainda sobre processos históricos, sem o aprofundamento da compreensão das mudanças, da implantação de um Parque Nacional (CARRUTHERS, 2011).

Por fim, decidiu-se pelo não uso das pesquisas que apresentam a perspectiva quantitativa como método base para estudar o fenômeno turístico em áreas protegidas os quais, de forma bastante diversificada, compreendem estudos com muitas temáticas distintas como, por exemplo, a Participação Social (GANI et al., 2015; HERNÁNDEZ-RAMÍREZ et al., 2016), a Percepção da população local (MUTANGA et al., 2015; SANTANA, NASCIMENTO, MARQUES, 2020) e a Percepção dos prestadores de serviços (BOBADILLA JIMÉNEZ et al., 2017). Estes estudos, ainda que tenham sua relevância no campo da pesquisa acadêmica, não se estruturam nos pressupostos da dimensão epistemológica adotada para a presente investigação.

Assim, após a leitura dos 339 resumos dos artigos da base bibliométrica, 104 artigos foram pré-selecionados para uma leitura mais aproximada. O segundo refinamento agregou a necessidade de identificar nos artigos o olhar, do maior ou menor grau, para a esfera social na relação complexa entre turismo e áreas de proteção. Para tanto, foi realizada uma leitura dinâmica da introdução e, quando permaneciam as dúvidas, da revisão teórica.

Ficou então delimitada a seleção de 65 artigos, os quais foram agrupados em três eixos temáticos: (i) Sociedade e Natureza, para os que inseriam as relações sociais no quadro de análise; (ii) Gestão Participativa, artigos direcionados a compreender os processos de gestão das áreas protegidas em que o turismo é uma realidade; (iii) Desenvolvimento x Conservação, sobre as análises que envolvem as Áreas de Conservação e políticas e estratégias de desenvolvimento.

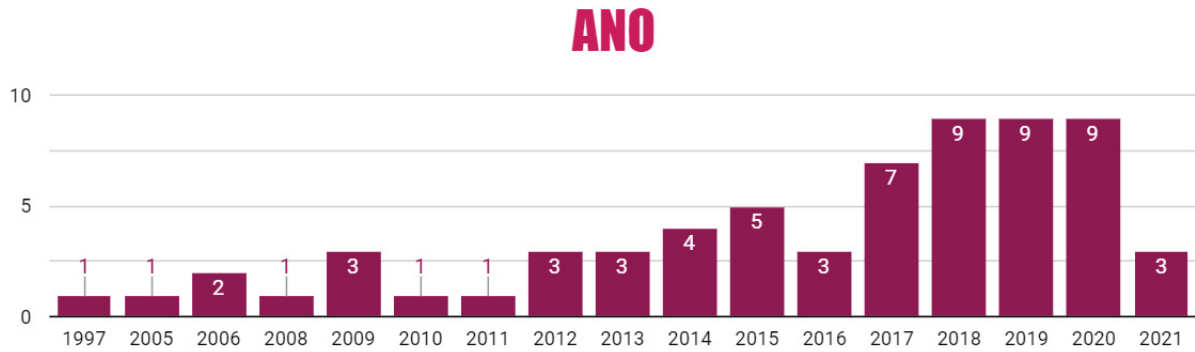
FIGURA 3: EIXOS TEMÁTICOS DOS ARTIGOS DA REVISÃO DA LITERATURA



FONTE: Banco de Pesquisa, elaboração própria (2021)

Entre os 65 artigos que irão compor a fase da problematização para a OECC, também chamada de Revisão da Literatura ou Estado da Arte, é possível verificar a crescente produção ao longo dos últimos 20 anos, mas o volume maior está concentrado nos últimos 10 anos, compondo, entre 2010 e 2021, um total de 83% das produções.

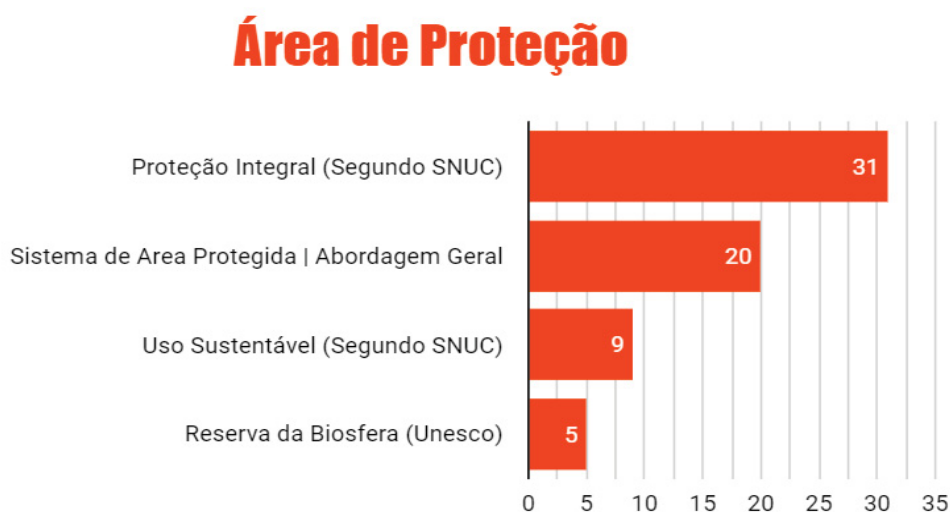
FIGURA 4: ANO DE PUBLICAÇÃO DOS ARTIGOS DA REVISÃO DA LITERATURA



FONTE: Banco de Pesquisa, elaboração própria (2021)

Sobre os procedimentos metodológicos, corroborando com a perspectiva da OECC sobre a essência do campo empírico para a pesquisa, identificamos que 87% são estudos de casos, de abordagem exclusivamente qualitativa, enquanto que os demais usam uma abordagem mista. Entre as tipologias das áreas de proteção que compõe o recorte empírico da pesquisa, desde a seleção inicial, ou seja, na leitura dos 309 resumos, foi identificada a proeminência dos artigos relacionados as áreas de proteção integral, em especial, análises voltadas aos Parques Nacionais. As áreas de proteção integral, como os parques, possuem uma relação mais restrita com o turismo, tendo em vista que são unidades territoriais que não permitem a moradia ou o acesso direto, assim como qualquer atividade produtiva que não esteja atrelada a pesquisas científicas e à visitação a lazer ou de caráter educativo.

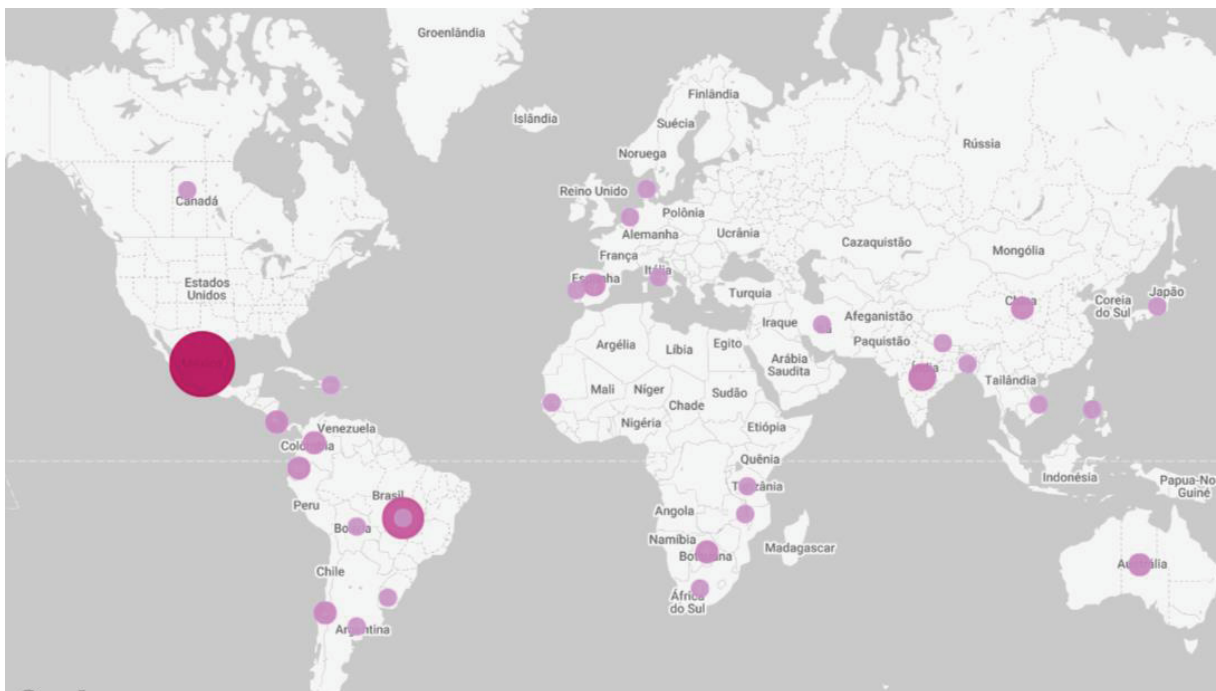
FIGURA 5: TIPOLOGIA DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO DOS ARTIGOS DA REVISÃO DA LITERATURA



FONTE: Banco de Pesquisa, elaboração própria (2021)

Sobre a localização das áreas protegidas em que os estudos foram realizados, estes representam, na sua maioria, as áreas do Sul Global. Poucos estudos trabalharam com ênfase na comparação entre unidades, pois a ênfase, de maneira geral, consistia em compreender em profundidade as dinâmicas de um determinado território.

FIGURA 6: PAÍS DO ESTUDO DE CASO DOS ARTIGOS DA REVISÃO DA LITERATURA



FONTE: Banco de Pesquisa, elaboração própria (2021)

3.2 TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS: ESTADO DA ARTE

Os estudos que relacionam turismo e áreas protegidas apresentam diversidades em suas perspectivas metodológicas, recortes empíricos e abordagens teóricas. Para o campo das pesquisas sociais, foi partir dos anos 1990 que o debate acadêmico sobre turismo e áreas protegidas se tornou mais frequente (MARTINS, 2011; ASCANIO, 2010).

Esse mesmo período da década de 1990⁹ é reconhecido na produção acadêmica que compõe a presente revisão como o momento que marca o debate sobre a proteção de áreas naturais enquanto pauta das agendas internacionais, sendo

⁹ O presente marco será revisto no capítulo 04 da presente pesquisa, colocando como marco inicial a década de 1930, marco subsequente os anos de 1960/1970, até o marco da Eco-92.

incorporada na Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, tratado internacional acordado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, conhecida popularmente como Eco-92, Rio-92 (MMA, 2000).

É neste contexto que, no cenário internacional, também se intensificam as delimitações das áreas protegidas “[...] reconhecidas como prioridades e dispositivos de alcance global para a conservação da biodiversidade” (IRVING, 2018, p.93). Mesmo com o reconhecimento da soberania das nações sobre seus territórios e sobre as ações que pautam as questões ambientais (MMA, 2000), os governos centrais passam a estabelecer políticas de demarcação de territórios de interesses para proteção e patrimonialização ambiental, de forma a assumir a não soberania, a não capacidade decisória das localidades em relação aos seus espaços (NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010; RODRIGUES et al., 2013).

Grande parte das pesquisas destacam que no Brasil a história da preservação ambiental tem como marco a criação de “Unidades de Conservação” entre as décadas de 1980 e 1990. Nos anos 2000 a preservação ganha novos contornos com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000). A Unidade de Conservação é, então, definida como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL 2000, Art 2º, Parágrafo I)

Entre os estudos analisados, o contexto histórico de implantação das áreas protegidas é tratado como um aspecto significativo para a compreensão da realidade atual. Observa-se os casos em que a política ambiental é proposta e implementada de fora para dentro, ou seja, uma política de caráter vertical que interfere nas bases socioambientais que produzem o território a partir do estabelecimento de regras de uso e ocupação sem considerar as relações pré-existentes e as realidades específicas. (NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010; BLAIR, 2019; SANTILLÁN, 2015, STRICKLAND-MUNRO; MOORE, 2012; MARTINS, 2011).

Alguns autores debatem a patrimonialização do ambiente natural que, em aparência, reconhece a importância do espaço afetado, mas ao mesmo tempo estabelece uma relação mercantil com o que antes era um espaço de vida cotidiana;

como nos estudos dos Baldios - terras comunais no norte de Portugal, da Patagônia Argentina e, da praia Martim de Sá na Reserva Ecológica da Juatinga no Estado do Rio de Janeiro (LUZ, 2017; NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010; SINAY et al., 2018; RODRIGUES et al., 2013; PALAFOX-MUÑOZ; ARROYO-DELGADO, 2020).

Esses aspectos se manifestam na multiplicidade de interesses após a implantação das áreas protegidas que, por sua vez, demarcam essas novas dinâmicas sociais sobre os territórios (LUZ, 2017; NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010; SINAY et al., 2018; HOEFFEL, 2008; RODRIGUES, 2015; MARTINS, 2011). Por exemplo, no estudo sobre a comunidade Caiçara de Martim de Sá - RJ, por um período de 17 anos a dinâmica sobre o território estabeleceu processos de ruptura de aspectos sociais intrínsecos à comunidade influenciando a relação atual com o lugar (SINAY et al., 2018). Já no processo histórico de San Carlos de Bariloche - Patagônia Argentina - problematizado segundo dois marcos de intervenções políticas, nos anos 1934 e 1955 -, observa-se que se estruturou por perspectivas antagônicas entre crescimento e desenvolvimento, resultando na relação incompleta entre a atividade econômica e o turismo enquanto atividade social e lazer. O cerceamento das capacidades de autonomias locais é tratado por Paula Núñez e Laila Vejsbjerg (2010) como processo histórico irreversível para San Carlos de Bariloche. Esses exemplos, considerados não apenas por essas autoras, abordam mudanças que se fizeram presentes no “espaço-tempo” de modo a modificar nessas áreas tanto a organização social quanto a relação com o meio (NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010; RODRIGUES, 2015; MARTINS, 2011; PALAFOX-MUÑOZ; ARROYO-DELGADO, 2020).

A profusão de interesses sobre o território é, também, debatida sobre o tema de áreas protegidas, conservação e lazer pela socióloga e pesquisadora Ana Lucia L. Martins, com o recorte empírico na Reserva Biológica do Tinguá (Rebio-Tinguá) e “nas populações que vivem e frequentam o seu entorno na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Tinguá-Iguaçu, periferia metropolitana do Rio de Janeiro.” (MARTINS, 2011, p. 52). A diversidade de dinâmicas locais e interesses mobiliza e afasta atores mais ou menos ligados às pautas conservacionistas ou desenvolvimentistas para a região. Esses interesses marcam o território e, em 2003, a gestão da reserva delimita a estratégia de aproximação da população local na perspectiva de aproximá-la da ideia de valor da conservação.

A ideia de ruptura socioambiental com o território (SINAY et al., 2018) se apresenta de diferentes formas entre os estudos, mas prevalecem as mudanças,

aceleradas ou não, sobre os sistemas produtivos. Em sua maioria, os estudos de caso problematizam as mudanças e até a substituição dos sistemas agrícolas artesanais e extrativistas como dinâmicas de afastamento ou de ressignificação do território pelas populações locais (SINAY et al., 2018; RODRIGUES et al., 2013; BLAIR et al., 2019; BERNARD et al., 2018; HOEFFEL et al., 2008; ORACION et al., 2005).

Desta forma, se percebe a influência da remodelagem da estrutura fundiária e socioeconômica nas diversas esferas da vida local e, como fator de alteração nas formas de se relacionar com o meio. A partir deste conjunto de problematizações Laura Sinay et al. (2018) propõem o aprofundamento sobre o reconhecimento das questões que causaram a desconexão com o território, bem como o que permaneceu da relação com a terra enquanto espaço de reprodução da vida local.

Neste contexto, é importante considerar que as mudanças não são decorrentes exclusivamente das legislações ambientais (BLAIR, 2019), pois, a cultura e os modos de reprodução da vida não são estáticos, ao contrário, se alteram ao longo do tempo. Entretanto, as problematizações das pesquisas, mesmo que não analisem diretamente a política ambiental e seus efeitos sobre o uso e a ocupação do território e seus modos de reprodução da vida, abordam, em sua maioria, os impactos causados às populações locais pela implantação de restrições e mecanismos de controle do uso dos recursos naturais impostos ou estabelecidos por instrumentos jurídicos. (SINAY et al., 2018; RODRIGUES et al., 2013; BLAIR et al., 2019; BERNARD et al., 2018; HOEFFEL et al., 2008; PALAFOX-MUÑOZ; ARROYO-DELGADO, 2020; MARTINS, 2011). Deste modo, percebe-se em diversos dos casos estudados o que Santillán (2015) aponta como desequilíbrio dos resultados das políticas ambientais sobre o território, ou seja, os ganhos são para uma minoria e a socialização dos prejuízos socioeconômicos é para todos.

Nos estudos sobre lugares mais isolados, que também foram circunscritos por instrumentos legislativos como área natural protegida, se observam elementos, não na sua totalidade, que ressaltam perspectivas relevantes sobre as primeiras ressignificações das relações socioambientais com os territórios como forma de: (i) inserção de novos atores sociais fazendo parte do cotidiano vivido, com interesses conflituosos sobre o acesso à terra e seus recursos; (ii) normas e regras impostas sobre acesso à terra e uso dos recursos comunitários sem compreensão sobre o modo de vida das localidades; (iii) mercantilização da terra, sua demarcação e restrição de acesso; (iv) mudança de uso de locais de fruição representativos da cultura local; (v)

pequena participação dos postos de trabalho gerados nos serviços de interesse turístico e de proteção ambiental; e (vi) ausência da população nos espaços deliberativos. E, em momentos posteriores: (i) emigração da população local, que não estabelece vínculos com as novas dinâmicas socioeconômicas; (ii) sequelas culturais das mudanças impostas; e, (iii) envelhecimento da população local (NEPAL, 1997; STRICKLAND-MUNRO; MOORE, 2012; LUZ, 2017; RODRIGUES et al., 2013; SINAY et al., 2018; BLAIR et al., 2019).

O debate sobre o trabalho, enquanto categoria de análise, não está presente diretamente nos estudos analisados. Algumas questões aparecem integradas à análise geral sobre as novas dinâmicas locais como, por exemplo: (i) a dificuldade de acesso da população local às novas relações de trabalho decorrentes da baixa escolaridade para atuação no comércio e no serviço turístico, restando os trabalhos de menor especialidade, mais braçais e temporários; (ii) o conflito das formas de produção e das condições materiais estabelecidas nas relações de trabalho do turismo; e, (iii) a escassez de recursos financeiros para investir na migração do trabalho autossuficiente (MARTINS, 2011; NEPAL, 1997).

Se, por um lado, a população local não tem escolaridade que permita a inserção no mercado de trabalho do turismo, por outro há poucas iniciativas que incluem a população às novas dinâmicas institucionais do território e que permitam a subsistência, quer pelo trabalho ou a ausência desse ou, pelo acesso restrito aos recursos e à terra (NEPAL, 1997; FAIRER_WESSWLS, 2016).

Para Hoeffelt et al. (2008), Blair (2019), Sinay, (2018) e Luz (2017) esse modelo de desenvolvimento, que cerceia a população local dos meios e modos de reprodução da vida, impulsionando a existência à margem do desenvolvimento proposto pelas políticas públicas, estabelecendo processos de ruptura dos vínculos materiais, sociais e cultural dos grupos sociais com meios de vida os quais precisam ser compreendidos pelo olhar da população de forma que as relações sociopolíticas sejam parte do reconhecimento dessas dinâmicas.

Na perspectiva de Sinay (2018) a academia tem a possibilidade de analisar criticamente as políticas públicas dando suporte aos agentes interessados no monitoramento integrativo das políticas para que a tomada de decisão que leve em consideração a contribuição e o conhecimento das populações locais. Já Blair (2019) trata da lacuna científica de pesquisa que se aprofundem nos fatores políticos, no

sentido da ação, ato político que se estabelecem nos interesses diversos sobre as áreas.

Hoeffelt et al. (2008) falam da contribuição da ciência na compreensão das dinâmicas de territórios protegidos se referindo a Woodgate e Redclift (1998). Os autores ao tratarem das “múltiplas maneiras de representar a natureza e o meio ambiente” (HOEFFELT et al., 2008, p. 131) com a natureza enquanto espaço de vida, afirmam a necessidade de representar cada agente e/ou grupos sociais, para que seja possível estabelecer a visão partilhada em “processos de reformulação do conhecimento e transformação e assim a construção e reconstrução social de espaços socioambientais” (WOODGATE; REDCLIFT, 1998, P. 157 apud HOEFFELT et al., 2008, p. 132).

Complementar ao reconhecimento dos diferentes atores envolvidos com o território, algumas pesquisas se utilizam da teoria sobre Gestão de Recursos Comum de Elinor Ostrom (1990). Também conhecida como a teoria do comum ou o conceito de “common”, referência estudada para as questões relativas à gestão de áreas protegidas. A teoria de Ostrom ganha espaço na década de 1990 com a publicação do livro “*Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*”. O conceito surge como uma perspectiva alternativa aos modelos de gestão de bens comuns delimitado por Hardin no trabalho “*The Tragedy of de Commons*”, de 1968, o qual afirma não haver arranjos possíveis para os bens comuns que não seja a privatização ou a instituição de rígidas regras de uso sob uma gestão centralizada (SAVAZONI; SILVEIRA, 2018).

A associação da teoria do comum aos estudos sobre turismo e áreas protegidas se dá tanto no reconhecimento das múltiplas maneiras de representar, de se relacionar e de se apropriar da natureza, quanto, mas não de forma separada, nas capacidades e nos conflitos de cooperação e construção de instituições sociopolíticas de governança partilhada para a gestão da preservação dos bens comuns (LUZ, 2017; STRICKLAND-MUNRO, MOORE, 2012; HOEFFELT et al., 2008; NYAUNPANE; POUDEL; YORK, 2020; PALAFOX-MUÑOZ; ARROYO-DELGADO, 2019).

O vínculo das pessoas com os seus lugares de vida é o olhar proposto por Lemelin et al. (2015) e Hoeffelt et al., (2008) por diferentes, mas complementares problematizações. Ambas as pesquisas partem de diferentes referências que utilizam os conceitos de de Yi-Fu Tuan, em especial, sobre suas obras - *Space and place: The perspective of experience* (1997) e *Topofilia: Um estudo da percepção e valores do*

meio ambiente (1980). Embora Yi-Fu Tuan seja uma referência na geografia cultura e humana, área do conhecimento científico que realiza estudos no campo do turismo, na revisão realizada se apresenta como uma nova perspectiva sobre a conservação, a sociedade e o turismo.

Lemelin et al. (2015) problematiza a identificação ou não das pessoas sobre seu lugar de vida, como lugar de apego, que pode representar comunidades ou grupos sociais sobre seus espaços imbuídos de relações históricas. Como resultado da pesquisa, que tem como recorte empírico as dinâmicas intracomunitárias e o turismo na aldeia de Rosspport, em Ontário no Canadá; os autores sugerem que a consciência do lugar, tempo e espaço formam os valores que distanciaram ou conectaram pessoas e que a compreensão das relações de pertencimento podem ser parte da construção de um compromisso comunitário, que proporcione inovações na forma de integrar as estratégias de mudanças necessárias (LEMELIN et al., 2015, p. 169).

Já para Hoeffelt et al. (2008) ao referenciar os trabalhos de MacNaghten e Urry (1998), Kidner (2000), Hannigan (2002) e Yearley (2002) discutem a importância de investigar as significações concebidas pelas pessoas aos fatos sociais e ambientais que representam as mudanças dos territórios e as condições atuais de vida. Para tanto, se utilizam do conceito de percepção ambiental para aprofundar sua pesquisa de modo a “evidenciar e caracterizar as percepções, interesses e ações dos diferentes atores sociais atuantes no Reservatório dos Rios Jaguaruá/Jacareí e seu entorno, [...] e seus reflexos na realidade regional” tendo como fundamento que a compreensão percepções, interesses e ações articulada por grupos de interesse pode orientar as propostas de gestão sustentável (HOEFFELT et al., 2008, p. 138).

Olhar para questões ambientais pela lente das políticas públicas é bastante frequente no ambiente acadêmico tendo em vista que são as ações políticas, materializadas em legislações, planos e projetos que delimitam a intervenção do Estado sobre o meio. A política pública é constituída pela escolha de agendas, isto é, pelo “conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes” (SECCHI, 2013, p. 46). Tal escolha direciona o investimento dos recursos financeiros e o foco do trabalho dos servidores públicos. Como resultado, ficam definidos os temas, os segmentos sociais e os espaços que ganham atenção e importância, em detrimento de outros.

Neste contexto das políticas públicas, destaca-se o uso dos termos desenvolvimento e sustentabilidade, abordado em 70% e 60% dos artigos,

respectivamente. Poucos são os artigos que questionam, de alguma forma, os conceitos no caminho de problematizá-los enquanto conceitos globais ou locais, ou seja, capazes ou não de representarem a realidade específica de cada território, ou ainda, que sua definição tenha sido construída de forma integrada considerando as especificidades de cada território (HOEFFELT et al., 2008; BLAIR, 2019).

Dessa forma, o desenvolvimento, mais do que um conceito investigado e aprofundado, em uma perspectiva crítica é, para a “maior parte das pessoas (...) algo bom e necessário, sem fazer um exame minucioso sobre as consequências das políticas e práticas a ele relacionadas.” (FREITAS et al, 2016, p.93). Como analisa Freitas (et al, 2016), para além do discurso, enraizado em uma crença social de algo que possa trazer benefícios sociais e econômicos, a coletividade não coloca à prova as práticas a partir de experiências de propostas de políticas de desenvolvimento já realizadas.

Na trilha desta transformação conceitual a palavra “sustentabilidade” ganha um espaço de destaque, também, especialmente por tentar responder às várias crises socioambientais que se multiplicam em quantidade e escala, em face da urbanização acelerada, a intensidade da industrialização, o turismo de massa, a concentração de renda e o aumento da pobreza, por exemplo.

O termo “sustentável”, popularizado a partir do documento “Nosso futuro comum” conhecido como “Relatório Brundtland” da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNITED NATIONS, 1987) monopolizou desde então os títulos de documentos governamentais e indicadores de “desenvolvimento”. Um dos marcos mais recentes desta incorporação são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, marca da Organização das Nações Unidas. Tais objetivos são popularizados em campanhas para sua incorporação contínua em políticas nacionais e locais, de forma a demonstrar o alinhamento da nação ao pacto global para superação dos principais problemas da humanidade.

Para Luz (2017), Hoeffel et al. (2008) e Sinay (2018) é necessário problematizar o termo a realidade local tendo em vista que sua estruturação é política, ou seja, é uma delimitação política que interfere ou orienta os projetos locais. Já Palafoz-Muñoz & Arroyo-Delgado (2020) ao debaterem a sustentabilidade social das populações que vivem em Áreas Protegidas em que o Estado central do México delimitou a inserção do turismo, coloca em xeque sua efetividade, tendo em vista as reais condições de vida e de marginalidade que vivem tais populações. Os autores

colocam como ponto central a distância que as populações tem das tomadas de decisão.

Neste contexto, mais de 40% dos estudos sobre Turismo e Áreas Protegidas, tratam das questões relativas à governança de forma direta. Ademais, 50% são publicações recentes entre 2018 e 2020, delimitando essa como uma temática relevante no contexto atual. A aderência da temática estruturasse pelos debates conduzidos ao longo da história das Áreas Protegidas, apresentados na presente revisão principalmente no que se refere a imposição das políticas de proteção ambiental x a necessidade de inclusão da população nas decisões (NYAUNPANE; POUDEL; YORK, 2020).

A governança estudada a partir de modelos, ou seja, que se estruturam a partir de uma teoria para aplicá-la a realidade foram pouco aprofundados tendo em vista a perspectivas da presente pesquisa no entendimento que a primazia é do real e não da ideia como encontrado nos artigos de Hurbner, Phong, Châu (2014); Stone, Nyaupane (2016); Rosa, Carvalhinho, Soares (2016); Islam, Ruhanen, Ritchie (2018).

Alguns trabalhos estudam a governança a partir de um outro lugar que não o do sistema tradicional de governança ou conselho como o caso em que são adotadas estratégias comunais para corrigir os impactos negativos do aumento do volume de visitantes na AP de Jasso e Albellán (2015); ou, ainda, a consideração das governanças a partir do patrimônio cultural intangível como ferramenta de conservação e de geração de trabalho e renda, de Esfehiani e Albrecht (2016)

Para Bello, Lovelock, Carr (2016) diversas evidências relacionadas mostram a necessidade de se repensar como as comunidades locais em torno das áreas protegidas estão envolvidas no turismo. Entre as problemáticas ressaltadas pelo estudo está a distância dos governos centrais na capacidade de apreensão realidades locais (BELLO, LOVELOCK, CARR, 2016; LILLIAM QUIRÓS-ARIAS, 2016).

3.3 DISCUSSÕES REFLEXÍVAS SOBRE O ESTADO DA ARTE

Desta forma, a partir da revisão da literatura dos estudos selecionados sobre o olhar de uma perspectiva crítica se abrem diversas possibilidades de aprofundamento. Entre as questões mais recorrentes nos estudos se destacam as seguintes:

- i. Condução verticalizada e excludente das políticas ambientais que levam a debates mais atuais sobre a necessidade de modelos associativistas, colaborativos e participativos, considerando o uso de múltiplas estratégias para a gestão do patrimônio comum (NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010; SANTILLÁN, 2015, STRICKLAND-MUNRO; MOORE, 2012; MARTINS, 2011);
- ii. Ruptura dos aspectos sociais intrínsecos a região dada a implementação de regras de uso e ocupação do território, as quais desconsideram as relações socioambientais historicamente produzidas e as formas de reprodução social da vida (LUZ, 2017; NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010; SINAY et al., 2018);
- iii. Ressignificação imposta das relações sociedade-natureza por interesses externos, pautados tanto por políticas ambientais e quanto por projetos de turismo (SINAY et al., 2018; RODRIGUES et al., 2013; BLAIR et al., 2019; BERNARD et al., 2018; HOEFFEL et al., 2008; ORACION et al., 2005);
- iv. Primazia das questões de proteção da natureza em relação a sociedade, em especial nas localidades em que se demarcam as áreas protegidas de proteção integral, como os parques nacionais, assim como em locais que apresentavam remanescentes contínuos de biomas preservados (HURBNER, PHONG, CHÂU, 2014; STONE, NYAUPANE, 2016; ROSA, CARVALHINHO, SOARES, 2016; ISLAM, RUHANEN, RITCHIE, 2018);
- v. Remodelagem da estrutura fundiária com a inserção de novas funções produtivas, marcando uma profusão de interesses sobre o território (SINAY et al., 2018; BLAIR et al., 2019);
- vi. Cerceamento das capacidades de autonomia local sobre as decisões dos seus territórios de vida assim como as mudanças na estrutura social com a inserção de novos agentes (NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010; RODRIGUES, 2015);
- vii. Desequilíbrio dos resultados socioeconômicos previstos pelas políticas de desenvolvimento em territórios protegidos (SANTILLÁN, 2015; NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010).

Por outro lado, observa-se que o trabalho enquanto categoria de análise não é foco das pesquisas, ainda que esteja presente a problematização sobre os modos de reprodução da vida. Pontualmente, é tratada a dificuldade de acesso da população local às novas relações de trabalho decorrentes da baixa escolaridade para atuação no comércio e no serviço turístico, restando para a comunidade local, principalmente, os trabalhos de menor especialidade, mais braçais e temporários. Assim como na

análise sobre os conflitos das formas de produção relacionadas à baixa capacidade local de se inserir como protagonista dos trabalhos com turismo, destaca-se, por exemplo, também a escassez de recursos financeiros para investir na migração do trabalho para a manutenção da relação autossuficiente. Por fim, outro aspecto que chama atenção se relaciona a não identificação de um conjunto de pesquisas acadêmicas voltadas aos casos de protagonismo de comunidades sobre seus territórios nas ações políticas sobre Turismo e Áreas Protegidas.

4 TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS: contextualização dos marcos regulatórios e políticos.

Estar próximo à água como fonte de vida, confeccionar instrumentos de trabalho a partir de recursos da floresta, aprimorar o emprego das tecnologias para aumentar o resultado da colheita, conhecer as mudanças das marés e as diferenças climáticas, construir habitações adequadas às características do clima, compõem o movimento de sobrevivência e de integração indivíduo-natureza. Assim, observa-se que historicamente as formas de produção e reprodução da vida humana sempre estiveram atreladas às condições naturais e aos processos de interação entre os seres humanos e seu meio. O ser humano, como ser natural, como ser da natureza, é parte constitutiva desse ecossistema.

Sabe-se que o olhar reflexivo sobre essas relações indivíduo-natureza e a produção de conhecimento cultural, social, científico e tecnológico sobre as mais diversas características que integram a biosfera é um contexto inseguro de ser datado (ROCHA, 2006; MCCOMRMK, 1992). Sabe-se, também, que nas civilizações mais antigas a humanidade sempre esteve conectada com o meio natural que circundava a vida cotidiana e que, ao se fixarem, em um determinado espaço, os grupos sociais influenciavam e eram influenciados pelas características específicas do bioma que habitavam, mas não em uma relação direta e causal (DIEGUES, 2000).

Da mesma forma, a prática humana de se deslocar temporariamente para locais distintos da moradia cotidiana, por razões diversas e sem o estabelecimento de nova morada, hoje denominado como fenômeno turístico, é um feito que remonta a milhares de anos (ACERENZA, 2002). Portanto, o conhecimento, registrado ou não, decorrente da capacidade de interação entre os seres humanos e a natureza existe desde as mais longínquas formas de organização humana e seu substrato é formado a partir da própria condição social e cultural de produção da vida.

Com o passar do tempo, em diversas partes do planeta, os espaços ganharam dinâmicas distintas de apropriação da natureza, atreladas a aspectos culturais e ao desenvolvimento tecnológico, que se estruturaram, também, a partir dos diversos elementos que constituem o meio natural (DIEGUES, 2000). É ainda este meio que compõe o lugar de produção e reprodução da vida, bem como a forma de agir e de pensar o agir sobre o espaço a partir do reconhecimento dos resultados das relações sociedade-natureza (ROCHA, 2016). É desta forma que se reconhece de maneira

ampla que “[...] a gestão do meio natural sempre foi a base dos sistemas econômico, social e político, e serviu de pano de fundo aos conflitos entre povos.” (BURSZTYN & BURSZTYN, 2013, p. 67).

Se percebe, já na forma de conhecimento comum, a ocorrência de fenômenos indesejados que se relacionavam com a pressão humana sobre o meio natural. A “morte” de rios que transpõem aglomerados urbanos, o volume de lixos domésticos e industriais, a perda de produtividade do solo, o assoreamento dos corpos hídricos em locais agricultáveis são questões perceptíveis ao senso comum que impulsionam estudiosos a refletirem sobre a necessidade de mudanças frente ao uso do meio natural (GANEM, 2012; BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; LEFF, 2019).

Com os avanços da ciência, há pouco mais de 150 anos o conhecimento sobre os efeitos das ações humanas e o desequilíbrio do ecossistema deixa de ser uma hipótese, exigindo que as relações sociedade-natureza passem a ser alvo de reflexões mais profundas (MCCORMICK, 1992; BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; LEFF, 2019).

Nestes contextos, em diferentes partes do mundo surgem ativistas, cientistas e movimentos sociais que pautam a tomada de consciência ecológica tendo em vista as mudanças estruturais e irreversíveis que ocorriam em diferentes localidades. O local é o ponto nuclear de observação do real na percepção das evidências do impacto que a relação sociedade-natureza manifesta. (MCCORMICK, 1992).

Com o desenvolvimento das pesquisas científicas, os debates políticos sobre o meio ambiente natural ganharam maior aderência entre as pautas dos Estados-nações. Em termos de governança internacional foi no final do século XIX que as primeiras conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas – ONU se estruturaram com pautas relativas à proteção do meio ambiente. (GANEM, 2012; BURSZTYN & BURSZTYN, 2013)

No início, segundo Roseli Ganem (2012), os encontros se restringiam à busca de soluções ambientais específicas, atuando na demarcação de políticas de conservação de elementos da fauna e da flora que eram percebidas como determinantes para um território específico. Caracterizavam-se, também, por serem reuniões eventuais que, além de responderem a necessidades específicas, se sustentavam a partir do reconhecimento do impacto econômico que o uso do ambiente natural causava aos interesses de grupos sociais (AGUIAR, 2009; GANEM, 2012; BURSZTYN & BURSZTYN, 2013; ROCHA, 2006).

Portanto, as problematizações em torno da proteção, ao longo do século XIX e início do século XX, se estruturam na forma de conhecimento utilitário, de uma racionalidade instrumental, à medida que buscam desenvolver técnicas mais apuradas para garantir a ocupação humana em um ambiente produtivo e saudável, apto para as diferentes formas de exploração e, pretensamente, distante de catástrofes ambientais.

Ainda que em termos de ação política somente em meados do século XX as questões relacionadas ao uso da natureza haviam sido objeto de debates, ao longo do século XIX conforme Maria Augusta Bursztyn e Marcel Bursztyn (2013), estudiosos já debatiam temas sobre as questões ambientais sobre diferentes perspectivas. Liderados por John Muir, por exemplo, rejeitavam a ideia de proteção como uso racional da natureza para fins econômicos, e apontavam a ideia da preservação estética e espiritual da vida selvagem. Estes pesquisadores foram considerados como estudiosos da corrente preservacionista. Em outra perspectiva, Gilffort Pinchot liderava pesquisadores que defendiam o uso racional e a necessidade de regras bioeconômicas adequadas para a exploração da natureza, proposta essa denominada como sendo uma corrente conservacionista (MCCORMICK, 1992; BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Por outro lado, na França já se debatia, desde o século XVIII, a necessidade da proteção do patrimônio histórico e artístico, dentro de um ambiente político de conflitos sobre o que representava a nação. Nesse contexto, quase cem anos antes, em 1830, é criada a política do patrimônio mais diretamente vinculada a padronização de parâmetros de proteção de monumentos que representassem a memória e a identidade nacional, mas que com o passar dos anos incorpora a ideia de proteção da paisagem (VIEIRA E VERDUM, 2019).

Segundo a pesquisa de José Luiz de A. Franco, Gilberto de M. Schittini e Vivian Braz (2015), essa relação associada ao olhar romântico e estético sobre a natureza não representava as primeiras ideias registradas entre os intelectuais brasileiros no debate sobre os aspectos de proteção da natureza. Segundo os pesquisadores, os intelectuais, influenciados pela corrente do pensamento iluminista, trazem a crítica à destruição do patrimônio ambiental considerando não seu valor estético ou a ideia de retorno a natureza, mas “seu valor político e instrumental para o progresso.” (FRANCO, SCHITTINI, BRAZ, 2015, p. 239)

Como mostra a pesquisa de José Augusto Drummond, José Luiz de Andrade Franco e Daniela de Oliveira (2022), as primeiras iniciativas de estabelecimento de áreas protegidas no Brasil datam do final do século XIX e início do século XX, porém essas iniciativas por diferentes razões não se consolidam na prática, tanto as que tinham o objetivo mais racional da preservação da floresta, como a reserva florestal do território do Acre (BRASIL, 1911), quanto as tentativas do engenheiro André Rebouças de criação de parques nacionais, com a perspectiva do potencial de desenvolvimento do turismo, na Ilha do Bananal, no Rio Araguaia em Tocantins, e nas Sete Quedas, no Rio Paraná, no estado do Paraná. (DRUMMOND, FRANCO, OLIVEIRA, 2022; FRANCO, SCHITTINI, BRAZ, 2015, p. 239).

Por outro lado, foi também no início do século XX que o fluxo de turistas passa por uma ampliação da sua escala decorrente tanto dos avanços tecnológicos dos meios de transporte, quanto dos resultados de acumulação de capital de parte da sociedade capitalista no contexto revolução industrial. Nestas condições surgem então as primeiras agências de viagem. (BURSTYN, 2003; BEKER, 2001)

Neste contexto, é interessante observar que os artigos captados na revisão bibliográfica sobre turismo e áreas protegidas relacionam o debate da proteção da natureza com os anos 1990 destacando o tratado internacional acordado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, conhecida popularmente como Eco-92, Rio-92 (MMA, 2000). Para Ana Paula Leite Prates e Marta de Azevedo Irving (2015) a Convenção que evidenciou as preocupações ambientais e circunscreveu, no direito internacional, a necessidades de estabelecer estratégias globais para a manutenção dos recursos naturais (PRATES e IRVING, 2015). Da mesma forma, o resgate histórico sobre as viagens ligadas as áreas naturais protegidas ou preservadas é narrada como resultado da repercussão dos movimentos ambientalistas dos anos de 1990 (BEKER, 2001).

Entretanto, tanto os debates internacionais e as ações políticas globais referentes à preservação da natureza e seu processo de patrimonialização, quanto o discurso sobre o retorno da sociedade urbana-industrial à natureza por meio das viagens, datam do início do século XX (MCCORMICK, 1992).

Para fins meramente propedêuticos, convém contextualizar os marcos regulatórios e políticos em momentos temporais. Em realidade, estes marcos regulatórios e políticos constituem um processo em curso e sua organização em

décadas tem apenas caráter expositivo. Assim, como exposto no capítulo sobre a metodologia, o conteúdo inicial se refere a parte expositiva item 4.1 e 4.2 incluindo reflexões pontuais que serão tratadas com aprofundamento nas discussões reflexivas no tópico 4.3.

4.1 MARCOS REGULATÓRIOS E POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1920 A 1960

Em 1923, em Paris, ocorre o **I Congresso Internacional para a Proteção da Natureza**, sendo esse o primeiro evento internacional que problematizou a natureza considerando elementos mais amplos do que se entendia como proteção ou preservação (GANEM, 2012). Outro congresso que acontece na sequência do congresso de Paris, com registros de participação brasileira, é o **Congresso Internacional de Silvicultura**, realizado em Roma, em 1926. Na ocasião, o relatório intitulado “Problema Florestal no Brasil” foi apresentado e contava com a participação dos estudos desenvolvidos pelo Museu Nacional, principalmente na figura do botânico Alberto José Sampaio, que tinha como objetivo “ajudar a construir um programa por meio do qual o Serviço Florestal se responsabilizasse pela pesquisa, pelo controle e pela implementação de florestas produtivas no Brasil.” (FRANCO e DRUMMOND, 2002, p. 7).

A conjuntura política desse período histórico é marcada pelo reconhecimento da necessidade de maior intervenção do Estado no planejamento do desenvolvimento produtivo e como fator imprescindível para o combate a crises econômicas e sociais, como é o caso da Grande Depressão, nos Estados Unidos, que atingiu o capitalismo americano e internacional e que desencadeou a decadência do liberalismo com a superprodução e a especulação financeira. Esta crise, também conhecida por Crise de 1929, arrefeceu em 1933, mas somente foi superada no final da Segunda Guerra e com a adoção de uma política keynesiana, que propunha a intervenção do Estado na economia (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Nesse ínterim, o movimento pela preservação das áreas virgens experimentou um renascimento durante o *New Deal*. À medida que os Estados Unidos emergiram da Depressão, as visitas aos parques nacionais elevaram-se de 6,3 milhões em 1934 para 16,2 milhões em 1938. Apesar de seu profundo interesse por terra, árvores e água para uso humano, Roosevelt não ficava pessoalmente impressionado com muitos parques, mas os achava essenciais ao processo de rejuvenescimento espiritual nacional. Esperava que os parques pudessem ser tornados mais acessíveis, particularmente para os residentes nos estados superpovoados do leste. Nisso ele se opunha aos preservacionistas das áreas virgens, que argumentavam que as estradas que estavam sendo construídas para os parques para torná-los mais acessíveis ameaçavam destruir as áreas virgens. (MCCORMICK, 1992, p. 39).

Em 1931, no Brasil, foi criada a **Sociedade dos Amigos das Árvores**, uma organização da sociedade civil formada por intelectuais e políticos que, inserida no contexto sociopolítico do início do governo de Getúlio Vargas, traçou sua estratégia de atuação na valorização do conhecimento intelectual aliada a uma forte identidade nacionalista que apontava a necessidade de proteção das florestas para fins econômicos e estéticos (SILVA, 2014; FRANCO, 2002; FRANCO e DRUMMOND, 2005).

No mesmo ano (1931), em âmbito internacional, ocorre o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM, em Atenas, que resultou na reconhecida Carta de Atenas – documento reformulado ao longo de um período pelos participantes do CIAM. Os encontros, que ocorreram ao longo de 10 anos, tratavam, entre outros temas do interesse dos estudiosos da arquitetura, do debate sobre a preservação do patrimônio. Nesse processo, o ambiente natural é também reconhecido como parte do patrimônio das nações e ganha notoriedade no debate da patrimonialização, destacando a paisagem natural como espaço de interesse estético. (VIEIRA E VERDUM, 2019).

Já em 1933, ocorre a **Convenção de Londres** – Convenção Relativa à Preservação da Fauna e da Flora em seu Estado Natural. O encontro pautava as questões específicas do continente africano e estabeleceu em seu processo histórico o entendimento da necessidade de proteção da natureza pela ausência da ocupação humana (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Entre 1933 e 1934, o Estado Brasileiro, por meio do governo provisório relativo à fase inicial do Governo Getúlio Vargas, estabeleceu os primeiros marcos regulatórios que pautam a condição, a exploração e a proteção da natureza: o **Código Florestal**, o **Código de Águas**, o **Código de Caça e Pesca** e o **Código de Minas** e

“a própria Constituição de 1934 encarregava os estados e o governo central de proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico.” (FRANCO e DRUMOND, 2005).

O ambiente sociopolítico e normativo da década de 1930 foi marcado pela constituição de um conjunto de legislações e pela criação de instituições para gestão de temáticas distintas e específicas no campo do meio ambiente, da cultura, da educação e do ambiente urbano, por exemplo. Em especial, a partir de 1934, a aceleração de institucionalização de políticas públicas a partir de normas jurídicas são estabelecidas no contexto de mudança do governo provisório para governo constituinte da “era Vargas”, incluindo a nova constituição de 1934, substituindo a de 1891, revogada em 1930 quando Getúlio Vargas assume a Presidência.

Em abril de 1934 foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a **I Conferência Brasileira de Proteção à Natureza**, organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores com o apoio de Getúlio Vargas, em especial, por intermédio do Museu Nacional, e que contou com a participação de associações que apoiavam o debate da preservação (FRANCO, 2002). Segundo, José Luiz A. Franco (2002):

O pensamento elaborado pelos participantes da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza vinculava preocupações pontuais, como, por exemplo, o estabelecimento de reservas naturais, a um projeto mais amplo de construção da nacionalidade. Desse modo, foi capaz de mobilizar o sentimento de grupos e associações cívicas, garantir espaço junto às instâncias deliberativas do governo Vargas e garantir a aprovação de uma série de leis, decretos e regulamentos, visando a conservação da natureza, além da criação dos primeiros parques nacionais, entre outras iniciativas de menor importância. (FRANCO, 2002, p. 95)

É no **Código Florestal - Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**, que as Áreas de Proteção da natureza são tratadas pela primeira vez enquanto ação política nacional. O órgão gestor da política e das áreas de proteção implementadas é o então Ministério da Agricultura. As áreas protegidas são classificadas pelas tipologia de “florestas protetoras” e “florestas remanescentes” no modelo de parques que são considerados como monumentos públicos naturais “que perpetuam em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, o merecem” (BRASIL, 1934, Art. 9º).

Portanto, foi o código florestal o primeiro instrumento legal a tratar das áreas protegidas, por meio do reconhecimento da tipologia “parque” que é inspirado pelas ideias que valorizam o aspecto estético e espiritual da vida selvagem. Sua referência

política está relacionada à ideia de áreas protegidas pautada pelos Estados Unidos que, com o viés preservacionista, compreendia o homem como destruidor da natureza e que, portanto, seria necessária a criação de espaços intocáveis de ambiente natural (HAMMERL, 2013; DIEGUES, 2000).

Na análise dos pesquisadores José Drummond e Ana Flávia Barros-Platiau (2006), o código florestal cumpre um relevante papel na preservação ambiental, ainda que não se colocasse claramente esse papel. Mas o fato de apontar a maneira de consumo ou a restrição do consumo dos produtos da floresta culminou na conservação de recursos da natureza. Assim como o **Código das Águas e o Código de Minas**, instituídos no mesmo ano, que desassociaram a propriedade automática de tais recursos ao proprietário da terra em que eles se encontravam, o Código Florestal analisa como “[...] o sistema de concessão removeu água e minérios de um ataque livre para todos, por interesses privados concorrentes e potencialmente destrutivos¹⁰” (DRUMMOND e BARROS-PLATIAU, 2006, p. 87).

Em decorrência desses movimentos, nacionais e internacionais, o Brasil instituiu, em 1937, a primeira área de proteção nacional: o Parque Nacional do Itatiaia, que engloba os municípios de Itatiaia e Resende no Estado do Rio de Janeiro e Bocaina de Minas e Itamonte no Estado de Minas Gerais. A instituição do parque foi considerada um marco na constituição de Áreas de Proteção no Brasil, porém é, ainda, uma ação política isolada que não é respalda pela construção da Política de Áreas de Proteção Brasileira. O decreto de criação do Parque Nacional do Itatiaia “[...] enfatizou a importância do caráter científico da área e, como objetivo secundário, destacou a necessidade de se considerar a demanda turística.” (QUINTÃO, 1983, p. 15).

Outra ação política que trata de proteção instruída pelo conceito de patrimônio, com a influência da Carta de Atenas, é o **Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937, lei federal que trata do patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. A política define o patrimônio como “[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, art. 1º).

¹⁰ Tradução livre do original: “nonetheless, it is true that the concession system removed water and ores from a free-for-all assault by competing and potentially destructive private interests”.

O instrumento estabelece que o reconhecimento do bem será dado por meio da sua inscrição, de forma conjunta ou individual, em um dos quatro **Livros do Tombo**¹¹. Entre os livros, o “Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico” determina o que pode ser um monumento natural que apresente características notáveis em sua composição. (BRASIL, 1937).

Ainda no contexto do Governo de Getúlio Vargas é estabelecido o primeiro marco regulatório para o campo do turismo, o **Decreto-Lei nº 406**, de 4 de maio de 1938, o qual dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. No capítulo II do presente instrumento, há então a classificação de estrangeiros entre temporários e permanentes, sendo esse o que permanecerá no país por um período superior a seis meses. Já em relação aos temporários, que imprimem a relação com o campo do turismo, destaca-se o artigo 12º que os categoriza da seguinte forma: “a) turistas e visitantes em geral e estrangeiros em trânsito; b) representantes de firmas comerciais estrangeiras e os que vierem em viagem de negócios; c) artistas, conferencistas, desportistas e congêneres.” (BRASIL, 1938, art. 12). O decreto-lei trata dos aspectos relativos a hospedagem e agências de navegação, venda de passagens e operações de câmbio, porém o objetivo central não é o fomento ou o controle relacionado ao desenvolvimento do turismo, e sim os aspectos relativos a imigração (BRASIL, 1938).

Outros dois marcos relacionados ao turismo, no contexto de compreensão e reconhecimento inicial da atividade, refere-se à criação: (i) da Comissão Permanente de Feiras e Exposições, pelo **Decreto nº 24.163**, de 24 de Abril de 1934 e (ii) do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, pelo **decreto-lei nº 1.915**, de 27 de dezembro de 1939. (LOPES, PANOSSO NETO, 2021; CARVALHO, 2016; HAMMERL, 2013; CARVALHO, 2000).

Destaca-se aqui que as referências importantes da lei referente à comissão permanente de feiras dizem respeito ao status conferido à cidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 1934 b), que vem ao longo dos anos se colocando como o principal portal de entradas e de permanência de turistas no Brasil. Já o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP surgiu no contexto de controle do governo sobre a imprensa e sobre o conteúdo subserviente ao projeto do Estado Novo de Vargas (VERGARA,

¹¹ “Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (...); 2) Livro do Tombo Histórico (...); 3) Livro do Tombo das Belas Artes (...); 4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas (...).” (BRASIL, 1937)

2012). Conforme expresso no decreto-lei, o departamento está diretamente subordinado ao Presidente da República (BRASIL, 1939).

Neste contexto, nota-se que as linhas iniciais que desenharam as ações políticas relacionadas a proteção de áreas naturais se estruturam, principalmente, em duas bases. Por um lado, o debate sobre a preservação ambiental é atribuído à necessidade de estender a vida útil das florestas e dos corpos hídricos de forma relacional com a manutenção da ordem econômica. (FRANCO, 2002; GANEM, 2012) Enquanto que, por outro lado, existia o olhar sobre a estética, o conhecer, o contemplar a beleza cênica e bucólica que a natureza virgem proporcionava às pessoas, base para o que, tempos depois, será reconhecido como atividade turística na natureza, mas que à época já trazia o olhar para o estímulo ao turismo. (QUINTÃO, 1983; DIEGUES 2000).

Neste sentido, a década de 1930 ainda que apresente marcos legais para as áreas de proteção ambiental e, de forma mais tímida, para o turismo, não elabora a concepção integradora entre os campos enquanto base operativa das políticas, ainda que a ideia de retorno à natureza por meio das viagens seja um discurso que mobilizava a visão de realidade dos intelectuais da época. Não há, no campo das políticas de proteção da natureza¹², nem em discurso e nem na ação política, o reconhecimento de grupos sociais que estabelecem outras formas de vida com a natureza de modo que seu uso não se refere ao que pauta a política ambiental no que tange a exploração irracional da natureza para fins econômicos.

Dezessete anos após a I Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (Paris, 1923) ocorre, em Washington, nos Estados Unidos da América, em 1940, a conferência Proteção à Natureza, a qual resulta na **Convenção para a Proteção da Flora e da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América**. Tal conferência foi antecedida pela VIII Conferência Panamericana, em Lima (Peru), em 1938, a qual inicia o debate para construção da convenção supracitada conhecida como a Convenção Panamericana de Proteção à Natureza (SENA e FRANCO, 2018;

¹² Destaca-se que fora do âmbito das políticas aqui analisadas a Organização Internacional do Trabalho – OIT, desde sua criação, em 1919, debate sobre a situação de povos indígenas, tribais e semi-tribais no que concerne a necessidade de criação do instrumento legal que reconheça os direitos fundamentais dos povos em âmbito internacional. O que mais tarde será consolidado na Convenção nº 169, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho no ano de 1989, que resulta em um reconhecimento identitários, bem como o direito aos territórios dos povos supracitados (OIT, 2011).

BURSZTYN; BURSZTYN, 2013), incluído no marco legal Brasileiro apenas em 1948, que será apresentada na sequência.

Observa-se, nesse contexto, que ao longo dos anos iniciais a década de 1940 não são instituídos marcos legais, assim como não há a realização de encontros de grande repercussão internacional, tal como os debates mais intensos que ocorreram até os anos 1939. Neste caso, entre os fatores mais evidentes pode-se considerar a segunda guerra mundial (1939-1945), em que parte expressiva do norte global, que era onde se encontravam os agentes à frente do campo de debate da proteção da natureza, naturalmente afastou-se do debate.

Todavia, no campo do turismo, ainda no contexto da divisão de Turismo do DIP, o Brasil mantém sua atuação como apresenta a pesquisadora Gisélia Lima Carvalho:

Essas ações incidiram no primeiro esforço de regulamentação de empresas do setor, como as agências de viagens e turismo pelo **Decreto-Lei nº 2.440, de 23 de julho de 1940** (BRASIL, 1940), no firmamento de diversos acordos de cooperação entre países, na fiscalização de equipamentos de lazer e na regulamentação do transporte aéreo nacional. Em 1945 foi extinto o DIP e fundado o Departamento Nacional de Informações, por meio do Decreto-Lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945 (BRASIL, 1945). (CARVALHO, 2006, p. 2016, *grifo nosso*)

Foi então que 1946, no contexto do chamado primeiro governo democrático Brasileiro, após o fim da Era Vargas, outro aparato jurídico importante é criado, que é o **Decreto-lei nº 9.760**, de 5 de setembro de 1946, o qual dispõe sobre os bens e imóveis da união. Nesse caso, entre outros bens, entra toda a costa brasileira, além dos rios navegáveis (BRASIL, 1946), de forma que até os dias atuais o litoral brasileiro não pode ser ocupado por empreendimentos turísticos, por exemplo, que limitem o acesso público à orla¹³.

Já em 1948 é aprovado pelo Senado Federal o texto da **Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América**, Decreto Legislativo nº 3, de 13 de fevereiro de 1948, o qual apresenta o seguinte preâmbulo:

¹³ Tal situação pode ser questionada pela observação da realidade de diferentes áreas do litoral brasileiro. Entretanto, por não se tratar do objeto de pesquisa da presente dissertação, destaca-se aqui o objeto do instrumento legal e não sua amplitude prática no Brasil.

Os Governos Americanos, desejosos de proteger e conservar no seu ambiente natural exemplares de todas as espécies e gêneros da flora e fauna indígenas, incluindo aves migratórias, em número suficiente e em locais que sejam bastante extensos para que se evite, por todos os meios humanos, a sua extinção; e Desejosos de proteger e conservar as paisagens de grande beleza, as formações geológicas extraordinárias, as regiões e os objetos naturais de interesse estético ou valor histórico ou científico, e os lugares caracterizados por condições primitivas dentro dos casos aos quais esta Convenção se refere; e Desejosos de formular uma convenção de para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dentro dos propósitos acima enunciados, convieram nos seguintes Artigos: (BRASIL, 1948)

A Legislação aprovada, resultado da convenção, apresenta pela primeira vez a definição de algumas tipologias para além de parque nacionais, incluindo as reservas naturais, os monumentos naturais e as reservas de regiões virgens. Aponta ainda a emergência para que os governos centrais criem em seus territórios as áreas protegidas conforme definições acordadas na convenção. As tipologias tratadas na convenção e os demais artigos que tratam de proteção reforçam a ideia de valor histórico, estético e científico do patrimônio natural, não incluindo em nenhum dos artigos e incisos as considerações sobre populações que vivem em territórios em que a natureza se encontra preservada. Com relação ao turismo, o artigo III, item 03, indica que: “Os Governos Contratantes concordam ainda mais em prover os parques nacionais das facilidades necessárias para o divertimento e a educação do público, de acordo com os fins visados por esta Convenção” (BRASIL, 1948).

Em 1948, acontece em Nova York a **Conferência das Nações Unidas sobre a Conservação e a Utilização dos Recursos Naturais**. Segundo os estudos de Maria Augusta Bursztyn e Marcel Bursztyn (2013) “a conferência, realizada em 1948, é considerada a primeira grande reunião de caráter ambiental em escala internacional. Neste mesmo ano, como desdobramento desse encontro, foi criada a **União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN**¹⁴.” que tinha como objetivo promover a conservação e preservação da natureza e da vida selvagem (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013, p. 75).

Após a segunda guerra as economias norte-americanas e europeias experimentam uma intensa participação do Estado na economia, em uma perspectiva chamada keynesiana, fomentando o crescimento e o pleno emprego, aumentando a

¹⁴ União Internacional da Proteção da Natureza (UNPN), rebatizada em 1961 de União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN) (Fontainebleau). (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013, p. 75).

capacidade de consumo das famílias e movimentando a produção industrial, com expansão dos sistemas de seguridade social, mecanismos de distribuição de renda, expansão dos gastos públicos, investimento em formação universitária e planejamento econômico e participação direta do Estado em empreendimentos empresariais (MONTEIRO, 2006).

A década de 1950 se caracterizou pela expansão da indústria e baixa preocupação com os recursos ambientais. No primeiro momento pós guerra desenhasse o **Plano Marshall**, que traduzia o empenho dos EUA no pós guerra em apoiar a reconstrução dos países (aliados) da Europa Ocidental. Esse movimento fez com que os apoios aos países da América Latina fossem reduzidos de forma substancial. Foi nesse período que o demógrafo francês Alfred Sauvy debate o termo Terceiro Mundo para se referir ao sul global (MONTEIRO, 2006).

No mesmo fundamento a prioridade, no Brasil, se concentrava no crescimento econômico, ou como aponta o **Plano SALTE**¹⁵, de 1950, a necessidade é o aumento da produção para um nível cada vez mais alto de bem-estar e prosperidade (BRASIL, 1950, p. 04). O Plano Salte, considerado um Plano Nacional de Desenvolvimento, é elaborado em um contexto que busca identificar os gargalos que impediam o progresso econômico. Entre os aspectos apontados no documento está em evidência a necessidade a questão do transporte, de uma rede viária capaz de garantir os subsídios para a produção e para a circulação da mercadoria (BRASIL, 1950).

Esse período, pós Segunda Guerra Mundial, foi um divisor de águas para o turismo enquanto ação política, em especial no que se refere às viagens relacionadas ao ócio, que teve sua expansão sistematicamente consolidada e incentivada por governos nacionais. A expansão do turismo está atrelada, também, às regulamentações trabalhistas que introduziram o descanso remunerado e as aposentadorias, permitindo que uma maior gama de pessoas pudesse realizar a prática da viagem à lazer. É entre as décadas de 1950 e 1970, no período conhecido como anos dourados do capitalismo, que o turismo de massa ganha volume, em especial na Europa, mas ao mesmo tempo, expande suas fronteiras para territórios

¹⁵ “(...) os problemas fundamentais que desafiam a capacidade dos brasileiros de conquistarem os benefícios da civilização atual, podem ser resumidos em quatro grandes grupos, a saber: Saúde (S), Alimentos (AL), Transporte (T) e Energia (E), cujas iniciais, SALTE, foram utilizadas para formar a denominação abreviada deste Plano de Governo” (BRASIL, 1950)

mais distantes dos principais mercados emissores (CAÑADA & MUNHOZ, 2019; CARVALHO, 2000; BEKER, 2001).

No caso brasileiro o turismo, enquanto ação política, foi pauta da Câmara de Deputados, por meio da **Resolução (interna) nº57/1956**, a qual constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar os problemas de turismo no Brasil (CARVALHO, 2016). A justificativa da criação da comissão apresentada pelos deputados estava respaldada no cenário da falta de exploração dos recursos turísticos brasileiros. Ressaltavam que países do continente Americano estavam explorando o turismo de forma a influenciarem os ativos das balanças de pagamento, ressaltando ainda que essa era a grande indústria do século XX, cujos efeitos econômicos podem favorecer a cultura, a propaganda do país, o intercâmbio e o bem estar social. Por fim, ressaltam que o estudo é necessário dado o desconhecimento da “matéria”, e dada a necessidade de criações de leis que permitam à nação usufruir do valioso capital turístico nacional, até o momento sem uso (BRASIL, 1956).

Dois anos após a resolução da Câmara de Deputados criar a comissão, é instituída pelo **Decreto-Lei nº 44.863**, de 21 de novembro de 1958, a Comissão Brasileira de Turismo. O decreto, em seu artigo segundo, define que a comissão é um órgão consultivo, que tem como função (1) coordenar atividades relacionadas ao desenvolvimento do turismo, (2) realizar estudos e supervisão das questões relacionadas a movimentação de turistas, (3) simplificar e padronizar as exigências de registro e inspeção dos viajantes e seus bens. A comissão era formada por representantes de oito instituições públicas e sete privadas, os quais eram nomeados por decreto do presidente da república (BRASIL, 1958). A comissão foi extinta devido a **criação da Embratur e do Conselho Nacional de Turismo, em 1966, pelo Decreto-lei nº55**.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 houve um conjunto de publicações e pesquisas que apresentavam diferentes impactos que ocorriam em diversas localidades dado os modelos de desenvolvimento adotados no pós-guerra, gerando incertezas quanto ao futuro do planeta (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Em 1960, a IUCN cria a **Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas** com o objetivo de monitorar as áreas declaradas como Parques Nacionais e as demais áreas protegidas e de estabelecer orientações para o manejo e a manutenção das unidades territoriais. Dois anos depois ocorre em Seattle (USA) a primeira **Conferência Mundial sobre Parques Nacionais** que teve entre as pautas

relevantes o apelo da organização para que os países participantes criassem parques marinhos e programas de educação e pesquisa nos parques já existentes, dando sequência a uma série de encontros sobre os Parques Nacionais (QUINTÃO, 1983).

No campo da pesquisa científica a pesquisadora, bióloga norte-americana, Rachel Carson publica, em 1962, o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), que foi considerado como um marco da revolução ambiental ao tratar do uso indiscriminado dos agrotóxicos capaz de interferir nos mecanismos de defesa intrínsecos da própria natureza, fazendo com que o governo dos Estados Unidos criasse um grupo de trabalho consultivo ligado ao presidente sobre a temática do uso de pesticida (ROCHA, 2006; MCCORMICK, 1992).

Para o pesquisador John McCormick é a partir de 1962 que ocorre o que ele chama de revolução ambiental, em que o reconhecimento da crise ambiental toma um corpo de maior envergadura em âmbito internacional e vários países criam suas instituições e políticas de proteção ao ambiente (MCCORMICK, 1992).

Nesse mesmo ano Lévi-Strauss, antropólogo, a partir de estudos vinculados a etnociência, dentro de um modelo de classificação popular, problematiza o que mais tarde vai contribuir para aprofundamento dos estudos que reconhecem as populações tradicionais, como externas ao contexto das catástrofes apontadas pela forma de ocupação e da exploração do homem sobre a natureza, entendendo, de forma inicial, que o modo de vida original preserva a conexão com o ambiente pela relação básica e integrada de reprodução da vida (DIEGUES, 2000).

No contínuo do debate sobre as políticas de proteção da natureza o Brasil faz a revisão do Código Florestal de 1934 que é instituído pela **Lei nº 4.771/65**, de 15 de setembro de 1965. Segundo Juraci Pereira da Silva e demais autores (SILVA et. Al., 2017) a revisão traz consigo uma referência inicial para o conceito de função social da propriedade quando coloca a necessidade dessas de cumprirem as normas de preservação disposta na lei.

Entre as obrigatoriedades de áreas de preservação permanente pelas suas características naturais, expressas no artigo segundo, encontram-se as áreas que se referem à manutenção do ambiente social necessário à vida das populações silvícolas e indígenas. Há nesse caso um primeiro reconhecimento de populações que vivem nas florestas, mas sem um aprofundamento instrumental sobre esse reconhecimento. A lei, de maneira geral, trata das formas de exploração e proteção dos produtos e subprodutos das florestas (BRASIL, 1965).

Há, portanto, um avanço importante na legislação do código florestal em relação a proteção ambiental na instituição das Áreas de Preservação Permanente e nas Áreas de Reserva Legal, em especial, para que as propriedades agrícolas mantivessem a mata ciliar de proteção dos corpos hídricos e fragmentos de florestas preservados (BRASIL, 1965).

Dois anos depois é instituída a **Lei nº 5.197**, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna. Porém essa legislação está mais relacionada a caça, perseguição e utilização da fauna silvestre, cumprindo um papel importante de extinguir a pesca predatória, ao mesmo tempo se caracterizando como uma legislação instrumental que não trata de aspectos mais profundos da proteção à natureza, além de não considerar as formas diferenciadas de relação sociedade-natureza (BRASIL, 1967).

Nesse contexto, a década de 1960, para além dos debates internacionais relacionados às preocupações sobre o ambiente natural, surgem as questões relacionadas ao desenvolvimento social com a criação do **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD** e do **Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos** estabelecido em dezembro de 1966 na Assembleia Geral da ONU. (BURSZTYN e BURSZTYN, 2013). Por outro lado, no contexto latino-americano a CEPAL trata das questões relativas ao caráter concentrador e excludente do desenvolvimento que estava em curso, debatendo o aspecto estrutural da pobreza não alterado pelo projeto nacional desenvolvimentista. (MONTEIRO, 2006, p. 27).

Para o turismo, a década de 1960 tem um importante marco político e institucional, considerando que desde a década de 1930 haviam sido estabelecidos decretos de caráter regulamentar das atividades econômicas específicas. O **Decreto-Lei nº 55**, de 18 de novembro de 1966 que “define a política nacional de turismo, cria o **Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo**” (BRASIL, 1966). Esse marco é atribuído pelos pesquisadores do campo do turismo como o primeiro marco regulatório do turismo, assim como a primeira política nacional, como aponta a pesquisadora Gisélia L. Carvalho (2006) ao pontuar que “[...] é certo afirmar que, com essas estratégias de planejamento, a história do turismo no país passou a ser outra, com a definição de papéis por meio da instituição dos instrumentos organizativos, de comunicação e de financiamento da atividade no país.” (2006, p. 90).

No âmbito internacional, ocorre em Paris, em 1968, a **Conferência Intergovernamental para o Uso Racional e Conservação da Biosfera** organizada pela UNESCO, conhecida como a "Conferência sobre a Biosfera", que debateu a necessidade de conscientização sobre a forma como a urbanização, a industrialização e o crescimento populacional acelerado estavam interferindo na qualidade da Biosfera. Dessa forma a biosfera foi conceituada na conferência como a “parte do mundo na qual a vida pode existir, incluindo-se, portanto, certas partes da litosfera, da hidrosfera e da atmosfera” (MCCORMICK, 1992, p. 99)

Nas questões específicas, o debate sobre a poluição do ar e da água, o aumento excessivo das áreas de pastagens, o acelerado desmatamento e a drenagem e o uso indevido das zonas úmidas estavam entre as preocupações sobre os aspectos ambientais do planeta. Como aponta McCormick (1992), várias preocupações surgiam, tais como: (i) o patamar crítico das mudanças ambientais; (ii) a preocupação e a exigência de correções por parte das populações dos países industrializados; (iii) a necessidade de mudanças no uso dos recursos naturais a partir do entendimento que a biosfera é um sistema interligado; (iv) necessidade de um enfoque interdisciplinar para o uso planejado dos recursos naturais considerando a necessidade de participação das ciências sociais junto as ciências naturais e as ferramentas tecnológicas; e (v) o reconhecimento que não havia solução universal, desta forma as técnicas precisariam ser elaboradas e adaptadas as realidades específicas (MCCORMICK, 1992).

A conferência chegou a um acordo sobre uma lista de vinte recomendações. As oito primeiras eram baseadas na necessidade de mais e melhores pesquisas sobre ecossistemas, ecologia humana, poluição e recursos genéticos e naturais, e sobre a necessidade do desenvolvimento de práticas de inventário e monitoração de recursos. As recomendações de 9 a 13 defendiam a necessidade de novos enfoques para a educação ambiental. A proposta da realização de uma conferência sobre o meio ambiente humano havia sido então adotada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC); os delegados em Paris receberam bem essa proposta, **percebendo que o uso e conservação racionais do meio ambiente humano dependiam não só das questões científicas, mas igualmente das dimensões política, social e econômica, que estavam fora da esfera de ação da conferência de Paris.** A recomendação 19 percebia a necessidade de levar em consideração os impactos ambientais dos projetos de desenvolvimento de grande escala. **Os delegados temiam que a industrialização e a exploração intensiva dos recursos naturais em países menos desenvolvidos pudessem causar danos irreparáveis em ambientes pouco perturbados e ecologicamente frágeis** e, assim, inibir o desenvolvimento socioeconômico. Um resultado importante da Conferência da Biosfera foi a ênfase sobre o caráter inter-relacionado do meio ambiente. Os delegados concluíram que a deterioração do meio ambiente era culpa do crescimento populacional, urbanização e industrialização rápidos. Um vasto movimento de êxodo rural havia provocado o desaparecimento de tradições, direitos costumeiros e mudanças em estilos de vida, trazendo problemas particularmente sérios para os países menos desenvolvidos. (...) As recomendações 1 e 20 defendiam a criação de um novo programa de pesquisa internacional sobre o homem e a biosfera. (MCCORMICK, 1992, p. 99-100)

Portanto, enfatizando a necessidade de estabelecer um debate interdisciplinar para as questões ambientais, foi dado início à construção do Programa, a ser criado em 1971, chamado ***Man and the Biosphere*** (o Homem e a Biosfera), que tem como objetivo estabelecer, a partir de bases científicas, sistemas para melhorar a relação entre a humanidade e seu meio (ROCHA, 2006; MCCORMICK, 1992; BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

No contexto desses debates sobre a necessidade do uso racional da natureza e seus recursos, o cenário de diversos países estava inserido em um ambiente de crescimento econômico com baixos índices de desemprego, com altos índices de crescimento e com o aumento do consumo em massa de bens e serviços. Dessa forma, se por um lado havia a preocupação dos pesquisadores sobre o futuro do planeta, por outro a massa da população mundial não estava conectada aos debates dessa natureza (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

De todo modo, se observa que 40 anos após a Convenção de Londres os aspectos sociais passam a ser inseridos no debate pelo reconhecimento das mais diversas situações, como a da pobreza, da desigualdade, do êxodo rural, da mortalidade infantil. Para além do uso racional dos recursos para viabilizar a produção

econômica, havia um debate inicial relacionado à sociedade para além dos aspectos econômicos e produtivos. Além disso, há um entendimento inicial de que existem territorialidades distintas no planeta e que, portanto, as soluções não são padronizáveis. Por outro lado, há um olhar de controle sobre os países menos desenvolvidos para que esses não recorram ao mesmo formato de desenvolvimento que acarretou em vários incidentes de crises ambientais registradas.

Nesse mesmo ano da conferência de Paris, 1968, Garrett Hardin publica um estudo chamado “*The Tragedy of de Commons*”, que “[...] fundamenta-se no postulado da racionalidade do comportamento do homem econômico, que não pode ou não quer levar em consideração os efeitos da exploração descontrolada de um recurso comum” (DARDOT, LAVAL, 2017, p.145-198). Nesse debate, Hardin afirma que não existe a possibilidade de cooperação na gestão de bens comuns como, por exemplo, o ambiente natural. Para Hardin a única forma de gestão dos bens comuns é a privatização ou a instituição de rígidas regras de uso sob uma gestão centralizada (SAVAZONI, SILVEIRA, 2018). Sua obra amplamente conhecida é, então, já desconstruída, inicialmente pelo Clube de Roma (MCCORMICK, 1992) e a posteriori por Ostrom na década de 1990 (DARDOT, LAVAL, 2017; OSTROM, 1990).

4.2 MARCOS REGULATÓRIOS E POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1970 ATÉ OS DIAS ATUAIS

Em 1972, antes da Conferência de Estocolmo, o Clube de Roma, publicou o estudo chamado *Limits to Growth* (Limites do Crescimento):

A obra partia de um criativo e sólido modelo analítico, que apontava para a escassez das fontes de matéria-prima e, sobretudo, de energia. O estudo fez uma das primeiras simulações em computador (uma ferramenta até então pouco usada em pesquisas universitárias) do modelo do ecossistema global, utilizando cinco parâmetros: a população, a produção alimentar, a industrialização, a poluição e a utilização de recursos naturais não renováveis. Foram analisados dados sobre o estoque de recursos naturais, a sua exploração crescente para atender demandas do setor produtivo, o comprometimento e o risco de esgotamento de alguns desses recursos, o que inviabilizaria o crescimento da economia em pouco tempo. Como conclusão, o relatório defendia a necessidade eminente de se controlar a expansão demográfica, limitar o crescimento exponencial da produção, combater a poluição e a degradação ambiental. A ideia de um congelamento do crescimento da população global e do capital industrial para alcançar a estabilidade econômica e ecológica passou a ser associada ao estudo coordenado por Meadows. (...) O relatório provocou reações críticas, particularmente por parte dos economistas, que se opuseram radicalmente às hipóteses e prognósticos catastróficos de Meadows e seus colaboradores. Questionava-se a proposta de parar voluntariamente o crescimento, enquanto as necessidades vitais elementares de uma parte da humanidade não tinham sido atendidas. Era impossível falar de “crescimento zero” para o conjunto da sociedade (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Na análise de McCormick (1992) o estudo apresentava seus limites seja pela disponibilidade de dados, que eram por vezes fragmentados e contraditórios, seja pela padronização dos problemas ambientais entre países mais ou menos desenvolvidos. De todo modo, a intenção dos intelectuais da época tinha como intuito provocar uma reflexão para encorajar a mudança de atitude política frente aos desafios do que chamavam de “sistema mundo”. O estudo tinha a intenção de colaborar com os debates da Conferência de Estocolmo que estava sendo planejada. E apontava para a necessidade de uma cooperação internacional que compreendesse que o problema global não poderia ser tratado com soluções globais. Defendiam, entre outras necessidades de cooperação, a urgência de uma cooperação internacional para a padronização dos dados sobre questões sociais, econômicas e ambientais. Por fim, a conclusão trazia a necessidade de reconhecimento dos limites do crescimento, tanto econômico quanto populacional. Dessa forma “os autores recomendavam, entre outras coisas, uma redução de 40% no investimento industrial, uma redução de 20% no investimento agrícola, uma redução de 40% na taxa de natalidade e uma transferência maciça de riqueza dos países ricos para os pobres” (MCCORMICK, 1992, p. 89).

De todo modo, diversas críticas foram proferidas aos resultados da publicação os “Limites do Crescimento” coordenado por Meadows. Entretanto, não cabe aqui destrinchar todos os eventos ocorridos após os apontamentos da obra e, sim,

reconhecer sua importância enquanto movimento que resulta no debate sobre como o planeta estava sendo ocupado e quais eram os resultados sobre o modo de produção até então adotado, em especial, pelos países industrializados.

Em 1972 ocorreu a **Conferência de Estocolmo**, na Suécia, chamada como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Foi a primeira conferência temática da ONU. Esse fato trouxe o entendimento que os problemas relatados desde a década de 1960 foram reconhecidos como problemas dos governos nacionais que finalmente tinham ganhado a evidência necessária. O debate sobre o “crescimento zero” é pautado como inviável, entendendo que precisavam repensar os conceitos tradicionais e das bases do crescimento de forma a incluir as questões sociais, além de evitar a degradação ambiental. Nesse contexto, há o entendimento que muito dos problemas ambientais estão relacionados à pobreza dos países “em desenvolvimento”. (MCCORMICK, 1992; BURSZTYN; BURSZTYN, 2013)

Esse aspecto relacionado a ideia de compatibilizar o desenvolvimento com as questões ambientais foi fundamentado na **Conferência de Founex** (Suíça), em 1971, como uma das reuniões preparatórias para a Conferência de Estocolmo. Nessa reunião, além de aproximar os economistas dos ambientalistas, se problematizou os resultados ambientais preocupantes das atividades agrícolas. (ROCHA, 2006; BURSZTYN; BURSZTYN, 2013)

Na Conferência de Estocolmo, entre as principais preocupações estavam os problemas relacionados aos aspectos da natureza, os desastres ambientais vividos, que impactavam a vida humana; problemas esses resultados da forma própria de agir da sociedade sobre a natureza. Entre os avanços percebidos estava o de uma nova perspectiva sobre o entendimento da relação sociedade-natureza, compreendendo que não havia uma dissociação direta entre tais questões. (MCCORMICK, 1992; BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; LEFF, 2019).

O objetivo inicial da Conferência era encontrar soluções técnicas para os problemas de poluição decorrentes da industrialização, do crescimento demográfico e da urbanização, e estimular a cooperação internacional no equacionamento da poluição do ar, da água e do solo, para evitar que os países em desenvolvimento repetissem os mesmos erros dos desenvolvidos. Para os primeiros, entretanto, tais preocupações pareciam supérfluas, enquanto não fossem resolvidos os problemas da pobreza e da má distribuição de renda no mundo. As suas preocupações se voltavam especialmente para garantir o direito de continuar com a exploração de recursos naturais em larga escala, como forma de atingir o progresso econômico. A prioridade pelo desenvolvimento foi expressa pelos representantes desses países, quando afirmaram que a pior forma de poluição seria a miséria. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013, p. 83)

Neste contexto, o Brasil se posiciona no entendimento que:

(i) nos países pobres, a poluição era o subdesenvolvimento e o bem-estar era sinônimo de superação da miséria; (ii) o desenvolvimento poderia continuar de forma predatória sem que se desse prioridade para mitigar as agressões a natureza; (iii) o problema ambiental fora inventado pelas grandes potências, para conter a expansão do parque industrial dos países em desenvolvimento; (iv) a miséria seria erradicada com a difusão do crescimento econômico de acordo com a teoria do bolo: primeiro crescer para depois repartir; e (v) a explosão demográfica não era um problema (face à oposição da Igreja Católica aos programas de controle da natalidade e à preocupação geopolítica de ocupação de espaços vazios defendida pelos militares). A delegação expressava a sua preocupação: (i) de que as recomendações sobre política ambiental que poderiam sair da conferência teriam efeitos restritivos para o necessário processo de industrialização dos países em desenvolvimento; (ii) com a possibilidade de imposição de barreiras não tarifárias às exportações (iii) dos países em desenvolvimento pelos países desenvolvidos, em função da adoção de critérios ambientais; e (iv) com a sua capacidade de absorção dos custos inerentes à adoção de medidas de proteção ao meio ambiente na estrutura de preços dos produtos. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013, p. 83)

Segundo McCormick (1992), um dos maiores avanços da conferência foi a compreensão do posicionamento dos países menos desenvolvidos, sendo esses contrários a imposições colocadas por países desenvolvidos sobre seus processos de crescimento econômico. A delegação chinesa afirma que os locais em que o meio ambiente natural estava ameaçado de extinção eram os lugares aonde havia “agressão e guerra por parte dos colonialistas, imperialistas e neocolonialistas” (MCCORMICK, 1992, p. 108).

Apesar dos embates existentes na conferência, alguns documentos foram oficialmente assinados pelos países participantes, dentre eles a **Declaração de Estocolmo** que conta com sete questões dispostas em um preâmbulo e apresenta 26 princípios comuns às questões ambientais e sociais. O preâmbulo se refere a uma reflexão sobre o cenário ambiental e social ao qual o planeta estava vivendo,

ênfatizando a potênçia do ser humano enquanto agente transformador da sua pr3pria hist3ria e respons3vel pelos seus atos. Em um tom de convite a esforç3s comuns o preambulo prop3e a todos a reflex3o sobre a necessidade de estabelecer uma harmonia com a natureza a partir do seu conhecimento em defesa do que chamam de “meio ambiente humano”. (ONU, 1972)

Os princ3pios da Declaraç3o de Estocolmo trazem quest3es amplamente debatidas no contexto atual das pol3ticas ambientais e na base do conceito de desenvolvimento sustent3vel, tais como: (i) preservaç3o de amostras representativas dos ecossistemas naturais; (ii) planejar o desenvolvimento econ3mico aliado à conservaç3o da natureza; (iii) o uso consciente dos recursos n3o renov3veis; (iv) o fim à descarga de substancia t3xicas; (v) a vida marinha precisa de medidas espec3ficas de proteç3o pelos Estados; (vi) o desenvolvimento econ3mico como forma de assegurar a melhoria da qualidade de vida; (vii) o ordenamento racional dos recursos com enfoque de um planejamento integrado pelos estados; (viii) o respeito aos direitos humanos fundamentais; (ix) trazer ao governo central dos Estados a responsabilidade de planejar e gerenciar a utilizaç3o dos recursos ambientais para melhorar a qualidade do meio ambiente; (x) realizar aç3es de educaç3o para a mudanç3a de consci3ncia sobre a necessidade de proteç3o do ambiente natural; (xi) a responsabilizaç3o dos pa3ses sobre as consequ3ncias de desastres ambientais; (xii) o fim das armas nucleares e demais meios de destruiç3o de massa (ONU, 1972).

Por fim, outros princ3pios referem-se por um lado a soberania nacional dos pa3ses e por outro à necessidade de reconhecimento das diferenç3as entre os pa3ses desenvolvidos e menos desenvolvidos, colocando, por vezes, a necessidade de financiamento e apoio dos pa3ses desenvolvidos às necessidades sociais e econ3micas dos demais (ONU, 1972). Esse debate foi amplamente colocado na preparaç3o do Brasil para a participaç3o na confer3ncia representada pelo Minist3rio das Relaç3es Exteriores. Al3m disso, observa-se que no documento intitulado “Relat3rio da Delegaç3o do Brasil à Confer3ncia das Naç3es Unidas sobre Meio Ambiente – vol II¹⁶” h3 pontualmente a colocaç3o da necessidade do planejamento do turismo em 3reas protegidas.

¹⁶ Vide: https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/estocolmo_72_Volume_I.pdf e https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/estocolmo_72_Volume_II.pdf

Em 1977, o governo brasileiro institui, por meio da **Lei no 6.513, de 20 de dezembro de 1977, a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico**, em que se destaca o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural. O regulamento proposto se torna a primeira legislação para fins de desenvolvimento turístico relacionada ao patrimônio ambiental e cultural do país ao mesmo tempo que atua pela construção de uma política territorial que delimita espaços geográficos específicos para a ação política determinada. (BRASIL, 1977).

Ainda na década de 1970 o governo federal regulamenta diversos aspectos relacionados às características, aos objetivos, às exigências e às normas de gestão que se referem à criação e implementação dos Parques Nacionais, por meio do **Decreto Federal Nº 84.017**, de 21 de setembro de 1979. O decreto então considera e regulamenta a visitação pública com “propósitos científicos, culturais, educativos ou recreativos”. Ainda que o termo “turismo” não seja utilizado e que não se faça a menção à Lei no 6.513/77, o turismo, enquanto “atividade recreativa” é tratado pela primeira vez de forma estruturada em uma legislação ambiental.

Em abril de 1981 o Brasil cria mais duas tipologias de áreas protegidas por meio instrumento jurídico - **Lei nº 6.902**, de 27 de abril de 1981 o qual dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental. Entre as diferenças que marcam as duas tipologias criadas está na possibilidade do “exercício do direito de propriedade” para as Áreas de Proteção Ambiental, enquanto que as Estações Ecológicas terão terras de dominialidade pública.

Em âmbito internacional, em 1980, ocorre a Conferência Mundial do Turismo, convocada pela Organização Mundial do Turismo – OMT, que apresenta como resultado a **Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial**. O enfoque é a responsabilidade dos Estados-nação no incentivo ao desenvolvimento do turismo chamado de harmonioso e continuado (REIS, 2011). Mesmo com o debate sobre a sustentabilidade já pautado Declaração de Estocolmo a declaração de Manila confere de forma incipiente uma aproximação aos aspectos relacionados a sustentabilidade, ainda que tais termos não estejam explícitos.

Em 1981 o Brasil cria a **Política Nacional de Meio Ambiente** (lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) que tem como seu objetivo o discurso que corrobora com os apontamentos relacionados à Conferência de Estocolmo, ao inferir que “A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação

da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, 2013¹⁷, Art 2º)

Para o atendimento do objetivo expresso da política o marco regulatório define os seguintes princípios (BRASIL, 2013):

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas;
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Entre os treze instrumentos da política, descritos no artigo nono da lei, identifica-se apenas dois instrumentos relacionados a questões econômicas de forma não direta. O inciso quinto que trata dos “incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental”, aspecto esse que está relacionado ao interesse de criação de tecnologia de utilidade pública e privada que tenha como fim a qualidade ambiental. E o inciso XIII que trata dos “instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros”, inciso inserido pela **Lei nº 11.284**, de 2006 que trata da gestão de florestas públicas para a produção sustentável (BRASIL, 2013).

Com relação à tratativa da política relacionada às áreas protegidas, encontra-se o inciso sexto, do artigo nono, que trata da “criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas” foi inserido

¹⁷ A Legislação analisada é a que se encontra vigente, portanto, a que inclui suas alterações posteriores ao ano de sua criação. Desta forma a numeração dos artigos e incisos encontra-se na forma atual, conforme a última atualização legislativa LEI 12.856, de 02/09/2013, a qual conta na referência - BRASIL, 2013.

em 1989 no contexto da revisão da referida política pela **Lei nº 7.804**, de 18 de julho de 1989. (BRASIL, 2013).

Já em relação às populações tradicionais, o único artigo que faz referência ao termo é o que trata da isenção de pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, assim como isenta “as entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais, as entidades filantrópicas, aqueles que praticam agricultura de subsistência” (BRASIL, 2013).

Meses antes da criação da Política Nacional de Meio Ambiente, em 1981, o governo federal cria outro marco regulatório que dispõe sobre outras duas formas de áreas protegidas para além dos parques já criados pelo instrumento do Código Florestal de 1934. A **Lei nº 6.902**, de 27 de abril de 1981 dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, apresentando suas finalidades e regulamentações iniciais sobre o uso e a ocupação dos espaços delimitados como de interesse de preservação sobre a forma de Estações Ecológicas ou Áreas de Proteção Ambiental. (BRASIL, 1981).

Em âmbito internacional as pautas ambientais continuam tendo agendas importantes dentro da ONU que cria a **Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMDA**, em 1983. A comissão, política e científica, foi a responsável para publicação do **Relatório Brundtland**, “Nosso Futuro Comum”, constituído de três partes: preocupações comuns, problemas comuns e esforços comuns. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013)

Segundo o relatório, a Assembleia Geral das Nações Unidas – ONU, estruturou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento com a seguinte orientação: debater “*A global agenda for change*” (Uma agenda global para a mudança). Neste contexto foram quatro aspectos centrais a serem trabalhados pela comissão: (i) estratégias ambientais para um desenvolvimento sustentável até 2000; (ii) recomendações sobre a cooperação entre países, em diferentes estágios de desenvolvimento, na busca de um objetivo comum de “inter-relação entre pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento”; (iii) viabilizar instrumentos para a comunidade internacional agir com as preocupações relativas ao meio ambiente de forma eficaz; (iv) produzir percepções coletivas sobre os problemas ambientais de longo prazo, delimitando os esforços necessários para a proteção e melhoria do Meio ambiente. (UNITED NATIONS, 1987)

A reflexão proposta pela comissão sobre as formas de fomentar o envolvimento das pessoas no que eles denominam de “interesse comum”, estruturase em três principais aspectos: (i) a instrução para o estabelecimento de ações de educação, (ii) criação e fortalecimento de instituições; e (iii) estabelecimento e fortalecimento do aparato legal (UNITED NATIONS, 1987).

Observa-se, no relatório de *Brundtland*, que a relação que se estabelece na visão entre sociedade e natureza não está pautada na relação em si, mas na incapacidade dos sistemas produtivos em promover qualidade de vida para diversas populações ao redor do mundo, bem como de manter e/ou favorecer a manutenção da natureza. Neste contexto, há um importante reconhecimento de que povos, populações e comunidades possuem uma relação com seu meio de vida, diferente da relação estabelecida no sistema de produção capitalista, em que os resultados econômicos das produções são o objetivo fim dos que estão à frente da produção, seja pela posse do capital e/ou dos meios de produção (UNITED NATIONS, 1987).

Outro aspecto do relatório é o entendimento de que a pobreza é a causadora, em grande medida, de problemas ambientais, haja visto que tal situação de vulnerabilidade está relacionada à falta de instrução, ao desconhecimento da relevância do ambiente natural e às necessidades de uso irracional para a sobrevivência de si e dos seus. O termo recursos naturais, por sua vez, coloca a natureza à serviço do homem, dos seus processos produtivos, estabelecendo o distanciamento da relação sociedade e natureza enquanto parte de um mesmo ambiente (UNITED NATIONS, 1987).

Por outro lado, o relatório introduz oficialmente na agenda internacional o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como um ideário de mudanças da forma de uso dos recursos naturais, de ocupação dos territórios, da necessidade de avanços tecnológicos e da necessidade de mudanças institucionais que congreguem no atendimento das necessidades humanas atuais e futuras. Desta forma, “enquanto o relatório de Meadows defendia limites ao crescimento, o relatório Brundtland propunha um crescimento mais qualitativo, apoiado em práticas conservacionistas e capazes de expandir a base de recursos naturais.” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013, p. 93)

Ainda em âmbito internacional, o turismo tem os dois marcos políticos-institucionais pautados em encontros da Organização Mundial do Turismo: (i) a **Carta do Turismo e o Código do Turista**, em Sofia na Bulgária, em 1985 e (ii) **Declaração**

de Haia sobre o Turismo de 1989 da Conferência Interparlamentar do Turismo em Haia nos Países Baixos. Em essência os documentos reconhecem a magnitude do turismo enquanto atividade global e geradora de desenvolvimento socioeconômico, ao mesmo tempo que problematiza os impactos decorrentes do turismo de massa não planejado e ordenado, tratam das Declarações dos Direitos Humanos. Os aspectos relacionados ao debate da sustentabilidade não são pautados no contexto das necessidades e princípios apontados no âmbito do debate sobre proteção da natureza e da sustentabilidade (OMT, 1980; OMT, 1985)

A década de 1980 tem marcos importantes na história política do Brasil como o período de redemocratização do país com o fim do governo militar e a promulgação da **Constituição de 1988**. Por outro lado, os anos 1980 foram marcados por uma grave recessão econômica, em um cenário de baixos investimentos, aumento da dívida externa, queda no PIB, culminando em um cenário de hiperinflação nos anos 1989, o que fez com que a década fosse chamada de a “década perdida” (LACERDA et al., 2006).

Para o turismo, enquanto ação pública, a década de 1980 possui alguns marcos relacionados ao desenvolvimento do turismo nas regiões litorâneas, focados em especial no Nordeste Brasileiro, mas também com investimento no litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro, e conectada a uma política de qualificação urbana que ocorria nesse período histórico como projeto nacional. (CAVALCANTI, DA HORA, 2002; BURSZTYN, 2003; CRUZ, 2005; BEKER, 2001). Em 1979, a Embratur lança um programa chamado “Portões de Entrada”, com o objetivo de ampliar as regiões com fluxo turístico para o norte, sendo Manaus e Belém os portões de entrada, e para o nordeste, contemplando as capitais Recife, Fortaleza e Salvador (CAVALCANTI, DA HORA, 2002).

Os investimentos no Nordeste ao longo das décadas de 1970 e 1980 foram concentrados nas políticas de mobilidade com modernização das estradas e aeroportos para facilitar fluxo de pessoas, além da facilitação para a atração de investidores externos para a instalação de hotéis que pertenciam a cadeias hoteleiras internacionais (CAVALCANTI, DA HORA, 2002; BURSZTYN, 2003; CRUZ, 2005; BEKER, 2001).

Em 1982, a Embratur realizou um convênio com o Ministério do Trabalho tendo como projeto o desenvolvimento do turismo social nos períodos de baixa temporada (CAVALCANTI, DA HORA, 2002), estratégia que permanece nas políticas

desde a década de 1990 na primeira legislação até a atual no que tange a democratização do turismo. No preparativo da Eco-92 é lançado, em 1987, o **Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo**, o qual não foi efetivamente implementado e não conseguiu a aderência do mercado turístico (CAVALCANTI, DA HORA, 2002; BURSZTYN, 2003; CRUZ, 2005; BEKER, 2001).

Segundo Bertha Becker (1995), entre 1967 e 1987, dados da Embratur demonstram que ao longo desses 20 anos a hotelaria Brasileira, tendo em vista o incentivo em mais de 70% dos meios de hospedagens construídos ao longo desses anos, avaliou como positiva sua atuação à medida que o país passou de 16.313 unidades habitacionais para 120.000 e de 164 hotéis classificados para 1.980 (BECKER, 1995)

Em 1988, no período de redemocratização do Brasil, o país aprova a sua **Carta Maior, a Constituição Federal Brasileira**, a qual abrange um conjunto de matérias que tem como fundamento a orientação da ação do estado e da sociedade civil para o alcance do que se chama “princípios constitucionais nacionais” que visam em última instância o bem-estar social.

Para o turismo a Constituição Federal destaca em seu artigo 180 que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 2022¹⁸). O Art. 180, que trata do turismo, encontra-se no Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira, no Capítulo I - Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica (BRASIL, 2022).

Outro artigo no mesmo título e capítulo é o Art. 74 que delimita que o Estado, enquanto agente normativo e regulador das atividades econômicas, na forma de lei, exerce as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, considerando o desenvolvimento nacional equilibrado e compatível com as questões regionais, estimulando e apoiando o cooperativismo e o associativismo e favorecendo as atividades de garimpo organizadas em cooperativas (BRASIL, 2022). Esse artigo passa então por uma complementação recente pela lei nº 13.874 de 2019 que trata da “Declaração de Direitos de Liberdade Econômica para a garantia de livre mercado”.

¹⁸ A Legislação analisada é a que se encontra vigente, portanto, a que inclui suas alterações posteriores ao ano de sua criação. Desta forma a numeração dos artigos e incisos encontra-se na forma atual, conforme a última atualização legislativa a qual conta na referência - BRASIL, 2022.

Já o Meio Ambiente é tratado no capítulo VI – Do Meio Ambiente, trazendo em seu Art. 225 o seguinte texto: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2022).

As linhas que seguem a complementação do capítulo sobre meio ambiente seguem a estrutura da Política Nacional de Meio Ambiente ao tratar dos aspectos relativos à preservação e ao controle, à exceção do inciso VIII incluso pela ementa constitucional nº123 de 2022 que trata na manutenção do regime fiscal favorecido ao biocombustível (BRASIL, 2022).

Com relação às questões ambientais presentes em outros artigos da Constituição destaca-se o: (i) Art. 5 da garantia dos direitos e deveres fundamentais, individuais e coletivos, quando se refere no inciso LXXIII a ação popular que vise proteger o Meio Ambiente; (ii) Art. 23 quanto a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos incisos III, VII, VIII e XI; (iii) Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre os incisos VI, VII, VIII; (iv) “Art. 129 São funções institucionais do Ministério Público: III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”; (v) Art. 170 da ordem econômica ao pontuar como princípio a defesa do meio ambiente; (vi) Art. 186 da função social é cumprida quando a propriedade rural; (vii) “Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.” (BRASIL, 2022).

Em 1991, a **Lei nº 8.181**, de 28 de março de 1991, dá nova denominação a EMBRATUR e estabelece competências como organismo responsável, entre outros, pela política nacional de turismo, bem como prevê a estrutura institucional do órgão. Entre as competências da Embratur surge a articulação com os outros órgãos para “estimular as iniciativas destinadas a preservar o ambiente natural e a fisionomia social e cultural dos locais turísticos e das populações afetadas pelo seu desenvolvimento” (BRASIL, 1991, Art. 3º, IX). De todo modo, apesar de trazer avanços, é ainda uma política geral que não alcança os níveis mais operativos e regulatórios para o desenvolvimento do turismo.

A Lei nº 8.181/1991 foi então regulamentada no ano subsequente pelo Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992, definindo então que “**Política Nacional de Turismo** tem por finalidade o desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional, e será formulada, coordenada e executada (...) pela EMBRATUR” (BRASIL, 1992, Art. 1º). Enquanto diretrizes e objetivos a lei define que:

Art. 2º A Política Nacional de Turismo observará as seguintes **diretrizes** no seu planejamento: I - a **prática do Turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural** do País; II - a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico.
 Art. 3º A Política Nacional de Turismo tem por **objetivos**: I - **democratizar o acesso ao Turismo Nacional**, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem-estar das classes de menor poder aquisitivo; II - **reduzir as disparidades sociais e econômicas** de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda; III - **aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas** estrangeiros no País, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial emissivo em nível internacional; IV - difundir novos pontos turísticos, com vistas a **diversificar os fluxos entre as Unidades da Federação e beneficiar especialmente as regiões de menor nível de desenvolvimento**; V - ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características socioeconômicas regionais e municipais; VI - **estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico**, com vistas à sua valorização e conservação; VII - estimular a criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações com capacidade de retenção e prolongamento da permanência dos turistas. (BRASIL, 1992, Art. 2º e Art. 3º, *grifo nosso*)

Em termos legislativos a regulamentação proposta pelo Decreto nº 448/92 traz acréscimos relevantes sobre o turismo para além do viés econômico, propondo um olhar para o patrimônio, para o maior acesso às viagens por parte da população e a necessidade de distribuição territorial dos investimentos para o desenvolvimento do turismo nacional.

Segundo Cassio Avelino S. Pereira (1999), na década de 1990 um dos grandes debates das políticas de turismo estava relacionado à necessidade de intervenção do Estado dado os efeitos estruturais que o desenvolvimento desregulamentado do turismo vinha causando em destinos com fragilidades ambientais e socioculturais, trazendo consigo a mudança das configurações dos territórios e as formas de reprodução social, as quais não beneficiavam as populações dos destinos turísticos (PEREIRA, 1999).

Para Brentha Beker (2001) outro aspecto que pautava a intervenção do Estado era o baixo dinamismo econômico da atividade na relação do que se entendia como o potencial turístico do país:

Em 1990 o Brasil representava apenas 0,24% do fluxo total de turismo no mundo, participando com 0,57 da receita mundial do turismo. Esse foi o "fundo do poço", atingido em razão da crise brasileira, da perda de competitividade e do forte impacto negativo causado pela deterioração da imagem do Brasil no âmbito turístico, particularmente de seu "portal de entrada" a cidade do Rio de Janeiro, devido à questão de segurança. Ainda assim, mesmo com essa performance internacionalmente tão modesta, o turismo figurou entre os dez produtos mais importantes da pauta de exportação brasileira de bens de serviços, correspondendo a 4,7% de seu total entre 87 e 90. E em 1991, o turismo superou a receita obtida com exportação do café, do farelo de soja, do suco de laranja, ocupando o quinto lugar na pauta de exportação. E a zona de maior incidência turística no Brasil é a zona costeira, de cerca de 7 mil quilômetros, com uma área emersa de 480.000 km², e 40 milhões de habitantes. (BEKER, 2001, p. 04)

A natureza, no contexto da atividade do turismo, também ganha novos significados sob a égide de retorno a natureza para fins de ócio gerando uma nova valoração da natureza como mercadoria para o turismo (BEKER, 2001). É nesse contexto que os anos 1990 é marcado por um forte movimento internacional para conscientização do turista e para o fomento a destinos turísticos responsáveis, considerando ecoturismo, o turismo solidário e o turismo cultural como uma emergência frente aos impactos negativos da atividade em diversas localidades turísticas. Nesse período, o debate gira em torno de conflitos que surgem para o respeito das necessidades e do modo de vida das comunidades anfitriãs que está para além dos ganhos econômicos (PEREIRA, 1999).

No campo do debate científico Eleonor Ostrom publica, na década de 1990, o livro *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Inicialmente, o debate do comum vinculou-se com mais força aos movimentos ambientalistas. Pesquisas abordaram aspectos relacionados à gestão, à governança de bens comuns tais como a água, o mar, as áreas costeiras e as florestas (SABBAGH, 2012; SABOURIN, 2010; LOPES, MARQUES, ESTEVÃO, 2021), como exemplos de espaços territoriais que possuem um caráter comum. Ostrom (1990) parte da desconstrução da teoria proposta por Garrett Hardin denominada "*The Tragedy of de Commons*", de 1968, que "fundamenta-se no postulado da racionalidade do comportamento do homem econômico, que não pode ou não quer levar em consideração os efeitos da exploração descontrolada de um recurso comum"

(DARDOT, LAVAL, 2017, p.145-198). O comum, enquanto teoria, amplia e problematiza significativamente o debate no âmbito das pesquisas acadêmicas, diante da profusão de práticas comunitárias fundamentadas nos princípios socioculturais e políticos, construídos com base na coletividade, cooperação e autogoverno, produto das relações sociais (DARDOT, LAVAL, 2017; SAVAZONI, SILVEIRA, 2018; BOLLIER, 2014, 2016; OSTROM, 1990). As narrativas que fundamentam o comum ou os bens comuns adotam diversas perspectivas, embora compartilhem a constatação da profunda crise do neoliberalismo que conduz a produção do espaço e da vida nas últimas décadas (DARDOT, LAVAL, 2017; OSTROM, 1990).

Outro marco relevante no debate internacional da Proteção da Natureza e do Equilíbrio Ecológico do planeta, assim como marco relevante para o Brasil enquanto nação anfitriã, foi a **Eco-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, conhecida popularmente como Eco-92, Rio-92. No que se refere a proteção de áreas naturais o resultado é a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, tratado internacional acordado na conferência (MMA, 2000), a qual não aborda diretamente o turismo. Como resultado da conferência se tem também a **Agenda 21** como instrumento que considera a realidade particular dos territórios dada a perspectiva de se estruturar em uma ação de planejamento e execução entre poder público e sociedade civil. Na Agenda 21 o turismo é então colocado como uma alternativa a preservação ambiental que deve ser considerada, inclusive como contraponto a regiões que não comportem a agricultura tradicional (CAMARA DOS DEPUTADOS, 1995).

Em 1995, ocorre a **Conferência Mundial do Turismo Sustentável em Lazarote**, nas Ilhas Canárias, na Espanha, a qual tem como resultado o documento intitulado “**Carta del Turismo Sostenible**” (REIS, 2011). Em seu preâmbulo a carta trata do turismo como fenômeno mundial e importante elemento de desenvolvimento social, econômico e político, ao mesmo tempo que compreende que o turismo é uma atividade capaz de gerar degradação ao meio ambiente e perda da identidade cultural. Ainda no preâmbulo a carta cita as declarações dos direitos humanos, a declaração da Rio +92 sobre o Meio Ambiente e as recomendações da Agenda 21, bem como a Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, a Carta do Turismo e o Código do Turista. Desta forma, a carta apresenta 18 princípios e objetivos que visam orientar as ações políticas dos governos e autoridades locais, empresas e profissionais da área.

Observa-se que é estabelecida uma ênfase nas questões relativas à necessidade do reconhecimento das comunidades tradicionais na formulação das diretrizes de desenvolvimento do turismo sobre seus territórios (ESPAÑA, 1995¹⁹).

Ainda na década de 1990, até antes da criação do Ministério do Turismo em janeiro de 2003, destacam-se duas políticas de relevância nacional para o turismo. O primeiro é o **Programa Nacional de Municipalização do Turismo**, institucionalizado pela Portaria nº 130 do MICT, de 30 de março de 1994, que seguia a orientação da Organização Mundial do Turismo ao buscar trazer o processo de construção das políticas de turismo para o âmbito local em uma perspectiva de um planejamento participativo e o desenvolvimento sustentável embasado na Eco-92 (TRETIN, FRATUCCI, 2011).

Por um lado, o programa trouxe uma visibilidade para o turismo enquanto setor econômico, qualificando mais de vinte e cinco mil agentes multiplicadores locais e ampliando o reconhecimento da relevância do turismo, debatendo, ainda, a necessidade de conciliar o desenvolvimento com a preservação do patrimônio ambiental, cultural e histórico, e articulando uma série de agentes e organizações estratégicos para a econômica nacional. (TRETIN, FRATUCCI, 2011; BENI, 2006; HENZ, DOS ANJOS, 2010; GALDINO, COSTA, 2011).

Por outro, contudo, recebe críticas por ser um programa que busca a municipalização, a descentralização, mas mantém o poder decisório, a definição da estrutura e do método e a capacidade de definição dos investimentos no âmbito federal. Outro aspecto se refere a incapacidade das administrações públicas locais em dar continuidade ao projeto federal (MARANHÃO, 2017; FRATUCCI, 2008)

O segundo programa a ser destacado da década de 1990 é o **PRODETUR**, que tem seu foco de atuação na região nordeste pela articulação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com a EMBRATUR. O programa se destaca porque, assim como o PNMT, houve ações efetivas e amplamente conhecidas. Sua estrutura estava baseada principalmente na qualificação e implantação da infraestrutura de saneamento e transporte, mas também, de forma mais tímida, na qualificação profissional, no desenvolvimento institucional e na recuperação e proteção do patrimônio cultural e natural (MARANHÃO, 2017)

¹⁹ <http://www.turismo-sostenible.org/wp-content/uploads/2018/06/Carta-del-Turismo-Sostenible.pdf>

Com relação a política específica de turismo e natureza, em 1994 é publicado o documento intitulado “**Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**”, documento resultado de um trabalho interministerial do então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, representados pela EMBRATUR e pelo IBAMA, respectivamente (EMBRATUR, 1994). O documento destaca que o ecoturismo é debatido pelo governo desde 1985 com a criação de uma comissão técnica composta pela EMBRATUR e pelo IBAMA apontando que nesse ínterim algumas barreiras se tornam entraves para o desenvolvimento do turismo como: a falta de consenso conceitual sobre o ecoturismo, a falta de regulamentações e incentivos que orientem os empresários, os investidores e o próprio governo para a exploração dos bens naturais e culturais ao mesmo tempo que promova a conservação dos mesmos (EMBRATUR, 1994).

O documento tinha o objetivo de ser o embasamento para a construção de uma Política Nacional de Ecoturismo sugerindo que essa assegurasse: “(i) à comunidade: melhores condições de vida e reais benefícios; (ii) ao meio ambiente: uma poderosa ferramenta que valorize os recursos naturais; (iii) à nação: uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos; (iv) ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento das gerações futuras (EMBRATUR, 1994).

O ambiente macroeconômico década de 1990 inicia marcado pela recessão em um processo crescente de concentração de renda e exclusão social. Nesse processo há uma expansão do ideário de sucesso do capitalismo mundial e a consolidação da agenda neoliberal. Os centros hegemônicos que debatem a condução das políticas ambientais, conforme tratado anteriormente, também detêm a orientação político-econômica (MONTEIRO, 2006) com o financiamento do PRODETUR, maior programa de investimento público do Brasil para o turismo, que seguiu a cartilha do modelo no ajuste às determinações do Banco Mundial.

Outro aspecto contextual importante é a reforma gerencial do estado brasileiro. Segundo Ana Paula Paes de Paula (2005), “**a reforma gerencial brasileira** foi um desdobramento do ajuste estrutural da economia, que teve início com a adesão do governo Collor às recomendações do Consenso de Washington para a crise latino-americana.” (PAULA, 2005, p. 25. grifo da autora). Tais recomendações estruturavam-se na proposta política neoliberal com a redução das funções e do tamanho do estado

brasileiro, estrutura amplamente criticada por apontar a tendência de “desmonte do Estado e das políticas sociais” (PAULA, p. 125). Neste contexto, o discurso partia assim para a terceira via “abandonando as palavras de ‘redução do estado’ e transferência de suas funções’ em favor da expressão ‘reforma dos institutos legais e estatais’ (...).” (PAULA, 2005, p. 126).

A reforma, proposta no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso teve como fundamento o debate sobre "o papel que o Estado deve desempenhar na vida contemporânea e o grau de intervenção que deve ter na economia" (BRASIL, 1995, p. 09). Tal questão chave justifica-se, no **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995**, pela alegada existência de sobrecarga do governo no atendimento das demandas existentes para a promoção do desenvolvimento econômico e, principalmente, social. Conforme Marco Nogueira (2004), a finalidade principal era diminuição da função do Estado tornando-o mais eficiente e institucionalizado em seu vínculo ao mercado, em sintonia com novas demandas da competitividade internacional. Para além do enfoque das dimensões em que as políticas públicas de Estado deveriam ser estruturadas, destaca-se no Plano Diretor supracitado a crítica a forma de organização e estruturação do aparelho estatal, por este apresentar características rígidas e ineficientes de gestão, balizada pelo excesso de normas e processos regulatórios. A procura pelo aperfeiçoamento da administração pública, através da modernização de sua estrutura, profissionalização do corpo de servidores, desburocratização de procedimentos e melhor prestação de serviços públicos, mediante a adoção de exercícios mais eficazes e efetivos, se constitui em preocupação do Estado brasileiro (NOGUEIRA, 2004).

Junto à ideia de “desburocratizar” o Estado e de descentralizar as decisões com as indicações de mercado, a reforma trazia consigo a incorporação de “práticas democráticas”, por meio do incentivo ao controle social através de mecanismos de participação popular e descentralização das políticas. Está nesse contexto a criação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo, que ao mesmo tempo que buscou a descentralização atuou na tentativa de incorporar a sociedade do processo de planejamento e implementação, porém sem o apoio estrutural do fomento público.

Portanto, a concepção estava assentada no pressuposto de que o controle dos resultados passaria, neste contexto, a ser incorporado pela sociedade civil, de forma descentralizada, o que apontaria para a consolidação de um sistema político democrático. O processo de democratização contextualizar-se-ia na proposta de

ruptura com o modelo tecnocrático adotado pelo governo militar em que as “decisões eram centralizadas na cúpula governamental e o modelo de gestão se caracterizava pelo autoritarismo e a exclusão da participação social.” (PAULA, 2005. p. 141).

Sabe-se que a mudança anunciada permeava o ideal de um país moderno, que se articulava com os outros circuitos econômicos, e assim, ingressaria em um mundo globalizado, adotando uma política de “redução do tamanho do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado, tendo como objetivo alcançar um Estado mais ágil, menor e mais barato” (NOGUEIRA, 2004, p. 41). Entretanto, observa-se o aumento da dívida externa, dos acordos internacionais vinculados a fundos monetários e o contínuo enfrentamento das mazelas sociais (NOGUEIRA, 2004).

Neste sentido, Faria e Faria (2017) sugerem que o estudo sobre as transformações pelas quais passou o Estado brasileiro, demandam uma análise das forças políticas (e suas alianças), seus projetos e ações, ou seja, que o estudo supere a concepção tecnicista que indica que as transformações se trataram de medidas puramente administrativas.

A definição das prioridades de investimento, das diretrizes gerais de desenvolvimento, de ocupação territorial, entre outras, está vinculada: (i) por um lado, às condicionantes sociais, políticas e econômicas que participam na estruturação da sociedade e do Estado e delimitam a ação governamental e; (ii) por outro lado, às ações e disputas entre classes, frações de classe, grupos e movimentos sociais que podem resultar na própria reconfiguração das condicionantes apontadas (...). A Reforma do Estado, circunscrita à eficiência de parte de seu aparelho administrativo, não corresponde a uma concepção de inclusão social nos benefícios do desenvolvimento socioeconômico. Trata-se, antes, de instrumentalizar o aparelho administrativo, segundo uma concepção gerencial, para que o mesmo responda, com mais agilidade e eficiência, às demandas da economia. (FARIA, FARIA, 2017, p. 146)

Nos anos 2000 a política de preservação ganha novos contornos com a aprovação da lei que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. A legislação estabelece as normas para implantação e gestão das Unidades de Conservação, as quais na presente pesquisa são

tratadas como Áreas Protegidas²⁰. A legislação entende que as unidades de conservação (áreas protegidas), são:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL 2000, Art. 2º, Parágrafo I)

No capítulo III são definidos dois grupos de unidades as de Proteção Integral, que têm como objetivo básico a “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”, e as de Uso Sustentável que o objetivo é “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. As categorias do grupo de proteção integral são as: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre. Enquanto que as de Uso Sustentável são as: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural. (BRASIL, 2000, Art. 8 e Art. 14).

O turismo é citado três vezes na lei: (i) no Art. 4º sobre objetivos do SNUC no inciso XII – “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”; (ii) no Art. 5º sobre as diretrizes do SNUC no inciso IV – “busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação”; e (iii) no Art. 11º “O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” (BRASIL, 2000).

Observa-se, nesse caso, que a integração da administração pública para criação de políticas para o ecoturismo projetado para as áreas protegidas não é uma proposta

²⁰ Ver justificativa no capítulo 02 – Metodologia, item 2.1 Problematização.

objetiva do marco legal, que pauta a atuação das com organização não-governamentais e de organizações privadas. Outro aspecto relevante é que pela primeira vez nas legislações de caráter ambiental as “população tradicionais” são objetivamente referidas, não apenas no que diz respeito às Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, mas no decorrer no instrumento (BRASIL, 2000).

Em janeiro de 2003, pela primeira vez, foi criado um Ministério voltado exclusivamente à pasta do Turismo. O que para muitos foi um ganho significativo da importância do setor, para os pesquisadores Davis Gruber Sansolo e Rita de Cássia A. da Cruz (2003) a problematização está em entender que o turismo é uma atividade multifacetada que possui uma série de interfaces que podem ser distanciadas quando se submete o turismo a um plano geral (SANSOLO, CRUZ, 2003). Por outro lado, o cenário de baixo crescimento do turismo em relação a outros países demandava a reorientação da política a fim de posicionar o Brasil no mercado turístico global, considerando a necessidade de inclusão efetiva dos Estados e Municípios no planejamento público do turismo (NAKATANI, 2011).

O primeiro Plano Nacional de Turismo do então Ministério do Turismo é publicado quatro meses após a criação do órgão em abril de 2003. O documento intitulado **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas** apresentou, nos discursos iniciais, a “inegável vocação para o turismo”, o “bem receber como traço marcante do povo brasileiro”, a “necessidade de criação de empregos e divisas para a redução das diferenças regionais”, destacando a necessidade de favorecer o setor que apresentava uma “dinâmica de crescimento nos últimos dez anos” e complementando que “destinos importantes do Brasil estão localizados em regiões pobres” que poderão ter a oportunidade de dinamizar a economia por meio do turismo (BRASIL, 2003).

O plano apresentou a estrutura do sistema de gestão proposto para o turismo tendo o Ministério com órgão central e articulador que contava com a Secretaria de Políticas de Turismo e a Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, como órgão responsável pela promoção, divulgação e apoio à comercialização, e no âmbito colaborativo, consultivo e participativo o Conselho Nacional do Turismo e o Fórum Nacional de Secretários (BRASIL, 2003).

Uma novidade em relação as demais políticas analisadas está na apresentação do processo de construção da política justificando sua estrutura e seus

resultados a partir de uma ampla consulta as entidades que representavam o setor em âmbito nacional, bem como aos administradores públicos de diferentes regiões do país. A política mantém a ideia de descentralização assim como as políticas da década de 1990, mas estabelece uma estrutura clara de gestão, em especial, no âmbito federal (BRASIL, 2003).

O documento apresenta um breve diagnóstico, a referência ao Código Mundial da Ética no Turismo proposto pela Organização Mundial do Turismo, em 2000, e delimita quatro princípios norteadores: (i) redução das desigualdades regionais e sociais; (ii) geração e distribuição de renda; (ii) geração de emprego e ocupação; (iii) equilíbrio do balanço de pagamentos (BRASIL, 2003).

Delimitando como visão da política o seguinte enunciado:

O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A geração do emprego, ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, e o equilíbrio do balanço de pagamentos sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas. (BRASIL, 2013, p. 21)

As metas são: (i) criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações; (ii) aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil; (iii) gerar 8 bilhões de dólares em divisas; (iv) Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos voos domésticos; (v) Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal. Para alcançar tais metas são estabelecidos 07 macropogramas subdivididos em programas, a saber: (i) Macro Programa 01: Gestão e Relações Institucionais; (ii) Macro Programa 02: Fomento; (iii) Macro Programa 03: Infraestrutura; (iv) Macro Programa 04: Estruturação e Diversificação da Oferta Turística; (v) Macro Programa 05: Qualidade do Produto Turístico, (vi) Macro Programa 06: Promoção e Apoio à Comercialização e (vii) Macro Programa 07: Informações Turísticas (BRASIL, 2003).

O segundo plano proposto pelo Ministério do Turismo (2007-2010) apresenta uma estrutura mais consolidada em termos de diagnóstico e leitura sobre o turismo enquanto setor econômico. Apresenta os resultados de programas e projetos realizados, tais como: (i) Programa de Alimento Seguro no Turismo, em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e a Associação Brasileira de

Bares, Restaurantes e Similares – ABRASEL; (ii) Plano de Marketing do Turismo para o mercado interno – Plano Cores do Brasil; (iii) Plano de Marketing do Turismo Brasileiro no exterior – Plano Aquarela; (iv) Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil; (v) constituição do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo e dos Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo; (vi) adequação da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho as demandas de informação turística segundo a OMT pela classificação das Atividades Características do Turismo – ACT; (vii) os eventos do Salão do Turismo; (viii) financiamentos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, PRODETUR NE II, PROECOTUR, PRODETUR Sul e PRODETUR JK; (ix) Financiamento de Planos de Desenvolvimento e de Avaliações Ambientais Estratégicas; (x) Pesquisas de Informação do Setor (BRASIL, 2007).

O plano apresenta uma qualificação da proposta de gestão descentralizada enquanto sistema institucional de coordenação da política de turismo ampliando os agentes envolvidos do processo. Define oito macropogramas os quais se subdividem em um total de 22 programas: Macroprograma 01: Planejamento e Gestão; Macroprograma 02: Informação e Estudos Turísticos; Macroprograma 03: Logística de Transportes; Macroprograma 04: Regionalização do Turismo; Macroprograma 05: Fomento à Iniciativa Privada; Macroprograma 06: Infraestrutura Pública; Macroprograma 07: Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos; Macroprograma 08: Promoção e Apoio à Comercialização (BRASIL, 2007).

Em 2008, há outro marco relevante para o turismo que é a **Lei nº 11.771**, de 17 de setembro de 2008 que dispõe sobre a **Política Nacional de Turismo**. A lei é também conhecida como "Lei Geral de Turismo", e sua estrutura representa uma referência para a consolidação de uma política de Estado, a partir de um marco regulatório e para além de uma política de governo. (LOPES, PANOSSO NETTO, 2021; LEMOS, 2013). A política traz a perspectiva de integração interministerial por meio da criação de um Comitê de Facilitação Turística. Entretanto, a integração se estrutura na ideia de investimento e fluxo de turistas, não inserindo o Ministério da Cultura e do Meio Ambiente, que são os principais entes da federação relacionados aos atrativos ou potenciais atrativos turísticos do país (BRASIL, 2008).

Art. 11. Fica criado o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, com a finalidade de compatibilizar a execução da Política Nacional de Turismo e a consecução das metas do PNT com as demais políticas públicas, de forma que os planos, programas e projetos das diversas áreas do Governo Federal venham a incentivar: (...) Art. 12. O Ministério do Turismo poderá buscar, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, apoio técnico e financeiro para as iniciativas, planos e projetos que visem ao fomento das empresas que exerçam atividade econômica relacionada à cadeia produtiva do turismo, com ênfase nas microempresas e empresas de pequeno porte. Art. 13. O Ministério do Turismo poderá buscar, no Ministério da Educação e no Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito de suas respectivas competências, apoio para estimular as unidades da Federação emissoras de turistas à implantação de férias escolares diferenciadas, buscando minorar os efeitos da sazonalidade turística, caracterizada pelas alta e baixa temporadas. (BRASIL, 2008)

Depois foram estruturados mais dois planos – o **Plano Nacional de Turismo: O turismo fazendo muito mais pelo Brasil (2013-2016)** e o **Plano Nacional de Turismo: mais emprego e renda para o Brasil (2018-2022)**. Ambos os planos seguem a estrutura do anterior, com diagnósticos estruturados e avaliações de resultados, com delimitação de objetivos, metas e ações. As metas seguem a mesma base dos demais planos, com o enfoque na geração de empregos, aumento das divisas e receitas, acréscimo no número de desembarques internacionais e nas viagens domésticas (BRASIL, 2013; BRASIL, 2018).

QUADRO 2: METAS DOS PLANOS NACIONAIS DE TURISMO

Planos	Metas
PNT - 2003/2007	Meta 1: Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações
	Meta 2: Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil
	Meta 3: Gerar 8 bilhões de dólares em divisas
	Meta 4: Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos voos domésticos
	Meta 5: Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal
PNT - 2007/2010	Meta 1: promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno
	Meta 2: criar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações
	Meta 3: estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional
	Meta 4: gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas
PNT - 2013/2016	Meta 1: Aumentar para 7,9 milhões a chegada de turistas estrangeiros ao país
	Meta 2: Aumentar para US\$ 10,8 bilhões a receita com o turismo internacional até 2016
	Meta 3: Aumentar para 250 milhões o número de viagens domésticas realizadas até 2016
	Meta 4: Elevar para 70 pontos o índice médio de competitividade turística nacional até 2016
	Meta 5: Aumentar para 3,6 milhões as ocupações formais no setor de turismo até 2016
	Meta 1: Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões 48

Planos	Metas
PNT - 2018/2022	Meta 2: Aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais no país de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões
	Meta 3: Ampliar o número de brasileiros em viagens internas, passando de 60 para 100 milhões
	Meta 4: Ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo

Fontes: Brasil (2003; 2007; 2013; 2018). Elaboração da autora.

Os quatro planos elaborados na estrutura do Ministério do Turismo representam parte da atuação do órgão. Como já citado, outros projetos foram realizados ao longo desses quase 20 anos de atuação na coordenação da política de turismo. Os planos elaborados têm como orientação o planejamento estratégico, o qual, a partir da leitura da realidade existente, traça uma visão de futuro e estabelece objetivos e metas, que devem ser alcançados por meio da execução de programas e projetos.

Já o Turismo de Base Comunitária e a Produção Associada são inseridos como ações tanto no PNT de 2013-2016, quanto no PNT – 2018-2022. A inclusão, em ambos, está inserida entre as estratégias do programa de promoção dos produtos turísticos. Portanto, aponta de forma abrangente, assim como os demais subprogramas, a necessidade de inserir no plano geral produtos de base local na cadeia produtiva do turismo, permanecendo as metas de caráter econômico, conforme já analisado (BRASIL, 2013, 2018).

O tema da sustentabilidade é recorrente nos quatro PNTs, porém é no PNT 2018-2022 que o tema ganha destaque sendo incluso como uma das diretrizes do plano, apoiado em uma contextualização lógica na estrutura do plano e amparado na pauta da Assembleia Geral das Nações Unidas que, em 2017, declarou ser o Ano Internacional do Turismo Sustentável, além de colocar em pauta no plano a Agenda da ONU para o **Desenvolvimento Sustentável de 2030 – ODS 2030**.

4.3 MARCOS REGULATÓRIOS E POLÍTICOS: DISCUSSÃO CRÍTICA

Desde a década de 1920 que ações políticas são desenvolvidas no campo do turismo e da proteção da natureza, com ênfase nos marcos regulatórios e políticos da década de 1930. Tais políticas passam por processos de mudanças e incorporações de novos paradigmas ou modelos de regulação que surgem a partir de inovações científicas e tecnológicas, dos debates internacionais e da inclusão de novos

interesses pautados por diferentes projetos políticos. Existe em comum nas políticas anteriormente expostas nesse capítulo, debates que vão para além do campo de atuação do Estado Brasileiro, mas que ao mesmo tempo orientam as definições materializadas nas políticas públicas brasileiras, seja pela convergência ou divergência com o debate global.

Nos itens anteriores foram destacados os marcos regulatórios de caráter normativo e os marcos políticos que os constituíram. As questões ambientais, ainda que partindo de diferentes concepções e conceitos, sempre estiveram de alguma forma na pauta de discussão. No entanto, essas questões não pautaram as políticas diretas ou indiretas de turismo. Em outras palavras, o tema do turismo em si tem sido concebido como uma atividade econômica, de maneira que o tema do ambiente natural se relaciona com o tema da atividade turística não necessariamente como uma relação econômica de negócio ou de exploração de atrativos. Por isso, não é estranho que o turismo de base sustentável tenha sua porta de entrada nas políticas públicas pela via das políticas ambientais e não como uma política de turismo.

Olhar para questões ambientais e turísticas pela lente das políticas públicas é bastante frequente também no ambiente acadêmico, tendo em vista que são as ações políticas, materializadas em legislações, planos e projetos que delimitam a intervenção do Estado sobre o meio natural. A política pública é constituída pela escolha de agendas, isto é, pelo “conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes” (SECCHI, 2013, p. 46). Tal escolha direciona o investimento dos recursos financeiros e o foco do trabalho dos servidores públicos. Como resultado, ficam definidos os temas, os segmentos sociais e os espaços que ganham atenção e importância, em detrimento de outros.

Portanto, as políticas são ações, específicas ou abrangentes, que são desenvolvidas pelo Estado com vistas a garantir que direitos previstos nas Legislações, seja a Carta Maior sejam os demais marcos jurídicos. (MACEDO, 2018). Dessa forma, considerando que Estado, como forma de organização da sociedade, como predicado da sociedade, atua politicamente visando a garantia da manutenção da coesão necessária entre os diferentes interesses que o constituem, admite-se que o mesmo alocaria sua atuação política no desenvolvimento das atividades sociais e econômicas de interesse público, na garantia do bem estar social e na manutenção do equilíbrio ecológico. No entanto, a atuação do Estado é atravessada por interesses

divergentes e por estruturas de poder político e econômico que vão ser representados exatamente nas políticas públicas e nas ações do Estado. O Estado

“reproduz as conexões econômicas e sociais que caracterizam o modo de produção capitalista e o faz através de ações e projetos que compreendem desde a formulação das normas jurídicas até investimentos na infraestrutura urbana e social, mecanismos de financiamento da iniciativa privada, acordos internacionais, política financeira e orçamentária, disseminação de compostos ideológicos e política econômica em seu sentido mais amplo” (FARIA, 2009, p. 38).

Uma das formas mais efetivas de expressão das políticas públicas, como elemento de asseguramento de certa coesão social, é o planejamento público e seus resultados objetivos, os planos. E a partir do planejamento público que uma pauta, uma necessidade social, econômica e de outras naturezas são transformadas em instrumentos legais ou em planos e programas.

O planejamento, a criação e a execução dessas políticas é feito em um trabalho em conjunto dos três Poderes que formam o Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário. O Poder Legislativo ou o Executivo podem propor políticas públicas. O Legislativo cria as leis referentes a uma determinada política pública e o Executivo é o responsável pelo planejamento de ação e pela aplicação da medida. Já o Judiciário faz o controle da lei criada e confirma se ela é adequada para cumprir o objetivo. (MACEDO, 2018)

Dianne Dredge (2010) sintetiza os conceitos fundantes do planejamento público como processo de tomada de decisão, executados a partir de quatro abordagens, não excludentes. A primeira refere-se à perspectiva racional dotada de processos técnicos em que o agente público é capaz de realizar os julgamentos definitivos sobre as melhores decisões para se obter o cenário futuro desejado. Trata-se de uma concepção tecnicista do planejamento. A segunda abordagem valoriza a globalização (o mercado e as organizações globais) e a competição econômica, sustentada por argumentos corporativos que reconhecem as forças do mercado para a definição das políticas de desenvolvimento. Trata-se de uma concepção neoliberal. (DREDGE, 2010)

A terceira perspectiva representa a ideia dos interesses específicos baseados na teoria das elites, a qual delimita os processos de tomada de decisão a cargo elite política e econômica que comanda o Estado e as corporações. Trata-se de concepção elitista. Por fim, a perspectiva participativa, baseada no pluralismo, é sustentada pela ideia de garantir a priorização dos projetos de desenvolvimentos delimitados pela

orientação colaborativa entre os agentes, os quais, por vezes imbuídos de conflitos de interesse, disputam em um espaço legítimo e democrático as definições dos investimentos públicos. Trata-se da abordagem participativa. (DREDGE, 2010)

Inicialmente, as políticas ambientais são estruturadas pela elite política, econômica e intelectual brasileira, um grupo restrito de intelectuais preocupados com as questões ambientais, em um contexto internacional de debates que variavam dos interesses econômicos aos estéticos e que culminavam no interesse de manutenção da natureza. Nesse tempo contavam com o apoio de uma política de governo autoritária e nacionalista que tinha como interesse construir as bases do nacionalismo também pela pauta da natureza preservada. Ainda que fora de um contexto político autoritário, o debate à época representou interesses políticos e, portanto, resultou na criação do código florestal, o código de águas e o código de minas, trazendo uma importante contribuição para a proteção da natureza e dos chamados recursos naturais.

De todo modo, ainda que alguns autores estabeleçam um vínculo do turismo com a Política Nacional de Meio Ambiente, com o início de um esforço para o desenvolvimento do turismo ecológico ou do turismo em áreas naturais (LOPES, PANOSSO, 2021; CAVALCANTI, DA HORA, 2002; BEKER, 2001), ao analisar a legislação da política, criada ainda sob o regime militar pelo então presidente João Figueiredo, observa-se a ausência do turismo enquanto lugar, condição ou atividade que estabeleça a relação entre objetivo do desenvolvimento econômico e o uso racional do meio ambiente. A legislação da política tem como estrutura um marco legal regulatório, que estabelece parâmetros e diretrizes relacionados ao controle da poluição, a critérios e normas de uso e preservação em vistas a promoção da qualidade do meio ambiente e o equilíbrio ecológico. Ainda que em termos de princípios e objetivos o “desenvolvimento econômico social”, assim como colocado na lei, apareça nominado, sua referência operacional é pouco evidente. (BRASIL, 2013).

A política de proteção da natureza, que circunscreve um espaço geográfico específico e confere o título de área de proteção da natureza inicia-se junto com o Código Florestal, que inclui a categoria de Parque como área de proteção ambiental. Neste caso, as áreas de Parque são definidas embasadas nas soluções técnico-científicas dos locais a serem preservados, normalmente locais em que a natureza já se encontra preservada, ou ainda, se definem pelos interesses estéticos da área.

Percebe-se, analisando os marcos regulatórios e políticos de forma integrada com a revisão da literatura, que a demarcação de áreas protegidas ao longo do seu processo histórico, ao reproduzirem as soluções técnico-científicas, se estruturam na perspectiva racional e instrumental, adotando um caráter vertical e global sem considerar as relações pré-existentes e as realidades socioambientais específicas, interferindo nas bases que produzem o território a partir do estabelecimento de regras de uso e ocupação que desconsidera a relação potencialmente “preservacionista” no caso de algumas comunidade locais. (NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010; BLAIR, 2019; SANTILLÁN, 2015, STRICKLAND-MUNRO; MOORE, 2012; MARTINS, 2011).

Tais aspectos podem ser facilmente percebidos no Brasil que adotou, em especial entre as décadas de 1980, 1990 e 2000, a constituição e o fortalecimento das instituições públicas para a gestão ambiental, além da instituição e do fortalecimento dos conselhos e comissão para a inserção de agentes externos aos órgãos públicos nas pautas ambientais. As atividades desses organismos, combinada a outras iniciativas, resultaram na aprovação de uma vasta quantidade de instrumentos jurídicos que compõem uma variedade de abordagens legais sob a percepção das necessidades de regulamentação das questões relativas ao ambiente natural.

Uma das questões centrais que limita a política ambiental de áreas protegidas é o seu recorte nacional, à medida que não consegue alcançar multiplicidade de interesses e conflitos que ocorrem em âmbito local após a implantação das áreas protegidas que demarcam essas novas dinâmicas sociais sobre os territórios.

Tais questões de controle e proteção são evidentemente importantes para a Política de Meio Ambiente, porém reduzem outras relações existentes com a natureza, de forma que o que prevalece é relação de controle e punição. Para tanto, observa que de maneira tímida e não regulamentar, questões levantadas pelo Brasil na Conferência de Estocolmo sobre a necessidade de aliar a natureza ao projeto de desenvolvimento estão quase que de forma protocolar na lei, sem aprofundamento e sem instrumentalização, como se apresenta no princípio legislativo da Política Nacional de Meio Ambiente que em seu artigo 13º explicita que “O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas ao meio ambiente, visando: I - ao desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental; II - à fabricação de equipamentos antipoluidores; III - a outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais.” (BRASIL, 2013).

Neste sentido, na perspectiva da práxis, a diversidade de dinâmicas locais e interesses mobiliza e afasta atores mais ou menos ligados às pautas conservacionistas ou desenvolvimentistas para a região, assim como pode resultar em um processo de ruptura socioambiental de comunidades tradicionais com seus territórios agora protegidos de si mesma (LUZ, 2017; NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010; SINAY et al., 2018; HOEFFEL, 2008; RODRIGUES, 2015; MARTINS, 2011).

O entendimento sobre o processo de ruptura socioambiental com o território se apresenta de diferentes maneiras nas problematizações dos estudos acadêmicos, mas prepondera as transformações, aceleradas ou não, sobre os sistemas produtivos tradicionais que formam o modo de reprodução social da vida e, portanto, a representação sociocultural dos diversos grupos sociais. Em sua maioria, os estudos problematizam as mudanças e até a modificação dos sistemas agrícolas artesanais e extrativistas como dinâmicas de afastamento ou de ressignificação do território pelas populações (SINAY et al., 2018; RODRIGUES et al., 2013; BLAIR et al., 2019; BERNARD et al., 2018; HOEFFEL et al., 2008; ORACION et al., 2005).

Conforme já debatido, não se pode delimitar as mudanças única e exclusivamente das legislações ambientais, pois, a cultura e os modos de (re)produção da vida não são estáticos, ao contrário, se alteram ao longo do tempo. As problematizações das pesquisas poderão os efeitos das políticas ambientais sobre o uso e a ocupação do território e seus modos de reprodução da vida colocando que os impactos causados às populações locais são decorrentes da desconsideração dos instrumentos jurídicos as relações pré-existentes na comunidade-natureza (SINAY et al., 2018; RODRIGUES et al., 2013; BLAIR et al., 2019; BERNARD et al., 2018; HOEFFEL et al., 2008; PALAFOX-MUÑOZ; ARROYO-DELGADO, 2020; MARTINS, 2011).

No campo do turismo, por sua vez, ainda que existam marcos legais estabelecidos desde 1930, sua estrutura, enquanto política pública que compreende o campo de forma mais abrangente, se estrutura a partir da década de 1980 e ganha força em 1990. O contexto político-institucional da época se estruturava pela “cartilha da globalização” e pela modernização do Estado e de suas funções mínimas, conforme anteriormente contextualizado.

Dessa forma, a perspectiva neoliberal colocada por Dianne Dredge (2010) que dá contorno à política de turismo que tem como enfoque central a dinâmica econômica e a necessidade do turismo em contribuir para o crescimento da nação, prevalece na

política e nos programas públicos do turismo. Desta forma, compreende-se que o aspecto finalístico dos programas se refere “à geração de emprego e renda”, “ao aumento de divisas”, ao “equilíbrio na balança comercial”, os quais valorizam os aspectos economicistas imprimidos nos discursos sobre a relevância do turismo enquanto setor econômico capaz de gerar riquezas.

Com relação aos Planos Nacionais de Turismo, se observa que ainda que existam diferenças entre os planos, em especial o primeiro que apresenta uma estrutura mais básica, observa-se a ausência de uma política que olha para o que é conhecido no campo do turismo como “atrativos”, o que, em essência, motiva o viajante a se deslocar para conhecer determinado lugar. Os atrativos são plurais. Notadamente é um conjunto de atrativos que motiva os viajantes, salvo algumas atrações que possuem um valor intrínseco de alto poder de atração como, por exemplo, o Parque Nacional do Iguaçu, na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. Com relação aos atrativos é relevante destacar que entra como pauta de ação política os diversos tipos de eventos. E, por fim, com relação as áreas protegidas ou unidades de conservação, objeto da presente pesquisa, essas não são pautas específicas das ações propostas pelos planos.

Outro aspecto comum dos planos se refere ao lugar da sociedade no planejamento nacional do turismo. Do ponto de vista do destino turístico o turismo se posiciona como uma nova fonte de empregos e ocupações, e as ações estão voltadas ao aumento do investimento privado e a qualificação de “mão de obra”. Ao mesmo tempo, a população é vista também como consumidora dos produtos turísticos que serão organizados pelo mercado.

Neste sentido é possível afirmar que as considerações dos aspectos sociais, ambientais e culturais, aqui denominados como aspectos socioambientais, em categorias integradas ao fenômeno do turismo como a hospitalidade, o intercâmbio cultural e o turista e o anfitrião enquanto sujeito, por exemplo, não têm merecido a mesma atenção nas bases de dados e informações e produções dos órgãos oficiais que pensam, planejam, executam ações de fomento ao turismo.

Entretanto, corroborando com as reflexões Sampaio (2007), as perspectivas economicistas do turismo salientam a compreensão das necessidades e desejos do sujeito turista para aumentar sua satisfação com a permanência nos lugares considerando o maior fluxo de pessoas e dinamização das atividades econômicas. Assim, compreendem o território do turismo com base nos seus ativos turísticos, ou

seja, as atrações, estruturas, bens e serviços capazes de atrair e atender de forma satisfatória e diferenciada as demandas do visitante. É nessa perspectiva que a população receptora se torna mero prestador de serviço e as trocas socioambientais se restringem às demandas do agente externo.

Neste sentido, não cabe aqui desconsiderar o valor econômico do turismo, e sim, problematizar que a ideia de desenvolvimento apresentada nos documentos que orientam a política nacional de turismo é, aparentemente, carente de significados. Outros rótulos e conceitos derivados ou combinados, são carentes de significados nas proposições políticas ainda que apareçam nos títulos, preâmbulos ou mensagens institucionais dos trabalhos técnicos governamentais e nas políticas estatais.

Nessa coletânea, além do termo “desenvolvimento”, observa-se “sustentabilidade”, “ecológico”, “integrado”, “participativo” que atuam mais como legitimadores dos documentos, narrativas oportunas, do que decisões sobre os programas e projetos, os quais não enfrentam a essencial disputa que faz parte do planejamento público para atender os interesses para além dos instituídos no campo econômico e social inserido no modo de produção capitalista. Os termos são empregados nos documentos não como resultantes de consistência teórica ou de práticas sociais, mas como argumentos de certo modo estéticos, como qualidade formal dos planos e programas.

Assim, sua característica socioeconômica não foge muito à regra do processo de desenvolvimento dos demais setores produtivos, como a exploração dos recursos naturais e a utilização de trabalhadores e capital em vista da maximização de suas utilidades, ou, de outro modo, a busca de lucros diante dos capitais investidos. Isso porque o modelo capitalista de livre mercado submeteu a uma “única” racionalidade econômica todas as atividades produtivas (SOUZA, 2006, p. 231).

Em uma leitura integrada entre a política de turismo e a política de áreas de proteção ambiental, observa-se que na década de 1990 algumas iniciativas buscaram atuar na congregação dos campos de atuação política. Contudo, a perspectiva que se sobressai é a econômica, ou seja, a do turismo enquanto atividade meramente econômica, não entrando em pauta considerações sobre outras formas de habitar a natureza que não a que enfatiza a relação produtiva do sistema.

Essas questões problematizadas pelas pesquisas acadêmicas, em que pesquisadores debatem a patrimonialização do ambiente natural e que, em aparência, reconhece a importância do espaço afetado, ao mesmo tempo estabelecem uma

relação mercantil com o que antes era um espaço de vida (LUZ, 2017; NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010; SINAY et al., 2018; RODRIGUES et al., 2013; PALAFOX-MUÑOZ; ARROYO-DELGADO, 2020).

Problematizar o uso turístico do patrimônio ambiental e cultural faz-se necessário à medida que a atenção é deliberadamente direcionada aos fatores econômicos, não incluindo o olhar sobre as mudanças das estruturas territoriais e socioambientais de destinos turísticos. Desta forma, a redução do olhar sobre o impacto econômico do turismo se torna uma reflexão necessária e é neste sentido que é abordada por diversos pesquisadores da área (CAÑADA & MURRAY 2019; CHIROT 2019; TRIBE 2004; PANOSSO NETTO, 1999; SILVA, HOLZ & GOMES, 2020; MOECOSH, 2002).

Com a Constituição Federal e, anos mais tarde, com a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, as populações tradicionais têm seus direitos inicialmente registrados constituindo uma perspectiva pública que vai além da racionalidade técnica instrumental da política ambiental e neoliberal da política de turismo. Entretanto, como foi possível observar, são anos de história de uma condução que desconsidera outras correntes políticas que vão além dos tradicionais indicadores econômicos ou da extensão de espaços geográficos protegidos.

Cabe ressaltar que não se trata aqui de afirmar que o turismo convencional não tenha relevância econômica para o país, para economia local e para o mercado internacional e para a inclusão de novos turistas dado os preços mais acessíveis de consumo de massa. Trata-se de chamar a atenção para uma atividade turística legítima e materialmente viável que não se enquadra no campo do turismo convencional. Também não estão em debate aqui os resultados importantes que as políticas ambientais trouxeram ao Brasil ao delimitar espaços de proteção em áreas produtivas e determinar espaços relevantes para o equilíbrio ambiental do país e do planeta.

O que se problematiza é que por um lado existem diferentes formas de se fazer turismo, que o turismo é um fenômeno social, uma prática cultural presente ao longo da história da humanidade e como tal, pode favorecer práticas de lazer e ócio, bem como o intercâmbio entre as culturas dos turistas e das populações anfitriãs quando há espaço para essas trocas. Por outro lado, se problematiza as políticas de patrimonialização que apresentam conflitos que se estruturam na privação do uso, e não no uso excessivo, ou na ideia de manejo que considere os saberes comunitários

para serem estruturados enquanto práticas reconhecidas, assim como na desconsideração das relações socioculturais pré-existentes ao local patrimonializado.

Nessa perspectiva do consumo de massa, que estrutura as metas da política de turismo, observa-se que a política de turismo tal como é definida pelo Estado se torna antagônica às políticas de proteção dos bens socioambientais. O que deveria e poderia ser uma política de turismo que contemplasse a diversidade das atividades, territórios, culturas e condições, tem se apresentado como uma política restrita de atividades econômicas. Conceber os bens socioambientais como ativos ou matéria-prima para o que se configura como a base do chamado produto turístico, reforça o caráter econômico do turismo aos territórios, desconsiderando os espaços enquanto lugares de vida.

Por outro lado, existe a necessidade latente e pautada de que o “sucesso de uma política pública” necessita de novas métricas e variáveis que expressem, além dos impactos na constituição do Produto Interno Bruto – PIB, indicadores como expectativa de vida, condição de saúde e educação, que permeiam pesquisas e compõe novos índices comparativos de estágios de desenvolvimento local. Mesmo os indicadores do PNUD ou os decorrentes dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS já constituiriam uma mudança de modelo de avaliação e análise pertinentes para a produção de políticas públicas integradas.

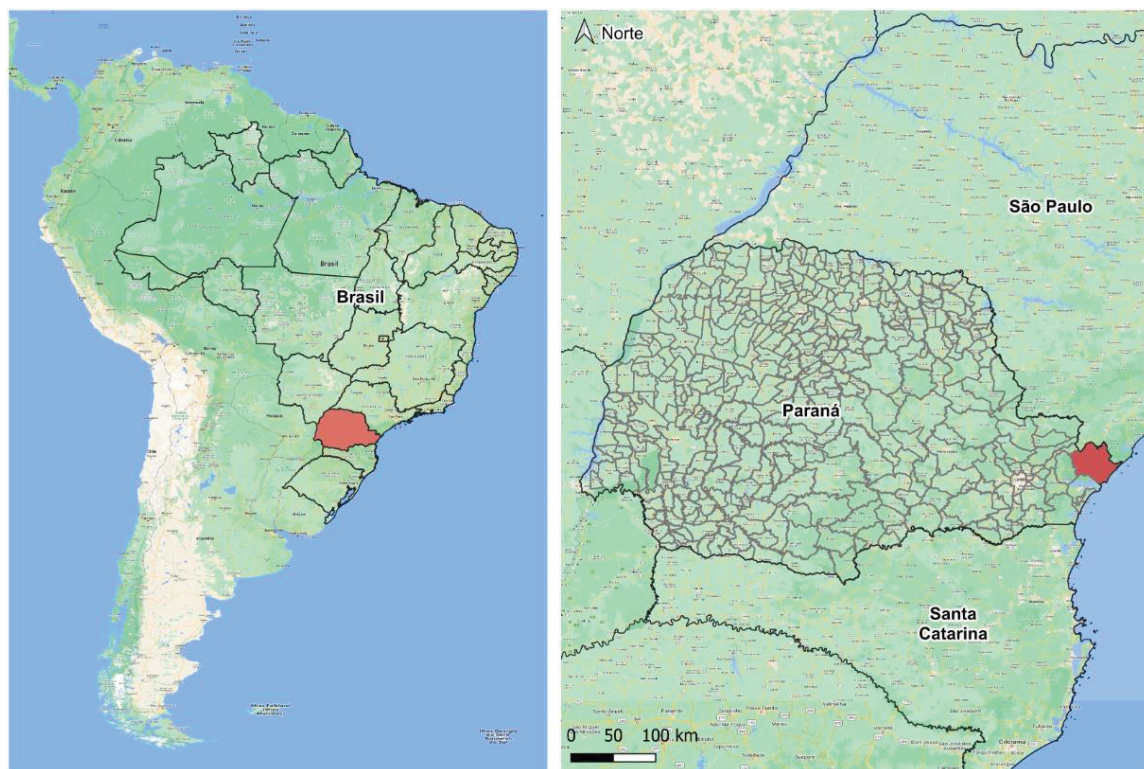
O turismo realiza-se no espaço e, portanto, o transforma e o produz. Sendo o sujeito parte fundante da produção do espaço, o turista, enquanto sujeito temporário de um espaço, o pressiona e o redefine, modificando as relações existentes no “lugar” turístico (MACCANNELL, 2015). Nesta ótica, pensar no turismo, enquanto pauta de uma política de Estado, está necessariamente vinculado a compreender quais as transformações que são preconizadas para o desenvolvimento do espaço de interesse turístico; e quais são as práticas sugeridas no âmbito instrumental da política de desenvolvimento do turismo, integrada as outras políticas, como é o caso das políticas de áreas protegidas, em localidades que possuem grupos sociais e populações tradicionais que buscam o reconhecimento dos seus territórios como espaços de interesse coletivo e como local de decisão do que Amartya Sen chama de “oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais” (SEM, 1999).

5 GUARAQUEÇABA

Situada no norte do Estado do Paraná, cercado pela Serra do Mar com densa vegetação da floresta atlântica a um lado, tendo o Oceano Atlântico do outro, de permeio de duas baías, a Baía das Laranjeiras e a Baía dos Pinheiros, limita-se com os municípios de Antonina e Paranaguá, no Paraná, e com o município de Jacupiranga, no Estado de São Paulo. Com densidade pluviométrica bastante elevada e um alto índice de umidade, possui uma imensa rede de rios e riachos, destacando-se entre eles os Rios Tagaçaba, Rio Serra Negra, Rio Morato e o Rio Guaraqueçaba, todos desaguando na Baía das Laranjeiras, que é por si só um imenso viveiro natural de peixes. E por mais rústicas que sejam as imagens, acabamos por confundir as impressões, num lugar em vias de transformações, onde a terra e as águas, ignorando seu domínio particular, investem uma sobre as outras, criando uma atmosfera de encanto e primitivismo. (GAZETA DO POVO, 1970)

Guaraqueçaba é um município brasileiro localizado no litoral norte do Estado do Paraná a 176 km da capital do Estado, fazendo fronteira com o Estado de São Paulo.

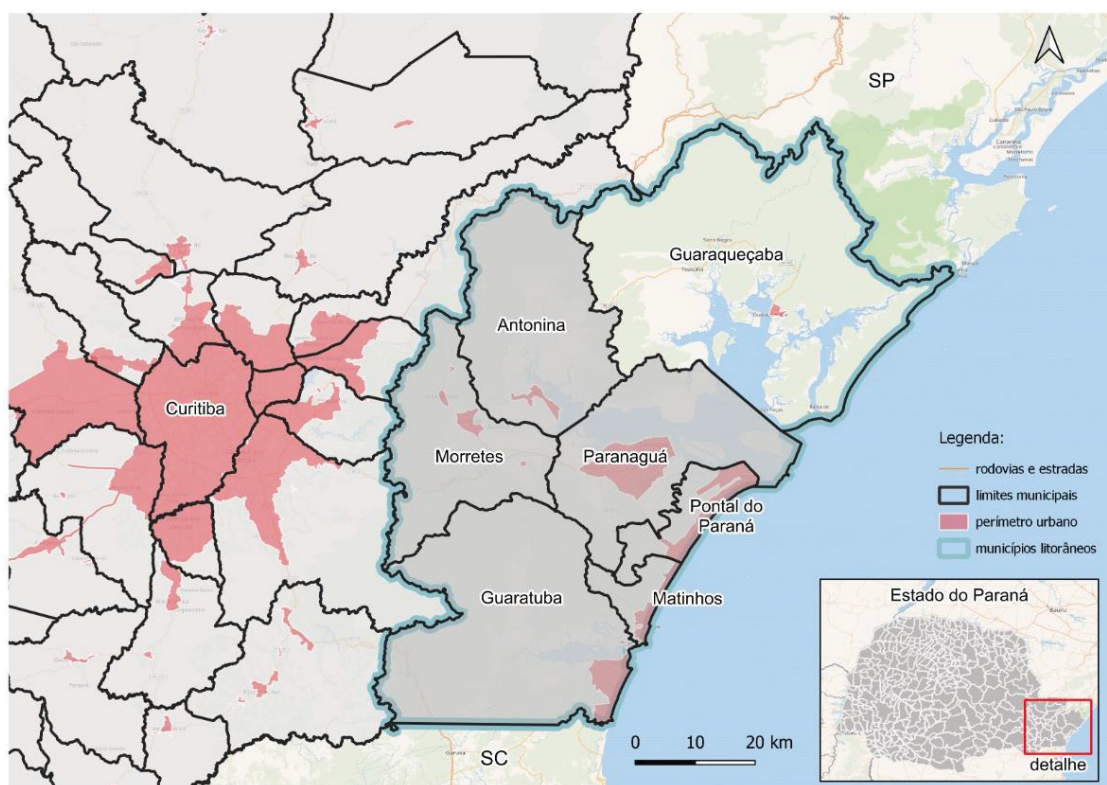
FIGURA 7: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA (2022)



FONTE: IBGE: divisão dos municípios, mapa base do Google.

É o 9º maior município do Paraná, ocupando 36% do território da região (2.307,135 Km²) e possuindo 3% da população do litoral, caracterizando-se, na região, como o município de maior extensão territorial e menor população em termos absolutos, sendo essa majoritariamente rural (PDS, 2019). Guaraqueçaba, desmembrada de Paranaguá, foi instituída em 1947, mas seu território apresenta registros históricos de ocupações indígenas da família tupi-guarani e da ocupação por portugueses e suíços a partir de 1545, em especial da Ilha de Superagui (GUARAQUEÇABA, 2022).

FIGURA 8: LOCALIZAÇÃO DO LITORAL PARANAENSE E GUARAQUEÇABA (2022)



FONTE: IBGE: divisão dos municípios, mapa base do Google

Com relação às atividades produtivas, historicamente Guaraqueçaba tem a agricultura como sua principal atividade econômica o que se mantém até os dias atuais. As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo desenvolvimento de um novo mercado para a produção local de banana a partir do crescimento da demanda por parte dos países do Prata - Argentina e Uruguai.

A abertura deste mercado ocasionou um efeito estruturante e dinamizante na sociedade agrária local, ainda fortemente marcada pela supressão da escravidão. Esta situação favoreceu o surgimento de uma nova estratificação social, estreitamente relacionada com o acesso à produção e à comercialização da banana. Assim, a grande maioria dos pequenos agricultores locais, cuja situação econômica e fundiária era de notória precariedade, foram obrigados a limitar suas atividades à produção de subsistência, sem obter uma maior inserção na economia de mercado. Somente uma pequena parte dos agricultores locais, por disporem de um nível de acumulação mais elevado em meios de produção, obtiveram êxito em implementar áreas de cultivo de banana (ZANONI et al., 2000, p. 45).

Guaraqueçaba chegou a exportar semanalmente dois a três mil cachos de banana para Argentina e Uruguai (FGB, 2010). Entretanto, a economia relacionada ao comércio de banana sofreu com uma grave geada em 1918 e com a facilidade logística de comercialização do produto pelo litoral sul do Estado de São Paulo, perdendo o mercado consumidor da banana (FGB, 2010; IPARDES, 2001; CAMARA MUNICIPAL, 2021). A produção de mandioca, com o beneficiamento em farinha, foi uma das alternativas para o mercado regional, assim como o aumento da extração do palmito, atividades essas concentradas entre as que detinham maior capacidade de investimento. De todo modo, considerando o contexto municipal, tais atividades não foram capazes de substituir os resultados econômicos do declínio da produção e comercialização da banana (ZANONI et al., 2000). Já na década de 1950, no contexto da política desenvolvimentista do Estado Brasileiro para o progresso da agropecuária brasileira:

O governo federal liberou créditos subsidiados e reduziu impostos para quem quisesse cultivar café, palmito e criar búfalos. Assim, muitos abriram suas áreas, venderam as madeiras, introduziram o búfalo (que degradou as florestas de planície) e não produziram, nem manejaram o café e o palmito. Somente nos anos 80 reconheceu-se que o estímulo dado às atividades agrícolas convencionais sem fiscalização, acarretou a degradação e a acelerada descaracterização ambiental da região, assim como o empobrecimento gradual da população que ali morava, secularmente. CAMARA MUNICIPAL, 2021).

Essa transição econômica teve o apoio logístico do Governo do Estado do Paraná, que nos anos 1960 qualificou a ligação Curitiba-Paranaguá e na década de 1970 abriu uma estrada de terra entre Antonina e Guaraqueçaba. Nesse contexto, em Guaraqueçaba se observa a mudança no perfil da mobilidade local que migra paulatinamente para o transporte rodoviário em relação as hidrovias tradicionalmente utilizadas (ZANONI et al., 2000).

Segundo Magda Zanoni et al. (2000), esse processo de ocupação gerou uma série de conflitos sociais entre recém chegados investidores e os agricultores locais. Por um lado, a chegada de novos atores, investidores agropecuários, que focavam mais na estratégia de valorização fundiária e com processos de prática de grilagem, desconsideraram a sociedade local. Por outro lado, o aumento do extrativismo e a marginalização do agricultor local causaram revolta em parte da população local. Nessa condição, há uma exploração excessiva do palmito e um processo acelerado de desmatamento de vastas áreas de florestas (ZANONI et al., 2000). Com o avanço da degradação ambiental surgem as primeiras áreas de proteção ambiental de Guaraqueçaba.

Nos dias atuais, observando os indicadores tradicionais de medida de desempenho econômico, o Produto Interno Bruto – PIB de Guaraqueçaba revela o perfil das atividades: a com maior participação no PIB são as de serviços públicos (42%), seguida da Agropecuária (24,8%), do setor de Serviços (23,2%) e da Indústria (6,3%). Em comparação com outras regiões, a de Guaraqueçaba possui a maior participação regional no PIB nas atividades de serviços públicos, sendo Morretes o município que apresenta a segunda maior participação nesse setor com um índice de 26,5% (PDS, 2018, v. 23).

Corroborando com tais indicadores, o diagnóstico municipal apresentado no Plano de Manejo do Superagui indica que a maioria das pessoas ainda vive na região rural, pois na “sede municipal são poucas oportunidades de trabalho, alicerçadas na administração pública e em um turismo que ainda se mostra precário.” (ICMBio, 2020, p. 63). Com relação a região insular, das 20²¹ comunidades que vivem no interior e no entorno do Parque Nacional do Superagui, “as atividades desenvolvidas mais frequentes são a pesca, o extrativismo vegetal e no manguezal, além dos funcionários públicos, concentrados nas funções de professores, merendeiras, trabalhadores dos correios, enfermeiros e agentes comunitários de saúde.” (ICMBio, 2020, p. 85).

As atividades produtivas mapeadas pelo censo agropecuário de 2017 mostram que há um total de 20.140 hectares de área ativas (IPARDES, 2022), ou seja, que ocupam 8,72% do território. Os dados da Produção Agrícola Municipal apontam

²¹ Ariri, Barra do Superagui, Bertioiga, Enseada da Baleia, Guapicum, Laranjeiras, Marujá, Pontal do Leste, Saco da Rita, Sebuí, Tibicanga, Varadouro, Vila das Peças, Abacateiro, Barbados, Barra do Ararapira, Canudal, Colônia do Superagui, Ilha do Pinheiro, Vila Fátima.

que a principal cultura temporária produzida é o arroz, com 395 hectares de área colhida, seguida da mandioca, com 172 hectares de área colhida. Com relação às culturas permanentes se destaca o palmito, com 1.200 hectares de área colhida, com uma receita de mais de 15 milhões de reais, e a banana, com 600 hectares de área colhida, resultando em uma receita de mais de 8 milhões, ambos em 2020 (IPARDES, 2022).

O Quadro 3 apresenta, com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM²², Guaraqueçaba com o pior índice da região 0,587. Além de ser o 4º menor IDHM entre os 399 municípios do Estado do Paraná, Guaraqueçaba ocupa a 396º posição no índice geral, o que representa uma situação crítica de desigualdade social no estado (PDS, 2019).

QUADRO 3: LITORAL DO PARANÁ – POPULAÇÃO E IDH

Município	População (IBGE, 2010)	Projeção IPARDES para 2020	% da População da Região (IBGE, 2010)	% População Urbana (IBGE, 2010)	% População Rural (IBGE, 2010)	IDH	Posição IDH no Paraná
Guaraqueçaba	7.871	8.216	3%	34%	66%	0,587	396º
Antonina	18.891	19.743	7%	85%	15%	0,687	277º
Morretes	15.718	16.483	6%	54%	46%	0,686	285º
Paranaguá	140.469	153.644	53%	96%	4%	0,717	144º
Pontal do Paraná	20.920	26.010	8%	100%	-	0,738	62º
Matinhos	29.428	36.700	11%	100%	-	0,743	48º
Guaratuba	32.095	38.489	12%	90%	10%	0,750	32º

FONTE: PDS, 2019 e IPARDES, 2022 - adaptado pela autora

²² A composição do IDH é um índice global que considera indicadores de longevidade, educação e renda. Uma metodologia internacional adaptada para os indicadores Brasileiros como forma de monitoramento histórico do desenvolvimento. Informações adicionais sobre metodologia e indicadores específicos são encontrados no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil - <http://www.atlasbrasil.org.br/>

Outro índice sobre o desenvolvimento é o IPDM – Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal²³. Nesse caso, em 2020, Guaraqueçaba se encontra com o 3º pior índice do Paraná, atrás somente de Antonina e Doutor Ulysses.

Segundo as análises econômicas realizadas no âmbito do PDS, a região do litoral tem uma baixa representatividade no fluxo de produção do Estado do Paraná ao formar 2,6% do PIB estadual. Essa produção é bastante desigual entre os sete municípios da região. Paranaguá, município polo, representou, em 2015, 73% do PIB (em larga medida, devido ao Porto de Paranaguá), seguidos de Matinhos e Guaratuba, que representam 15%. Pontal do Paraná e os municípios mais ao norte – Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, representam juntos pouco mais de 10% do PIB regional (PDS 23, 2018). Guaraqueçaba é o município de menor volume de produção da região e apresenta o menor PIB per capita do território, além de apresentar as menores taxas de crescimento do produto entre 2003 e 2015 (PDS, 2018, Vol. 23).

QUADRO 4: LITORAL DO PARANÁ – TAXA DE POBREZA, RENDA PER CAPITA E PIB PER CAPITA

Municípios - Litoral do Paraná	Taxa de Pobreza (%) - 2010	Renda Média Domiciliar per Capita - 2010	Produto Interno Bruto (PIB) per Capita - 2019
Guaraqueçaba	36	304,67	13.851,00
Antonina	17	555,16	29.796,00
Guaratuba	9	682,24	23.625,00
Matinhos	6	799,30	22.889,00
Morretes	11	648,33	21.433,00
Paranaguá	8	749,42	62.846,00
Pontal do Paraná	6	772,19	32.770,00
Estado do Paraná	6	870,59	40.789,00

FONTE: IPARDES, 2022 adaptado pela autora

Em 2022, dentre os 399 municípios paranaenses, Guaraqueçaba apresentou o maior percentual de pobres e extremamente pobres cadastrados no governo federal

²³ O IPDM considera quatro dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde; educação. Para sua formulação são usadas diferentes estatísticas de natureza administrativa, disponibilizadas por entidades públicas - <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal-0>

em relação a população total estimada pelo IBGE em 2022, sendo que 22,43% da população municipal está cadastrada nesta condição (CADÚNICO, 2022).

Com relação as Atividades Características do Turismo – ACT's²⁴ que são formalizadas, há no município, entre 2017 e 2019, em média 24 unidades dessas 10 são alojamentos, 5 são serviços de alimentação, 3 serviços de transporte terrestre, 4 serviços de transportes aquáticos²⁵.

QUADRO 5: ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO – LITORAL DO PARANÁ (2017-2019)

Município	2017			2018			2019		
	ACT's	Geral	Tx Part.	ACT's	Geral	Tx Part.	ACT's	Geral	Tx Part.
ANTONINA	94	710	013	90	696	013	88	641	014
GUARAQUECABA	24	153	016	25	162	015	24	159	015
GUARATUBA	385	2101	018	343	2036	017	338	2011	017
MATINHOS	288	2173	013	280	2156	013	277	2147	013
MORRETES	175	863	020	179	867	021	179	841	021
PARANAGUA	775	6506	012	776	6474	012	715	6082	012
PONTAL DO PARANA	258	1418	018	253	1375	018	244	1396	017
TOTAL REGIÃO	1.999	13.924	16	1.946	13.766	16	1.865	13.277	16

Fonte: Extrator Ipea

* ACT's: representa todas as Atividades Características do Turismo formalmente registradas.

** Geral: representa todas as atividades econômicas registradas nos municípios

*** Tx. Part.: cálculo da participação do turismo em relação as demais atividades econômicas, que tem a função de compreender o quanto o turismo representa para a economia municipal

Segundo o último dado disponível, em 2020, Guaraqueçaba apresentava um total de 23 ACT's, sendo: (i) 12 alojamentos, os quais geravam 08 empregos formais; (ii) 08 serviços de alimentação, os quais geravam 03 empregos formais; (i) 2 empresas de transporte terrestre, os quais geravam 03 empregos formais; (i) 1 empresa de transporte aquaviário, a qual não gerou emprego formal (IPARDES, 2022).

Esses indicadores são importantes para caracterizar o município de Guaraqueçaba de uma perspectiva econômica e social. As atividades produtivas são restritas, o que pode ser considerado relevante para indicar a atividade turística como

²⁴ A classificação das ACTs faz parte do sistema nacional de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, e se estabeleceu a partir do ano de 2003, por orientação do Ministério do Turismo visando a integração de dados internacionais sob orientação da Organização Mundial do Turismo – OMT, com o objetivo de monitoramento internacional do setor.

²⁵ Observa-se uma distorção entre os dados gerais (24 unidades empresariais) e específicos (22 unidades empresariais). Porém, a fonte de pesquisa é a mesma – extrator de dados do IPEA, e a captação de dados foi realizada no mesmo dia.

uma forma de atividade a ser impulsionada por políticas públicas de geração de trabalho e renda.

5.1 O CONTEXTO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E DA PATRIMONIALIZAÇÃO

Guaraqueçaba está inserida em um contexto global de ações políticas de preservação da natureza desde 1980, que no âmbito da ação do Estado Brasileiro ganham instrumentalização a partir da década de 1930²⁶. Neste contexto, se entende que o espaço geográfico de Guaraqueçaba passou por processos de patrimonialização, ou seja, institucionalização de lugares e de elementos da cultura e da natureza por meio de instrumentos legais.

Corroborando com as reflexões de Cleber A. T. Castro e Maria Goretti da Costa Tavares (2016), entende-se que patrimônio não possui uma existência em si, não é predisposto, é parte de uma construção social, que a partir de interesses específicos e ações políticas ganha um status que reconhece e confere ressignificações a esse valor. O objetivo da patrimonialização é o de preservar tais elementos, seja individualmente ou em um conjunto em um ambiente específico (CASTRO; TAVARES, 2016).

Em Guaraqueçaba, a primeira proposta de patrimonialização de interesse histórico cultural, em âmbito estadual, ocorreu na Ilha de Superagui, em 1970, quando “ocorreu o primeiro tombamento da Ilha do Superagui pelo processo no 27/1970, inscrição 27 no I Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Estado do Paraná, seguido pelo processo de tombamento definitivo no 001/1985” (ICMBio, 2020, p. 130).

Em 1980, ocorre o segundo processo de patrimonialização por meio da política de turismo estruturada enquanto marco legislativo pelo governo do Estado do Paraná, quando a região do litoral foi considerada uma Área de Especial Interesse Turístico – AEIT pela Lei Estadual nº 7389/80, em referência à Política Nacional estabelecida pela Lei Federal nº 6513/77.

²⁶ Ver 4.1 Marcos Regulatórios e Políticos na década de 1920 a 1960

Na sequência deste marco, em menos de 10 anos, entre 1982 e 1989, Guaraqueçaba tinha próximo a 100%²⁷ do seu espaço geopolítico demarcado por políticas de patrimonialização do espaço. Os instrumentos de patrimonialização tiveram tanto o interesse ecológico, ao instituírem a Estação Ecológica de Guaraqueçaba em 1982, a APA Federal de Guaraqueçaba em 1985, o Parque Nacional do Superagui em 1989, quanto o interesse de reconhecimento do valor histórico e paisagístico, ao declararem o tombamento estadual pela cultura da Ilha do Superagui e da Serra do Mar. Desta forma, foram estabelecidos critérios e normas do uso e ocupação do espaço que institucionalmente visavam garantir a manutenção do patrimônio local, em especial, do patrimônio natural de Guaraqueçaba.

Em uma primeira aproximação, tudo parece indicar que a preservação ambiental é de interesse de toda a sociedade, já que há um reconhecimento sociopolítico global da necessidade do estabelecimento de mecanismos de proteção ambiental desde o início do século XX. Entretanto, na prática, os conflitos socioambientais se estruturam ao longo desse processo à medida que existem divergências sobre os usos do território. Tal divergência não está estruturada entre o interesse em preservar e seu oposto direto e sim na forma como as decisões ocorrem e afetam a vida dos que, ao longo da história, mantém os territórios preservados com sistemas de manejos enquanto tecnologia social. É neste contexto divergente que agentes externos aos territórios estabelecem decisões sobre a proteção de determinados ambientes que se tornam fatos históricos importantes a serem compreendidos na relação entre interesses supostamente coletivos (CAMPOS et al. 2013; SOUZA, 2006).

Conforme destacam as pesquisadoras Larissa Aparecida de Paula Campos, Mayra Taiza Sulzbach e Rosilene Komarcheski (2013), as discussões sobre “conflitos socioambientais emergem internacionalmente no final da década de 1960 e início de 1970, conjuntamente à emergência da questão ambiental no cenário político internacional.” (CAMPOS, SULZBACH, KOMARCHESKI 2013). Os conflitos socioambientais orgânicos, a “incompatibilidade entre os preceitos de um processo de ambientalização preservacionista e o modo de existência dos grupos sociais portadores dessas identidades étnicas e coletivas, têm levado ao acirramento de

²⁷ Relação de Áreas Protegidas em Guaraqueçaba, ver - APÊNDICE 3 – RELAÇÃO DE áreas protegidas EM GUARAQUEÇABA

conflitos” (DUARTE, 2018), e são objetos de interesse de diversos pesquisadores que estudam o caso de Guaraqueçaba²⁸ (ADAMS, 2000; ZANONI et al., 2000; OLIVEIRA, 2002; ANZE, 2006; DUMORA, 2006; KASSEBOEHMER, 2007; TEXEIRA; LIMONAD, 2007; ROCHADELLI, 2013, COELHO, 2014; KASHIWAGI, 2015, ROCHADELLI; SANTOS; SCHNEIDER, 2015; ARANTES, 2017; DUARTE, 2018)

A pesquisadora Helena Midori Kashiwagi, corroborando outras pesquisas desenvolvidas em Guaraqueçaba, aponta que os “conflitos resultam da visão ambientalista do Poder Público, o qual criou no município de Guaraqueçaba além do PARNA outras zonas ambientais em prol exclusivamente da preservação ambiental.” (KASHIWAGI, 2015, n.p). Assim também, Roberto Rochadelli, Anadalvo Juazeiro dos Santos, Alessandro Vinícios Schneider (2015) contextualizam que a implantação e administração das áreas de proteção da natureza, das unidades de conservação, tal como é chamado no Brasil a partir de 2000 no contexto do SNUC, não é uma realidade exclusiva de Guaraqueçaba. Para esses autores, trata-se, “na maioria dos casos, de processos bastante traumáticos ao longo da história da conservação da natureza, visto que, sendo áreas habitadas por populações humanas, a existência de conflito entre as demandas de conservação ambiental” fazem emergir demandas de desenvolvimento e modo de vida representados pelas comunidades locais (ROCHADELLI; SANTOS; SCHNEIDER, 2015, p. 93).

No caso de Guaraqueçaba se destaca o fato de que um pouco antes da demarcação das áreas protegidas havia ocorrido o incentivo, no contexto das políticas desenvolvimentistas da década de 1950 – 1970, para a instalação de latifúndios vinculados ao cultivo do café, à extração e cultivo do palmito e à criação de búfalo. Tal situação, além de criar um conjunto de conflitos socioambientais conforme já tratado anteriormente, traz um avanço nunca visto no processo de degradação do bioma local, o qual foi combatido pela população local à medida que reconhecem que os sistemas econômicos incentivados traziam uma mudança estrutural na biodiversidade local. Nesse sentido, alguns pesquisadores destacam que se, por um lado, a criação de áreas protegidas conteve os conflitos fundiários e permitiu a diminuição do impacto cultural vivenciado nos anos anteriores, por outro, ainda que já fundamentado em um discurso de sustentabilidade, prevaleceu, mais uma vez, a atuação do governo e de

²⁸ Ver ANEXO XX: Quadro de Referências Bibliográficas sobre Guaraqueçaba

ONG's sobre a restrição do uso do território que não considerava o saber tradicional caiçara do povo do mar e da terra (ZANONI et al., 2000; SILVEIRA-JUNIO; BOTELHO, 2011; ANZE, 2006; TEIXEIRA, 2004).

Neste mesmo sentido, outro aspecto constantemente debatido em profundidade se refere ao não reconhecimento dos instrumentos político-institucionais de ordenamento da ocupação do espaço e do uso dos chamados recursos naturais, das práticas sociais inerentes ao território, ao modo de vida local, os quais, por vezes, são instrumentos que agregam a práticas de proteção ao ambiente natural (ZANONI et al., 2000; OLIVEIRA, 2002; DUARTE, 2018). As restrições de uso, a implementação verticalizadas das políticas de preservação ambiental, ou seja, sem o envolvimento dos que foram afetados pelas mudanças, é vista como o centro do conflito entre populações locais, governos e organizações ambientalistas (ROCHADELLI et al., 2011).

Portando, de modo geral, os conflitos decorrem da desconsideração das relações socioambientais existentes no território (SOUZA, 2018; BETTI, 2014; KASHIWAGI, 2015; KASSEBOEHMER, 2007; CAMARGO, 2013; 2015; DUARTE, 2018; ANZE, 2006), assim como aponta Aline Anze (2006):

As comunidades, por sua vez, confundem-se entre uma expectativa de retirada e a permanência na região, porém uma permanência diferente de até então, resultado das novas políticas que agora regem seus modos de vida – as políticas ambientais. As políticas ambientais – relacionadas à manutenção do meio-ambiente (fauna e flora) – definem também os modos de vida das populações inseridas em Unidades de Conservação, cunhando certa impessoalidade aos caiçaras. As políticas focadas no meio-ambiente acabam desorganizando as especificidades dessas populações, pois não preveem ações sociais que mantenham suas atividades tradicionais. Ou melhor, não há ações na Unidade que prevejam a autonomia das comunidades, para que estas possam avaliar a manutenção ou as mudanças dos seus modos de vida (ANZE, 2006, p. 23).

É desta forma que Helena Kashiwagi (2015) retrata o contexto histórico e sociopolítico no processo de instituição do Parque Nacional do Superagui, ocorrido em 1989, que acarretou a sucessão de fatores históricos e atuais de desintegração entre a política de patrimonialização de um espaço geográfico e a população local.

Dentro desse contexto de extrema relevância ambiental há o contexto social e cultural constituído pelas relações de diversas comunidades tradicionais, ali residentes, com a história do lugar, as quais não foram analisadas, discutidas ou consideradas durante o processo de demarcação dos limites do Parque. Nas duas décadas seguintes, após a criação do PARNA, os moradores locais foram ameaçados de desapropriação e vivenciaram um cenário de proibições da prática dos meios básicos de subsistência, acelerando a extinção da cultura caiçara no litoral do Paraná. Durante a realização do reconhecimento das comunidades situadas dentro do PARNA, constatou-se fortemente a presença de conflitos de ordem social, econômica, cultural e principalmente territorial devido aos enfrentamentos legais. Ceifados da prática da cultura tradicional os caiçaras têm resistido às desapropriações e preservado seu amor e enraizamento pelo lugar. Esses conflitos resultam da visão ambientalista do Poder Público, o qual criou no município de Guaraqueçaba além do PARNA outras zonas ambientais em prol exclusivamente da preservação ambiental (KASHIWAGI, 2015).

Ainda que o termo “extinção da cultura” seja passível de questionamento o destaque aqui se dá ao estudo da pesquisadora em relação as violações e tensionamentos vividos pela população no processo de reconhecimento e implementação da área protegida.

Segundo Melissa Anze (2006), até o ano de sua pesquisa, 17 anos após a instituição do parque, algumas Organizações Não-Governamentais atuaram na região na busca por aliar a conservação com os aspectos socioambientais da área. O foco central era a conservação, mas havia o entendimento pelos agentes que não seria possível conservar sem considerar os aspectos sociais. Nesse sentido, o turismo é visto como a melhor solução, à medida que pode conciliar a conservação com o desenvolvimento social. Por outro lado, a pesquisa identifica que o IBAMA não havia realizado nenhuma ação efetiva que considerasse o caráter socioambiental do Parque Nacional do Superagui. Entre as justificativas estava a falta do Plano de Manejo do PARNA. (ANZE, 2006).

As pesquisas sobre a região²⁹ questionam a descon sideração das políticas de patrimonialização no reconhecimento de que existia um território fruto dos processos de reprodução da vida dos mais diversos grupos sociais que conformam seus processos cotidianos com um modo de reprodução da vida ligada ao uso da terra e do mar. O território, aqui compreendido pela perspectiva da nova geografia cultural, é um conceito do espaço enquanto espaço construído, enquanto produto social em uma

29 Ver

relação dinâmica entre sociedade, espaço e cultura (GUERRERO; GALLUCI, 2015). Há no território os aspectos políticos, de poder, disputa e conflito de interesses que se dão por agentes internos ou externos ao espaço geográfico, neste caso, fruto de políticas de patrimonialização territorial.

Sabe-se que as diferenças entre as tipologias de áreas protegidas trazem diferentes relações com o meio patrimonializado. Os Parques Nacionais, por exemplo, primeira tipologia criada em 1934 no âmbito do Código Florestal (Decreto nº 23.793/34), pressupunha a separação homem-natureza. Assim como as Estações Ecológicas (Lei nº 6.902/81), que pressupõem que as terras sejam de dominialidade pública, diferentemente das Áreas de Proteção Ambiental (Lei nº 6.902/81), que considera a existência da propriedade privada, em que o Estado age sobre as regulamentações da forma de uso dos recursos naturais e ocupações do espaço.

A criação da tipologia Áreas de Proteção Ambiental - APA, enquanto tipologia de área de preservação, está atrelada ao debate global sobre a necessidade de se considerar a proteção da natureza com a presença do ser humano. Há nesse contexto o início do debate internacional sobre desenvolvimento sustentável, de maneira que a união entre desenvolvimentistas e ambientalistas se estrutura para buscar alternativas ao crescimento econômico que considere as questões ambientais, e vice-versa, ao mesmo tempo que olham para as questões sociais como a pobreza. De todo modo, cabe ressaltar que o debate sobre o desenvolvimento sustentável não se estrutura no questionamento das questões que aprofundam a pobreza e o uso irracional dos chamados recursos naturais. Portanto, a base se dá pela instrumentalização técnico-científica de alternativas à “pretensa conexão” entre sociedade-natureza e crescimento econômico considerando, como tema central, as formas de “produção adequadas à conservação dos recursos naturais” (TEIXEIRA, 2005, p. 55).

Desta forma, (i) compreendendo o contexto tratado nas pesquisas anteriores referente a um território marcado por conflitos socioambientais; (ii) entendendo que a patrimonialização de ambientes é do ponto de vista do turismo um diferencial na atração de demanda, (iii) partindo da concepção de que o turismo é colocado como alternativa socioeconômica a territórios protegidos, (iv) constatando que Guaraqueçaba possui próximo a 100% do seu território demarcado enquanto área protegida; serão analisadas, na sequência, as principais políticas relacionadas ao turismo e as áreas protegidas com o objetivo de problematizar como a ação política do estado se estruturou na complexa relação sociedade, natureza e turismo.

5.1.1 Cronologia da Ação Política do Estado: Sociedade, Natureza e Turismo³⁰

Em 1980, o Litoral do Paraná é definido como “**área especial de interesse turístico**” pela Lei Estadual nº 7389/80³¹, fundamentada na Lei Federal nº 6513/77, aprovada três anos antes, que “Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural [...]” (BRASIL, 1977, p. 1). Tal legislação federal dispõe no Capítulo II, em seu Artigo 13, que tais áreas precisam estabelecer diretrizes de ordenamento do território para que os fins de valorização dos bens culturais e naturais sejam alcançados.

A legislação, apesar de estabelecer alguns critérios de uso e ocupação do solo, define de forma bastante genérica o território considerado “área ou local de interesse turístico”. Os critérios mais objetivos estabelecidos estão relacionados às medidas referentes a recursos hídricos como critério de demarcação.

Art. 1º Consideram-se Áreas Especiais de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico, para os fins do disposto na Lei Federal nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, as seguintes áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá: a) as localidades que apresentam condições climáticas especiais; b) as paisagens notáveis; c) as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas, de lazer, de pesca artesanal e de artesanato regional típico; **d) as áreas lindeiras à orla marítima que compreendem a faixa de terra que se estende até 2.000m (dois mil metros), medidos horizontalmente, bem como a faixa que se estende até 400m (quatrocentos metros) em torno das baías, estuários de rios e canais do litoral do Estado, que serão estabelecidas a partir da linha do preamar-médio de 1831;** e) as reservas e estações ecológicas; f) as áreas destinadas a proteção dos recursos naturais; g) as fontes hidrominerais; h) os locais de interesse histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; i) os locais onde ocorram manifestações culturais ou etnológicas (PARANÁ, 1980, p. 1, grifo nosso)

³⁰ Para fins expositivos a cada novo instrumento inserido no texto seu título será destacado em negrito com o objetivo de demarcar a passagem.

³¹ A Lei Estadual de 1980 foi revogada dezoito anos mais tarde pela Lei Estadual nº 12.243/1998. Com relação aos princípios, a essência da nova legislação é a mesma, porém há algumas alterações que incorporam novas dinâmicas da gestão municipal, além de incluir o município de Pontal do Paraná, instituído em 1995. O Plano Diretor, instrumento de ordenamento territorial municipal é incluso no segundo artigo da nova legislação como dispositivo que deve contemplar os princípios aspectos pautados para as Áreas de Especial Interesse Turístico. Além disso, o novo instrumento impõe que a inobservância dos parâmetros tratados na lei serão passíveis de sanções.

O artigo segundo da presente lei estabelece quinze aspectos e princípios que devem ser observados na ocupação do território. Tais aspectos têm, em linhas gerais, a preocupação com a manutenção da paisagem cultural e natural, bem como alguns pontos relacionados à proteção da natureza. Contudo, a legislação, em si, não define: (i) o perímetro da AEIT do Litoral Paranaense, (ii) a forma como os aspectos e princípios serão fiscalizados, e (iii) o detalhamento dos princípios que devem servir de parâmetros objetivos de ordenamento territorial. De igual modo, não há clareza sobre responsabilidades institucionais e suas atribuições para com o órgão responsável pela gerência do instrumento, já que o artigo terceiro ao se referir à Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná – FAMEPAR, anuncia que essa auxiliará os municípios para aprovação de novos projetos de parcelamento do solo, o que não atende a todas as questões propostas no instrumento (PARANÁ, 1980).

Em 1982, é instituída a **Estação Ecológica de Guaraqueçaba** por meio do **Decreto Federal nº 87.222/82**, ancorado na Lei Federal nº. 6.902 de 27 de abril de 1981 (BRASIL, 1981), que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. O marco jurídico estabelece que as Estações Ecológicas são áreas destinadas à preservação integral da sua biota, em 90% do território demarcado. Considera, ainda, que as áreas serão prioritárias para incentivo de financiamento de pesquisas no campo da ecologia, e delimita que os estudos devem ser comparativos com áreas ecologicamente semelhantes e que têm ocupação humana, para a geração de informações que favoreçam o planejamento regional do uso racional dos recursos naturais.

Pouco mais de três anos após a instituição do Litoral do Paraná como Área Especial de Interesse Turístico – AEIT, o Governo do Estado, por meio do **Decreto Estadual nº 2722 de 14 de março de 1984**, “**Aprova o Regulamento que especifica e define as condições para o aproveitamento de áreas e locais considerados de interesse turístico**” (BRASIL, 1984). O decreto se concretiza em um instrumento de extrema relevância para a região³², já que é a partir dele que são aprovados, ou não, os alvarás para a execução de novas edificações e parcelamentos do solo urbano.

³² O Ministério Público do Paraná criou um documento chamado “Perguntas e Respostas” que trata da competência do COLIT e da lei em questão - https://site.mppr.mp.br/arquivos/File/bacias_hidrograficas/5_Legislacao/COLIT.pdf

Em dezembro do mesmo ano o **Decreto Estadual n.º 4605 de 26 de dezembro de 1984**, institui o **Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense – COLIT**. O COLIT tem como objetivo assessorar o poder público estadual quanto às normas técnicas estabelecidas no Decreto Estadual n.º 2722 para o disciplinamento do uso e ocupação do solo da AEIT do Litoral do Paraná. É possível identificar nesse primeiro decreto que a composição COLIT indica um caráter técnico e político, sem incluir representantes de comunidades tradicionais e população de base (COLIT, 2013, v.1, p. 115).

A composição do COLIT foi se alterando ao longo dos anos, passando a ter inclusões de outros segmentos sociais e a importante e reconhecida atuação das instituições de ensino superior. “Atualmente, o COLIT é constituído por 34 (trinta e quatro) membros, sendo 20 (vinte) natos e quatorze (14) efetivos, além de três observadores, sem direito a voto.” (PDS, 2019, v. 33, p. 40).

O Decreto Estadual n.º 2722/84 estabelece parâmetros objetivos no que se refere à definição da possível localização das áreas e locais de interesse especial para fins de proteção e de desenvolvimento turístico no Litoral Paranaense. Entretanto, assim como na legislação de 1980, os critérios que possibilitam a identificação das áreas de forma mais objetiva no território se fundamentam nos recursos hídricos e em outros aspectos intrínsecos à natureza, como relevo e área de manguezal, por exemplo. Portanto, ao analisar as questões relativas à cultura e aos valores históricos das AEIT são perceptíveis o caráter genérico e não mapeável ou identificável dos elementos listados, conforme itens descritos no Art. 1º “X - Os conjuntos de valor histórico, arquitetônico, artístico e etnológico; [...] XI - Os sítios de valor arqueológico ou pré-histórico, em especial os sambaquis” (COLIT, 2013, v.1, p. 106).

O mesmo decreto também estabelece locais de maior e menor restrição de uso, assim como define parâmetros de zoneamento para obras, instalações e uso, apontando a necessidade de avaliação de caso a caso para aprovação dos projetos. Com relação aos aspectos geográficos, o conjunto de orientações divide o litoral entre (i) os municípios de maior vínculo com as áreas de baía – Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba (Art. 7º); e, (ii) os municípios de orla, mais suscetíveis a especulação

imobiliária do turismo de sol e praia e segunda residência, compreendendo Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná³³ (Art. 8º).

Apesar de serem objetos da lei, os aspectos socioculturais não são contemplados de forma clara no decreto que tem como enfoque central a preservação paisagística e ambiental. A exceção pode ser contemplada de forma pouco expressiva, na descrição do Art. 6º que trata dos casos particulares em que as restrições impostas pelo instrumento podem ser reavaliadas, caso não haja o comprometimento dos bens protegidos, como é o caso dos incisos V e VIII.

V - As habitações de pescadores, os locais de venda de pescado, locais destinados a ancoradouros e a guarda de barcos e equipamentos, desde que destinados à pesca artesanal; [...] VIII – A exploração racional da “*Tabebuia Cassinoides*” (caxeta³⁴) nas áreas referentes nos incisos VII e X do art. 2º desse regulamento (COLIT, 2013, v.1, p. 108).

Nas disposições finais o decreto indica que deverá “ser instituído um órgão de deliberação colegiada” com a participação do poder público estadual e dos municípios, bem como da participação da “Comunidade interessada nas questões econômicas, sociais e ambientais, para coordenar e controlar o processo de uso e ocupação do solo na região” (COLIT, 2013, v.1, p. 113). O decreto foi alterado em 1986 pelo Decreto Estadual 8743/86 incluindo alguns parâmetros técnicos complementares aos princípios de uso e ocupação como, por exemplo, a não intervenção do instrumento sobre “corte de palmito nativo, bracatinga e povoamentos homogêneos (florestas plantadas)”, questões tratadas em legislações específicas.

Outro aspecto que chama atenção se refere à gestão territorial pelo Estado. Os instrumentos legais supracitados tornam o Estado do Paraná o detentor da gestão do uso e ocupação e do ordenamento dos municípios litorâneos, diferente do que prevê a Constituição Federal nos artigos 182 e 183. É possível compreender que tal estrutura se estabeleceu devido ao fato de o decreto ser de 1984 e a Constituição de 1988, porém não houve alterações que modificaram tais estruturas políticas ao longo

³³ No ato constitutivo do presente decreto a área do Município de Pontal do Paraná pertencia ao território geopolítico de Paranaguá, mas o descritivo da lei apresenta a localização geográfica de Pontal do Paraná, portanto optou-se por essa atualização na análise.

³⁴ *Tabebuia Cassinoides* (caxeta, tamancão, pau-de-viola, etc.) é uma árvore do litoral, da família das bignoniáceas, ameaçada de extinção no Brasil.

de vários anos após ao estabelecimento da constituição e da aprovação do Estatuto da Cidade em 2001.

Recentemente, o Governo do Estado do Paraná enviou para a Assembleia Legislativa o projeto 257/2022³⁵ que solicita a revisão da Lei Estadual nº 12.243/1998, no que se refere ao papel do COLIT sobre as anuências nas obras e nos projetos de parcelamento do solo a serem realizadas na AEIT do Litoral. O anúncio da solicitação do governador Ratinho Junior, em pedido de urgência, gerou muitas manifestações de deputados estaduais, tendo em vista que tal solicitação ocorria no mesmo período de início do projeto da “engorda da orla de Matinhos”, projeto não previsto no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral, elaborado entre 2018 e 2019³⁶. A alteração mantém o Estado do Paraná como detentor da gestão territorial dos municípios, à medida que mantém a AEIT do Litoral sob jurisdição do governo estadual.

Por fim, observa-se que o Decreto 2.722/84 resultou em um conjunto de debates no âmbito do COLIT e que resoluções foram instituídas desde 1989 tratando de detalhamentos técnicos de parâmetros de ordenamento municipal, até necessidade de revisão do próprio decreto³⁷. Porém, para além dos parâmetros técnicos o que cabe aqui destacar é a reflexão sobre como a política de instituição de uma AEIT foi implementada no Estado do Paraná, tendo em vista que o turismo não se apresenta como pauta das políticas e sim apenas como justificativas das mesmas.

Em 1985, o COLIT solicita ao Iparde que elabore um “Zoneamento do Litoral Paranaense”³⁸, o qual só será finalizado 4 anos depois (IPARDES, 1989). Ainda em **1985 é instituída a APA de Guaraqueçaba pelo governo federal** - Decreto Federal nº 90.883/85. Uma das características da APA³⁹ é a de “não alterar a dominialidade dos imóveis e sim a regulamentação das atividades humanas” (IPARDES, IBAMA, 1990, p. XVI). Segundo a lei federal, a APA de Guaraqueçaba tem como finalidade

³⁵ Parecer dos deputados sobre o projeto de lei de autoria do poder executivo estadual - https://storage.assembleia.pr.leg.br/ordem_dia/tvWGXycWPP98EUXDKscGs4qX63ArEsq8oL9yAf1I.pdf

³⁶ Voltar-se-á a essa questão mais adiante.

³⁷ Debate dos municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, junto ao COLIT, para a revisão do Decreto 2722/84 - <https://www.sedest.pr.gov.br/Pagina/Comissao-para-Revisao-do-Decreto-Estadual-no-272284>

³⁸ Ata da reunião do COLIT que trata da aprovação do zoneamento - https://www.sedest.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-11/ata18.pdf

³⁹ Conforme tratado no capítulo 03, item 3.7 sobre a Lei Federal nº 6902/81

assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde encontram-se: (i) espécies raras e ameaçadas de extinção, (ii) o complexo estuarino da Baía de Paranaguá, (iii) os sítios arqueológicos (sambaquis), (iv) as comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional. Além disso, tem a função de controlar o uso de agrotóxicos e demais substâncias químicas, estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região e de proteger o entorno da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (BRASIL, 1985, Art. 1º e Art. 2º).

No mesmo ano ocorre o **Tombamento da Ilha do Superagui, Processo nº 001/85, Inscrição nº 15**, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico pela Secretaria do Estado da Cultura do Paraná, Coordenaria do Patrimônio Cultural. Em consulta ao livro do tomo se verifica que não são acrescentadas normas de ordenamento, como é o caso do **Tombamento da Serra do Mar Processo nº 001/86, Inscrição nº17-i**, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, também, pela Secretaria do Estado da Cultura do Paraná, Coordenaria do Patrimônio Cultural. O tombamento da Serra do Mar, além dos sete municípios do litoral, abrange os municípios de Campina Grande do Sul, Piraquara, Quatro Barras, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

O **Parque Nacional do Superagui – PNS, foi criado em 1989 pelo Decreto Federal nº 97.688**, com o “objetivo de proteger e preservar amostra dos ecossistemas ali existentes, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação e pesquisa científica.” (BRASIL, 1989, Art. 1º). Inicialmente nenhuma comunidade estava inserida no perímetro do parque, ainda que as delimitações “sobre áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades caiçaras, as quais foram impactadas pela legislação ambiental ao verem seu território ser transformado em uma unidade de conservação de proteção integral.” (KASHIWAGI, 2015, n.p) estivessem contextualizadas, ainda que não houvesse essa consideração nos instrumentos jurídicos sobre tais realidades.

A área do PNS foi ampliada pelo Decreto-Lei nº 9.513, de 20 de novembro de 1997, incluindo nesse processo “outras comunidades, além da Colônia do Superagui [...] Barbados, Canudal, Vila Fátima, Ararapira, Barra do Ararapira, Rio dos Patos e Abacateiro, como também famílias isoladas da praia Deserta.” (ICMBio, 2020, p. 127). Na parte continental foi incluso o Vale do Rio dos Patos, com a justificativa relacionada a corredores da vida silvestre. O decreto define, também, que as áreas inclusas no PNS pelo decreto que anteriormente eram delimitadas pela APA de Guaraqueçaba e

a ESEC de Guaraqueçaba, agora pertencem somente a área do PARNA. Dessa forma, se observa que as comunidades de Vila das Peças, Guapicum, Tibicanga, Bertioga, Barra do Superagui não estão inclusas no perímetro da unidade, mas em seu entorno imediato. Tal processo, mesmo ocorrendo quase 10 anos após a criação do PARNA, em um momento que já era possível reconhecer a existência de conflitos socioambientais entre os interesses da política de preservação e da população local, desconsiderou a consulta social como ferramenta de debate da ampliação da unidade (DUARTE, 2018).

A legislação de criação do PNS previa que o prazo máximo para a elaboração do Plano de Manejo era de cinco anos. Entretanto, o plano só foi finalizado e aprovado em 2020 - 34 anos após sua criação. O processo de elaboração do plano iniciou em 2011 e perdurou por nove anos, dado os conflitos socioambientais existentes no processo envolvendo os órgãos gestores e as populações tradicionais, conforme já relatado no item anterior.

Por se tratar de um Parque Nacional, outro aspecto relevante, se refere a não desapropriação das terras localizadas em seu limite, conforme orientação do Decreto Federal nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, orientação essa reafirmada na Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000 – SNUC em seu artigo 42. Segundo o Plano de Manejo, as “medidas para realocação de moradores tradicionais não foram consideradas ao longo da existência do Parque devido aos direitos dessas populações, pois não se vislumbram outras áreas em que elas conseguiriam manter seu modo de vida tradicional.” (ICMBio, 2020). Entretanto, ainda que esteja colocado dessa forma no plano se observa que essa pauta fez parte do discurso de alguns moradores locais representando um dos principais receios em relação à política vigente (ANZE, 2006).

Após o processo de construção junto ao IPARDES, com a participação de outros órgãos estaduais e o envolvimento do COLIT, o **Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense** é encaminhado ao legislativo e aprovado sob o **Decreto Estadual nº5040 de 11 de maio de 1989**. O zoneamento / macrozoneamento⁴⁰ é um

⁴⁰ No caso de uma região, o instrumento é denominado Macrozoneamento, pois não tem o alcance de detalhar o uso de cada pequena porção do território. Sua função é, a partir dos estudos da realidade existente, orientar os usos futuros. Os municípios também possuem o instrumento denominado Macrozoneamento apresentado no Plano Diretor, que identifica as características atuais e projeta as formas de ocupação para cada porção do território. Já o Zoneamento é um instrumento que detalha

instrumento que propõe diretrizes de ordenamento territorial, delimitando os usos incentivados, permitidos, proibidos em determinadas áreas de acordo com o que se considera compatível com as características ambientais e paisagísticas e, também, de acordo com os aspectos estruturantes para o desenvolvimento econômico.

Para tanto, são definidas normas e orientação para a aprovação de projetos de uso e ocupação do espaço. Isso significa que os órgãos estaduais e municipais que dão anuência para novas construções e instalações, ou ainda, para projetos de parcelamento do solo, por exemplo, tem o zoneamento como ferramenta de aprovação ou não dos novos empreendimentos. Além disso, o zoneamento direciona a implementação das grandes infraestruturas que visam dar suporte a forma de ocupação projetada.

No caso da proposta elaborada para o litoral do Paraná, o documento que resulta dos estudos que deram suporte à elaboração da proposta de lei utiliza o termo ecodesenvolvimento ao se referir ao objetivo do instrumento, tratando da ideia de compatibilizar “as atividades produtivas com o potencial dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente” (IPARDES, 1989, p. XV).

Observa-se, ainda, que no texto de abertura do decreto sobre o Macrozoneamento, a Lei Estadual n.º 7389, de 12 de novembro de 1980 que “Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico” é citada como a referência para tal construção:

O Governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47, itens II e XVII, da Constituição Estadual, tendo em vista a **necessidade de compatibilizar as atividades produtivas com o potencial dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente**, de forma a garantir o desenvolvimento da Região do Litoral Paranaense, **tomando por base a Lei Estadual n.º 7389, de 12 de novembro de 1980** e a Lei Federal n.º 6938, de 31 de agosto de 1981 (PARANÁ, 1989, grifo nosso)

No que se refere ao território, para a construção do Macrozoneamento do Litoral o território foi dividido em três sub-regiões – Montanhosa Litorânea; Planícies Litorâneas e Planaltos. Cada sub-região foi subdividida em tipos distintos de Unidade Ambiental Natural⁴¹. É então a partir da classificação territorial das sub-regiões e da

a ocupação do espaço urbano, e normalmente é atribuição da lei denominada: Lei de Uso e Ocupação.

⁴¹ Ver ANEXO - 01 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO LITORAL PARANÁ – 1989

Unidade Ambiental Natural que o Decreto Estadual nº 5040/1989 regulamenta o Macrozoneamento. A construção textual é organizada sobre título e capítulos. O Título II dispõem que as Diretrizes e Normas de uso são estruturadas a partir do tipo de ocupação, de forma geral relacionada a uma atividade econômica, a saber: Capítulo I – Mineração; Capítulo II – Silvicultura e Extração Vegetal; Capítulo III – Agricultura e Pecuária; Capítulo IV – Aquicultura; Capítulo V – Indústria; Capítulo VI – Infraestrutura Viária; Capítulo VII - Infraestrutura Energética; Capítulo VIII – Infraestrutura Geral - Atividades Científicas, Culturais, Esportivas, De Turismo, De Lazer, Serviços Públicos e Diversos.

Cada um dos capítulos tem como estrutura inicial o artigo que trata do que “não é permitido”, incluindo a UAN específica e o segundo artigo que trata sobre como será permitida a atividade nas demais UAN. Portanto, a legislação é estruturada com base na regulamentação do que é proibido e do que é permitido em determinado espaço geográfico conforme suas características bióticas.

CAPÍTULO IX ATIVIDADES CIENTÍFICAS, CULTURAIS, ESPORTIVAS, DE TURISMO, DE LAZER, SERVIÇOS PÚBLICOS E DIVERSOS. Art. 19 - Não será permitida a execução e/ou a implantação e/ou equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, de turismo, de lazer, serviços públicos e diversos: a) nas áreas de ocorrência de associações vegetais relevantes; b) nas áreas e sítios de importância para a reprodução e sobrevivência de espécies animais ameaçadas de extinção; c) nas áreas e locais com ocorrência de conjuntos de importância histórica, artística, etnológica, paisagística e/ou sítios arqueológicos, incluindo seus entornos imediatos, cujas dimensões e características serão estabelecidas caso a caso; d) nas áreas de proteção dos mananciais, corpos e cursos d' águas. Art. 20 - Nas demais áreas, as instalações e equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades científicas, culturais, esportivas, de turismo, lazer, serviços públicos, diversos ser executadas e/ou implantados mediante o RIMA e a observância dos seguintes princípios gerais e restrições: a) as edificações e/ou equipamentos necessários devem se compatibilizar com as características da paisagem; b) as edificações e demais obras civis não podem implicar na desestabilização de encostas e maciços adjacentes. Eventuais cortes e aterros devem ser dotados das convenientes estruturas de estabilização; c) os lançamentos de efluentes e águas pluviais devem possuir estruturas hidráulicas que garantam a estabilidade à erosão hídrica dos pontos de lançamento e dos corpos receptores; d) as edificações devem dispor de instalações adequadas para afastamento, tratamento e lançamentos dos esgotos sanitários; e) as obras civis devem ser realizadas com a máxima preservação da vegetação nativa, com recomposição da vegetação nas áreas desmatadas, mediante uso de espécies vegetais nativas adequadas; f) as instalações e equipamentos, devem contar com dispositivos de tratamento dos efluentes, que permitam lançamentos em qualidade compatível com a classificação dos rios e corpos d' água receptores; g) as instalações e equipamentos devem dispor de adequado sistema de recolhimento e disposição de lixo e outros detritos. Os depósitos de lixo não poderão provocar poluição atmosférica, nem contaminação de cursos d' água e lençol freático; Parágrafo Único - As atividades existentes deverão no prazo de 90 dias, mediante solicitação dos órgãos competentes e ouvida a Secretaria Executiva do Conselho do Litoral, apresentar plano de adequação aos princípios gerais e restrições enunciadas neste Capítulo, contendo cronograma para execução das obras previstas. (PARANÁ, 1989)

As principais preocupações da legislação são relativas as áreas de maior fragilidade ambiental, como as áreas reprodução da fauna silvestre, montanhosas, de encosta e dos corpos hídricos. A paisagem e as áreas com o conjunto de importância na representação sociocultural do litoral também são pontuadas na maioria dos capítulos como áreas de restrição.

O documento “Zoneamento do Litoral Paranaense⁴²” que atua como um complemento à legislação, detalhando termos técnicos e aprofundando na caracterização do ambiente natural e as instruções e aspectos das atividades econômicas, trata no seu anexo 03 especificamente do turismo (IPARDES, 1989, p.

⁴² Ata da reunião do COLIT que trata da aprovação do zoneamento - https://www.sedest.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-11/ata18.pdf

95). Inicialmente, o texto evidencia o potencial do turismo no litoral dada tanto a sua localização estratégica próxima a Curitiba e Região Metropolitana, quanto a diversidade de opções atuais e potenciais que o território permite desenvolver considerando suas características ambientais. Portanto, com relação ao turismo, o documento sugere a promoção de uma atividade de baixo impacto conectada às restrições ambientais.

O primeiro destaque se refere a Serra do Mar, que apesar de não possuir uma infraestrutura que dê suporte à visitação, considerando a ausência de populações nessa área, possui o acesso rodoviário e ferroviário para alguns pontos que podem ser melhor aproveitados. Sugere, ainda, que para minimizar os danos ecológicos do uso da serra a “implantação de alguns complexos turísticos pode ser orientada para áreas sem acesso rodoviário, como, por exemplo, determinados locais apenas acessíveis pela rede ferroviária ou hidroviárias.” (IPARDES, 1989, p. 97).

Neste caso se observa que pela primeira vez há sugestões e recomendações para a promoção e fomento de algumas atividades econômicas incluindo o turismo. Desta forma, apesar de o documento não compor a política em si, portanto não possuir a força de lei para a gestão territorial, há nesse momento histórico-político indicativos de uma política de desenvolvimento. Além disso, indica a necessidade de “elaborar um plano turístico regional, [pois] pela sua dinâmica e importância, o turismo tem potencial para aumentar sensivelmente sua participação no desenvolvimento do litoral” (IPARDES, 1989, p. 40).

A construção do presente instrumento tem um caráter normativo e parte das características do ambiente natural. Com relação à sociedade, reconhece sua existência apenas ao demarcar as áreas de urbanização consolidada, enquanto as questões econômicas são o foco regulamentação. Portanto, o reconhecimento das relações sociedade e natureza não compõe o instrumento de ordenamento, assim como não sugere uma perspectiva de desenvolvimento, e não reconhece comunidades para além das áreas urbanizadas. Neste sentido, a sociedade permanece ausente das considerações e das construções políticas, sendo a essas direcionado o papel de cumprir as novas regras determinadas pelo governo do Paraná junto com o órgão colegiado o COLIT.

Em 1990 o IPARDES e o IBAMA elaboram o **Macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba**, definindo normas gerais para ordenamento e ocupação da região segundo a tipologia de atividade e segundo as características específicas do bioma.

Corroborando com a análise de Sueli Naomi Ota (2008), observa-se que o “documento não define as áreas geográficas específicas para o turismo e as normas para a atividade turística são englobadas juntamente com as atividades científicas, culturais e esportivas, abordando as questões relativas aos equipamentos e instalações para as edificações, lançamento de efluentes, resíduos sólidos.” (OTA, 2008; IPARDES, IBAMA, 1990).

Em 1991⁴³, no início do processo de demarcação da **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**, programa esse da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), parte-se da área do PNS que já foi considerada como área núcleo⁴⁴. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO, é uma iniciativa global inseridas no território de Guaraqueçaba⁴⁵ que faz parte do programa Homem e Biosfera (*MaB – Man and the Biosphere*) criado em 1971 como resultado da “Conferência sobre a Biosfera” realizada pela UNESCO em Paris no ano de 1968, conforme apresentado no capítulo 4.

Sete anos após a demarcação da APA federal, em 1992, é demarcada a **APA Estadual de Guaraqueçaba instituída pelo Decreto Nº 1.228/92**, que tem como objetivo “assegurar a proteção de área representativa da Floresta Atlântica, compatibilizando-a com o uso racional dos recursos ambientais e ocupação ordenada do solo, de forma a garantir a melhoria da qualidade de vida das populações autóctones.” (PARANÁ, 1992).

O **Plano de Gestão Ambiental da APA de Guaraqueçaba de 1995** é apresentado como plano de manejo da área segundo consulta realizada em julho de 2021 no site oficial do ICMBio. Entretanto, verifica-se que o mesmo não se identifica como plano de manejo e sim como instrumento mínimo de gestão para ações a serem

⁴³ A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), cuja área foi reconhecida pela UNESCO, em seis fases sucessivas entre 1991 e 2008, foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 78,5 milhões de hectares, passa a cobrir 57% do bioma, sendo cerca de 7.500.000,00 ha de zonas núcleo, 31.000.000,00 ha de zonas de amortecimento e conectividade e 40.000.000,00 ha de zonas de transição e cooperação, sendo aproximadamente 62.300.000,00 ha em áreas terrestres e 16.200.000,00 ha em áreas marinhas (ICMBio, 2020)

⁴⁴ Zonas Núcleo – sua função é a proteção da biodiversidade. Corresponde basicamente às Unidades de Conservação de proteção integral como Parques e Estações Ecológicas. Se configurando na área de maior nível de proteção.

⁴⁵ A partir de pesquisas no site da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica o qual apresenta uma série de informações, notícias e programas, não foi identificado nenhuma atuação específica em Guaraqueçaba, não significa que não o tenha, porém a partir de uma pesquisa básica não foi possível identificar nenhum resultado efetivo.

executadas e/ou detalhadas para sua operacionalização em um horizonte temporal sugerido de dois anos, até que seu plano de manejo seja elaborado (IBAMA, 1995, p.11).

Por tratar-se de um plano de gestão, de início o documento esclarece que o plano não tem poder normativo e não apresenta um zoneamento, se diferenciando da proposta do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC que delimita como plano de manejo o instrumento técnico e que “estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais” (ICMbio, 2000, p. 2 - Art. 2º, XVI).

De todo modo, o documento aborda aspectos importantes da realidade sócio-histórica e socioambiental da região e dos gargalos da gestão da APA, aspectos que são tratados no contexto de quase 30 anos passados, e que ainda se assemelham aos dias atuais:

Considerou-se que a gestão operacional da APA de Guaraqueçaba é deficiente, tendo como causas: insuficiente tecnologia de uso/manejo de recursos; incipiente participação popular; irregular titulação fundiária; zoneamento ecológico-econômico não estabelecido; a baixa produtividade de gestão; insuficiente ação interinstitucional; a falta de clareza e objetividade nas ações gerenciais; insuficiente infraestrutura de gestão; insuficiente autonomia de gestão; local quanto a autonomia de licenciamento, controle e fiscalização; e as dificuldades ainda existentes nos trabalhos em parceria (IBAMA, 1995, p.52).

Com relação aos aspectos fundiários, por exemplo, é abordada a complexa situação das áreas ocupadas no processo de grilagem decorrente do contexto de incentivo aos latifúndios entre a década 1960/1970, conforme já abordado. Além da falta de análise prévia a instituição da área sobre a situação de uso e ocupação e da inexistência de um sistema de titulação, constata-se a falta de infraestrutura local de gerenciamento para resolver os aspectos da “estrutura fundiária imprecisa” (IBAMA, 1995, p.53).

Outro ponto abordado se refere à deficiência da fiscalização para a proteção do ambiente natural considerando, por um lado, o problema da capacidade institucional e, por outro, apontando que é “muito difícil aplicar os rigores da lei à uma população carente de condições mínimas de sobrevivência e que está predisposta contra os órgãos de proteção ao ambiente.” (IBAMA, 1995, p.54).

As atividades produtivas, que compõe os aspectos socioeconômicos, são consideradas a partir de um conjunto precário de sistemas que são insuficientes para

responder à demanda da sociedade, assim como para atuar na preservação ambiental, destacando entre os elementos a falta de fomento para ecoturismo de maneira que os resultados sejam sentidos pela população local (IBAMA, 1995).

Outro aspecto complementar tratado no plano de gestão se refere à abrangência do documento, tendo em vista que esse não aborda soluções para os problemas existentes na área, tratando-se de um instrumento de fortalecimento institucional para efetivar a gestão da área. Ainda assim, o documento traz a definição dos objetivos da APA, sendo o objetivo superior a missão da APA, e o objetivo de gestão o foco da atuação institucional:

Objetivo Superior: Conservar a diversidade de ambientes, de espécies, de processos naturais e do patrimônio cultural, visando o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentado das comunidades humanas locais e a melhoria da qualidade de vida. **Objetivo de Gestão:** Contribuir para a conservação dos ecossistemas da APA de Guaraqueçaba através da gestão ambiental integrada (governamental e não governamental), com estímulo às atividades econômicas ambientalmente sustentáveis e socialmente justas (IBAMA, 1995, p.59, *grifo nosso*)

Em 2001 é elaborado pelo IPARDES o **Zoneamento da APA de Guaraqueçaba**, que propõe diretrizes de ordenamento territorial a partir da delimitação de zonas que se caracterizam pela tipologia da unidade do ambiente natural: (i) Zonas de Proteção - Zona de Proteção das Altas Serras (ZPAS), Zona de Proteção dos Manguezais (ZPMA) e Zona de Proteção da Porção Sul do Planalto do Rio Turvo (ZPRT); (ii) Zonas de Conservação - Zona de Conservação das Serras (ZCSE), Zona de Conservação das Baías (ZCBA), Zona de Conservação da Porção Norte do Planalto do Rio Turvo (ZCRT), Zona de Conservação dos Morros Isolados (ZCMI), Zona de Conservação das Planícies e Colinas (ZCPA), Zona de Conservação de Ilhas Ocupadas (ZCIO), Zona de Conservação do Planalto do Rio Faxinal (ZCRF) (iii) Zonas de Ocorrência Ambiental - Área de Ocorrência Ambiental na Serra do Rio do Cedro, Área de Ocorrência Ambiental do Poruquara, Área de Ocorrência Especial no Rio Bananal, Área de Ocorrência Especial na Porção Sul do Planalto do Rio Turvo. (IPARDES, 2001)

Observa-se que o Zoneamento da APA segue a mesma lógica e estrutura que o Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense, de 1989. O enfoque é a delimitação dos usos incentivados, permitidos, proibidos de acordo com o que se considera compatível com as características ambientais e paisagísticas. Ainda que se

considere a realidade regional nas diretrizes e normas gerais de uso e ocupação, a primazia está nas fragilidade ambientais, sem que haja o olhar sobre os interesses das populações locais, em especial, das populações tradicionais presentes no território de Guaraqueçaba.

Há um capítulo de Recomendações (IPARDES, 2001, p. 99-112) que trata de diversos assuntos de interesse local, como o ordenamento da atividade turística, a necessidade de regularização fundiária, a promoção de atividades tradicionais como pesca artesanal e agricultura familiar, a promoção do acesso à informação das normas ambientais voltados as comunidades locais e o apontamento da necessidade de estudos sobre os padrões tecnológicos para que a produção agrícola seja compatível as fragilidades ambientais possibilitando o desenvolvimento socioeconômico local. Entretanto, cabe destacar que mesmo que as recomendações, como o próprio nome já sugere, apesar de construírem o olhar mais integrativo entre a sociedade e a natureza, não possuem o mesmo caráter diretivo e normativo que o zoneamento.

Em 2002 o IBAMA cria a o Conselho Deliberativo da APA de Guaraqueçaba (CONAPA) por meio da Portaria IBAMA n° 65, de 19 de abril de 2002, o qual, diferente de outros conselhos criados anteriormente, por ter caráter deliberativo e por incluir um número mais expressivo de representantes comunitários, teve como critério territorial incluir representantes das Bacias Hidrográficas (IBAMA, 2002).

EM 2011 ocorre uma reestruturação interna no CONAPA, organizado então em três setores: (i) setor governamental com 11 representantes, incluindo a Secretaria de Cultura e de Turismo; (ii) setor sociedade civil com 10 representantes, incluindo a ADETUR como representando do campo do turismo; e (iii) 10 representantes de comunidades. Observa-se nos dados compilados das reuniões de 2011 a 2017 que os representantes comunitários tiveram maior participação absoluta. Questões relacionadas ao turismo não se fazem presentes nas pautas apresentadas pelo estudo (STRESSER, 2018). Por fim, em seu trabalho de análise da atuação do conselho por meio da análise documental, como o regimento interno e as atas das reuniões, o autor conclui:

O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba demonstrou, ao longo dos dez anos de atuação estudados pelo presente trabalho e representados pelas atas revisadas de suas reuniões ordinárias, avanços pontuais e pouco expressivos se comparados a sua trajetória histórica e amplitude de atuação e impacto social. É nítida a necessidade da implementação de mecanismos que desobstruam o fluxo de resoluções de temas, como a criação de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, o que não dependeria exclusivamente das reuniões ordinárias para resolver tais assuntos. A necessária atenção quanto aos assuntos de grande impacto comunitário, como atividades rurais, manejo e conservação naturais, deve compor um local de destaque para as estratégias de atuação do Conselho gestor, para que promova o devido engajamento e impacto social necessários, e assim estimular maior participação comunitária nas reuniões. De modo igual, a socialização do poder de voz deve se fazer presente em todas as reuniões, em conjunto com uma clara e concisa comunicação perante todos os participantes, a fim de dinamizar os resultados. (STRESSER, 2018, p. 21).

Em 2010 é elaborado o **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Litoral do Paraná – PDITS Litoral**, trabalho coordenado pela Secretaria de Turismo do Estado do Paraná, com financiamento e assessoria técnica do Ministério do Turismo. O plano foi realizado com consulta e eventos participativos envolvendo os principais atores locais e regionais do turismo, em 4 reuniões, conforme apresentado no documento do plano (PDTIS, 2012, p. 307-337). No preâmbulo, o então Secretário de Estado do Turismo, Faisal Saleh, diz que esse foi o primeiro passo para o Governo do Estado buscar financiamento para o fomento do turismo na região. Entretanto:

Tanto o PDITS Litoral, quanto ações isoladas do mesmo, não foram implementadas. Apesar de não implantado, o PDITS permanece atual e atende enquanto instrumento de gestão para direcionar investimentos e projetos, por parte do governo estadual, na região. Quanto a não captação do recurso, junto ao PRODETUR, o entrevistado coloca a importância do papel do Estado, enquanto agente principal em prover investimentos estratégicos no setor – visto que é o próprio Estado (enquanto estrutura pública) quem fica com retornos de empreendimentos de grande impacto, como o Porto de Paranaguá. **O não investimento estratégico e fomento do setor do turismo pode ser interpretado como consequência do desinteresse político pelo segmento, não sendo prioridade para a política pública estadual**, nacional e, de forma associada, dos grandes investidores privados (MARTINHAGO, 2019, *grifo nosso*).

Observa-se que ainda que não tenha sido efetivado, o presente plano apresenta um extenso diagnóstico sobre o turismo e o litoral paranaense reconhecendo que para além do turismo tradicional de Sol e Praia há, em “termos de diferencial de mercado”, a paisagem formada pelas baías, local onde as águas doces encontram com a água salgada e espécies da fauna escolhem para formar um berço

reprodutivo. Além de ser o território de ligação entre comunidades caiçaras que vivem da pesca e da agricultura de subsistência e os centros históricos de Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba” (PDITS, 2012, p. 34).

O **Diagnóstico de subsidio ao Plano de Manejo da APA de Guaraqueçaba**, entregue em 2015, assim como o ZEE, apresentado na sequência, expõe um diagnóstico focado principalmente nos aspectos relacionados ao meio físico-biótico. No presente documento são identificados alguns dos atrativos ou recursos (atrações em potencial) na região da APA (ICMBIO et al., 2015, 249). No caso de Guaraqueçaba o mapeamento apontou 25 pontos de interesse turísticos, que serão apresentados no item 5.3, adiante, sobre o turismo.

Em 2016, é elaborado o **Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral do Paraná**. Tal instrumento tem referência na lei que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) e em que há a definição, em seu artigo nono, dos instrumentos que compõe a política, entre as quais o Zoneamento Ecológico Econômico, o qual foi regulamentado em decreto específico (Decreto nº 4.297, De 10 de Julho de 2002).

Segundo a pesquisa realizada por Martinhago (2019), com a aprovação da Lei Federal nº 12.651/2012 que dispõe sobre a Proteção da Vegetação Nativa, os Estados Brasileiros tinham cinco anos para elaborarem os ZEE. Dada a urgência de construir o instrumento, o Governo do Estado do Paraná optou por elaborar o zoneamento com uma equipe interna, por meio da coordenação do então Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, com uma estrutura de poucos recursos financeiros para sua execução (MARTINHAGO, 2019)

O texto de abertura do ZEE do Litoral do Paraná referencia que a Política Nacional de Meio Ambiente preconiza o desenvolvimento socioeconômico equilibrado, que busque compatibilizar as atividades econômicas com o equilíbrio ecológico.

“São evidentes as restrições para a utilização do território da região, seja do ponto de vista das atividades produtivas ou da expansão urbana. Em síntese, o suporte do território ao desenvolvimento regional está determinado pela localização geográfica – orla marítima: atividades portuárias e turismo – e restringido pela função de reserva e conservação ambiental que a sociedade do litoral cumpre, mas, pela qual, não é remunerada.” (ZEE, 2016, p.161)

O documento do ZEE realiza uma ampla leitura sobre a realidade existente no litoral, organizando a compreensão da realidade em 3 temáticas centrais: meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional. Observa-se que a análise sobre o meio físico-biótico apresenta um nível de detalhamento e presença maior do que os demais. No caso do meio socioeconômico se preconiza os dados de caráter secundário, como tamanho da população, características resultantes do censo demográfico do IBGE, dados de saúde e educação, informações sobre trabalho e renda. (ZEE, 2016)

Pela primeira vez, entre os instrumentos analisados, se observa que as comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, pescadores, cipozeiros) recebem a evidência de um item próprio, ainda que sejam leituras gerais e apontamentos de casos específicos, no caso das comunidades que apresentavam pesquisas anteriores. Entretanto, em uma análise mais aprofundada destaca-se que não há o mapeamento das comunidades e que portanto sua realidade não é considerada do ponto de vista do ordenamento territorial proposto pelo instrumento (MARTINHAGO, 2019)

Sobre as conclusões dos aspectos socioeconômicos se destaca que:

As atividades econômicas que estruturam a economia do litoral – atividades portuárias e atividades turísticas – são dependentes do desempenho das demais regiões do Estado. (...) as atividades turísticas são influenciadas pela dinâmica da renda nos locais de origem dos veranistas. (...) As atividades turísticas, ligadas ao mar, no Paraná, são desenvolvidas no verão, portanto são temporárias, sazonais. O peso dessas atividades nos municípios do litoral faz com que essa característica determine a dinâmica de geração de emprego e renda de uma parcela significativa da população e, também, da arrecadação da administração pública. Por fim, a função de preservação ambiental é eivada de contradições. De um lado, a importância da preservação ambiental do litoral diz respeito a toda a sociedade paranaense e deve ser mantida. Por outro, essa função restringe, completa ou parcialmente, outras funções, haja vista que 81% do território do litoral é área de preservação. Embora a sociedade reconheça, por meio das diferentes leis de proteção ambiental, a importância da preservação dos recursos naturais existentes no litoral, essa mesma sociedade ainda não construiu mecanismos de compensação às restrições de uso do território. Voltando à primeira observação, às condições de vida da população litorânea, destaca-se que a melhoria das condições sociais está diretamente condicionada pela geração de riqueza e pelas formas de distribuição dessa riqueza. O crescimento da riqueza, isto é, o crescimento do PIB do litoral depende da intensificação das atividades já existentes – serviços portuários, turismo e preservação ambiental. A intensificação das funções econômicas conflita com a função de preservação. O porto, dependendo das circunstâncias, tem forte potencial de atração sobre atividades industriais; sobre o aumento da população turística e as necessidades daí decorrentes, que pressionam a expansão urbana e a ocupação do solo. (...) Ademais, é importante levar em conta que as condições de pobreza em que vive parcela significativa da população do litoral também conflitam com a qualidade ambiental, como revelam as ocupações em áreas protegidas e as condições de saneamento básico dos municípios litorâneos. Outra questão relevante diz respeito às populações tradicionais que habitam a região e têm uma relação particular com o meio ambiente, de onde tiram seu sustento e, em muitos casos, dependem das políticas sociais governamentais para sobreviver. São pescadores artesanais, cipozeiros, quilombolas, cujo modo de existência (sua cultura, suas crenças etc.) dificulta a adequação ao processo dominante de acumulação de capital da sociedade contemporânea. (ZEE, 2016, p.200)

Com relação ao turismo, há um subitem próprio que analisa o turismo enquanto atividade econômica relevante para o litoral apontando, ainda, a necessidade de um planejamento territorial que consolide propostas para o uso sustentável do patrimônio natural e cultural para fins turísticos. (ZEE, 2016). Um dos destaques do diagnóstico é a pesquisa do perfil da demanda apresentada no documento, a qual havia sido realizada pela Secretaria de Estado do Turismo – SETU, em 2006. À época, se destaca a baixíssima participação de Guaraqueçaba, recebendo 0,90% do fluxo de visitantes do litoral do Paraná, (ZEE, 2016, p. 2004) ainda que seu território estivesse patrimonializado há mais de 20 anos.

Outro destaque da pesquisa de Aline Martinhago (2019) se refere à ausência do processo participativo para a elaboração do instrumento, destacando que as

reuniões públicas realizadas aconteceram em um contexto de validação e publicização dos resultados do zoneamento já elaborado.

Em 2018, por iniciativa de projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), no Setor Litoral, ações voltadas ao fomento do turismo no litoral, em especial em Guaratuba, Paranaguá e Guaraqueçaba, atuaram de forma a compreender o turismo como uma das alternativas de geração de renda à população local. Nesse contexto, em 2018 foi realizado um projeto de extensão pelo curso de Gestão de Turismo da UFPR – Setor Litoral. Uma das ações foi a realização de cursos para os anfitriões do turismo, em que participaram pessoas que atuavam com turismo ou que tinham interesse em atuar. O enfoque das ações tratava do Turismo de Base Comunitária – TBC, que se estruturava como alternativa ao turismo tradicional, considerando que a base é o desenvolvimento comunitário. No término da ação, por iniciativa dos participantes, foi criada a **Rede de Turismo de Base Comunitária do Litoral do Paraná**, formada por três grupos: Grupo Guarapés, de Guaratuba; Grupo Guaraguatá, de Guaraqueçaba; e Rede Caiçara, de Paranaguá (UFPR, 2022)

Em janeiro de 2019 é fundada a **Rede de Portais de acesso à Grande Reserva Mata Atlântica (RPGRMA)**, no contexto da iniciativa da **Grande Reserva da Mata Atlântica**, que é uma iniciativa regional que abrange os estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, compreendendo 60 municípios, sendo que os 07 municípios do litoral paranaense fizeram parte da iniciativa. Na apresentação disponível em ambiente virtual⁴⁶, a iniciativa destaca uma série de entidades apoiadoras de reconhecimento regional e nacional. Sua página inicial tem como slogan “Natureza, Cultura e História: mais perto do que você imagina”. Entre as referências conceituais está a produção de Ignacio Jiménez Pérez no livro “Produção de natureza: parques, *rewilding* e desenvolvimento local”, de 2019. A Grande Reserva Mata Atlântica é organizada a partir de uma Rede de Portais composta “por instituições públicas, empresas privadas, organizações da sociedade civil e indivíduos que atuam para divulgar e promover o desenvolvimento turístico sustentável e a conservação da natureza na região da Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA)” (GRMA, 2022).

⁴⁶ <https://grandereservamataatlantica.com.br/>

Em 2019, foi concluído o **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS**⁴⁷. O “PDS surgiu em 2011, quando o Governo do Estado, (...), entendeu ser importante o planejamento integrado do litoral. Em 2013, surgiu a oportunidade desse projeto ser financiado pelo Banco Mundial e, a partir daí, foi realizada uma concorrência pública”, que finalizou em 2017 (PDS - RA01, 2018, p.27). Observa-se que plano tem como diferença central em relação aos demais instrumentos o seu caráter participativo, ainda que se reconheça os limites desse processo em um instrumento de abrangência regional. No que tange o município de Guaraqueçaba, um dos pontos mais tratados na oficina de mobilização/engajamento que ocorreu no município em abril de 2018, foi o debate sobre a pavimentação da estrada (PR-405) apontada, na atual situação, como um obstáculo para o desenvolvimento, impactando diversos aspectos da vida local, como a saúde, a educação e as atividades econômicas. Além disso, alguns dos participantes destacam o desconhecimento dos critérios que barram a pavimentação, para além do interesse político do Estado (PDS - RA01, 2018).

O PDS, assim como o PDTIS (com destaque ao turismo) e o Zoneamento Ecológico Econômico (com destaque as questões ambientais), possui um amplo referencial da leitura da realidade existente sobre o litoral do Paraná e apresenta diversas leituras comparativas entre os municípios da região. Aspectos da biodiversidade, das questões relacionadas à qualidade de vida – educação, saúde, renda, análise das atividades econômicas e a análise sobre os instrumentos jurídicos de ordenamento do território, são alguns dos destaques (PDS, 2019)

No Macrozoneamento proposto para o Litoral, Guaraqueçaba encontra-se integralmente colocada, salvo a área urbana, como “Macrozona de Proteção Ambiental”, ao mesmo tempo que se sugere um debate futuro sobre a criação de uma Área de Produção Agropecuária na APA de Guaraqueçaba (PDS, 2019, p. 381-382). Por outro lado, no caso da demarcação das Zonas Especiais de Comunidades Tradicionais em Guaraqueçaba, a única área demarcada para o município é onde se localiza a terra indígena, já oficialmente reconhecida, (PDS, 2019, p. 379), ainda que

⁴⁷ Site com acesso a todos os documentos resultados do processo de elaboração do plano - <https://www.planejamento.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Desenvolvimento-Sustentavel-do-Litoral-do-Parana-PDSLitoral>

tenha sido apresentado um amplo mapeamento das comunidades tradicionais no território (PDS, 2019, p. 355).

O plano é um instrumento que só será aplicado caso haja interesse público, tendo em vista que não possui força de lei, assim como não é condicionado por uma legislação própria, como é o caso dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação. Por exemplo, há no final do documento um tópico que trata dos projetos em discussão, que se refere aos projetos que não entraram no rol de iniciativas sugeridas e aprovadas pelo processo participativo dada a necessidade de maior debate e acordo entre os agentes locais e regionais. Entre as ações está a Engorda da Praia de Matinhos, (PDS, 2019, p. 656) que apesar de não ter sido incorporada/aprovada pelo plano está em processo final de execução e entrega⁴⁸.

Ainda que tenha sido previsto para o plano, assim como para o PDITS (2012, p. 301-302), um sistema de gestão e acompanhamento da sua implementação (PDS, 2019, p. 660-664), não foi encontrada nenhuma notícia que trate da implementação do plano ou da estratégia institucional e de gestão da presente política. Desta forma, se reforça a ideia na necessidade de interesse público dado o caráter do instrumento – o plano.

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui é instrumento mais recente da política de ordenamento das Áreas Protegidas de Guaraqueçaba, tendo o ano de 2020, o ano de sua conclusão⁴⁹. Segundo o Plano de Manejo (ICMBIO, 2020), para a elaboração do plano inicialmente foram contratados estudos relacionados ao uso público, aos aspectos socioeconômicos e aos meios físico e biológico da área do parque. Na sequência, foram realizadas oficinas de capacitação sobre o que é o Plano de Manejo em duas ocasiões distintas, além da elaboração e distribuição de cartilhas, reuniões de apresentação dos diagnósticos elaborados, além de outras atividades descritas como momentos de participação social.

Entretanto, o entendimento sobre o processo de participação social promovido no início da construção do plano não é percebido da mesma forma pelo Movimento

⁴⁸ <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-conclui-engorda-da-praia-de-Matinhos-e-entrega-obra-antes-do-prazo>

⁴⁹ Ainda que seu início seja 2011 será inserido cronologicamente no ano de conclusão, assim como os demais planos e marcos jurídicos.

dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná (MOPEAR)⁵⁰, que em 2013 realizou o Seminário de Violação dos Direitos dos Pescadores Artesanais do Superagui (SOUZA, 2018; DUARTE, 2018). O encontro, que questionava a forma como o processo participativo do plano estava sendo conduzido, assim como a possibilidade de acesso real, ou seja, da compreensão social das informações produzidas, se insere em um processo histórico de exclusão das vozes conforme relatos e problematizações relevantes dispostas no livro “Pescadores Artesanais e o Mito da Participação Social”, organizado pelo Professor Roberto Martins de Souza (2018) e na tese de doutorado “Resistir e Retomar, nossa terra nosso mar: os comuns como planejamento e gestão territorial subversivos em Guaraqueçaba” resultado da pesquisa de Letícia Ayumi Duarte (2018).

Assim, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná - MOPEAR entrou com pedido de judicialização da condução da elaboração do plano solicitando junto às Defensorias Públicas do Estado (DPPR) e da União (DPU) a revisão do processo (TERRA DE DIREITOS, 2022; SOUZA, 2018, DUARTE, 2018). Foi então que em 2015 o “juiz substituto da 1ª Vara Federal de Paranaguá, Guilherme Roman Borges, deferiu liminar que antecipa a tutela da Ação Civil Pública (ACP), assinada conjuntamente pelas Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Paraná.” (DPU, 2022).

A elaboração do plano foi retomada em 2018 e atualmente é considerada pelo órgão gestor como aprovado. Porém, ainda que existam pesquisas sobre o processo de condução do plano (DUARTE, 2018; SOUZA, 2018; CAMARGO, 2013), marcado por conflitos ambientais existentes desde a criação da unidade e, por outro lado, por um processo coletivo de promoção do envolvimento comunitário relevante para o contexto não só de Guaraqueçaba, mas como referência afirmativa das possibilidades de envolvimento social, não foram encontradas pesquisas que tratassem do processo após a sua recente aprovação. Ainda que seja cedo para problematizar a mudança que o paradigma de gestão da unidade possibilitaria compreender, ainda que de forma aproximada, os resultados foram percebidos pela população local e pelo MOPEAR.

⁵⁰ Ver entrevista realizada com representante do MOPEAR: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/pescadores-e-pescadoras-artesanais-do-parana-derrotam-instituto-chico-mendes-de-conservacao-e-biodiversidade-icmbio-na-justica/18088>

5.2 O TURISMO EM GUARAQUEÇABA

CONHEÇA GUARAQUEÇABA ENQUANTO É DIFÍCIL. Está cidade viveu quatro séculos sitiada pelo mar e pela floresta. Aqui não há automóveis e o último fato importante parece ter ocorrido em 1884, quando um certo Doutor Luiz Ramos Figueira, “senhor de muitos escravos, libertou todos os que trabalhavam em sua fazenda, em memorável reunião da “Sociedade Redenção Paraguaense”. O povo vive tranquilo, passeando de tardezinha pelas ruas estreitas, viajando no lombo de burro ou na lancha que faz ligação periódica com Paranaguá, de onde vem os remédios para o povo e as cartas para alguns poucos privilegiados. Entretanto, **a vila de Guaraqueçaba está prestes a ingressar em seu roteiro turístico leitor**. O departamento de Estrada e Rodagem está concluindo uma estrada pioneira que a liga a Cacatu e a Antonina. Vai ser um dia de festa quando chegar o primeiro automóvel e for descarregado o primeiro caminhão. (...) **“Sabe? Guaraqueçaba é a cidade ideal para o turismo. Tem casas antigas, igrejas do bom estilo barroco simplificado e uma gente que é hospitaleira como ninguém. Acho que virão muitos viajantes depois que a estrada estiver pronta”**. (...) Por enquanto, conhecer Guaraqueçaba significa levantar cedinho, embarcar na lancha e viajar duas horas através da baía. Mas vale a pena, porque a igreja de Bom Jesus dos Perdões é uma joia da arquitetura da época, a visão do casario baixo e uniforme não é encontrada em nenhum outro lugar do Paraná e – principalmente – porque o turista sente o gosto do pionerismo. Poucos além dêle conheceram toda aquela beleza. **Por isso, visite Guaraqueçaba antes que seja fácil demais**. (ANEXO 02, 1970, grifo nosso)

Guaraqueçaba, antes mesmo de possuir seu território protegido por políticas ambientais, trazia, para os que não lá viviam, a imagem do poder da natureza que remete a um lugar único e para poucos. Sua beleza é constantemente narrada na relação intrínseca entre a mata e o mar que preserva os mais belos tesouros do bioma da Mata Atlântica⁵¹. Atualmente não é diferente. No acesso ao conteúdo virtual⁵² pela plataforma do *Google* se observa o mesmo olhar para Guaraqueçaba, composto por um ambiente natural imbuído de uma natureza preservada.

Desta forma, é recorrente o trecho que apresenta Guaraqueçaba como município “inserido na maior área contínua da reserva da Mata Atlântica do Brasil”. O destaque ao ambiente natural é atribuído a partir de adjetivações como “ambiente de rara beleza”, “em um cenário paradisíaco”, “com um ar de ambiente bucólico” e que

⁵¹ Ver anexo 02 ao 10

⁵² Acesso realizado em ambiente web no mês de maio de 2022, em ambiente virtual anônimo para não condicionar os resultados pelas diversas pesquisas realizadas sobre o território no perfil aberto da pesquisadora. O acesso virtual trouxe como resultado o site institucional da prefeitura municipal, o site oficial de turismo do estado do Paraná, a enciclopédia livre e virtual *Wikipedia*, e portais vinculados ao setor de viagens.

“gera o sentimento de tranquilidade” (VIAJE PARANÁ, 2022; AOS 4 VENTOS, 2022; VIAJALI, 2022; BOOKING, 2022; FERIAS BRASIL, 2022; TRIPADVISOR, 2022).

Entre as sugestões do que fazer em Guaraqueçaba são destaques no conteúdo virtual: o Parque Nacional do Superagui, a Reserva Natural do Salto Morato, a Reserva Ecológica do Sebuí e a Ilha das Peças. Já ao se referirem à sede do município, as sugestões de visita são: a Ponta de Morretes, o Morro do Quitumbê e a Igreja Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões. Além das atrações sugeridas para visita, identificou-se, nas apresentações, menções a: (i) canoas caiçaras que compõe a paisagem; (ii) contemplação do pôr do sol; (iii) observação da fauna, em especial, de botos e de papagaio-da-cara-roxa; (iv) visita as ilhas com destaque à Ilha do Superagui, Ilha das Peças e Vila de Barbados.

FIGURA 9: IMAGENS DE GUARAQUEÇABA⁵³



FONTE: <http://www.aos4ventos.com.br/>

Neste sentido, é possível constatar que as imagens que acompanham as descrições sobre Guaraqueçaba têm também como narrativa principal as referências aos ambientes naturais e ao patrimônio local. O conteúdo virtual leva a uma imersão

⁵³ Imagens retiradas do primeiro site de viagens a aparecer na pesquisa do mecanismo de busca do google sobre o descritivo “Guaraqueçaba”. Pesquisa realizada em maio de 2022)

no ambiente da Mata Atlântica a partir dos bens naturais e patrimônio histórico edificado: praias, cachoeiras, animais, baía, trapiche, casarões antigos e a praça. Ao mesmo tempo que historicamente se enaltece a indiscutível beleza das paisagens preservadas de Guaraqueçaba, nota-se a ausência de registro de pessoas, de moradores locais⁵⁴, da cultura caiçara, partes intrínsecas da formação do território: o que se transmite é uma narrativa de beleza natural com ausência de vida social.

Segundo a pesquisa de Paula H. da Costa Garcia (2010), os roteiros turísticos comercializados para Guaraqueçaba possuíam pouca variação, sejam eles organizados por agências externas ou pela Cooper guará⁵⁵. De maneira geral, a saída é de Curitiba, podendo ou não incluir a descida de trem pelo percurso Curitiba-Morretes. O primeiro destino é Paranaguá, para acesso ao transporte marítimo que leva até Guaraqueçaba. Há ainda a possibilidade de usar o acesso partindo de Morretes ou Antonina. O passeio na cidade inclui a praça central em que ficam localizadas as construções históricas e os mais conhecidos serviços de alimentação, local que possui a vista para a Baía. Ainda na sede há a visita à Cooperativa⁵⁶ de artesanato chamada Arte Nossa⁵⁷. Por fim, o roteiro, normalmente de 2 a 3 dias, inclui a visita na RPPN Salto Morato ou/e na RPPN Sebuí e a visita a Baía de Laranjeiras, normalmente em frente a Ilha das Peças, para a observação dos golfinhos.

Atualmente, no site da Grande Reserva da Mata Atlântica, há 3 passeios disponíveis para Guaraqueçaba: (i) iniciativa de turismo de base comunitária com passeio em uma área de agroflorestal na Ilha Rasa, programa estruturado a partir de

⁵⁴ A pesquisa pelas imagens, disponível no ANEXO - 11 – GUARAQUEÇABA: 150 PRIMEIRAS IMAGENS GOOGLE. Foram captadas no mês de maio de 2022, em ambiente virtual anônimo para minimizar o condicionamento dos resultados, ainda que hajam direcionamentos dados pelo algoritmo associado ao IP. O acesso foi realizado as 150 primeiras imagens do google imagens. Observa-se que mesmo as que possuem registros com pessoas não representam os aspectos culturais locais, a saber: (i) operação policial (imagem 44 e 146); (ii) operação de limpeza de praias em Superagui (imagem 53 e 124); (iii) viagem em família com crianças brincando na praia e fazendo trilha (imagem 72 e 121); (iv) pessoas atuando nas estradas e nos desastres decorrentes das chuvas (imagens 74, 93, 98, 102, 115) e (v) pescadores em suas canoas (imagem 97, 112 e 120)

⁵⁵ A Cooper guará foi um projeto coordenado pela ONG SPVS iniciado em 2007 projeto Modelo para o Ecoturismo com Base em Sistema Cooperativo no Litoral Norte do Paraná, financiado pelo governo federal através do Ministério de Meio Ambiente. (OTA, 2008; BETTI, 2014)

⁵⁶ Ver referência: (MENDES, DOZSA, D'AROS, 2008). Segundo a pesquisa de Sandro Miguel Mendes, Denys Dozsa, Marlene Schussler D'Aroz a Cooperativa de Guaraqueçaba, é parte de uma iniciativa que foi "fomentado pela FINEP – (Financiadora de Estudos e Projetos) e Ministério do Turismo (MTUR), com execução da – ITCP/UFPR - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná".

⁵⁷ <https://www.facebook.com/artenossacooperativa>

uma vivência integrada aos anfitriões com alimentação e pernoite em área de camping, com o valor, em novembro de 2022, de R\$ 250,00 para adultos e de R\$ 150,00 para crianças e melhor idade; (ii) Vivência Caiçara e Banho de Floresta na Reserva do Salto Morato, que inclui uma experiência de turismo de base comunitária na vivência da captura do siri no primeiro dia e, no segundo, uma experiência na Reserva do Salto Morato, com valor de R\$ 999,00 por pessoa; (iii) Saída de Morretes e Antonina para a Reserva do Salto Morato, o passeio inclui parada para almoço na comunidade do Tagaçaba, sendo o valor por pessoa de R\$ 440,00.

Analisando a disponibilidade de empreendimentos turísticos⁵⁸, ainda pelo acesso virtual, verifica-se a concentração expressiva na sede do município e na Barra do Superagui, e, em menor proporção, na Ilha das Peças. Foram identificados 112 locais⁵⁹ e estabelecimentos comerciais de interesse turístico, sendo que desses 15 são atrativos que variam entre o acesso público e privado.

Com relação aos meios de hospedagens, foram identificados entre pousadas, casas de aluguel⁶⁰, camping e hotel, o total de 67 unidades. Segundo informações levantadas pela da SPVS, em 2006, citados pela pesquisadora Patricia Betti (2008), em 2006, foram registrados 40 meios de hospedagens na região, o que inicialmente demonstra um tímido acréscimo de 17 unidades ao longo desses 16 anos. As hospedagens registradas no estudo “de forma geral são simples, sem luxo e administrados pelos moradores locais, que a sua maneira, sem conhecimentos técnicos sobre hotelaria e atendimento ao público, veem neste ramo de atividade uma oportunidade de aumento de rendimento” (SPVS, 2006 *apud* BETTI, 2008).

Com relação aos valores das diárias há uma diversificação em função do tamanho da hospedagem. Das 25 hospedagens disponíveis para reserva online, 60% se localizam na região insular e 14 unidades são casas inteiras que têm capacidade

⁵⁸ Pesquisa realizada em 3 portais líderes do mercado de viagens – *Booking, Airbnb, TripAdvisor*. Os dois primeiros portais representam as empresas que optaram a adesão a plataforma de vendas. Já o *TripAdvisor* consta empreendimentos que foram pontuados de forma voluntária pelos consumidores. Para complementar a compreensão da oferta foi utilizado, também, o *google maps* que possibilitou a identificação e mapeamento dos empreendimentos de interesse turístico. Para a pesquisa foram adicionados apenas os empreendimentos que possuíam ao menos duas avaliações do usuário, com exceção da plataforma *Airbnb*, já que vários empreendimentos eram apontados como novos na plataforma. A plataforma do *Airbnb* possibilitou a compreensão dos valores praticados pelos empreendimentos. A pesquisa de preço foi realizada considerando a cotação para casal em um final de semana no mês de novembro de 2022.

⁵⁹ Ver relação completa por tipologia e localização no APÊNDICE 6 – QUADRO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INTERESSE TURÍSTICO

⁶⁰ Na maioria das vezes vinculadas ao Airbnb, porém também disponível no Booking.

para atender de 4 a 8 pessoas. Nas ilhas, essas hospedagens possuem uma diária média de R\$ 480,00. Enquanto que no continente a média é R\$ 230,00. Já no caso das diárias de quarto, em casa familiar ou em pousada, não se observa a diferença marcante, dos valores das diárias, entre as áreas insulares e o continente.

Os serviços de alimentação somam 28 empreendimentos. Entretanto, é válido ressaltar que diversas pousadas, em especial as localizadas nas áreas insulares, prestam serviços de hospedagem e alimentação.

Para complementar a análise foram levantadas informações referentes aos atrativos ou recursos potenciais para transformação em atrativos. Foram identificados 60 pontos de interesse a partir do cruzamento de informações disponíveis no documento - Diagnóstico de subsídio ao Plano de Manejo da APA de Guaraqueçaba (ICMBIO et al. 2015) e no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná – PDITS (PARANÁ, 2012).

QUADRO 6: RECURSOS E ATRATIVOS MAPEADOS EM GUARAQUEÇABA (2012 E 2015)

Recurso/Atrativo	Localidade	Descrição	PD	AP	AR	OL	SE	Referências
Igreja da Vila do Ararapira	Ararapira	Localizada próxima à comunidade de Barra do Ararapira, dentre as inúmeras ruínas que compõem a paisagem, destaca-se a Igreja, construída no final do século XIX, ainda conserva bancos de madeira, imagens do altar e cemitério.		X			X	
Farinha de Mandioca - Casa de Farinha	Ararapira	Edificação específica para a produção deste produto artesanal		X			X	OTA, 2008 BETTI, 2014
Cataia	Ararapira	Bebida feita da folha da Cataia submersa em cachaça, produzida por uma Associação das Mulheres Produtoras de Cataia		X				BETTI, 2014
Vila de Ararapira	Ararapira	Comunidade caiçara				1		BETTI, 2014
Vila de Barbados	Barbados	Comunidade caiçara	X			3		BETTI, 2014
Farinha de Mandioca - Casa de Farinha	Barbados	Edificação específica para a produção deste produto artesanal		X			X	OTA, 2008 COUTINHO, SAMPAIO, RODRIGUES , 2014 BETTI, 2014
Bertioga	Bertioga	Comunidade caiçara	X					
Farinha de Mandioca - Casa de Farinha	Bertioga	Comunidade caiçara		X			X	OTA, 2008 BETTI, 2014

Recurso/Atrativo	Localidade	Descrição	PD	AP	AR	OL	SE	Referências
Fontes d'água	Costão	As fontes, construídas em estilo português, datam do ano de 1922, quando, pela primeira vez em sua história, Guaraqueçaba passou a ter água potável armazenada. Atualmente desativada, permanecendo a construção.		X			X	
Farinha de Mandioca	Geral	A produção da farinha de Mandioca é uma importante herança cultural e indenitária em Guaraqueçaba				1		COUTINHO, SAMPAIO, RODRIGUES, 2014
Encontro de Cultura e Fandango	Geral	Os encontros do Fandango Caiçara ocorrem de forma espontânea, organizados pelos grupos locais. O Fandango é uma expressão musical-coreográfica-poética e festiva. O Fandango é reconhecido pelo IPHAN como Patrimônio Cultural - Formas de Expressão.	X				-	
Complexo da Serra do Mar	Geral	Área tombada no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e paisagístico, também, pela Secretaria do Estado da Cultura do Paraná, Coordenaria do Patrimônio Cultural.		X			-	
Canoa Caiçara	Geral	A canoa caiçara é um instrumento iconológico da cultura caiçara e segue o processo de instrução pelo IPHAN desde 2012. A canoa representa o meio de transporte e o instrumento de trabalho do pescador. A canoa chama atenção na composição da paisagem para quem é visitante. A canoa caiçara consiste em uma é parte de um processo cultural em que a técnica de produção é passada por geração.		X		1	-	COUTINHO, SAMPAIO, RODRIGUES, 2014
Fandango Caiçara	Geral	Segundo descrição do IPHAN, o Fandango Caiçara é uma expressão musical-coreográfica-poética e festiva, cuja área de ocorrência abrange o litoral sul do estado de São Paulo e o litoral norte do estado do Paraná.		X			-	
Praia da Gamela	Ilha da Gamela	Praia de baía, destaque paisagístico, de curta extensão, boa para banho e para observação dos botos-cinzas e da fauna e flora da região		X			X	OTA, 2008 BETTI, 2014

Recurso/Atrativo	Localidade	Descrição	PD	AP	AR	OL	SE	Referências
Festa de São Pedro	Ilha das Peças	Organizada todo o mês de Junho pela associação de moradores da Ilha das Peças, a festa celebra o padroeiro dos pescadores		X			-	
Baía do Rio das Peças	Ilha das Peças	Observar o berçário natural dos botos-cinza, também chamada popularmente como Baía dos Golfinhos		X		2		VALENTE, MIELKE, 2017 BETTI, 2014 BETTI, DERNADIN, 2019
Praia Deserta da Ilha das Peças	Ilha das Peças	A praia com 11 km de praia deserta. Observação da Fauna e Flora local.		X			X	OTA, 2008 ALBACH et al., 2022
Vila das Peças	Ilha das Peças	Comunidade caiçara				3		BETTI, 2014 VALENTE, MIELKE, 2017 BETTI, DERNADIN, 2019
Vila de Superagui	Ilha do Superagui	Comunidade caiçara	X			1		GUARIDO, 2005 BETTI, 2014 VALENTE, MIELKE, 2017 GRIMM, SAMPAIO, BETTI, 2017
Praia Deserta de Superagui	Ilha do Superagui	A praia é acessada por trilha pela Vila de Superagui. Com 32 km inserida no PARNA. Observação da Fauna e Flora local.		X		3	X	GUARIDO, 2005 OTA, 2008 BETTI, 2014 ALBACH, FOLMANN, VALE, 2018 ALBACH et al., 2022
Encontro do Rio com o Mar	Ilha do Superagui	Na praia deserta destaque paisagístico da área de encontro entre Rio e Mar		X		1	X	
Trilha da Lagoa ou Trilha da Praia Deserta	Ilha do Superagui	Trilha com aproximadamente 4 km que dá acesso a Praia Deserta de Superagui.		X		1		GUARIDO, 2005 OTA, 2008 ALBACH, FOLMANN, VALE, 2018 ALBACH et al., 2022
Primeira Igreja do Paraná	Ilha do Superagui	Igreja é tida como a primeira do Paraná, pela sua estrutura e arquitetura, que remetem às edificações religiosas do início do século XVIII. Disputa o título com outras duas igrejas do município vizinho de Paranaguá		X			X	
Farinha de Mandioca - Casa da Farinha	Ilha do Superagui	Edificação específica para a produção deste produto artesanal		X			X	OTA, 2008 BETTI, 2014

Recurso/Atrativo	Localidade	Descrição	PD	AP	AR	OL	SE	Referências
Bar Akdov	Ilha do Superagui	Também chamado no ambiente online como Casa do Fandango		X		1		GUARIDO, 2005 OTA, 2008
Revoada dos Papagaios-de-cara-roxa	Ilha dos Pinheiros	A ilha é o lugar de pouso dos papagaios. Local em que se realiza a observação a revoada sempre ao amanhecer ou ao entardecer, sendo os meses de maior incidência de março a junho.		X		1	X	OTA, 2008 BETTI, 2014 ALBACH et al., 2022
Cachoeira Rio Itaqui	Itaqui	Cachoeira no Rio Itaqui com área para banho e queda em paredão de pedra.		X			X	
Reservas Natural Serra do Itaqui	Tagaçaba	Local de propriedade da SPVS, recebe via agendamento			X			OTA, 2008
Gruta Morro de Pedra	Morato	Caverna cadastrada junto ao CECAV (Cadastro do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavidade do ICMBio)		X			X	
RPPN do Salto Morato	Morato	Local aberto a visitação com operação própria e diversas atrações já estruturados. Destaca-se o aquário natural, a Figueira e a cachoeira de mais de 130 metros de altura		X		4		ROCHA, 2006 OTA, 2008 BETTI, 2014 SILVA, 2014
Parque Nacional do Superagui	PARNA Superagui	Parque Nacional do Superagui – PNS, criado em 1989 com o “objetivo de proteger e preservar amostra dos ecossistemas ali existentes, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação e pesquisa científica.”				4		COUTINHO, SAMPAIO, RODRIGUES, 2014
Rio Guaracuí	Pedra Chata	Banho de Rio. Rio com 03 cachoeiras, que possui formação de piscina natural e toboagua.		X			X	OTA, 2008
Cachoeira do Poruquara	Poruquara	Próximo a comunidade. Cachoeira com 3 metros de altura. Área para Banha.		X			X	
Trilha do Bronze	Poruquara	Trilha próxima ao Morro do Bronze dá acesso a comunidade de Poruquara. Observação da fauna e flora local, com pontos de banho de rio e áreas de mangue.		X			X	
Cachoeira Saltinho	Próximo ao Costão na PR-405	Cachoeira utilizada pelos moradores da sede de Guaraqueçaba e região para banho e lazer. Com pequenas quedas d'água.		X			X	

Recurso/Atrativo	Localidade	Descrição	PD	AP	AR	OL	SE	Referências
Amargoso	Rio Verde	Infusão feita com cachaça, alho, arruda, guiné e betarú, somando 21 ingredientes, dentre plantas, raspas e raízes, extraídas no dia de sexta-feira santa, ao fim da quaresma cristã. Segundo a tradição, os ingredientes devem ser colhidos antes do sol nascer e de frente para onde aconteça o alvorecer.		X			-	
RPPN Sebuí	Sebuí	Local aberto a visitação com operação própria. Há trilhas interpretativas com programa de educação ambiental, observação de flora e fauna, passeio de canoa, além de banhos de rio e cachoeira.		X		3		OTA, 2008
Ponta do Morretes	Sede	Área de Extensão da Praça William Michaud, local de observação da Baía, com destaque ao pôr do sol				2		SILVA, 2014
Festa do padroeiro Bom Jesus dos Perdões de Guaraqueçaba	Sede	Celebrada em Agosto, a festa reúne fiéis de toda a região e celebra o padroeiro da cidade.					-	
Igreja Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões	Sede	Foi construída no ano de 1839, em estilo eclético, o altar é em formato de barco e a base é a escultura de um peixe	X			3		BETTI, 2014 SILVA, 2014
Casa do Artesanato - Cooperativa de Artesãos	Sede	Local em que há a exposição e o comércio de artesanato produzido por artesão locais associados	X	X				OTA, 2008 BETTI, 2014 SILVA, 2014
Antigo Mercado Municipal	Sede	Edifício de 1911, teve diversos usos incluindo o antigo mercado municipal. Atualmente possui espaço para recepção dos visitantes por estar em frente ao trapiche, além de uso institucional da administração local		X		1		OTA, 2008 SILVA, 2014
Casarão	Sede	Construção de 1880, é o último remanescente dos chamados "anos dourados" da cidade de Guaraqueçaba. Está fechado em péssimo estado de conservação.		X		1	X	
Prédio da Antiga Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba	Sede	Edifício de arquitetura eclética, datado de 1925, chama a atenção no centro da cidade devido as águias em concreto instaladas no topo dos pilares da construção.		X		1		
Festa do padroeiro Bom Jesus dos	Sede	Celebrada em Agosto, a festa reúne fiéis de toda a região e celebra o padroeiro da cidade		X			-	

Recurso/Atrativo	Localidade	Descrição	PD	AP	AR	OL	SE	Referências
Perdões de Guaraqueçaba								
Morro do Bronze	Sede	Maior morro do município, no mirante pode-se observar ao longe o Salto Morato		X			X	OTA, 2008
Morro Quitumbê (trilha)	Sede	Trilha de acesso ao topo do morro inicia-se atrás da igreja do Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões.	X	X		4		OTA, 2008 BETTI, 2014 SILVA, 2014
Praça Willian Michaud	Sede	localizada na sede de Guaraqueçaba é um ponto de conexão entre os acessos da cidade, sendo o termino da avenida principal que é a continuidade da PR-405 com o local em que se localiza o trapiche estrutura para o acesso via marítima				1		SILVA, 2014
Fontes d'água	Sede	As fontes, construídas em estilo português, datam do ano de 1922, quando, pela primeira vez em sua história, Guaraqueçaba passou a ter água potável armazenada. Atualmente desativada, permanecendo a construção.		X			X	
Fontes d'água	Sede Praça Colégio	As fontes, construídas em estilo português, datam do ano de 1922, quando, pela primeira vez em sua história, Guaraqueçaba passou a ter água potável armazenada. Atualmente desativada, permanecendo a construção.		X			X	
Cachoeira Rio Pedemeiras	Serra Negra	Cachoeira no Rio Perdeneira e área para banho.		X			X	
Mirante da Serra Negra	Serra Negra	Mirante com 127 degraus e aproximadamente 30 metros de altura. Permite a visualização da paisagem da Baía de Guaraqueçaba e de todo o seu entorno.	X	X				OTA, 2008 BETTI, 2014 SILVA, 2014
Rio Açungui	Serra Negra	Rio com potencial para potencial para atividades como rafting e boiacross		X			X	
Casas com Estrutura de Guaricana	Tagaçaba	Tipo de construção feito com materiais naturais, como troncos de taquara, folhas da palmeira Guaricana. Como colunas de mandeira e folhas de palmeiras no teto, em um trançado que poucos moradores dominam a técnica.		X			X	
Rio Tagaçaba	Tagaçaba	Banho de Rio		X			X	OTA, 2008

Recurso/Atrativo	Localidade	Descrição	PD	AP	AR	OL	SE	Referências
Cachoeira Salto do Macaco	Tagaçaba de Cima	Cachoeira. Acesso cerca de três horas a partir da comunidade de Tagaçaba.		X			X	
Morro do Tromomô	Tromomô	No topo do morro é possível vislumbrar a Baía de Guaraqueçaba. Trilha de aproximadamente 3 horas, tem percurso com cachoeira e rio		X			X	
Farinha de Mandioca - Casa da Farinha	Potinga	12 edificações reconhecidas na região do Potinga. Local específico para a produção deste produto artesanal			X		X	OTA, 2008 BETTI, 2014
Vilas Ilha Rasa	Ilha Rasa	Comunidades caiçaras e área de Observação da Revoada do Papagaio-da-cara-roxa			X			OTA, 2008

Fonte: ICMBio, 2015; PDITS, 2012;. Elaborado pela autora.

*PD = Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PARANÁ, 2012)

**AP = Diagnóstico de subsidio ao Plano de Manejo da APA de Guaraqueçaba (ICMBIO et al. 2015)

*** AR = Artigo Acadêmico

OL = Pesquisa Online VIAJE PARANÁ, 2022; AOS 4 VENTOS, 2022; VIAJALI, 2022; TRIPADVISOR, 2022

Na **sede de Guaraqueçaba** há, entre Hotéis e Pousadas, 11 estabelecimentos que receberam no conjunto mais de mil avaliações de clientes, nas plataformas Airbnb e Booking, com uma média de 4,3 pontos em 5 possíveis. As avaliações dos clientes são boas entre as pousadas, permanecendo em geral acima de 4.6, enquanto os Hotéis, empreendimentos instalados há mais tempo na cidade, possuem em média a nota 4.

Dentre os meios de hospedagem da sede, apenas 03 estão cadastrados nas plataformas de venda. O valor da diária varia de acordo com a localização, disponibilidade de serviços, estrutura disponível e a ambientação do espaço, tendo como resultado da pesquisa os seguintes valores das diárias para casal: R\$ 420,00; R\$ 229,00; R\$ 114,50⁶¹.

⁶¹ Ver relação completa por tipologia e localização ANEXO 02: QUADRO HOSPEDAGEM E VALORES DAS DIÁRIAS

FIGURA 10: LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INTERESSE TURÍSTICO SEDE (2022)



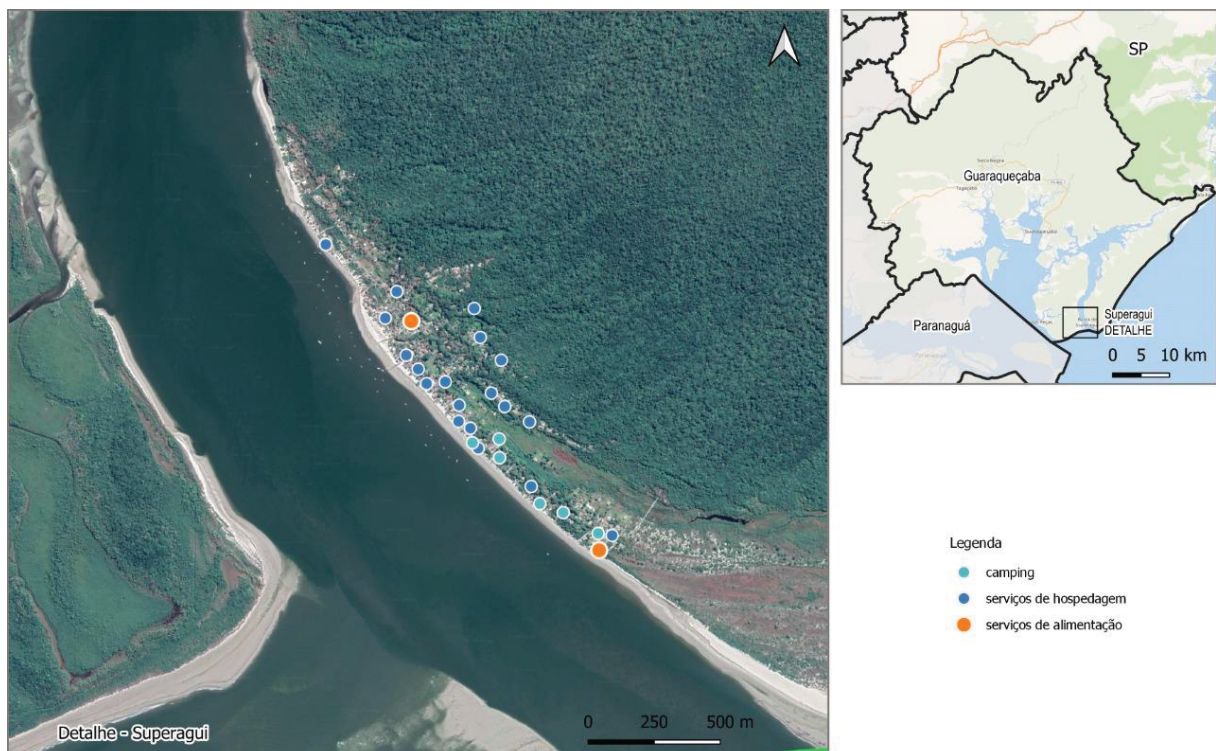
Fonte: *Google Maps*, adaptado pela autora, 2022.

Segundo a pesquisa de Fernanda Aparecida da Silva (2014), em 2013, haviam 11 estabelecimentos de interesse turístico na sede de Guaraqueçaba, entre meios de hospedagem e serviços de alimentação, sendo que, em sua maioria, as empresas foram instaladas por pessoas de fora da comunidade (SILVA, 2014).

Entre atrações e recursos mapeados, conforme aponta Quadro 1, foram identificados 12 entre locais físicos e eventos: Ponta do Morretes; Festa do Padroeiro Bom Jesus dos Perdões de Guaraqueçaba; Igreja Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões; Casa do Artesanato - Cooperativa de Artesãos"; Antigo Mercado Municipal; Casarão; Prédio da Antiga Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba; Morro do Bronze; Morro Quitumbê (trilha); Praça Willian Michaud; 02 Fontes d'água. Destes 04 são possíveis de visitação e interação (Ponta do Morretes, Igreja Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões, Casa do Artesanato - Cooperativa de Artesãos", Antigo Mercado Municipal), 03 são locais de observação da paisagem ou da edificação (Casarão, Prédio da Antiga Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, Praça Willian Michaud), 02 são locais sem estrutura de visitação (Morro do Bronze, 02 Fontes d'água), além do evento Festa do Padroeiro Bom Jesus dos Perdões de Guaraqueçaba.

A **Barra do Superagui** é a localidade que possui o maior número de meios de hospedagens, sendo 18 pousadas e 6 campings. São, também, 2 casas de aluguel pelo Airbnb e uma delas se descreve como quarto em hospedagem em casa de família caiçara. Com relação a inserção nas plataformas comerciais, são seis o número de pousadas que possibilitam a reserva pelo Airbnb, sendo 3 com valores acima de R\$ 300,00 a diária para casal e as outras 3 com valores na faixa de R\$ 100,00.

FIGURA 11: LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INTERESSE TURÍSTICO BARRA DO SUPERAGUI (2022)



Fonte: *Google Maps*, adaptado pela autora, 2022.

Com relação às atrações/recursos Superagui é a localidade mais destacada de Guarapuá nas informações da web. Um dos motivos é que a Ilha leva o nome do Parque Nacional, mas há também o seu processo histórico de ocupação, seu reconhecimento enquanto patrimônio Cultural. Além da vila e do Bar Akdov também conhecido como casa de fandango, se destacam a Praia Deserta de Superagui, o Encontro do Rio com o Mar, a Trilha da Lagoa ou Trilha da Praia Deserta, e a Praia Deserta, como atrativos naturais inclusos no perímetro do Parque Nacional.

As pesquisas acadêmicas sobre Guarapuá também concentram suas análises nessa região. Entre as atrações da ilha registradas nas pesquisas

acadêmicas está a observação da fauna e da flora, em especial do Mico-leão-da-cara-preta e do papagaio-de-cara-roxa, os quais possuem Organizações Não Governamentais – ONGs com projetos de proteção de ambas as espécies endêmicas da região que viraram símbolos de Superagui (GUARIDO, 2005; ALBACH et al., 2018).

Trilha da Praia Deserta é a principal trilha e atrativo mais reconhecido do Parque Nacional do Superagui (GUARIDO, 2005; ALBACH et al., 2016). É uma trilha plana de fácil acesso e seu início se dá pela comunidade da Barra do Superagui, seguindo até a Praia Deserta por 6km de extensão. Na trilha, o visitante pode observar a fauna e a flora típicas da restinga e do mangue, além de ser possível o banho de rio e, no acesso à faixa litorânea, o banho de mar. Ao longo do percurso há algumas estruturas como pontes e passarelas com baixa qualidade de manutenção. Há pontos que ficam alagados pela condição da maré e pelo não manejo adequado do seu uso, que causam problemas da capacidade de drenagem, existência de lixo e abertura de trilhas secundárias (ALBACH et al., 2016)

Superagui. “No decorrer dos últimos anos a Ilha passou por transformações para atender uma demanda crescente de turistas que visitam a ilha – os moradores locais construíram pousadas, restaurantes e lanchonetes, além de trabalharem com transporte de turistas.” (ALBACH, FOLMANN, VALE, 2018, p. 173). Os serviços voltados ao atendimento dos visitantes vão desde serviços básicos como a hospedagem, a alimentação e transporte, até serviços de lazer como locação de bicicleta, passeio de barco (GUARIDO, 2005). Durante alguns momentos do ano um bar local, que é conhecido como a casa do fandango, tem bailes de fandango, em especial, no carnaval. Nessa ocasião, moradores e visitantes podem apreciar e dançar o fandango (GUARIDO, 2005).

Segundo os agentes da comunidade entrevistados pela pesquisadora Melissa Anze (2006), hoje o turismo é visto como uma alternativa de renda pois viver apenas do pescado já não é mais uma possibilidade. As roças não são mais uma realidade possível com a determinação da área de proteção. Então, as pessoas trabalham no transporte de visitantes, nas pousadas, restaurantes e campings, além de fazerem salgados e artesanatos para vender aos turistas. Os estabelecimentos comerciais voltados aos turistas não permanecem abertos o ano todo, pois o movimento é concentrado no verão e nos feriados, e a renda do turismo não é suficiente para o restante do ano (ANZE, 2006; ICMBio, 2020).

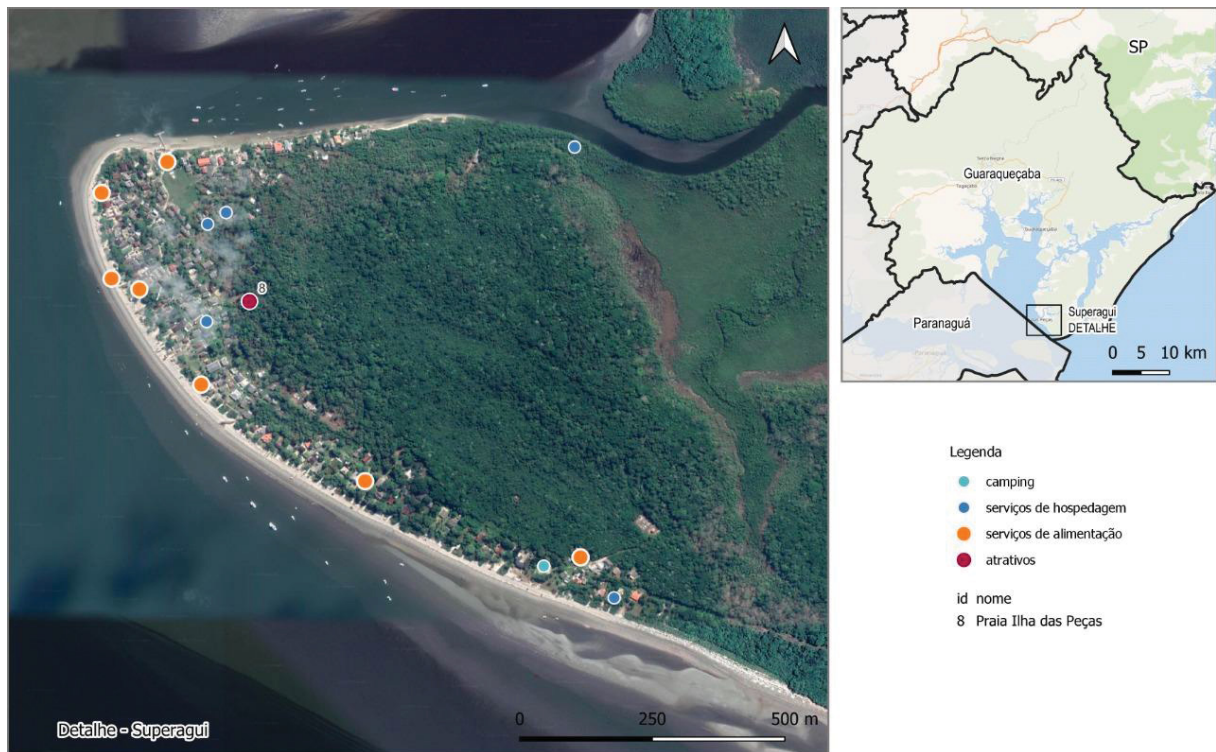
Entre os problemas tratados na pesquisa de Guarido (2005) está a sazonalidade do turismo na ilha, situação muito comum em destinos relacionados ao sol e praia. Portanto, segundo os participantes da pesquisa, a base produtiva central é a pesca e o turismo é uma atividade extra e concentrada, principalmente, no mês de janeiro e no carnaval. Outro relato da pesquisa é a preocupação da gestão da unidade com o aumento do fluxo de turistas. Ao mesmo tempo que se constata a preocupação se observa que não havia, naquele momento, um planejamento conjunto entre gestores e moradores para que o turismo fosse ordenado e que seus benefícios econômicos trouxessem melhores condições de vida aos moradores que atuam no setor (GUARIDO, 2005).

A falta de estrutura de saneamento básico também está entre os problemas que são agravados com o aumento da população flutuante, a precariedade do abastecimento de água, do esgotamento sanitário e no manejo dos resíduos sólidos estão entre os problemas comumente relatados (GUARIDO, 2005).

A **Vila das Peças**, localizada na Ilha de mesmo nome, tem uma população estimada de 300 pessoas. A principal atividade econômica é a pesca. Porém, a pesca atualmente já não mais garante o sustento da população ao longo do ano, e a localidade não tem o turismo como atividade relevante, pois o fluxo de visitantes se concentra no verão e apenas para realizar uma refeição, pois o local é o ponto de parada para a observação dos botos-cinza por turistas que estão hospedados na Ilha do Mel (BETTI, 2014). Ainda, segundo a pesquisa de Patrícia Betti (2014), há muitas casas de veranistas e, segundo os moradores locais, estes veranistas não trazem benefício para a comunidade tendo em vista que chegam com tudo o que é necessário para passar a temporada, gastando muito pouco no comércio local (BETTI, 2014).

Com relação às hospedagens na **Ilha das Peças**, há cinco com disponibilidade para reserva pelo Airbnb. Como são casas inteiras que contam com 3 a 4 camas de casal, os valores de diária são mais elevados, sendo em média R\$ 670,00, enquanto as duas pousadas, também na mesma plataforma, possuem a oferta de R\$ 280,00 a diária para casal.

FIGURA 12: LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INTERESSE TURÍSTICO VILA DA ILHA DAS PEÇAS (2022)



Fonte: *Google Maps*, adaptado pela autora

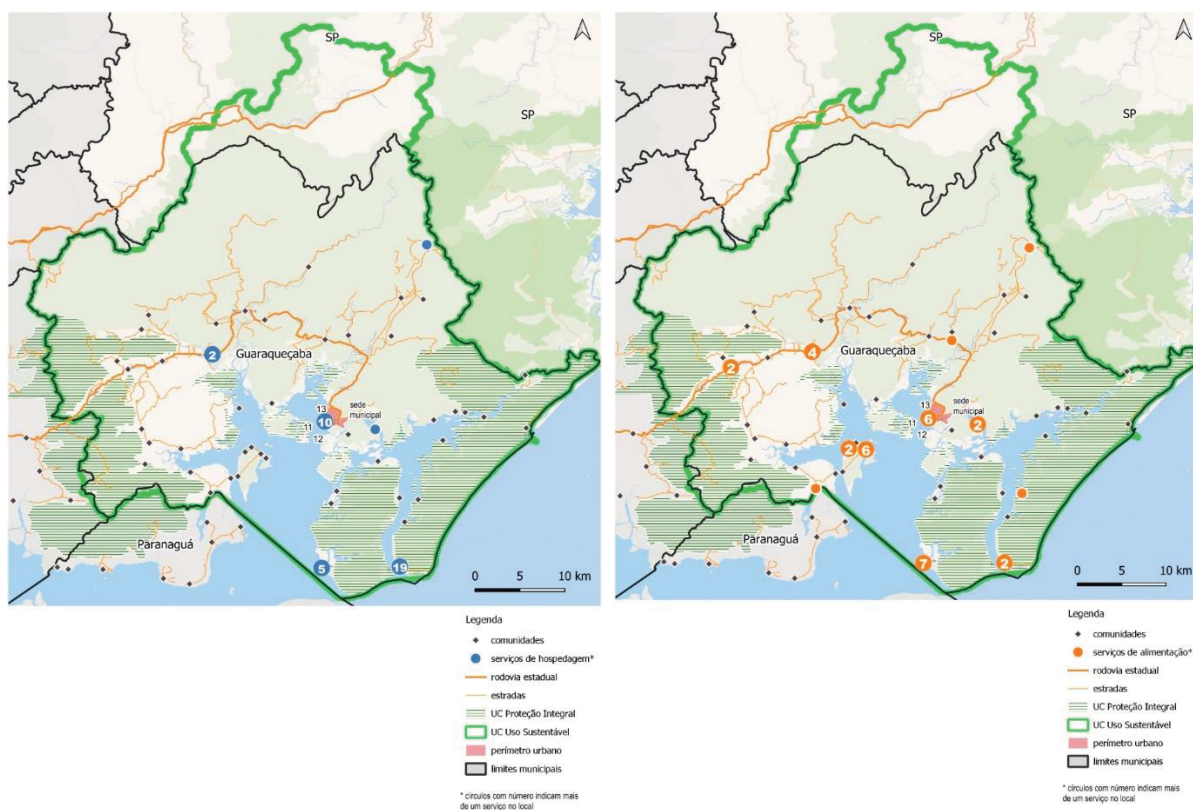
Na Ilha das Peças se observa que há mais empreendimentos que são apenas serviços de alimentação. Tal característica é referenciada na pesquisa publicada por Patricia Betti e Valdir Frigo Denardin (2019), em que as mulheres associadas ao Restaurante Ilha das Peças, organização comunitária da ilha, relatam que a maioria dos visitantes passa apenas poucas horas na Ilha, pois eles vêm de Barco, em especial da Ilha do Mel, para observar os golfinhos e normalmente almoçam em algum estabelecimento local (BETTI e DERNADIM, 2019). Nessa região há um **Ilhas Pinheiro e Pinheirinho**, em que se destacam a revoada dos bandos do papagaio-da-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) ao entardecer e o passeio de barco no Lagamar para observação da paisagem (BETTI, 2014).

Nas demais comunidades insulares como **Guapicu, Berioga, Barbados, Barra do Ararapira, Ilha Rasa, Medeiros e Poruquara** cada uma possui um ou dois estabelecimentos de interesse turísticos, todos muito bem avaliados com uma média de 4,9 pontos em 5. Na Barra do Ararapira a hospedagem em uma das pousadas tem diária de R\$100,00 para o casal. Enquanto na Ilha Rasa há a oferta de duas casas, pelo Airbnb, no valor de médio de R\$500,00 a diária. A Barra do Ararapira é conhecida,

também, pela produção da bebida que leva a cataia produzida pela Associação das Mulheres Produtoras de Cataia. Em Barbados e na Barra do Ararapira, são citadas as casas de farinhas, porém pela impossibilidade do plantio da Mandioca, devido as normas do PARNA do Superagui, essa produção cultural ficou prejudicada (COUTINHO, SAMPAIO, RODRIGUES, 2014). No Poruquara há uma cachoeira mapeada e o acesso ao Morro do Bronze enquanto recursos potenciais.

Com relação às comunidades rurais, apenas **Batuva, Morato, Potinga, Serra Negra e Tagaçaba** apresentam alguma oferta de empreendimentos de interesse turístico, o que representa 14% do total mapeado em Guaraqueçaba, ainda que a porção territorial seja expressivamente maior, como pode ser observado no mapa a seguir. Dos 16 estabelecimentos, 50% são serviços de alimentação, 30% de hospedagem e 20% de atrações. Entre as atrações estão o Mirante localizado a beira da rodovia PR-405 e a reserva da Fundação o Boticário – Reserva Natural do Salto Morato.

FIGURA 13: LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INTERESSE TURÍSTICO GUARAQUEÇABA (2022)



Fonte: IBGE, adaptado pela autora, 2022

Além do Parque Nacional do Superagui, a **Reserva Natural Salto Morato** é constantemente referenciada, seja nas mídias online, seja na produção acadêmica. A reserva pertence à Fundação O Boticário de Preservação da Natureza e foi a primeira Reserva Particular do Patrimônio Nacional- RPPN do Estado do Paraná, reconhecida em 1994, de âmbito federal pela portaria do IBAMA 032/1994, em uma área aproximada de 819 hectares, denominada "Reserva Natural Morato" (ICMBio, 1994).

Segundo Jefferson M. Da Rocha (2006), que estudou o projeto de geração de renda da Fundação o Boticário problematizando as relações existentes entre o interesse da preservação ambiental e a reprodução socioeconômica da comunidade, a Fundação contou com o “o apoio financeiro da ONG norte-americana *The Nature Conservancy* – TNC. Nos seus projetos, esta ONG norte-americana pretende incentivar a preservação de parte da Mata Atlântica, considerada pela UNESCO como uma das mais importantes reservas da Biosfera e uma das mais ameaçadas.” (ROCHA, 2006, p. 234). A parceria estabelecida ocorreu desde a escolha da área para a implantação da RPPN até os anos iniciais da implementação de fato da reserva (FGB, 2010). No processo de implementação da reserva os técnicos que atuavam na área relatam que houve um “temor popular” sobre a americanização do território tendo em vista o apoio e a presença da organização norte americana no território de Guaraqueçaba (ROCHA, 2006).

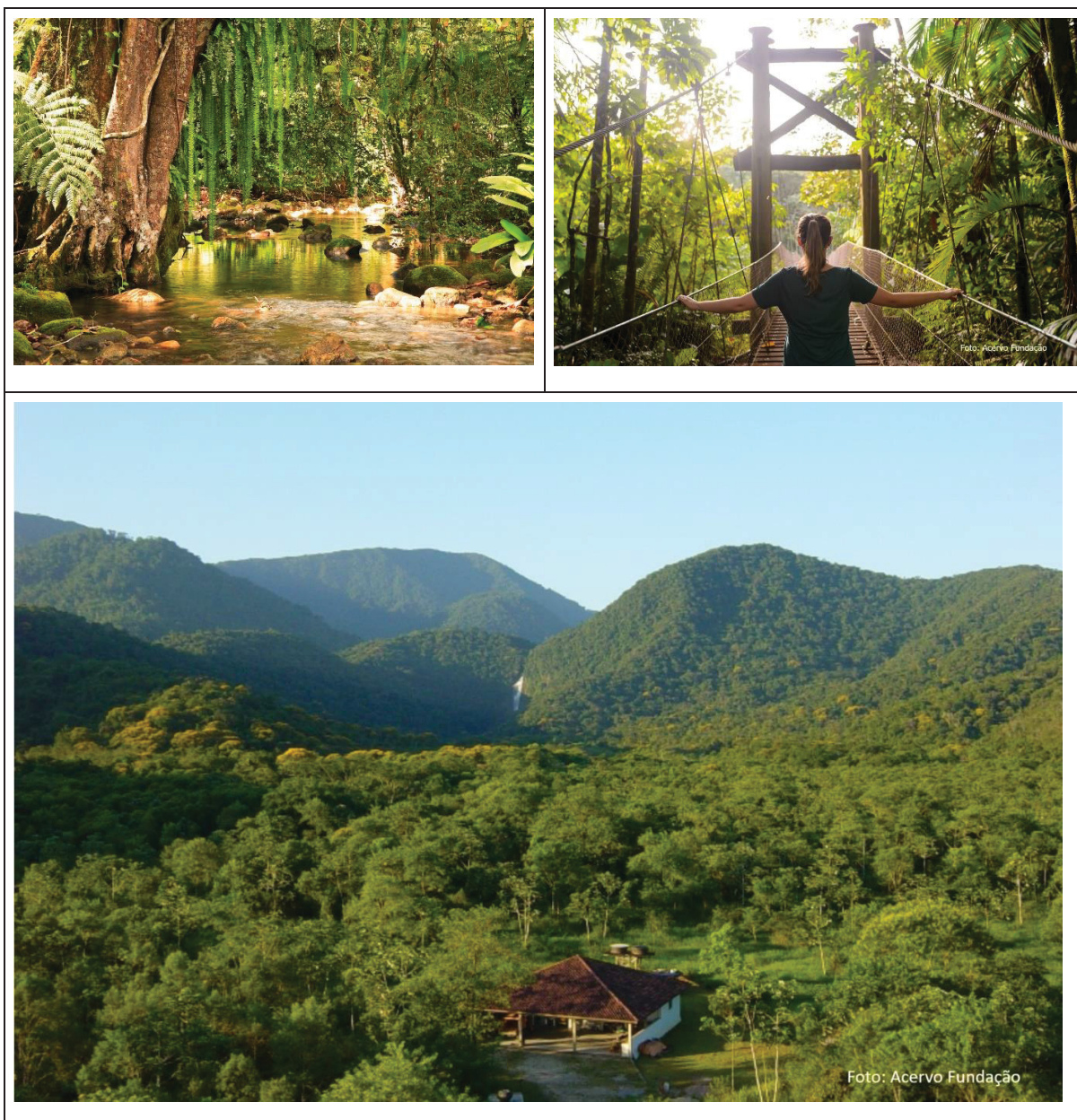
A reserva foi instalada em duas antigas fazendas de búfalos, a “Fazenda Figueira e a Fazenda Salto do Morato e, por isso mesmo, no fim da década de 1990, encontrava-se com significativo estado de degradação ambiental, especialmente nas áreas mais baixas, as quais eram utilizadas para pastagens e manejo dos animais.” (ROCHA, 2006, p. 234). A área da reserva, atualmente, tem a extensão de 2.253 hectares⁶² e localizada a 20km da sede de Guaraqueçaba. Considerada, por diversos meios de comunicação, como um dos mais importantes atrativos de Guaraqueçaba, a reserva recebe turistas a lazer e visitantes interessados em pesquisas sobre o Bioma da Mata Atlântica, mediante a compra de ingresso com valores acessíveis de R\$10,00 a R\$20,00 (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO, 2022).

A reserva é reconhecida pela sua cachoeira de mais de 100 metros de altura, que dá o nome à RPPN, além da famosa figueira que tem suas raízes expostas

62 <https://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/conservacao-biodiversidade/Paginas/Salto-Morato.aspx>

formando um arco sobre o riacho do Engenho. A observação da fauna e da flora também fazem parte das atrações locais e a área conta com 4 trilhas abertas à visitação, sendo 03 delas autoguiadas que contam com instalações com instrumentos de interpretação e interação com o visitante. A reserva possui estrutura de hospedagem, centro de capacitação e de pesquisa, anfiteatro ao ar livre e quiosque para atender os visitantes (ROCHA, 2006; OTA, 2008; GARCIA, 2010; FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO, 2022; TAKAHASHI; MILANO; VASCONCELLOS, 2001).

FIGURA 14: FOTOS DA RESERVA NATURAL SALTO MORATO



FONTE: Fundação Grupo Boticário (2022)⁶³

A reserva tem um Plano de Manejo de acesso público que apresenta um diagnóstico do município, desta forma, para além dos limites da própria reserva. Na leitura sobre o turismo o levantamento aponta que os atrativos da cidade são:

A Igreja do Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões, o Morro do Quitumbé, a Reserva Natural Salto Morato, a Reserva Natural do Sebuí, as Ilhas de Superaguí (Parque Nacional do Superaguí, principalmente na Praia Deserta) e das Peças, os casarios coloniais, o Mirante da Serra Negra, a Ponta do Morretes, o rio Guaraqueçaba e a beleza paisagística da baía de Guaraqueçaba como um todo (FGB, 2010, p.23)

A Reserva abriu para visitação em fevereiro de 1996 e “o controle da frequência de visitantes teve início em junho de 1996. Dessa data até março de 1997 foram registrados 8.205 visitantes (...) 60% do total de visitantes residiam em Curitiba” (TAKAHASHI; MILANO; VASCONCELLOS, 2001). Segundo o Plano de Manejo:

Desde sua abertura ao público até dezembro de 2010 a RNSM recebeu 87.729 visitantes (...). Em média, a Reserva recebe cerca de 5.850 visitantes por ano, com picos superiores como o acontecido em 2001, de 8.589 visitantes e inferiores, como aconteceu em 2008, quando em função de chuvas e deslizamentos, a Reserva esteve fechada nos meses de maior movimento, recebendo apenas 2.928 pessoas. Geralmente, os meses de maior visitação são dezembro, janeiro e fevereiro, com uma média de 750 visitantes/mês, coincidindo com os meses de verão e férias escolares. Os meses com menor procura são no inverno, em junho, julho e agosto, com média de 290 visitantes/mês. Praticamente 88% dos visitantes da Reserva são originários do próprio estado do Paraná. A principal procedência é de Curitiba, representando 51,5% (Figura 24), seguida de Guaraqueçaba (20,7%) (FGB, 2010, p. 87-88)

A Fundação O Boticário buscou inserir a população do entorno da reserva em um projeto de geração de renda por meio da produção de artesanato na tentativa de minimizar os impactos relacionados ao impedimento da extração de palmito na reserva, porém os resultados só foram efetivos a curto prazo conforme aponta a pesquisa de Rocha (2006), para quem a intenção era a geração de renda sem o uso dos recursos da natureza.

⁶³<https://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/conservacao-biodiversidade/Paginas/Salto-Morato.aspx>

A produção mensal, no início do projeto, girava em torno de 500 cestas por mês, sendo que 80% da produção era destinada às lojas de O Boticário,⁷ e, segundo informações, não as comercializavam, mas as utilizavam como utensílio interno das lojas para facilitar as compras de seus produtos. Os 20% restantes da produção eram comercializados diretamente com os turistas que visitavam a reserva (...). Isso permitiu que a produção de cestas, no seu pico mais alto, entre 1997 e 1999, proporcionasse em média uma receita familiar em torno de 400 reais para cada uma das famílias associadas à Associação de Artesãos do Morato - AAM. Tal valor permitiu que, durante os três primeiros anos do projeto, a comunidade passasse por "uma época boa", como destacou o presidente da AAM (ROCHA, 2006, p. 237).

Quando o financiamento do projeto acabou, a demanda por cestas pelas lojas do grupo O Boticário diminuiu e o ponto de venda da reserva possuía um baixo movimento de visitantes, os associados artesãos tiveram sua alternativa de trabalho e renda findada. Segundo a pesquisa de Rocha (2006), o presidente da associação à época avalia que precisava de um projeto que ajudasse os artesãos a inserir o produto em outros mercados, em especial, em Curitiba, já que o turismo em Guaraqueçaba era de muito baixa escala e que os artesãos não possuíam formas de levar o produto para Curitiba (ROCHA, 2006). Segundo o Plano de Manejo da reserva, a associação de artesão da comunidade do Morato está desativada (FGB, 2010, p. 23).

Situação semelhante é analisada sobre o projeto da Cooperguará, uma cooperativa de Turismo de Base Comunitária incentivada pela a ONG SPVS e parceiros, desde 2007, a qual, pela análise de Valente e Mielke (2017) alcançou resultados importantes para os cooperados, entretanto sempre com um grau de dependência dos agentes externos para alcançar êxito em suas atividades.

O Turismo de Base Comunitária - TBC também é estudado como alternativa ao desenvolvimento turístico para Guaraqueçaba. O TBC pode ser um dinamizador da estrutura econômica atual, adotando práticas da economia solidária, de modo que a distribuição dos seus resultados gere qualidade de vida e igualdade de condições sociais, contrapondo o modo de produção hegemônico (ROMERO, 2015; SAMPAIO, 2005, MALDONATO, 2009). Neste conceito, a pesquisadora Patrícia Betti (2014) identifica 8 iniciativas coletivas que atuam com o turismo em Guaraqueçaba, a saber:

- i. Cooperguará Ecotur – Cooperativa de Ecoturismo, composta 24 pequenos empreendedores, atuando com receptivo turístico, teve o fomento da SPVS e parceiros;
- ii. Restaurante Cozinha Comunitária Ilha das Peças – mercearia, padaria e restaurante com 12 associadas, estrutura contou com apoio da

- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e o Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR);
- iii. Cooperativa de Artesãos Arte Nossa Guaraqueçaba, que possui uma sede própria no centro de Guaraqueçaba, conta com 30 artesão associados e a estrutura que contou com apoio do Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR);
 - iv. Clube das Artesãs Berço dos Golfinhos, grupo composto por 8 artesãos, que contou com apoio Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) e tem parceria com a associação Arte Nossa para a venda dos seus produtos na sede da cooperativa;
 - v. Associação de Mulheres Produtoras de Cataia, Associação de 11 mulheres na Barra da Ararapira que juntas realizam o manejo e a extração da cataia (árvore nativa da região), e comercialização de seus subprodutos, contou com o apoio inicial Serviço Florestal, ICMBio, Prefeitura de Guaraqueçaba e Instituto de Assistência Técnica - Emater-PR;
 - vi. Associação de Condutores de Ponta da Ilha das Peças, já desativada na época da pesquisa, a associação era de condutores que atuavam com passeio na Ilha das Peças, teve apoio Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e SPVS;
 - vii. Associação Cristã Feminina do Superagüi, formada por 45 mulheres que atuam em iniciativas de geração de renda e desenvolvimento social, cultural comunitário, contou com apoio da Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) e parceiras com o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ);
 - viii. Espaço Comunitário William Michaud, cozinha comunitária que funciona especialmente no verão para a venda de refeições para os visitantes em Barbados, contou com apoio da Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR).

Além dessas iniciativas há os anfitriões que participam do projeto do Turismo de Base Comunitária -TBC⁶⁴, da UFPR-Litoral, conhecidos como o grupo Guaraguatá, que compõe as iniciativas presentes no território de Guaraqueçaba, conforme apresentado no quadro a seguir.

QUADRO 7: PROJETO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA - REDE GUARAGUATÁ (2021)

Localidade	H	R	P	Descrição Geral
Pedra Chata	x	x	x	Hospedagem em casa familiar incluindo as todas as refeições com a realização de passeios pela mata e rios da região.
Barra do Ararapira	x	x	x	Hospedagem em pousada familiar com alimentação caiçara. Passeio a comunidade da barra do Ararapira, e visita as ilhas vizinhas - Maruja, Superagui e a Ilha fantasma Ararapira.
Ilha Rasa - Comunidade Almeida			x	Passeio de barco até o local onde são colhidas as ostras, com a participação do visitante no processo de retirada e depois degustação de ostra ao bafo
Ilha Rasa - Comunidade Ponta do Lanço	x	x	x	Visita a comunidade da Ponta do Lanço, em uma área de agroflorestal. No passeio é apresentada a cultura do local por meio das refeições caiçaras, contação de história da ilha e das lendas locais, além disto é ofertado uma oficina de como se retira os produtos dos manguezais (ostra, marisco e caranguejo). Final da tarde há a observação da revoadada dos papagaios da cara-roxa.
Barbado	x	x	x	Hospedagem em pousada familiar, com visita a comunidade, passeio de canoa caiçara, com refeição caiçara, aprendizagem sobre pesca e a produção de farinha, com visita a farinheira.
Costão			x	Visita a comunidade do Costão com a anfitriã local que acompanha todo o passeio. Saída de barco com pescador local para que o visitante conheça como é feita a "pesca" do Siri. No retorno visita ao ponto aonde trabalham as marisqueiras, que apresentam seu trabalho. Seguido de almoço com panqueca de Siri e finalização no Mercado da praça para a sobremesa com uma anfitriã local para um bate papo com café e doce de banana.
Ilha das Peças	x	x	x	Hospedagem em pousada familiar, com almoço caiçara e passeio de canoa caiçara para a observação dos botos.

FONTE: Projeto do Turismo de Base Comunitária -TBC, adaptado pela autora.

*H = Hospedagem

**R = Refeição

***P = Passeio

⁶⁴ coordenado pela Professora Beatriz Leite Ferreira Cabral, professora de Gestão de Turismo da Universidade Federal do Paraná, no Setor Litoral - https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/turismo-de-base-comunitaria-gera-renda-para-comunidades-e-valorizacao-do-litoral-paranaense/?fbclid=IwAR0F6slrqa2k0wu5H890pa_lhzOtX5SWkz0ZOca43vtmXUCZtkUgY_Mn8so

A partir das informações relatadas no presente tópico se observa que Guaraqueçaba tem uma oferta de empreendimentos de interesse turístico e de atrativos concentrados na sede do município e na região insular, especialmente na Barra do Superagui e na Ilha das Peças, sendo que há duas atrações âncoras - o Parque Nacional do Superagui e a Reserva Natural Santo Morato. Outro aspecto interessante de ser observado é a característica das atrações que estão à venda na *web*, (quadro 06); de forma objetiva, salvo a Reserva Natural Santo Morato, os demais atrativos colocam o turista enquanto espectador da realidade local, observador da fauna e da flora, apreciador do pôr-do-sol, contemplador das canoas caiçaras, caminhante das praias desertas. A interação social não está como forma de se realizar o turismo, assim como a conexão mais interativa e participativa com a natureza não é uma forte realidade.

Outro ponto que se destaca é a quase ausência do turismo na região continental, exceto na sede, em que há estruturas turísticas. O levantamento realizado pelo Diagnóstico de subsidio ao Plano de Manejo da APA de Guaraqueçaba (ICMBIO et al. 2015), levanta mais de 10 pontos na região continental, ou seja, da APA de Guaraqueçaba, que são desconhecidos, que não possuem outras informações a não ser no documento supracitado. Isto remete à possibilidade de se estudar o desenvolvimento de outras atrações turísticas nas comunidades do interior, especialmente ao longo da PR-405 e suas vicinais que fazem conexão com as comunidades como Pedra Chata, Tagaçaba de Cima, Batuva e Rio Verde.

A informalidade do turismo também se faz presente na realidade municipal à medida que a partir de informações disponíveis na *web* se identifica 67 meios de hospedagens e nos registros oficiais há 12 empreendimentos (IPARDES, 2022). No caso dos serviços de alimentação, são identificados 28 empreendimentos, enquanto que há 8 empresas registradas (IPARDES, 2022). Porém, é importante considerar que o volume de 28 empreendimentos de alimentação pode ser subestimado, já que diferentemente dos meios de hospedagem que precisam estar na *web*, há pequenos serviços de alimentação que não possuem informações online.

Por fim, um aspecto levantado pelas pesquisas referente ao desenvolvimento do turismo, em especial, do Turismo de Base Comunitária – TBC, se referem às restrições colocadas sobre o uso do território que compõe práticas tradicionais, principalmente da agricultura, mas que também impactaram na extração de recursos para o artesanato e para a cura (BETTI, 2015; COUTINHO, SAMPAIO, RODRIGUES,

2014). É uma realidade objetiva, que pode ser repensada e estudada no âmbito do desenvolvimento do turismo, já que a escala da produção se diferencia.

5.3 TURISMO, SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM GUARAQUEÇABA-PR: DO ENUNCIADO À PRÁTICA

A simples presença do ser humano tende a alterar o meio ambiente (IPARDES, 1989, p. 83).

Guaraqueçaba é uma referência de imagens de grande beleza natural. Guaraqueçaba é narrada como a cidade “cercada pela Serra do Mar com densa vegetação da floresta atlântica a um lado, tendo o Oceano Atlântico do outro”, que “fica dentro da maior reserva de mata atlântica do país” e que está “situada numa região de rara beleza do litoral paranaense, ladeada pelas baías de Paranaguá e Laranjeiras e pela elevação da Serra do Mar”.

Guaraqueçaba, objetivamente, é tudo isso, é um lugar capaz de gerar o suspiro ao mais desatento observador de sua paisagem. Mas Guaraqueçaba também é, porém sem grandes anúncios, o lar de diferentes pessoas e comunidades, o lugar de acolhimento do aventureiro, o espaço de conflito socioambiental, de disputa entre políticas de proteção da natureza e de interesses locais cerceados pelo não envolvimento da população nos mecanismos de proteção da natureza. Guaraqueçaba é a cidade que chove por longos períodos do ano, o lugar da pesca e da relação pujante e desafiadora da pessoa com o mar, o rio, a serra e a baía.

Guaraqueçaba é ao mesmo tempo uma unidade e uma diversidade em suas representações sociais, ambientais e científicas. É um espaço diferentemente representado para cada morador, comunitário ou visitante, ainda que seja comum a todos. Guaraqueçaba é palco de diferentes políticas com perspectivas de externalidade de interesses políticos e econômicos e igualmente é uma comunidade que divide vínculos sociais comuns.

E é a partir dessa contradição entre unidade e diversidade que as redes de informação, estudos acadêmicos e pesquisas científicas olham para Guaraqueçaba, ou seja, considerando diferentes pressupostos e disciplinas sobre um fenômeno complexo, ainda que de aparência simples. Sobre Guaraqueçaba há estudos e pesquisas desde as que compõe o campo da análise sobre o bioma da Mata Atlântica

até as que tratam das dimensões sociais do território. A unidade das análises e da vida local é o ambiente natural.

Guaraqueçaba, município de pouco mais de oito mil habitantes, está inserido em um contexto global de ações políticas de preservação da natureza. Tais ações em âmbito nacional vêm sendo pautadas desde a década de 1920 e de forma regulamentar a partir da década de 1930. Em Guaraqueçaba desde 1970 e 1980.

As ações políticas sobre a preservação da natureza passaram por mudanças de paradigmas que incorporaram novas pautas e instrumentos regidos por um debate global, cunhado pelos países à época chamados de desenvolvidos. Foi assim que a partir de um conjunto de fatos observáveis, de pesquisas científicas cada vez mais profundas e de pressões de movimentos sociais, que se compreendeu que a natureza não era infundável e que para a sobrevivência humana era necessário buscar transformar as práticas que estruturavam a relação sociedade e a natureza até então estabelecida. Desde o início desse debate até poucos anos atrás, com maior aderência até a década de 1980/1990, a essência da discussão estava pautada na separação ser humano e natureza, no uso racional dos recursos, isto pois a problematização pautada não considerava a existência de formas distintas de produção e reprodução social senão a de intensa exploração dos seus recursos (ver capítulo 4).

Conforme exposto, em Guaraqueçaba a primeira política referente ao turismo a ser implementada em seu território ocorre em 1980, quando o Governo do Estado do Paraná delimita o Litoral Paranaense como uma Área de Especial Interesse Turístico – AEIT. Esse marco jurídico é o único no aparato legal brasileiro que trata o turismo a partir de uma leitura objetivamente territorial e de patrimonialização. A legislação, a partir da década de 1990, momento em que a política de turismo ganha contornos mais robustos da ação política do Estado, não foi incorporada pelas políticas subsequentes, ainda que tenha mantido sua vigência enquanto lei. Mas foi essa legislação que conferiu a Guaraqueçaba e aos demais municípios do litoral paranaense o status, em discurso, de território de interesse turístico enquanto pauta da ação do Estado.

A legislação não definiu um espaço geográfico específico, mas teve como enfoque a delimitação de critérios sobre o uso do ambiente, portanto, estruturou parâmetros de uso e ocupação do espaço tendo como objetivo fim a preservação do patrimônio ambiental e paisagístico para o incentivo ao turismo. Na sequência da

criação normativa da AEIT diversos outros marcos jurídicos, planos e programas aprimoraram as regulamentações também sobre a forma de uso e ocupação do solo para a região. Todos esses instrumentos tinham em comum o argumento e a justificativa de que a sua existência, enquanto marco regulatório, era o atendimento à legislação que estabeleceu a AEIT do Litoral Paranaense.

Aprofundando a análise sobre os marcos subseqüentes constata-se que, a exemplos dos debates internacionais e nacionais sobre o patrimônio ambiental pautados até a década de 1980, o pano de fundo ou o alicerce da construção era a separação homem e natureza. Portanto, tais ações políticas desconsideraram a população local, seus aspectos histórico-culturais, suas relações sociais e seus modos de reprodução que orientavam a, já estabelecida, relação comunidade-natureza. Ao que transparece, o intuito era, tão somente, garantir o ordenamento da paisagem e a proteção das áreas naturais mais frágeis.

Em Guaraqueçaba, além das políticas de gestão territorial comum a todo o Litoral do Paraná, entre 1982 e 1992, foram criadas seis áreas de proteção, sendo quatro de interesse ecológico e duas de interesse histórico-cultural. As áreas compreendem mais de 98,76% município de Guaraqueçaba, determinando e sobrepondo regras de uso e ocupação do espaço que tem como base central, no contexto sociopolítico da época, o controle sobre o uso do território, que se estende, portanto sobre o modo de vida. O fomento, a inclusão e a organização de atividades turísticas, salvo projetos pontuais realizados fora do âmbito da ação política do Estado não são contemplados.

Neste contexto, reconhece-se que não há, em nenhum dos instrumentos analisados, uma perspectiva sociocultural que represente a essência do modo de produção e reprodução social das populações do litoral do Paraná e, especificamente, das populações rurais e caiçaras de Guaraqueçaba. Isso, só vem a ocorrer com a Lei Orgânica do Município de Guaraqueçaba (2008), mas que, devido ao âmbito local, possui baixa capacidade política frente ao poder de ação política do Governo do Estado e do Governo Federal. Outros instrumentos como o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDTIS (2012) e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral (2019) também são mais inclusivos da perspectiva sociocultural, porém, ambos, não têm força de lei, sendo aplicados a partir do interesse político do Governo do Estado. Cabe observar que o PDITS, um plano de mais de 10 anos lançado em 2012, não teve suas ações implementadas. Além disso os planos de

âmbito regional tem suas limitações quanto a participação social inclusiva das diferentes formas de representação social.

Desta forma, ainda que o turismo tenha sido a base motivadora inicial para os marcos jurídicos subsequentes, constata-se que não foi foco das estruturas das políticas de ordenamento, uma vez que a composição central da política se relaciona à conservação ambiental. Há uma hierarquia oculta da política de proteção da natureza que apresenta o turismo como alternativa. Portanto, o turismo em Guaraqueçaba, apesar de utilizado como base motivadora e justificativa de um conjunto de instrumentos que pautaram a ação política do Estado, teve seu status somente garantido no discurso e não como prática da ação política. Neste sentido, pode-se concluir, que a política pública sobre o turismo em Guaraqueçaba nunca foi de fato sobre turismo, mas sim uma ação para a conversação ambiental.

A partir desse contexto histórico político-institucional - fragmentado em documentos e legislações em diferentes âmbitos e, em pesquisas com enfoque em objetos específicos - foi possível problematizar por qual ou quais razões o turismo não alcançou as possibilidades de se estruturar em Guaraqueçaba de modo a contribuir social e economicamente para um cenário distinto do atual. Em 2022, Guaraqueçaba é o município mais preservado e o município com maior percentual de pessoas pobres e extremamente pobres do Estado do Paraná.

É preciso reconhecer que a ideia de sustentabilidade que considera apenas a perspectiva do ambiente natural, apesar de ter sido alterada pontualmente ao longo dos anos, já deixou suas marcas em Guaraqueçaba. Desta forma, mesmo com as mudanças no debate sobre o desenvolvimento sustentável, no reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais de Guaraqueçaba, sua história ainda guarda os registros dos conflitos, que são ainda atuais sobre os resultados da política do Estado sobre seu território. Não há como apagar os eventos históricos, sendo necessário reconhecê-los como um caminho saudável para começar o diálogo a partir de novas perspectivas políticas.

Desta forma, se por um lado, pode-se reconhecer o sucesso da política de preservação ambiental em Guaraqueçaba, por outro, o turismo ainda é uma possibilidade, que hoje se estrutura de forma orgânica, mas que pode ter sua base fomentada pela política pública.

Uma política que parta do reconhecimento não apenas dos bônus da natureza preservada, mas também do histórico dos conflitos relacionados as áreas protegidas,

entendendo que qualquer construção precisa ser de base, tendo em vista o paradigma atual do planejamento público e, tendo em vista, mais uma vez, o histórico das políticas verticalizadas. Garantir os direitos étnicos e coletivos das comunidades locais não deve ser compreendido como antagônico a preservação da natureza, pois quem vive da e com a natureza precisa dela preservada.

Para o fomento as políticas de turismo, há que se considerar as especificidades locais no processo de fomento aos empreendimentos de turismo, pois nem sempre aplicar cursos padronizados pode ser uma alternativa para quem historicamente esteve atuando com atividades produtivas que não exigiam o letramento do pacote tradicional da política de turismo. Os argumentos que sustentam a política de turismo encontram ressonância nos indicadores. Contudo, há uma contradição não superada entre a proposta de uma política pública de turismo e uma política de preservação da natureza e patrimonialização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa foi indagar criticamente as perspectivas e a integração das ações políticas do Estado sobre as estratégias de proteção da natureza e do desenvolvimento do turismo, considerando o lugar posto para a sociedade, considerando que, diferentemente das áreas protegidas, o turismo se faz presente em territórios como prática social e, também, como ação política.

A produção das condições materiais de existência das sociedades humanas, desde o princípio, fundamenta-se nas relações entre os seres humanos e a natureza física. Todas as atividades elementares dependem das formas e dos conteúdos desta relação, independentemente do modo dominante de produção. A organização capitalista de produção, em toda sua cadeia produtiva industrial, desde a produção extrativista mineral, passando pela agricultura, pesca, agroindústria, indústria de transformação simples ou sofisticada, depende essencialmente da natureza.

O desenvolvimento da economia capitalista, durante muitas décadas, considerou o princípio de inesgotabilidade dos recursos naturais, da capacidade de auto-renovação da natureza e de medidas pontuais de recuperação das fontes de recursos. Contudo, o desenvolvimento das forças produtivas e da ciência, especialmente dos modelos de análise e dos instrumentos e equipamentos de pesquisa (robôs, satélites, computadores, softwares etc.), passaram a oferecer condições de produção de um conhecimento mais profundo e objetivamente crítico sobre os impactos da ação humana sobre a natureza, chamando assim a atenção de movimentos sociais, de governos e de instituições acadêmicas sobre esse tema. Nesse contexto, quanto mais a ciência avançou no conhecimento sobre o ecossistema natural, maior se tornou a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre a ação humana e o ambiente; não se tratando assim de uma questão global x local, mas de uma questão ao mesmo tempo local e global, conforme foi possível analisar a partir do objetivo proposto da compreensão dos marcos regulatórios e políticos que debateram as questões relativas a necessidade de proteção da natureza (capítulo 04).

Do mesmo modo, o turismo, como atividade humana que se constitui a partir das relações das pessoas com o espaço natural, social, cultural e artístico, não pode estar ausente destas reflexões. Seja no turismo tradicional, seja no turismo em campos específicos, a preservação dos recursos da natureza, o equilíbrio ambiental, a preservação do ecossistema, são questões fundamentais para essa atividade. Não

é, portanto, por acaso que a relação entre as atividades de turismo e a preservação do meio ambiente são explicitadas nos marcos políticos e normativos, como exposto no Capítulo 4.

Considerando que o recorte desta pesquisa está direcionado ao olhar da proposta das ações política acerca do território de interesse turístico e de interesse de preservação da natureza, a compreensão das dinâmicas históricas do entendimento construído sobre esses dois campos levou a reflexões mais profundas sobre como o Estado conduziu suas ações políticas. As ações políticas, portanto, são compreendidas como a prática do estado sobre o território, tendo em vista que são esses os instrumentos que orientam e regulam a produção do espaço e, conseqüentemente, as formas de reprodução social.

Primeiramente, observa-se que, dada a expressão internacional e os debates científicos de maior alcance das questões relacionadas à proteção da natureza, a agenda ambiental ganha maior relevância histórica se constituindo em um conjunto de marcos regulatórios de caráter normativo e político com a inserção do Brasil no debate global (capítulo 04). Entretanto, a partir da revisão da literatura (capítulo 3), pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento analisam que as políticas de demarcação de Áreas de Proteção Ambiental nem sempre resultaram em ganhos para toda a sociedade, como é o caso das Áreas de Proteção demarcadas em territórios em que grupos sociais e populações tradicionais mantinham relações distintas das formas de organização social e da relação sociedade e natureza, inclusive com uso de tecnologias sociais de preservação ambiental, resultando no que os pesquisadores chamam de processos de ruptura socioambiental entre populações e seus modos de reprodução social, pautando a ressignificação de aspectos sociais intrínsecos à culturas locais, processo notadamente dado pela condução verticalizada das políticas ambientais.

No caso das políticas de turismo, a partir da análise dos marcos regulatórios e políticos, observa-se que quando se estrutura uma agenda pública efetiva, a partir de 1990, o projeto está pautado na concepção de que quanto maior o fluxo de pessoas, maior a dinamização das atividades econômicas nos destinos turísticos e, portanto, melhor será o resultado para a sociedade. Ainda que essa leitura tenha sido em parte desconstruída, quer pelos exemplos práticos dos impactos negativos sofridos nos destinos de massa, quer pelas agendas internacionais que pautam o debate do turismo ou pelas pesquisas acadêmicas, as políticas brasileiras mantêm a

visão predominantemente mercadológica (ver capítulo 04), o que se torna antagônico a ideia de promover o turismo em espaços de proteção da natureza.

Por outro lado, há ciência de que as atividades do turismo integrantes do modo de produção capitalista, em muitos casos, encontram-se inseridas no processo econômico de um modo que não é capaz de distribuir as riquezas materiais por ele gerados, visto que sua estrutura econômica concentradora de renda se mantém (CAÑADA & MURRAY 2019), a mesma inclusive na política estatal, (capítulo 04). Portanto, o crescimento econômico do turismo convencional não resulta, necessariamente, em um desenvolvimento socioeconômico e tampouco implica diretamente em mudanças estruturais frente à desigualdade social, assim como não representa um ideário discursivo de intercâmbio cultural (ROMERO, 2015; SAMPAIO, 2005, MALDONATO, 2009). Desta forma, é possível partir do entendimento que uma atividade que promove a concentração de renda, sugere o turismo de massa que não resulta em melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e anfitriões, apresenta impactos de natureza sociocultural e socioambiental de forma marginal, o que não fará com que a política cumpra sua função social.

Concomitantemente, as pesquisas acadêmicas que estudam casos empíricos a partir de diferentes posturas epistemológicas e estatutos ontológicos, mostram que as políticas de caráter mais abrangente que regulamentaram a manutenção e o uso dos chamados recursos naturais nas áreas produtivas, possibilitaram a conservação do que hoje se configura em um importante patrimônio natural brasileiro (capítulo 04). Isto indica que a política pública é fundamental para a sociedade no desenvolvimento das atividades sociais e econômicas de interesse público, em especial em localidades com índices socioeconômicos que apontam para a existência de situações de pobreza extrema. Corroborando com a necessidade de fortalecimento da política pública e de sua capacidade de alcançar resultados importantes para a sociedade, se destaca que o envolvimento da sociedades na construção das ações do estado pode favorecer a efetividade da prática política.

A política pública baseada no pluralismo compreende que há divergências e disputas políticas (DREDGE, 2010), assim como sugere, a partir da análises problematizadas tanto na revisão da literatura quanto na análise dos marcos regulatórios e políticos sobre turismo e áreas protegidas, que os erros de percursos sejam reconhecidos, possibilitando o maior envolvimento da população do que a resistência na necessidade de correção de rotas. Portanto, ignorar que direitos foram

cerceados seria ignorar a ciência que, em diversos estudos reconhecidos pela comunidade acadêmica (capítulo 3 e 4), mostram, pela voz das pessoas que lá vivem e resistem, que os conflitos ambientais e os conflitos de interesse existiram e existem e que são resultantes das ações políticas que compreendem o Estado e as organizações sociais internas e externas que atuam na dinâmica do território.

Analisando como se deu a integração das políticas de Turismo e das Áreas Protegidas se identifica a falta de equilíbrio entre as temáticas. Para o turismo as áreas protegidas acabam sendo compreendidas no conjunto de atrações, sendo frequentemente tratadas como ativos que configuram o chamado produto turístico, reforçando assim o caráter econômico do turismo na adoção usual de conceitos e arranjos da política econômica. Por outro lado, a população local é reconhecida/incluída na política ou como sujeitos turistas que dão resultados econômicos ou como sujeitos prestadores de serviços para manutenção da engrenagem do setor quando a política tem como foco de atuação a qualificação profissional, na justificativa da geração de trabalho e renda, metas prioritárias das políticas de turismo, conforme abordado no capítulo 04.

Portanto, destaca-se que para além das generalizações propostas nas políticas de turismo em suas metas (capítulo 4), o aspecto central é compreender como o turismo pode ser um dinamizador da estrutura econômica atual de territórios com áreas protegidas, não como fonte única, mas como atividade econômica - para quem o quer - como atividade produtiva inserida no contexto socioambiental e cultural do território. Desta maneira, para além do fomento de práticas em que o modo de distribuição dos seus resultados gere qualidade de vida e igualdade de condições sociais, contrapondo-se à concentração da propriedade, dos meios de produção, do poder econômico e do poder político, fatores que constituem uma sociedade em permanente estado de conflito, é preciso que se considere as especificidades locais nos processos de fomento do setor. Desse modo, o turismo pode ser, a exemplo de alguns destinos, uma alternativa de desenvolvimento social distributivo e em equilíbrio com o meio natural e cultural em que se realiza.

6.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Esse estudo, ao tempo que procurou problematizar a relação entre turismo, sociedade e conservação ambiental, também fez emergir questões que demandam novas e mais dedicadas pesquisas, com destaque para duas delas.

Sobre a categoria Trabalho: ainda que a política de turismo elabore sobre a meta de geração de trabalho e renda, observa-se que nos estudos relacionados ao turismo em áreas protegidas o trabalho, enquanto categoria de análise, não é tratado. Se, por um lado, há uma necessidade explícita na remodelagem das bases produtivas, por outro, o trabalho, o trabalhar com turismo, em uma perspectiva de autonomia local, precisa ser melhor compreendido, antes de a política apontar como solução a implementação de alternativas como, por exemplo, os aspectos relacionados ao princípio do associativismo como forma de viabilizar o turismo. Sem considerar a cultura local, a política pública pode ser uma imposição que não encontra recepção na comunidade local. Por exemplo, empreendimentos de economia solidária, que conceitualmente podem ser alternativas importantes de geração de trabalho e renda, podem não ser compatíveis com a tradição de organização grupal ou familiar de trabalho da comunidade. Desta forma, é relevante perceber quais são as lógicas que fundamentam o trabalho coletivamente construído.

Sobre atrativos turísticos potenciais: Guaraqueçaba é uma região de inegável beleza e pujante cultura. Por essa razão, mais do que ser um mero expectador de Guaraqueçaba, o visitante quer ter uma experiência, uma integração, uma aventura na mata ou no mar. Há um campo fértil de possibilidades que permitem a diversificação dos atrativos com o aproveitamento dos atrativos âncoras já conhecidos e reconhecidos há mais de 20 anos em Guaraqueçaba. Além disso, no caso específico do TBC, é necessário problematizar como é possível que práticas culturais possam ser novamente incorporadas com outras funcionalidades produtivas, com outra escala de uso dos recursos naturais.

Sobre o protagonismo de grupos sociais: a revisão da literatura mostrou que pouco se trata de exemplos em que a sociedade toma frente das decisões que impactam seus territórios. Conhecer melhor e de maneira aprofundada essa realidade pode ser inspirador para o fortalecimento de novas práticas políticas, além de ampliar a troca entre exemplos de (re)existência do protagonismo de grupos sociais.

Sobre novas propostas de relação Áreas Protegidas e Turismo: Observando que diversos estudos mais atuais trazem o olhar sobre a integração entre as ações políticas de turismo e de áreas protegidas, não como ocorre em Guaraqueçaba, mas

com exemplos práticos, destaco aqui, além das pesquisas que compõe a revisão bibliográfica, o “Curso de extensão (difusão): Conservação Colaborativa em Áreas Protegidas; um novo paradigma de gestão?” Promovido pelo Departamento de Geografia FFLCH USP⁶⁵. Considerando os limites do campo, com a falta de interação direta com os agentes locais das comunidades seria interessante identificar se há algum embrião em Guaraqueçaba de uma aproximação propositiva entre a gestão das áreas as diversas comunidades locais.

Mudanças de paradigma de gestão: acompanhar o novo modelo de gestão do estado que retira atribuições do COLIT, conforme já tratado, e vincula o órgão de meio ambiente a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, alteração consolidada em 2022, o que muda de forma substancial, pelo menos em aparência necessitando de aprofundamento. Se por um lado o turismo ganha destaque, por outro o meio ambiente se subordina ao desenvolvimento sustentável.

Essas questões emergiram com muito impacto na presente pesquisa e são temas para os quais não existem ainda estudos específicos para a realidade de Guaraqueçaba. Esta é uma carência científica, de fato, mas é igualmente uma necessidade social que demanda conhecimento acadêmico, especialmente no que diz respeito à relação entre turismo, sociedade e conservação ambiental. Neste sentido, permite-se, aqui, recomendar a realização de estudos sobre essas questões com o objetivo de fortalecer o conhecimento mais apropriado e aprofundado da realidade e fortalecer todo processo de elaboração, definição, proposição, execução e avaliação de políticas públicas social, cultural e economicamente inclusivas.

⁶⁵ https://www.youtube.com/playlist?list=PLldVwmawP_TO672S5SxjOb3X_bc09h76a

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. A. Administração do turismo: conceituação e organização. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*. São Paulo. USP., v. 43, n. 1, p. 145–182, 2000.
- AGUIAR, 2009
- ALBACH, V. D. M.; FOLMANN, A. C.; VALE, T. F. DO. Análise SWOT da Trilha da Praia Deserta: Estratégias visando o Desenvolvimento do Turismo no Parque Nacional do Superagui /PR. *Applied Tourism*, v. 3, n. 2, p. 169–199, 2018.
- ALBACH, V. D. M.; MARQUARDI, S.; PINHEIRO, Z. F. Aprendizados na Elaboração de Planos de Uso Público e Turismo: Caso do Parque Nacional do Superagui/PR. *Biodiversidade Brasileira - BioBrasil*, v. 12, n. 3, p. 195–207, 2022. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICBBio.
- ANZE, M. Caiçaras e Chauás: as comunidades litorâneas e as políticas públicas ambientais do Parque Nacional do Superagui (Vila Barra do Superagui/PR, 1989-2006), 2006. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- ARANTES, A. C. V. A dinâmica atual do conflito entre uso e conservação de recursos pesqueiros na estação ecológica de Guaraqueçaba, Paraná, 2016. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- ARANTES, A. C. V.; SPINOLA, J. L.; TEIXEIRA, C.; SILVA, J. A. Conflitos Ambientais na Estação Ecológica de Guaraqueçaba, Paraná: uma tentativa de mediação. *Anais do VIII Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social e III Encontro Latino-Americano de Áreas Protegidas e Inclusão Social: Repensando os paradigmas institucionais da conservação*. Anais, p.301–318, 2017. Niterói: Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, 18 a 21 de outubro de 2017.
- ARNS, E. T. M. A construção do conhecimento coletivo em uma comunidade de mulheres pescadoras profissionais artesanais na região de Guaraqueçaba - PR, 2020. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- ASCANIO, A. El objeto del turismo ¿Una posible ciencia social de los viajes? *PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 8, n. 4, p. 633–641, 2010. Disponível em: <www.pasosonline.org>.
- AYIKORU, M. Epistemology, ontology and tourism. In Tribe, J. (Ed.) *Philosophical issues in tourism*. (pp. 62-79). Bristol: Channel View. <https://doi.org/10.21832/9781845410988-005>. 2009.
- BACHELARD, Gaston. A epistemologia. Tradução de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Portugal: Editora 70, 2006.

BARRETO, Margarita. Manual de Iniciação ao estudo do turismo. Campinas, SP. Papyrus, 1995.

BARRIGA, Andrea Muñoz. Percepciones de la gestión del turismo en dos reservas de biosfera ecuatorianas: Galápagos y Sumaco. Investigaciones Geográficas: boletín del Instituto de Geografía, 2017, Vol.2017(93), pp.110-125

BECKER, B. K. Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu Impacto na Região Costeira. Brasília-DF: Série Gerenciamento Costeiro, 1997.

BECKER, B. K. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. Caderno Virtual de Turismo, v. 1, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115418153001>>.

BELLO, F. G.; LOVELOCK, B.; CARR, N. Enhancing community participation in tourism planning associated with protected areas in developing countries: Lessons from Malawi. Tourism and Hospitality Research, v. 18, n. 3, p. 309–320, 2018. SAGE Publications Inc.

BENI, M. C. Política e Planejamento Estratégico no Desenvolvimento Sustentável do Turismo. Turismo em Análise, v. 17, n. 1, p. 5–22, 2006.

BETTI, P. Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Local em Unidades de Conservação: estudo de caso na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagui, Guaraqueçaba - Paraná, 2014. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

BETTI, P.; DENARDIN, V. F. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba – PR. Caderno Virtual de Turismo, v. 19, n. 1, 2019. Editora de Livros IABS.

BLAIR, H.; BOSAK, K.; GALE, T. Protected Areas, Tourism, and Rural Transition in Aysén, Chile. Sustainability (Switzerland), v. 11, n. 24, 2019. MDPI. Routledge.

BOLLIER, D. Think like a commoner: a short introduction to the life of the Commons (New Society Publishers, Gabriola Island, Canada 2014) 192 pp [Book Review]. Journal of Human Rights and the Environment 5 (2) , pp. 213-219. 2014.

BOTTON, A. A Arte de Viajar.1 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 272 pp. ISBN 85-325-1578-9

BRASIL. DECRETO N° 8.843 – DE 26 DE JULHO DE 1911. Crêa a reserva florestal no Território do Acre. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d08843.html> Acessado em: setembro de 2022.

BRASIL. DECRETO N° 23.793, DE 23 DE JANEIRO DE 1934. Aprova o código florestal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930->

1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>
Acessado em: maio de 2022. 1934a.

BRASIL b. DECRETO Nº 24.163, DE 24 DE ABRIL DE 1934. Institui a Comissão Permanente de Exposições e Feiras e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24163-24-abril-1934-505054-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em: agosto de 2022. 1934b.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acessado em: agosto de 2022

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 406, DE 4 DE MAIO DE 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: agosto de 2022

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.915, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: agosto de 2022

BRASIL. DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1948. Aprova a Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América assinada pelo Brasil a 27 de dezembro de 1940. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1940-1949/decretolegislativo-3-13-fevereiro-1948-364761-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acessado em: maio de 2022

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%209.760%2C%20DE%205%20DE%20SETEMBRO%20DE%201946.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20os%20bens%20im%C3%B3veis%20da%20Uni%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.> Acessado em: setembro de 2022

BRASIL. O PLANO SALTE (1950). Disponível em: < Biblioteca Digital: O Plano Salte (economia.gov.br)>.

BRASIL. RESOLUÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 57, DE 1956. Constitui uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar os problemas de turismo no Brasil. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD04ABR1956.pdf#page=1>> Acessado em: setembro de 2022

BRASIL. DECRETO Nº 44.863, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1958. Institui a Comissão Brasileira de Turismo. (COMBRATUR). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro->

1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Art.,Art. Acessado em: agosto de 2022

BRASIL. LEI Nº 4.771/65, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965. Institui o Novo Código Florestal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771impressao.htm> Acessado em: maio de 2022

BRASIL. LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5197.htm#:~:text=%C3%89%20proibido%20o%20com%C3%A9rcio%20de,%2C%20persegui%C3%A7%C3%A3o%2C%20destroi%C3%A7%C3%A3o%20ou%20apanha.> Acessado em: maio de 2022

BRASIL. Lei Federal nº 6.513 de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico. 1977.

BRASIL. Decreto Federal no 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. 1979.

BRASIL. LEI Nº 6.902, DE 27 DE ABRIL DE 1981 dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental L6902 (planalto.gov.br).

BRASIL. DECRETO Nº 90.883, DE 31 DE JANEIRO DE 1985
Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90883-31-janeiro-1985-441417-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: abril de 2022.

BRASIL. Lei Federal nº 6.513 de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao Artigo 2º da Lei nº 4.132 de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivos a Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. 1977.

BRASIL. Decreto Federal no 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. 1979.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981a.

BRASIL. Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. 1981b.

BRASIL. Decreto Federal nº 90.883, de 31 de janeiro de 1985. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências. 1985.

BRASIL. Lei Federal nº 7.661 de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. 1988.

BRASIL. Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989. Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências. 1989.

BRASIL. Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, e dá outras providências. 1991.

BRASIL. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Brasília-DF, 1994.

BRASIL. Lei Federal nº 9.513, de 20 de novembro de 1997. Amplia os limites do Parque Nacional do Superagui, criado pelo Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989. 1997.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985 de 18 de junho de 2000. Regulamenta o art. 225, Parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2000a.

BRASIL. A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB. Brasília-DF: Ministério do Meio Ambiente, 2000b.

BRASIL. Política Nacional de Biodiversidade – PNB. Decreto Nº 4.339, de 22 de agosto. 2002

BRASIL. Decreto nº 4.297 de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. 2002.

BRASIL. Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta Art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. 2002.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.300 de 07 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2007/2010. Brasília - DF, 2007.

BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

BRASIL. Decreto Federal 6.660 de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo. O turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016. Brasília-DF, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2018-2022. Mais emprego e renda para o Brasil. Brasília- DF, 2018.

BRASIL. Plano de Manejo Parque Nacional do Superagui. Brasília, 2020.

BRASIL. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília-DF, 1995.

BRUHNS, H. O ecoturismo e o mito da natureza intocada. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 32, n. 2, 2010. Universidade Estadual de Maringa.

BURSZTYN, I. A Influência do Ideário Neoliberal na Formulação de Políticas Públicas de Turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 3, n. 4, p. 7–12, 2003.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. Fundamentos de política e gestão ambiental : caminhos para a sustentabilidade. Garamond ed. Rio de Janeiro, 2012.

CAMARGO, J. L. A. A Gestão do Parque Nacional do Superagui: a percepção da comunidade de Barbados sobre o processo de elaboração do plano de manejo, 2013. Pontal do Paraná: Universidade Federal do Paraná.

CAMARGO, J. L. A. DE. O Plano de Manejo e a Participação Social: o caso do Parque Nacional do Superagui e a Comunidade de Barbados, 2016. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

CAÑADA, E.; MURRAY, I. TURISTIFICACIÓN GLOBAL: PERSPECTIVAS CRÍTICAS EN TURISMO. cidade teste: editora, 2019.

CARLOS, 1999

CARRUTHERS, J. (2011). Parque Nacional Pilanesberg, Província Noroeste, África do Sul: Unindo o desenvolvimento econômico com o design ecológico - Uma história, 1960 a 1984. *Koedoe*, 53 (1), 2011.

CARVALHO, A. F. DE. Políticas Públicas em Turismo no Brasil. *Sociedade e Cultura*, v. 3, n. 1/2, p. 97–109, 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70312129006>>.

CARVALHO, G. L. Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014). *Mercator. Fortaleza.*, v. 15, n. 1, p. 87–99, 2016. Disponível em: <www.mercator.ufc.br>.

CARVALHO, R. C. O.; TEDESCO, E. C.; SCHIAVETTI, A. Itinerarios Turísticos Y Cambio Climático: Un análisis en Porto Seguro (Bahia – Brasil). *Studies and Perspectives in Tourism*, vol. 29, nº 1, pp. 228-246, 2020.

CASTRO, C. A. T.; TAVARES, M. G. da C. A PATRIMONIALIZAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO: ASPECTOS TEÓRICOS. *Sociedade e Território*, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 117–135, 2017. DOI: 10.21680/2177-8396.2016v28n2ID9553. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/9553>. Acesso em: 30 out. 2022.

CAVALCANTI, K. B.; HORA, A. S. S. DA. Política de Turismo no Brasil. *Turismo em Análise*. São Paulo., v. 13, n. 2, p. 54–73, 2002.

CERQUEIRA, L. R.; FURTADO, E. M.; MAZARO, R. M. Políticas Públicas em Turismo no Brasil: Cronologia dos 70 anos da Legislação Turística e das Instituições Oficiais de Turismo. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Anais, 2009. São Paulo/SP: Universidade Anhembi Morumbi.

CIOFFI, G.; RAIMUNDO, S. Áreas naturais protegidas: uma reflexão sobre a patrimonialização da natureza pela sociedade ocidental. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 20, n. 2, 2020. Editora de Livros IABS.

COELHO, K. D. S. Entre Ilhas e Comunidades: articulações políticas e conflitos socioambientais no Parque Nacional do Superagui, 2014. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

CORBARI, S. D. Mutirões extracomunitários versus turismo voluntário: experiências nas aldeias Tupã Nhe'é Kretã (Morretes-PR) e Kuaray Haxa (Guaraqueçaba-PR). *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, Penedo, v. 7, n. 2, p. 22–39, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>>.

CORRAZA, A. P. Percepção da Paisagem e do Ecoturismo na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba - Paraná - Brasil, 2008. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

COSTA, P. H. DA. Acupuntura Ecoturística em Área de Proteção Ambiental: o caso de Guaraqueçaba (PR), 2010. São Paulo: Universidade de São Paulo.

COUTINHO, G. C. T. P., SAMPAIO, C. A. C., & RODRIGUES, L. de P. Potenciais atrativos de comunidades tradicionais: turismo comunitário em Barbados, Guaraqueçaba (PR). *Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)*, 6(5), 2013.

CRUZ, R. D. C. A. DA. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul*. Florianópolis., v. 20, n. 40, p. 27–43, 2005.

DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 12. Ed. São Paulo: Cortez. 2006.

DEMO, P. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

DENARDIN, V. F.; LOUREIRO, W.; SULZBACH, M. T. Distribuição de benefícios ecossistemicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense. *REDES*. Santa Cruz do Sul., v. 13, n. 2, p. 184–198, 2008.

DIEGUES, A. C. S. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira, 2000.

Dredge, D. Place change and tourism development conflict: Evaluating public interest. *Tourism Management*, 31(1), pp.104-112, 2010.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. D. A.; OLIVEIRA, D. DE. Uma Análise sobre a História e a Situação das Unidades de Conservação no Brasil.

DRUMMOND, J.; BARROS-PLATIAU, A. F. Brazilian Environmental Laws and Policies, 1934-2002: A Critical Overview. *LAW & POLICY*, v. 28, n. 1, p. 83–108, 2006.

DUARTE, L. A. “Resistir e Retomar Nossa Terra e Nosso Mar”: os comuns como planejamento e gestão territorial subversivos em Guaraqueçaba, 2018. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

DUMORA, C. Viver e sobreviver numa Área de Proteção Ambiental: o caso da pequena agricultura familiar em uma das comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 14, p. 47–67, 2006.

EMBRATUR, Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Brasília-DF, 1994.

EMBRATUR, I. B. D. T. Estudo sobre o Turismo Praticado em Ambientes Naturais Conservados. Relatório Final. São Paulo, 2002.

ESCOBAR, A. Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales. Lima, 2010.

ESFEHANI, M. H.; ALBRECHT, J. N. Roles of intangible cultural heritage in tourism in natural protected areas. *Journal of Heritage Tourism*, v. 13, n. 1, p. 15–29, 2018. Taylor and Francis Ltd.

FAIRER-WESSELS, F. A. Determining the impact of information on rural livelihoods and sustainable tourism development near protected areas in Kwa-Zulu Natal, South Africa. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 25, n. 1, p. 10–25, 2017. Routledge.

FARIA, A. C. V. DE; RICKLI NETO, J. Plano Diretor, Meio Ambiente e Turismo: a Experiência de Elaboração em Guaíra/PR. Disponível em: <http://www.cepa.tur.br/comtursap/PDT%20Guaira-analise.pdf>

FARIA, J. H. Introdução à Epistemologia: dimensões do ato epistemológico. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

FARIA, José Henrique de. Gestão Participativa: poder e trabalho nas unidades produtivas. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, J. R. V.; FARIA, J. H. A Concepção de Estado e a Administração Pública no Brasil no Âmbito do Plano Diretor de Reforma do Estado. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 1, p. 140-147, 2017

FERREIRA, A. C. D. S.; PONTES, D. R. Repercussões Socioambientais no Planejamento Urbano do Município de Guaraqueçaba (PR): olhares decoloniais a partir da visibilidade dos territórios caiçaras. XIX Encontro Nacional da ANPUR. Blumenau. Anais, 2022.

FISCHER, Marta; COLLEY, Eduardo. Diagnóstico da ocorrência do caramujo gigante africano *Achatina Fulica Bowdich*, 1822 na Apa de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. *estudos de biologia*. 26. 10.7213/reb.v26i54.21289, 2004.

FORERO, Nicolás Alexander Pérez. Ecoturismo de alta montaña: entre la conservación y el turismo. *Pnn los nevados, sendero conejeras*. Turismo y Sociedad, vol. 26, pp. 155-171, 2020.

FRANCO, J. L. D. A. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a Questão da Identidade Nacional. *Varia História*, n. 26, p. 77–96, 2002.

FRANCO, J. L. D. A. O Conceito de Biodiversidade e a História da Biologia da Conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. *História*. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 21–48, 2013.

FRANCO, J. L. de A., SCHITTINI, G. de M., & BRAZ, V. da S. (2016). História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. *Historiæ*, 6(2), 233–270. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5594>

FREITAS G. R., CRUZ, M. J. R., & RADOMSKY, G. F. W. Pós-Desenvolvimento: a desconstrução do desenvolvimento. In: *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2016.

GALDINO, L. C. F.; COSTA, M. L. DA. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. *Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica*, v. VI, n. 4, p. 1–24, 2011.

GANEM, R. S. Conservação da biodiversidade: de Estocolmo à Rio+20. *Caderno ASLEGIS*, , n. 45, p. 95–120, 2012.

GARCIA, P.H. Planejamento e projeto de instalações ecoturísticas em área de proteção ambiental: o caso de Guaraqueçaba (PR). *Anais do VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação*. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 495.

GAWELETA, E. B.; GRIMM, I. J.; BILOTTA, P.; SAMPAIO, C. A. C. O Turismo em Unidades de Conservação do Litoral do Paraná e as Perspectivas de Desenvolvimento Territorial Sustentável. In: R. A. REIS; C. M. D. S. ABRAHÃO; L. M. TIEPOLO; M. CHEMIN (Orgs.); *Litoral do Paraná: território e perspectivas*. p.119–143, 2016. Brazil Publishing.

GÓMEZ, C. P.; FALCÃO, M. C.; CHEREM, L.; SILVA, T. DO N. A participação da comunidade no turismo de base comunitária: um estudo de múltiplos casos. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 16, n. 2, p. 263–279, 2016.

GRIMM, I. J.; FARIAS, A. Relação entre os Impactos das Mudanças Climáticas e Ambientais e o Turismo Comunitário: o caso do Parque Nacional do Superagui - Paraná. In: R. A. REIS; C. M. D. S. ABRAHÃO; L. M. TIEPOLO; M. CHEMIN (Orgs.); Litoral do Paraná: território e perspectivas. p.339–360, 2016. Brazil Publishing.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C.; BETTI, P. Incubação de empreendimentos turísticos solidários para o desenvolvimento nas comunidades tradicionais em Guaraqueçaba (PR). *Revista Política e Planejamento Regional*. Rio de Janeiro., v. 4, n. 1, p. 149–167, 2017.

GUARIDO, T. O “Redescobrimto” do Superagui, 2005. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

HAMMERL, P. C. Política ambiental e o turismo na Era Vargas: análise do caso de Campos do Jordão-SP. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. ANPUH. Anais, 2013. Natal - RN.

HENZ, A. P.; LEITE, F. C. D. L.; ANJOS, F. A. DOS. Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Saberes e Fazeres no Turismo: interfaces. Anais, 2010. Universidade de Caxias do Sul.

HOEFFEL, J. L.; ANTONIA BARBOSA FADINI, AL.; KOWALCZUK MACHADO, MICHELI; CHRISTINA REIS, J. Trajetórias do Jaguarú-unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo.

HÜBNER, A.; PHONG, L. T.; CHÂU, T. S. H. Good governance and tourism development in protected areas: The case of Phong Nha-Ke Bang National Park, central Vietnam. *Koedoe*, v. 56, n. 2, 2014. AOSIS (pty) Ltd.

IPARDES, INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Curitiba, 2001.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba. Curitiba, 1990.

ISLAM, M. W.; RUHANEN, L.; RITCHIE, B. W. Tourism governance in protected areas: investigating the application of the adaptive co-management approach. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 26, n. 11, p. 1890–1908, 2018. Routledge.

JAFARI, J. El turismo como disciplina científica. *Política y sociedad*, 2005.

JASSO, J. M. S.; ABELLÁN, F. C. Turismo de naturaleza en áreas protegidas de México; una propuesta de conservación, aprovechamiento y desarrollo local en el Nevado de Toluca. *Cuadernos de Turismo*, , n. 36, 2015. Universidad de Murcia.

JIMÉNEZ, E. UNA METODOLOGÍA INTERDISCIPLINARIA PARA LA PUESTA EN TURISMO DE UN ÁREA NATURAL PROTEGIDA Y HABITADA An interdisciplinary methodology for the development of the tourism in a protected and inhabited natural area. 2017.

KASHIWAGI, H. M. Os desafios do poder público nos processos de preservação da identidade cultural de populações tradicionais caiçaras do Parque Nacional do Superagui. XV Encuentro de Geografos de América Latina. Anais, 2015.

KASSEBOEHMER, A. L. Restrições e Impactos da Legislação Ambiental Aplicada no Município de Guaraqueçaba - Paraná, 2007. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

KOMARCHESKI, R. Sustentabilidade socioambiental da produção de farinha de mandioca em Guaraqueçaba - PR, 2012. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

KIDNER, 2000

LEFF, E. Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Tradução: Jorge Calvimonte. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

LEMOS, C. C. Planejamento do turismo em âmbito federal: uma análise dos instrumentos utilizados e dos investimentos no setor. Rev. Adm. Pública-Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1401–1427, 2013.

QUIRÓS, L. Alternativas de desarrollo rural en áreas de Amortiguamiento del Parque Nacional Santa Rosa, Guanacaste, Costa Rica. En Ordenamiento Territorial y Desarrollo Rural Editado por: Sociedad Geográfica de Lima / Hildegardo Córdova Aguilar, Mirosława Czerny, Zaniel I. Novoa Goicocheapp.115-131

LIMONAD, E. URBANIZAÇÃO DISPERSA MAIS UMA FORMA DE EXPRESSÃO URBANA?. 14. 31-45. 10.33081/formacao.v1i14.705. 2007.

LIMONT, M. Educação e Participação Social na APA de Guaraqueçaba: a capacitação como possibilidade na mediação de conflitos ambientais, 2009. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

LOPES, M., MARQUES, P.H.D. & ESTEVÃO, P.C.R.M. Community Environmental Monitoring: the management of commons in Cassurubá Extractive Reserve. Ambiente & Sociedade. São Paulo. Vol. 24, 2021.

LOPES, M. M.; PANOSSO NETTO, A. Análise das Políticas Federais de Turismo no Brasil (1930 a 2020). Ateliê do Turismo - Campo Grande/MS, v. 5, n. 2, p. 200–224, 2021.

LUZ, A. L. Entre subsídios e turismo: Instituições e poder na gestão dos Baldios do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Finisterra, v. 52, n. 105, p. 7–27, 2017. Universidade de Lisboa. MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 11, n. 3, p. 455–479, 2017.

MACCANNELL, D. The tourist and the local. *Tourist Studies*, v. 16, n. 4, p. 343–350, 2016.

MARANGON, M.; AGUDELO, L. P. P. Comunidades Rurais da APA de Guaraqueçaba: entre diálogos e conflitos. *Encontro da ANPPAS. Anais. . Anais...* , 2004. Indaiatuba.

MARANGON, M.; PRESZNHUK, R.; SORDI, R. F.; AGUDELO, L. P. P. Indicadores de Sustentabilidade como Instrumento para Avaliação de Comunidades em Crise: aplicação a comunidade de Serra Negra. *Revista Educação & Tecnologia*, , n. 8, 2004.

MARANHÃO, C. H. D. S. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. *Revista de Turismo Contemporâneo RTC. Natal.*, v. 5, n. 2, p. 238–259, 2017.

MARTINS, A.L. Lazer e Áreas Protegidas: conflitos na busca de "emoções agradáveis" . *Ambiente e Sociedade. Campinas*, v. XIV, n. 2 p. 51 -67 , jul.-dez. 2011

MCCORMICK, J. Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MELLO, R. M. DE. “Não é a pesca, são as pescadoras”: uma etnografia da pesca na Área de Proteção de Guaraqueçaba - PR, 2019. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.

MÉSÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

MORAES, E. A.; IRVING, M. D. A.; CASTRO, S.; et al. Redes de turismo de base comunitária : reflexões no contexto Community-based tourism networks : reflections in the Latin American context. , p. 612–623, 2017.

Mutanga, Chiedza & Vengesayi, Sebastian & Gandiwa, Edson & Never, Muboko. (2015). Community Perceptions of Wildlife Conservation and Tourism: A Case Study of Communities Adjacent to Four Protected Areas in Zimbabwe. *Tropical Conservation Science*. 8. 564-582. 10.1177/194008291500800218.

NENKOVIC-RIZNIC, M., RISTIC, V., MILIJIC, S., MAKSIN, M. Integração da Avaliação Ambiental Estratégica e da Avaliação do Impacto Social Ambiental no Planejamento Territorial Estratégico: Lições Aprendidas de Dois Casos de Destinos Turísticos em Áreas Protegidas. *Jornal Polonês de Estudos Ambientais* , 25 (3), 1353-1366. <https://doi.org/10.15244/pjoes/61851>, 2016.

NEPAL, S. K. Sustainable tourism, protected areas and livelihood needs of local communities in developing countries. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, v. 4, n. 2, p. 123–135, 1997.

NEPAL, Sanjay. Tourism in protected areas: The Nepalese Himalaya. *Annals of Tourism Research*. 27. 661-681. 10.1016/S0160-7383(99)00105-X, 2000

NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

NÚÑEZ; VEJSBJERG, 2010 - PARQUE, E.; HUAPI, N. N.; NÚÑEZ, P.; VEJSBJERG, L. EL TURISMO, ENTRE LA ACTIVIDAD ECONÓMICA Y EL DERECHO SOCIAL. 2010.

NYAUPANE, G. P.; POUDEL, S.; YORK, A. Governance of protected areas: an institutional analysis of conservation, community livelihood, and tourism outcomes. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 0, n. 0, p. 1–20, 2020. Routledge. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1858089>>.

OLIVEIRA, M. DE. As representações sociais sobre legislação ambiental em uma comunidade de agricultores. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC. Especial Temática, p. 245–257, 2002.

ORACION, E. G.; MILLER, M. L.; CHRISTIE, P. Marine protected areas for whom? Fisheries, tourism, and solidarity in a Philippine community. *Ocean and Coastal Management*, v. 48, n. 3-6 SPEC. ISS., p. 393–410, 2005.

OSTROM, E. *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge University Press, 1990.

OTA, S. N. *Desenvolvimento Rural: o ecoturismo como atividade potencial para a melhoria das condições socioeconômicas e ambientais de Guaraqueçaba*, 2008. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

Organização Internacional do Trabalho – OIT. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT*. - Brasília: 2011.

PAULA, A. P. P. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PANOSSO NETTO, A. *Filosofia do Turismo: Teoria e Epistemologia*. São Paulo: Atlas, 1999.

PANOSSO NETTO, A., CASTILHO NECHAR, M. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 8(1), (pp.120-144), 2014.

PARANÁ. Processo nº 001/85, Inscrição nº 15, Ilha de Superagui. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Arquivo da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná. Data: 10/07/1985.

PARANÁ. *Plano Integrado do Turismo Sustentável - PDITS. Polo Turístico do Litoral Paranaense*, 2010. Disponível em: antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PARANA/PDTIS_LITORAL_PARANAENSE.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021

PARANÁ. PDS Litoral 2035. Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná.

PEREIRA, C. A. S. Políticas Públicas no Setor de Turismo. Turismo e Análise. São Paulo., v. 10, n. 2, p. 7–21, 1999.

PINHO, M. S. S. Sistema de Gestão em Unidades de Conservação: O caso dos Manguezais da APA de Guaraqueçaba/PR, 2006. Universidade Federal de Santa Catarina.

POLES, G.; RABINOVICI, A. O ambientalismo, o turismo e os dilemas do desenvolvimento sustentável. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs). Turismo e meio ambiente no Brasil. Barueri, SP: Manole, 2010. pp. 1 – 24.

Prates, A. P.; Irving, M. A. « Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às Metas de Aichi », Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 5, n.1, p.28-58, 2015.

QUINTÃO, A. B. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. Brasil Florestal, n. 54, p. 13–28, 1983.

RAINHO, A. P. A gente vive no mar: saberes oceanográficos na comunidade tradicional Barra da Ararapira, 2015. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

REIS, J. A. DOS. A Informação Turística Electrónica na Rota Histórica das Linhas de Torres como Contributo para o Consumo de Experiências Turísticas Singulares, 2011. Universidade de Lisboa.

ROCHA, J. M. DA. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Turismo: uma proposta de conciliação - o caso do município de Guaraqueçaba - PR, Brasil. Turismo em Análise, v. 17, n. 2, p. 225–243, 2006.

ROCHADELLI, R.; SANTOS, A. J. DOS; SCHNEIDER, A. V. O Contexto Socioambiental das Unidade de Conservação no Município de Guaraqueçaba - PR: percepções da população local. Comunicação & Mercado. UNIGRAN. Dourados., v. 4, n. 9, p. 91–103, 2015.

RODRIGUES, A.; TOMMASINO, H.; FOLADORI, G.; GREGORCZUK, A. É Correto Pensar a Sustentabilidade em Nível Local? uma análise metodológica de um estudo de caso em uma Área de Proteção Ambiental no litoral sul do Brasil. Ambiente & Sociedade, v. 5, n. 2, p. 109–127, 2003.

ROMAN, B.; NAHUELHUAL, L. Áreas protegidas públicas e privadas no sul do Chile: caracterização do perfil de seus visitantes. Estudos e perspectivas em turismo, 18 (4), 490-507, 2009. Obtido em 10 de outubro de 2021, em http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17322009000400008&lng=es&tlng=es.

ROSA, P. F., CARVALHINHO, L. A. D., & SOARES, J. A. P. (2016). A participação de stakeholders no planeamento e gestão do turismo e da recreação em áreas

protegidas: fundamentos sobre o processo participativo. *Tourism & Management Studies*, 12(2), 96-106.

SALINAS-ZAVALA, C. A.; MARTÍNEZ-RINCÓN, R. O.; MORALES-ZÁRATE, M. V. Tendência no século XXI do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) na parte sul da península de Baja California. *Investigações geográficas*, (94), 2017. <https://doi.org/10.14350/rig.57214>

SAMPAIO, C. C.; OYARZUN, E. M. Turismo com base local: análisis comparativos de experiencias de turismo comunitario en Brasil y Chile. *Actas de VII Jornadas y Simposio Internacional de Investigación y Acción en Turismo*. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur – Ediusns, 2005.

SAMPAIO, C. A. C. Turismo como Fenômeno Humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. *Revista Turismo em Análise*, 18(2), pp. 148-165., 2007. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v18i2p148-165>.

SANCHO-PIVOTO, A.; ALVES, A. F.; DIAS, V. N. Efeitos e transformações gerados pelo turismo no contexto territorial do parque estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 14, n. 2, p. 46–63, 2020.

SANSOLO, D. G.; CRUZ, R. D. C. A. DA. Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 3, n. 4, p. 1–6, 2003.

Santana, C. S. C. M., Nascimento, M. A. L., & Marques, S., Jr. (2020a). Validação empírica de um instrumento para mensurar os fatores que afetam o apoio dos residentes ao desenvolvimento do turismo em áreas naturais protegidas. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 13(2), 255-276.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª edição – São Paulo: Cengage Learning, 2015.
SEM, 1999

SENA, N. K.; FRANCO, J. L. D. A. União Planetária em Prol da Natureza. In *Defense of Nature*. *Revista Inclusiones*, v. 5, 2018.

SILVA, F. A. DA. *Turismo no Centro Urbano de Guaraqueçaba PR*, 2014. *Matinhos: Universidade Federal do Paraná*.

SILVA JÚNIOR, J. P. DA; APARECIDA, R.; ASSIS, R. B. DE; SANTOS, C. C. J. DOS. Histórico e conceitos do Código Florestal de 1965.

SILVEIRA-JUNIOR, W. J. DA; BOTELHO, E. S. Turismo em áreas protegidas e inclusão social de populações tradicionais: um estudo de caso da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba (PR). *Revista Brasileira de Ecoturismo*. São Paulo., v. 4, n. 3, p. 441–462, 2011.

SOUZA, R. M.; PASSOS, M. M.; YAMAKI, H. Percepção da Paisagem: o caso das construções antigas da cidade de Guaraqueçaba/PR. *Revista GEOMAE, Campo Mourão, PR.*, v. 2, n. 1, p. 191–206, 2011.

STONE, M. T.; NYAUPANE, G. P. Protected areas, tourism and community livelihoods linkages: a comprehensive analysis approach. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 24, n. 5, p. 673–693, 2016. Routledge.

STRESSER, Gustavo de Carvalho. Análise da Capacidade Resolutiva do Conselho Da APA De Guaraqueçaba – Conapa. Programa de Especialização em Análise Ambiental, Departamento do curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/57021/R%20-%20E%20-%20GUSTAVO%20DE%20CARVALHO%20STRESSER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em: outubro de 2022.

STRICKLAND-MUNRO, J.; MOORE, S. Indigenous involvement and benefits from tourism in protected areas: A study of Purnululu National Park and Warmun Community, Australia. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 21, n. 1, p. 26–41, 2013.

TAKAHASHI, L. Y.; MILANO, M. S.; VASCONCELLOS, J. M. D. O. Uso Recreativo e Perfil dos Visitantes do Parque Estadual Pico do Marumbi e da Reserva Natural Salto Morato (PR). *Turismo em Análise*. São Paulo., v. 12, n. 2, p. 60–74, 2001.

TEIXEIRA, C. A proteção ambiental em Guaraqueçaba: substituição de agentes e de concepções sobre a relação sociedade-meio ambiente. II Anais Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. ENANPPAS. Anais... , 2004. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/266369380>>.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, 2005.

TEIXEIRA, C.; LIMONT, M. Possibilidades e Limites da Participação Social na Gestão de Conflito Ambiental: o conselho gestor em unidade de conservação. *Estudos de Sociologia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE., v. 14, n. 1, p. 95–116, 2008.

TEIXEIRA JUNIOR, D.; FERRARI, A. J.; FILIPPIM, M. L. Saberes Quilombolas: a cultura alimentar do litoral norte do Paraná e da mesorregião Vale do Ribeira como prática suscetível ao turismo de base comunitária. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável - GUAJU. Matinhos.*, v. 6, n. 2, p. 5–27, 2020.

TIEPOLO, L. M. A inquietude da mata atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada. *Guaju, Matinhos*, v. 1, n. 2, p. 96–109, 2015.

TIEPOLO, L. M.; DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial sustentável: uma nova experiência na Mata Atlântica. *RBPG, Brasília*, v. 13, n. 32, p. 865–888, 2016.

TORRES, K. R. I.; MINOZZO, M. C. Justiça Socioambiental e a Territorialidade dos Pescadores Artesanais do Parque Nacional do Superagui. In: D. S. CERVANTES; B. E. M. ROCHA; L. C. MAQUEIRA (Orgs.); *Derecho, lucha de clases y reconfiguración del capital en Nuestra América*. p.203–227, 2019. CLACSO.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. Política Nacional de Turismo no Brasil: da Municipalização à Regionalização. Book of Proceedings VOL I - International Conference on Tourism & Management Studies - Algarve. Anais... p.839–848, 2011. UNEP. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. Declaração de Estocolmo. 1972.

TRIBE, J. Knowing about tourism: epistemological issues. In Goodson, L. (Ed.), Phillimore, J. (Ed.) *Qualitative research in tourism: ontologies, epistemologies and methodologies* (pp. 46-62). London: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203642986>, 2004.

Tribe, J., Dann, G., Jamal, T. (2015). Paradigms in tourism research: A triologue. *Tourism Recreation Research*. 40(1). p. 28-47.

TROYO-VEGA, B.; ARNAUD, G.; SWARTZ, S.; ORTEGA-RUBIO, A. Impacto socioeconômico do turismo da baleia cinzenta (*Eschrichtius robustus*), em duas localidades da Reserva da Biosfera El Vizcaíno, Baja California Sur, México. *A jornada sustentável*, (36), 157-183, 2019. Obtido em 10 de outubro de 2021, em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-90362019000100157&lng=es&tlng=es.

UNITED NATIONS. Report of the World Commission on Environment and Development. 1987.

URRY, J. La mirada del turista. *Turismo y Patrimonio*, n. 3, p. 51–66, 2001.

VALENTE, T. P.; MIELKE, E. J. C. Evolução e Potencialidades de Inovação do Turismo de Base Comunitária no Município de Guaraqueçaba-PR (Brasil). *Turismo & Sociedade*. Curitiba., v. 10, n. 3, p. 1–26, 2017.

Vejsbjerg, Laila. “EL TURISMO, ENTRE LA ACTIVIDAD ECONÓMICA Y EL DERECHO SOCIAL. El Parque Nacional Nahuel Huapi, Argentina, 1934 - 1955.” *Estudios Y Perspectivas En Turismo*, 2010.

VIEIRA, L. D. F. D. S.; VERDUM, R. A Proteção da Natureza e do Patrimônio da Humanidade pela Beleza Cênica da Paisagem. *Confins*, n. 40, 2019. OpenEdition.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

YIN, R. K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre, Penso, 2016.

Woodgate, G. & Redclift, M. (1998). De uma 'sociologia da natureza' à sociologia ambiental: além da construção social. *Valores Ambientais* 7 (1):3-24.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO). *UNWTO Tourism Highlights*. Madrid, 2018.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO). UNWTO Tourism Highlights. Madrid, 2019.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO), 2022 - <https://www.unwto.org/es/omt-dashboard-datos-turisticos>. Acessado em: Agosto/2022

Yearley, S. The social construction of environmental problems: a theoretical review and some not-very-Herculean labors. 2002.

ZANONI, M. M.; FERREIRA, A. D. D.; MIGUEL, L. D. A.; et al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, , n. 2, p. 39–55, 2000.

ZEJDA, D.; ZELENKA, J. The Concept of Comprehensive Tracking Software to Support Sustainable Tourism in Protected Areas. *Sustainability* 2019, 11, 4104. <https://doi.org/10.3390/su11154104>

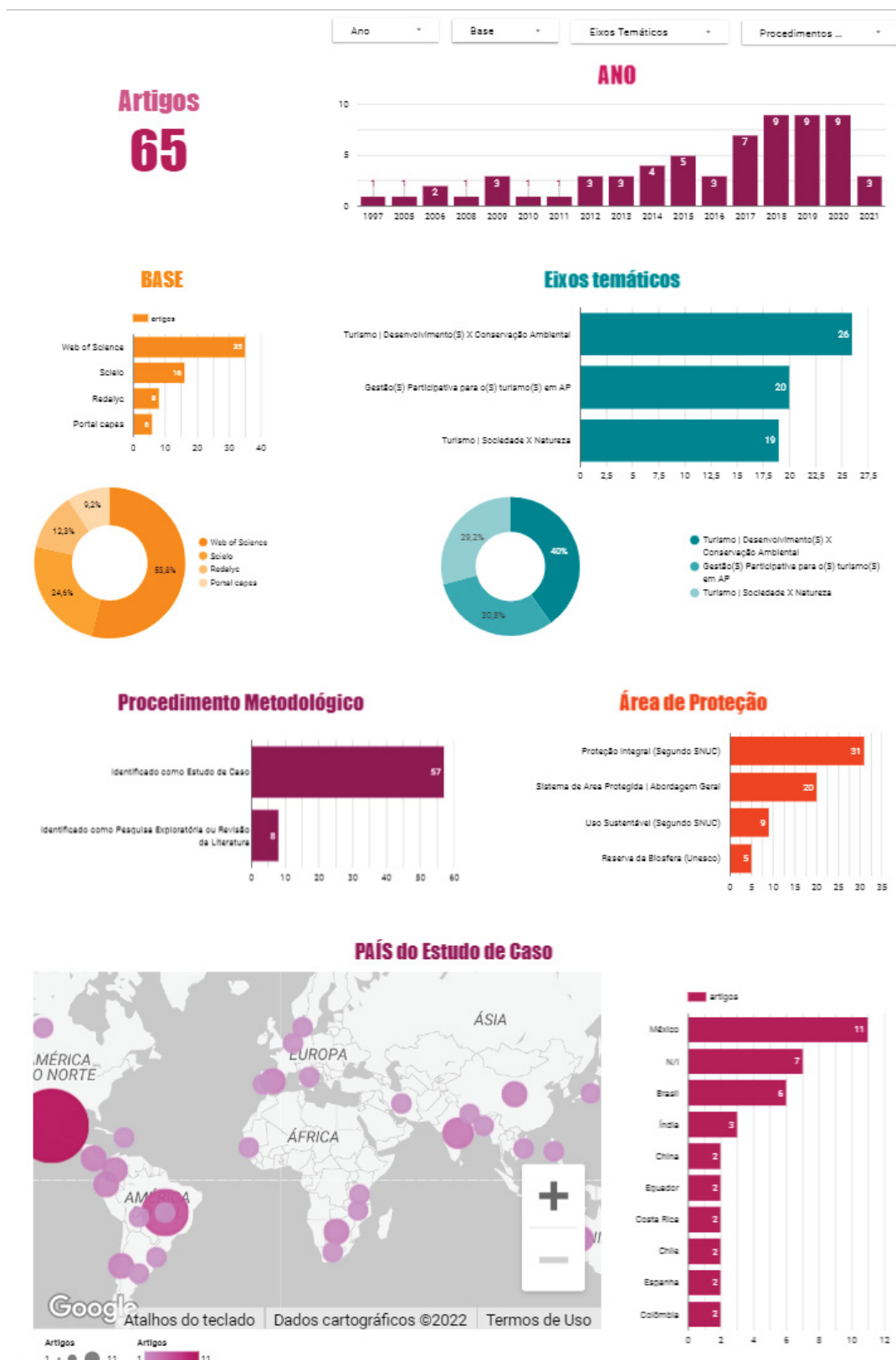
APÊNDICE 1 – BANCO DE PESQUISA: TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS (BASE)

Planilha alocada na plataforma no google drive para ser disponibilizada como Banco de Pesquisa sobre Turismo e Áreas Protegida (2021).

id	Base	Título	Autores	Palavras-chave	Ano	Journal	Resumo original	resumo traduzido (automático google)	Tema objeto	Inclusão	Exclusão
1	Portal capes	Turismo sostenible, participación y áreas protegidas. Estudio de caso: Parque Nacional Amaluza	Susana Ines Sandoval ; Angela Rosa, Paulo Filipe ; Carvalhinho, Luis Santillán, Ángeles	Turismo ; Áreas Protegidas ; Hospitality, Leisure, Sport & ecoturismo, política	2014	Informes científicos y Tourism & Management	El proyecto tuvo por objetivo evaluar el nivel de desarrollo de turismo e a recreación em áreas protegidas têm vindo a	O projeto teve como objetivo avaliar o nível de sustentabilidade de um Gestão Participativa (GP) como uma condição Política de Desenvolvimento	Análise de "Equip		
2	Portal capes	A participação de stakeholders no planeamento e gestão do turismo e da	Rosa, Paulo Filipe ; Carvalhinho, Luis Santillán, Ángeles	Hospitality, Leisure, Sport & ecoturismo, política	2016	Tourism & Management	O turismo e a recreação em áreas protegidas têm vindo a	Gestão Participativa (GP) como uma condição Política de Desenvolvimento	Gestão Participativa	Análise de "Equip	
5	Portal capes	Turismo y desarrollo sostenible en áreas protegidas o sobre los "nuevos"	Santillán, Ángeles	ecoturismo, política	2015	Desacatos, Tourism & Management	Recientemente las políticas de desarrollo rural en nuestro país	Recentemente, as políticas de desenvolvimento rural em	Políticas de Desenvolvimento	Análise de "Equip	
8	Portal capes	Evaluación del Uso Recreativo y Turístico del Refugio de Vida Silvestre Paschoa	Sergio V. Lasso	Turismo Sostenible ; Áreas	2019	Turismo, Desarrollo y Buen	Se presenta una caracterización introductoria sobre la situación	É apresentada uma caracterização introdutória	Avaliação do turista do uso recreativo de um refugio da	Análise a partir do Visitante	
9	Portal capes	Percepciones de la gestión del turismo en dos reservas de biosfera ecuatorianas:	Muñoz Barriga, Andrea	Ecuador ; Turismo Sostenible ;	2017	Investigaciones geográficas :	El turismo es considerado como una de las estrategias	O turismo é considerado uma das principais	O turismo é considerado uma das principais	Turismo, Desenvolvrime	
11	Portal capes	Pricing Policy for Tourism in Protected Areas: Lessons from Komodo National	Walpole, Matthew J. ; Goodwin,	Biologiy ; Ecology	2001	Conservation Biology, February	Protected areas are under increasing pressure to provide	As áreas protegidas estão sob crescente pressão para fornecer	A extensão em que o ecoturismo compensa os	Análise a partir do Visitante	
17	Portal capes	PERCEPCION DE LOS POBLADORES LOCALES SOBRE LOS IMPACTOS	Vidal, Marcelo Derzi ; Da Silva KC, Birendra	Área Protegida ; Conservación ; Protected area tourism;	2019	Estudios y Perspectivas en TOURISM AND HOSPITALITY	El turismo para alimentar defines en el Parque Nacional	O turismo para alimentar golfinhos no Parque Nacional	Este artigo apresenta a percepção de los pobladores	Impacto de práticas TUR	
21	web of scienc	Complexity in balancing conservation and tourism in protected areas:	Andries, Delia M.; Arnaiz-Schmitz,	Área Protegida ; Conservación ; Protected area tourism;	2021	Tourism and Hospitality	This study highlights ongoing issues in protected area (PA)	Este estudo destaca questões em andamento no turismo em	Estratégia gerencial para as AP	Turismo, Desenvolvrime	
22	Web of	Sustainable Tourism and Natural Protected Areas: Exploring Local	Arnaiz-Schmitz,	Área Protegida ; Conservación ; Protected area tourism;	2021	LAND	The expansion of urban areas around the world and the	A expansão das áreas urbanas em todo o mundo e a aplicação	turismo desejado para impulsionar a economia dos	Perspectiva QUANTI como	
23	Web of	Sustainable tourism entrepreneurship in protected areas: A real options	Pineiro-Chousa, Juan;	Real options; protected areas;	2021	ENTREPRENEURS HIP AND	Tourism entrepreneurship has not received sufficient	O empreendedorismo turístico não tem recebido atenção	estudo propõe uma combinação de análise	Análise de "Equip	
24	Web of	Sustainable tourism and mobility development in natural protected areas:	Buongiorno, Alessandro; Intini,	Regional analysis; Economic	2021	LAND USE POLICY	The natural protected areas of a territory represent an	As áreas naturais protegidas de um território representam um	Avaliação das políticas adotadas e o planejamento	Análise de Políticas	
25	Web of	Developing rehabilitation services: Medical and ecological tourism resources	Chernaya, V. V.; Moreira, Joaquim	Medical and ecological	2021	INTERNATIONAL JOURNAL OF	Currently, ecological trails exist in almost all natural protected	Atualmente, existem trilhos ecológicos em quase todas as	acesso as áreas protegidas por pessoas com deficiência	Realidade Específica AP /	

APÊNDICE 2 – BANCO DE PESQUISA: TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS (PAINEL)

Planilha alocada na plataforma no *google drive* para ser disponibilizada como Banco de Pesquisa sobre Turismo e Áreas Protegida (2021).



APÊNDICE 3 – RELAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS EM GUARAQUEÇABA

Nome da Área Protegida	Ato de Criação	Tipo de Uso	Ano Criação	Nível de Gestão/Titulação	Órgão Gestor	Área da AP em Guaraqueçaba (ha)	% da Área de Guaraqueçaba
Área Especial e Local de Interesse Turístico	Lei Estadual nº 7389/80	Uso Sustentável	1980	Estado	Secretaria de Estado do Planejamento	-	36%
Estação Ecológica de Guaraqueçaba	Decreto Federal 87.222	Proteção Integral	1982	União	ICMBio	4.754,79	100%
APA Federal de Guaraqueçaba	Decreto Federal 90.883	Uso Sustentável	1985	União	ICMBio	162.348,69	66,93%
Tombamento da Ilha do Superagui	Processo nº 001/85, Inscrição nº 15, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Uso Sustentável	1985	União	Secretaria do Estado da Cultura do Paraná, Coordenaria do Patrimônio Cultural	-	-
Tombamento da Serra do Mar	Processo nº 001/86, Inscrição nº 17-i, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Uso Sustentável	1986	União	Secretaria do Estado da Cultura do Paraná, Coordenaria do Patrimônio Cultural	-	-
Parque Nacional do Superagui	Decreto Federal 97.688	Proteção Integral	1989	União	ICMBio	33.948,34	100%
Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Rede Mundial do Programa MaB/UNESCO	Uso Sustentável	1991	Internacional	UNESCO	-	-
APA Estadual de Guaraqueçaba	Decreto Estadual 1.228	Uso Sustentável	1992	Estado	IAT	202.239,76	100%
RPPN Salto Morato	Portaria do Ministério do Meio Ambiente 032/1994	Uso Sustentável	1994	Privada	Fundação O Boticário	819	100%
RPPN Reserva Ecológica Sebuí	Portaria 99/99-N - DOU 225-E - 25/11/1999 - seção/pg. 01 - 40	Uso Sustentável	1999	Privada	Gaia Operadora de Ecoturismo	400,78	100%

Nome da Área Protegida	Ato de Criação	Tipo de Uso	Ano Criação	Nível de Gestão/ Titulação	Órgão Gestor	Área da AP em Guaraqueçaba (ha)	% da Área de Guaraqueçaba
RPPN Reserva Natural Serrado Itaquí	Portaria do IAP -157	Uso Sustentável	2007	Privada	SPVS	3.526,37	100%
RPPN Reserva Natural Serrado Itaquí I	Portaria do IAP -160	Uso Sustentável	2007	Privada	SPVS	392,37	100%
Terra Indígena Cerco Grande	Atos normativos diversos	Uso Sustentável	2008	União	FUNAI	1.431,51	100%
RPPN Reserva Natural Serrado Itaquí II	Portaria do IAP - 59	Uso Sustentável	2011	Privada	SPVS	984,93	100%
Reserva Biológica do Bom Jesus	Decreto Federal S/N	Proteção Integral	2012	União	ICMBio	17.382,76	50,76%

APÊNDICE 4 – PUBLICAÇÃO: TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS - GUARAQUEÇABA

Referência	Ano	Título	Autoria	Publicação	Periódico
TAKAHASHI, MILANO, VASCONCELLOS, 2001	2001	Uso Recreativo dos Visitantes do Parque Estadual Pico Marumbi e da Reserva Natural do Salto Morato	Leide Yassuco Takahashi, Miguel Sereidiuk Milano, Jane Maria de Oliveira Vasconcellos.	Artigo	Turismo em Análise
GUARIDO, 2005	2005	O “redescobrimto” do Superagüi	Thiago Guarido	Monografia	Dep. de Geociências da Universidade Estadual de Londrina
ROCHA, 2006	2006	Meio Ambiente, Desenvolvimento e Turismo: uma proposta de conciliação o caso do município de Guaraqueçaba - PR, Brasil	Jefersson Marçal da Rocha	Artigo	Turismo em Análise
OTA, 2008	2008	Desenvolvimento Rural: O Ecoturismo Como Atividade Potencial para e Melhorias Das Condições Socioeconômicas e Ambientais de Guaraqueçaba	Sueli Naomi Ota	Dissertação	Pós-Graduação em Agronomia, Linha Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal do Paraná
CORRAZZA, 2008	2008	Percepção da Paisagem e do Ecoturismo na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba - Paraná - Brasil	Ana Paula Corazza	Dissertação	Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Área de Concentração Conservação da Natureza, Universidade Federal do Paraná.

Referência	Ano	Título	Autoria	Publicação	Periódico
GARCIA, 2010	2010	Acupuntura ecoturística em área de proteção ambiental: o caso de Guaraqueçaba (PR)	Paula Helena da Costa Garcia	Dissertação	Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
SILVEIRA-JUNIOR, BOTELHO, 2011	2011	Turismo em áreas protegidas e inclusão social de populações tradicionais: um estudo de caso da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba (PR)	Wanderley Jorge da Silveira-Junior, Eloise Silveira Botelho	Artigo	Revista Brasileira de Ecoturismo
SILVA, 2014	2014	Turismo no Centro Urbano de Guaraqueçaba: estudo da arte	Fernanda Aparecida da Silva	Monografia	Graduação em Gestão do Turismo da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral
COUTINHO, SAMPAIO, RODRIGUES, 2014	2014	Potenciais atrativos de comunidades tradicionais: turismo comunitário em Barbados, Guaraqueçaba (PR)	Gabriel Chagas Teodózio Prudêncio Coutinho, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Lígia de Paula Rodrigues	Artigo	Revista Brasileira de Ecoturismo
BETTI, 2014	2014	Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação: estudo de caso na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba e no parque nacional do Superagui, Guaraqueçaba - Paraná	Patrícia Betti	Dissertação	Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.
CORBARI, 2017	2017	Mutirões extracomunitários versus turismo voluntário: experiências nas aldeias Tupã Nhe'ê Kretã (Morretes-PR) e Kuaray Haxa (Guaraqueçaba-PR)	Sandra Dalila Corbari	Artigo	Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR

Referência	Ano	Título	Autoria	Publicação	Periódico
VALENTE, MIELKE, 2017	2017	Evolução e Potencialidades de Inovação do Turismo de Base Comunitária no Município de Guaraqueçaba – PR (Brasil)	Thiago Piazzetta Valente, Eduardo Jorge Costa Mielke	Artigo	Turismo & Sociedade
GRIMM, SAMPAIO, BETTI, 2017	2017	Incubação de empreendimentos turísticos solidários para o desenvolvimento nas comunidades tradicionais em Guaraqueçaba (PR)	Isabel Jurema Grimm, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Patrícia Betti	Artigo	Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, janeiro/junho 2017, p. 149 a 167. ISSN 2358-4556
ALBACH, FOLMANN, VALE, 2018	2018	Análise <i>SWOT</i> da trilha da praia deserta: Estratégias visando o Desenvolvimento do Turismo no Parque Nacional no Superagui /PR	Valéria de Meira Albach, Ana Cláudia Folmann, Tatiane Ferrari do Vale	Artigo	Applied Tourism, 3(2), 169- 199.
GAWELLETA et al., 2018	2018	O turismo em unidades de conservação do litoral do Paraná e as perspectivas de desenvolvimento territorial sustentável	Eva Blaszczyk Gaweleta, Isabel Jurema Grimm, Patrícia Bilotta, Carlos Alberto Cioce Sampaio	Artigo	Livro: Litoral do Paraná: território e perspectivas
BETTI, DERNADIN, 2019	2019	Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba – PR	Patrícia Betti, Valdir Frigo Denardin	Dossiê Temático	Caderno Virtual de Turismo

Referência	Ano	Título	Autoria	Publicação	Periódico
GRIMM, FARIAS, 2020	2020	Relação entre os impactos das mudanças climáticas e ambientais e o turismo comunitário: o caso do Parque Nacional do Superagui - Paraná	Isabel Jurema Grimm, Ariadne Farias	Artigo	Livro: Litoral do Paraná: território e perspectivas
JUNIOR, FERRARI, FILIPPIM, 2020	2020	Saberes Quilombolas: a cultura alimentar do litoral norte do Paraná e da mesorregião vale do Ribeira como prática suscetível ao turismo de base comunitária	Dirson Teixeira Junior, Ana Josefina Ferrari, Marcos Luiz Filippim	Artigo	Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável
ALBACH et al., 2022	2022	Aprendizados na Elaboração de Planos de Uso Público e Turismo: Caso do Parque Nacional do Superagui/PR	Valéria de Meira Albach Suelen Marquardt Zulmeia Ferreira Pinheiro	Artigo	Biodiversidade Brasileira

APÊNDICE 5 – PUBLICAÇÃO: ÁREAS PROTEGIDAS - GUARAQUEÇABA

Referência	Ano	Título	Autoria	Publicação	Periódico
ADAMS, 2000	2000	As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar	Cristina Adams	Artigo	Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2000, V. 43 n° 1.
ZANONI et al, 2000	2000	Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental	Magda M. Zanünl, Angela Duarte D. Ferreira, Lavaís De A. Miguel, Dimas Flúriani, Naldy Canal, Claude Raynaut	Artigo	Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2. p. 39-55, jul. dez. 2000. Editora da UFPR
MARANGON et al, 2002	2002	Indicadores Sustentabilidade Serra Negra	Maristela Marangon Rosélis Presznhuk Raquel Franco Sordi Libia Patricia Peralta Agudelo	Artigo	Revista Educação & Tecnologia Periódico Técnico Científico dos Programas de Pós-Graduação em Tecnologia dos CEFETS-PR/MG/RJ
OLIVEIRA, 2002	2002	As representações sociais sobre legislação ambiental em uma comunidade de agricultores	Márcio de Oliveira	Artigo	Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, Especial Temática, p.245-257, 2002
RODRIGUS et al., 2003	2003	É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma Área de Proteção Ambiental no litoral sul do Brasil	Anibal Rodrigues Humberto Tommasino Guillermo Foladori Anderson Gregorczuk	Artigo	Ambiente & Sociedade - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003
MARANGON, AGUDELO, 2004	2004	Comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba: entre diálogos e conflitos	Maristela Marangon Libia Patricia Peralta Agudelo	Artigo/Congresso	ANNPAS
TEIXEIRA, 2004	2004	A proteção ambiental em Guaraqueçaba: substituição de agentes e de concepções sobre a relação sociedade-meio ambiente	Cristina Teixeira	Artigo	Researchgate.net

Referência	Ano	Título	Autoria	Publicação	Periódico
SAMPAIO, 2005	2005	Comunidades rurais na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba: análise de agrupamentos hierárquicos	Claudia Pereira da Silva Sampaio	Artigo/Congresso	Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
TEIXEIRA, 2005	2005	O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a "naturalização" do social	Cristina Teixeira	Artigo	Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 20 Nº. 59
ANZE, 2006	2006	Caiçaras e Chauás: as comunidades litorâneas e as políticas públicas ambientais do parque nacional do Superagui (Vila Barra do Superagui/ PR, 1989-2006)	Melissa Anze	Monografia	Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.
PINHO, 2006	2006	Sistemas de gestão em unidades de conservação: o caso dos manguezais da APA de Guaraqueçaba/PR	Marcelo Simões Serran De Pinho	Dissertação	Universidade Federal de Santa Catarina centro de filosofia e ciências humanas departamento de sociologia política Programa de pós-graduação em sociologia política
DUMORA, 2006	2006	Viver e Sobreviver numa Área de Proteção Ambiental: o caso da pequena agricultura familiar em uma das comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba	Catherine Dumora	Artigo	Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 14, p. 47-67 2006. Editora da UFPR
KASSEBOEHMER, 2007	2007	Restrições e impactos da legislação ambiental aplicada no município de Guaraqueçaba – paraná	Ana Livia Kasseboehmer	Dissertação	Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná
TEIXEIRA, LIMONT, 2007	2007	Possibilidades e limites da participação social na gestão de conflito ambiental: o conselho gestor em unidade de conservação	Cristina Teixeira, Marcelo Limont	Artigo	Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, v.14, n.1, p. 95 - 116
KASSEBOEHMER, SILVA, 2008	2008	O olhar de pesquisador sobre Guaraqueçaba, paraná: diagnóstico e análise crítica da produção científica relacionada ao município	Ana Livia Kasseboehmer, Ivan Crespo Silva	Artigo	Floresta, Curitiba, PR, v. 39, n. 3, p. 643-658, jul./set. 2009.
MENDES, DOZSA, D'AROZ, 2008	2008	Capacitação dos cooperados da arte nossa a experiência da ITCP/UFPR	Sandro Miguel Mendes, Denys Doza, Marlene Schüssler D'Aroz	Dossiê Temático	

Referência	Ano	Título	Autoria	Publicação	Periódico
DENARDIN, LOUREIRO, SULZBACH, 2008	2009	Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense	Valdir Frigo Denardin Wilson Loureiro Mayra Taiza Sulzbach	Artigo	Redes, v. 13, n. 2, p. 184-198, 7 abr. 2009.
LIMONT, 2009	2009	Educação e participação social na APA de Guaraqueçaba: a capacitação como possibilidade na mediação de conflitos ambientais	Marcelo Limont	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná
SOUZA, PASSOS, YAMAKI, 2011	2011	Percepção da paisagem: o caso das construções antigas da cidade de Guaraqueçaba/PR	Roberson Miranda Souza Messias Modesto Passos Humberto Yamaki	Artigo	Rev. GEOMAE Campo Mourão, PR v.2n.e.1 p.191 - 206 2ºSem 2011 ISSN 2178-3306
KOMARCHESKI, 2012	2012	Sustentabilidade socioambiental da produção de farinha de mandioca em Guaraqueçaba/PR	Rosilene Komarcheski	Dissertação	Curso de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná,
ROCHADELLI et. al., 2013	2013	Restrições e impactos da legislação ambiental no município de Guaraqueçaba, PR	Roberto Rochadelli, Ivan Crespo, Roberto Tuyoshi Hosokawa, Ana Livia Kasseboehmer, Alessandro Vínicios Schneider	Artigo	FLORESTA, Curitiba, PR, v. 43, n. 3, p. 495 - 502, jul. / set. 2013.
CAMARGO, 2013	2013	A gestão do Parque Nacional do Superagui: a percepção da comunidade de barbados sobre o processo de elaboração do plano de manejo.	João Luiz Almeida De Camargo	Monografia	Curso de graduação em Oceanografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná
SOUZA, PASSOS, YAMAKI, 2013	2013	Paisagem cultural: avaliação das paisagens cênicas de Guaraqueçaba	Roberson Miranda Souza Messias Modesto Passos Humberto Yamaki	Artigo	ACTA Geográfica, Boa Vista, v.7, n.15, mai./ago. de 2013. pp.165-189
COELHO, 2014	2014	Entre ilhas e comunidades: articulações políticas e conflitos socioambientais no Parque Nacional do Superagui	Karina Da Silva Coelho	Dissertação	Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná
RAINHO, 2015	2015	A gente vive no mar: saberes oceanográficos na comunidade tradicional barra da Ararapira	Ana Paula Rainho	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Setor de Ciências

Referência	Ano	Título	Autoria	Publicação	Periódico
KASHIWAGI, 2015	2015	Os desafios do poder público nos processos de preservação da identidade cultural de populações tradicionais caiçaras do Parque Nacional do Superagui	Helena Midori Kashiwagi	Artigo	Humanas, Universidade Federal do Paraná,
ROCHADELLI, SANTOS, SCHNEIDER, 2015	2015	O contexto socioambiental das unidades de conservação no município de Guaraqueçaba – PR: percepções da população local	Roberto Rochadelli, Anadalvo Juazeiro dos Santos, Alessandro Vinícios Schneider	Artigo	Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 04, n. 09, p. 91-103, jan-jun 2015
ROCHA, 2015	2015	Cercamentos ambientais: modos de uso dos recursos e conflitos socioambientais no Estado do Paraná	Ana Carolina Rocha	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Departamento de Antropologia, da Universidade Federal de Santa Catarina,
TIEPOLO, 2015	2015	A inquietude da mata atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada	Liliani Marília Tiepolo	Artigo	Guaçu, Matinhos, v.1, n.2, p. 96-109, jul./dez. 2015
ARANTES, 2016	2016	A dinâmica atual do conflito entre uso e conservação de recursos pesqueiros na estação ecológica de Guaraqueçaba, Paraná	Ana Carolina Vitorio Arantes	Dissertação	Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná.
TIEPOLO, DENARDIN, 2016	2016	Desenvolvimento territorial sustentável: uma nova experiência na Mata Atlântica	Liliani Marília Tiepolo, Valdir Frigo Denardin	Artigo	RBPG, Brasília, v.13, n.32, p. 865 - 888, set./dez. 2016
CAMARGO, 2016	2016	O plano de manejo e a participação social: o caso do Parque Nacional do Superagui e a comunidade de barbados	JOÃO LUIZ ALMEIDA DE CAMARGO	Artigo	Curso de Especialização em Análise Ambiental do Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra/UFPR,
ARANTES et. al., 2017	2017	Conflitos ambientais na estação ecológica de Guaraqueçaba, Paraná: uma tentativa de mediação	Ana Carolina Vitorio Arantes Juliana Lima Spinola Cristina Teixeira Jimi Amaral Silva	Artigo	Anais do VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social e III Encontro Latino-Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social

Referência	Ano	Título	Autoria	Publicação	Periódico
DUARTE, 2018	2018	"Resistir e retomar nossa terra e nosso mar": Os comuns como planejamento e gestão territorial subversivos em Guaraqueçaba	Leticia Ayumi Duarte	Tese	Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Paraná.
MELLO, 2019	2019	"Não é a pesca, são as pescadoras": uma etnografia da pesca na Área de Proteção de Guaraqueçaba – PR	Rosimery Medeiros De Mello	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá,
TORRES, MINOZZO, 2019	2019	Justiça socioambiental e a territorialidade dos pescadores artesanais do Parque Nacional do Superagui	Katya Regina Isaguire Torres, Monique Caroline Minozzo	Capítulo de livro	Derecho, Lucha de Clases y Reconfiguración Del Capital En Nuestra América Vol.1, edited by Daniel Sandoval Cervantes et al., CLACSO
ARNS, 2020	2020	A construção do conhecimento coletivo em uma comunidade de mulheres pescadoras profissionais artesanais na região de Guaraqueçaba – PR	Elaine Teresa Mandelli Arns	Tese	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
FERREIRA, PONTES, 2022	2022	Repercussões socioambientais no planejamento urbano do município de Guaraqueçaba (PR): olhares decoloniais a partir da visibilidade dos territórios caiçaras	Ana Caroline dos Santos Ferreira, Daniele Regina Pontes	Artigo/Congresso	XIX ENANPUR

**APÊNDICE 6 – QUADRO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INTERESSE
TURÍSTICO POR TIPO E LOCALIDADE (2022)**

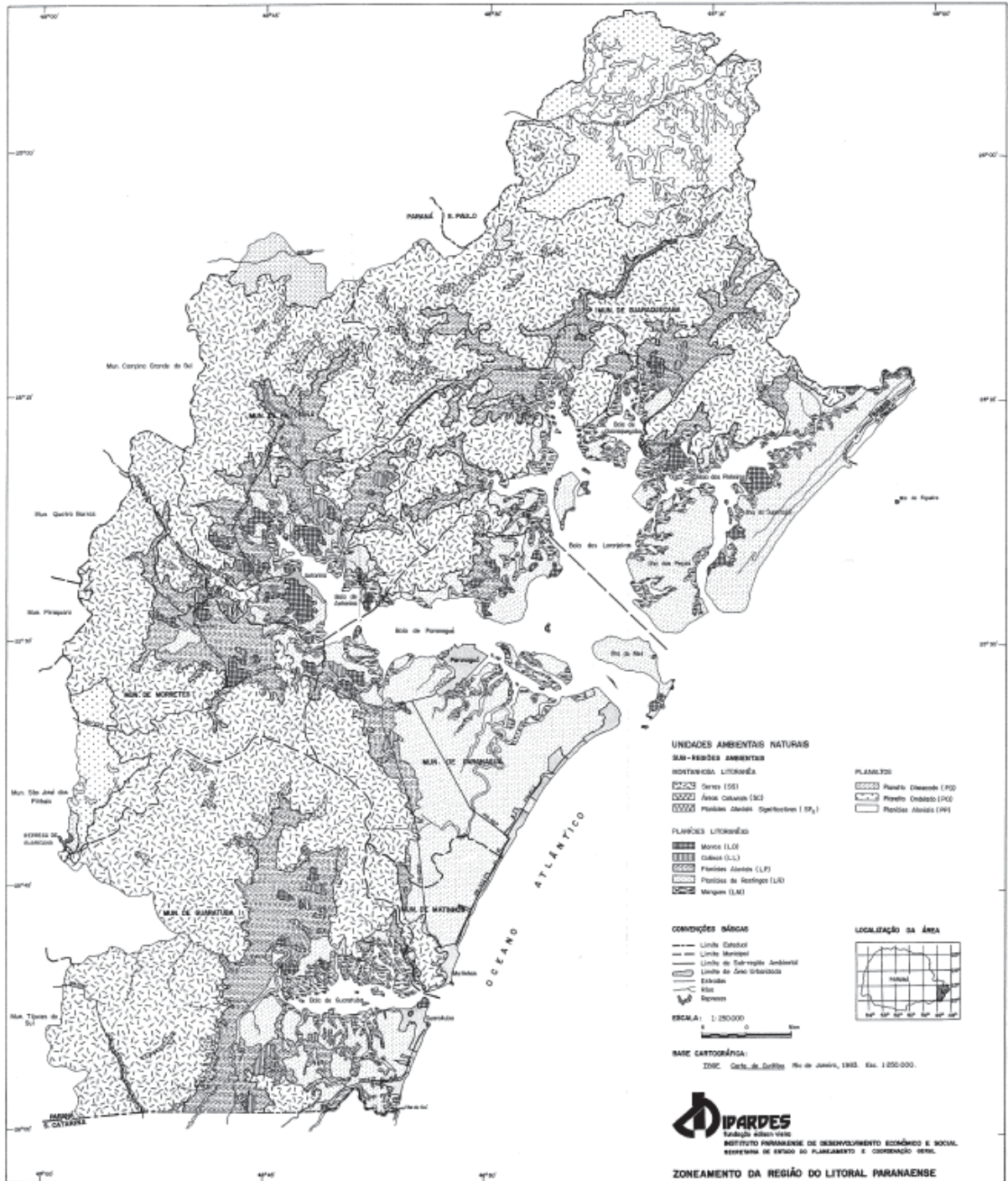
Localidade/Tipologia	Quantidade de Estabelecimentos	Média das Avaliações	Número de Avaliações
Barbados	3	5,00	11
Hospedagem Airbnb	1		
Serviços de Alimentação	2	5,00	11
Barra do Ararapira	5	4,98	52
Atrativo	1	5,00	1
Pousada	4	4,98	51
Barra do Superagui	28	4,48	837
Atrativo	1	4,80	32
Camping	6	4,58	64
Hospedagem Airbnb	2	4,68	31
Pousada	18	4,41	693
Serviços de Alimentação	1	4,60	17
Batuva	3	4,63	64
Atrativo	1	4,50	8
Pousada	1	4,60	20
Serviços de Alimentação	1	4,80	36
Bertioga	2	4,75	58
Pousada	1	4,80	27
Serviços de Alimentação	1	4,70	31
Guapicu	1		
Serviços de Alimentação	1		
Ilha das Peças	15	5,54	720
Camping	1	5,00	11
Hospedagem Airbnb	4	6,47	29
Pousada	5	6,01	51
Serviços de Alimentação	5	4,62	629
Ilha de Superagui	2	4,75	77
Camping	1	5,00	7
Atrativo	1	4,50	70
Ilha Rasa	6	4,53	10
Atrativo	1	5,00	3
Hospedagem Airbnb	2	4,67	3
Serviços de Alimentação	3	4,33	4
Medeiros	1	5,00	5
Pousada	1	5,00	5
Morato	2	4,73	370
Atrativo	1	4,70	257
Serviços de Alimentação	1	4,80	113
Poruquara	1	5,00	37
Pousada	1	5,00	37
Potinga	4	4,32	85
Pousada	1	4,80	18

Localidade/Tipologia	Quantidade de Estabelecimentos	Média das Avaliações	Número de Avaliações
Serviços de Alimentação	3	4,20	67
PR-405	1	5,00	3
Serviço	1	5,00	3
PR-405	2	4,80	69
Atrativo	2	4,80	69
Sede	30	4,46	2601
Atrativo	6	4,18	519
Camping	1	5,00	5
Hospedagem Airbnb	4	4,61	38
Hotel	2	4,13	432
Pousada	8	4,62	821
Serviços de Alimentação	8	4,40	770
Serviço	1	4,80	16
Serra Negra	1		
Hospedagem Airbnb	1		
Sibuí	1	4,90	31
Atrativo	1	4,90	31
Tagaçaba	4	4,85	316
Hospedagem Airbnb	1	4,89	63
Pousada	1	4,80	45
Serviços de Alimentação	2	4,85	208
Total Geral	112	4,67	5346

**APÊNDICE 7 – QUADRO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INTERESSE
TURÍSTICO MEIOS DE HOSPEDAGENS E VALORES (2022)**

Plataforma	Localização	Descrição	Preço Diária
Airbnb	Barbados	Casa Inteira	R\$ 411,00
Airbnb	Barra do Ararapira	Quarto em Pousada	R\$ 106,00
Airbnb	Barra do Superagui	Quarto em Pousada	R\$ 378,00
Airbnb	Barra do Superagui	Casa Inteira	R\$ 343,50
Airbnb	Barra do Superagui	Quarto em Pousada	R\$ 309,50
Airbnb	Barra do Superagui	Quarto em Pousada	R\$ 95,50
Airbnb	Barra do Superagui	Quarto em Casa	R\$ 80,00
Airbnb	Barra do Superagui	Quarto em Pousada	R\$ 80,00
Airbnb	Ilha das Peças	Casa Inteira	R\$ 658,50
Airbnb	Ilha das Peças	Casa Inteira	R\$ 601,00
Airbnb	Ilha das Peças	Casa Inteira	R\$ 567,00
Booking	Ilha das Peças	Casa Inteira	R\$ 279,00
Booking	Ilha das Peças	Quarto em Pousada	R\$ 279,00
Airbnb	Ilha Rasa	Casa Inteira	R\$ 572,50
Airbnb	Ilha Rasa	Casa Inteira	R\$ 429,50
Booking	Sede	Quarto em Pousada	R\$ 420,00
Airbnb	Sede	Casa Inteira	R\$ 240,50
Airbnb	Sede	Quarto em Pousada	R\$ 229,00
Airbnb	Sede	Casa Inteira	R\$ 217,50
Airbnb	Sede	Studio	R\$ 172,00
Booking	Sede	Casa Inteira	R\$ 140,00
Airbnb	Sede	Quarto em Pousada	R\$ 114,50
Airbnb	Sede	Quarto em Casa	R\$ 86,00
Airbnb	Serra Negra	Casa Inteira	R\$ 172,00
Airbnb	Tagaçaba	Casa Inteira	R\$ 446,50

ANEXO - 01 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO LITORAL PARANÁ – 1989



SUB-REGIÃO SÍMBOLO	UD. AMBIENTAL NATURAL (UAN)	
Montanhosa Litorânea	Serras	SS
	Áreas Coluviais	SC
	Planícies Aluviais Significativas	SPS
	Planícies Aluviais Não-Significativas	SP
Planícies Litorâneas	Planícies Aluviais	LP
	Planícies de Restingas	LR
	Morros	LQ
	Áreas Coluviais	LC
	Colinas	LL
	Mangues	LM
Planaltos	Planaltos Ondulado	PQ
	Planalto Dissecado	PD
	Planícies Aluviais	PP

ANEXO - 02 – CONHEÇA GUARAQUEÇABA ENQUANDO É DIFÍCIL (1970)

1970

Conheça Guaraqueçaba enquanto é difícil.

Esta cidade viveu quatro séculos situada pelo mar e pela floresta. Aqui não há automóveis e o último táxi importante parece ter ocorrido em 1834, quando um certo doutor Luiz Bannos Figueira, "senhor de muitos escravos", abriu todos os que lhe pertenciam em sua fazenda, em memória do "Anônimo da Sociedade de Defesa Paraguaçuense". O povo vive tranquilo, passeando de tardezinha pelas ruas estreitas, viajando no lombo de ouro ou na lancha que faz a ligação periódica com Paranaguá, de onde vem os remédios para o povo e as cartas para alguns poucos privilegiados.

Entretanto, a vila de Guaraqueçaba está prestes a ingressar em seu roteiro turístico litor. O Departamento de Estradas de Rodagem está concluindo uma estrada pioneira que a liga a Cascata e a Antonina. Vai ser um dia de festa quando chegar o primeiro automóvel e for descarregado o primeiro caminhão. Quem espera por esse dia é "seu" Manoel Jacinto Simões, que já ouviu muitos governadores prometerem a ligação, mas só acreditou mesmo quando foi até lá ver a estrada que Paulo Pimental está terminando.

Seu Guaraqueçaba é a cidade ideal para o turismo. Tem casas antigas, igrejas no bom estilo barroco simplificado e uma gente que é hospitaleira como ninguém. Acho que virão muitos visitantes depois que a estrada estiver pronta".

A região de Guaraqueçaba vai até a fronteira do Paraná com São Paulo. A este está a Ilha de Superaguá, onde muitos piratas franceses e ingleses procuraram esconderijo na época em que assaiavam o litoral brasileiro, na esperança de encontrar uma nau carregada de ouro e pedrarias pelo caminho. Quase tudo é rústico e bonito. Mas quase tudo poderá se transformar em agradável "habitat" dos turistas depois que foram concluídas as obras de saneamento já programadas.

O Canal do Varadouro, por exemplo, que liga a baía de Paranaguá à São Paulo, será um caminho natural para quem quiser visitar a região, cujas terras são ricas em húmus (a camada parece ser de 8 metros) e onde se planta café, banana, arroz e muita coisa mais.

No futuro de Guaraqueçaba está, também, uma indústria de pesca, já financiada pela Codepar, que dará emprego aos rapazes jovens do município - que até agora eram obrigados a se mudar para Paranaguá ou Curitiba em busca de emprego. E também outras indústrias, que serão acionadas pela energia que a hidrelétrica de Capivari-Cachoetra colocará à disposição do município a partir do ano que vem.

Por enquanto, conhecer Guaraqueçaba significa levantar cedo, embarcar na lancha e viajar duas horas através da mata. Mas vale a pena, porque a Igreja de Bom Jesus dos Perões é uma jóia da arquitetura da época, a visão de casario baixo e uniforme não é encontrada em nenhum outro ponto do Paraná e - principalmente - porque o turista sente o gosto do desconhecido. Poucos, além dele, conhecem toda aquela beleza.

Por isso visite Guaraqueçaba agora - antes que fique mais difícil.

O bom mesmo é descer de litorina.

O litoral hoje em dia está bem perto. Mas, o bom mesmo é descer de trem. Você então, verá uma das paisagens mais belas de todo o país, numa ferrovia que faz inveja a muita gente, graças a sua beleza arquitetônica, aliada a uma técnica de engenharia superavanzada. Mas, o melhor ainda é ter a Paranaguá de litorina. A Rede Viação Paraná Santa-Catarina mantém diariamente uma moderna e rápida litorina que sai às 8h10m com destino ao nosso litoral. E o preço também é convidativo. Apenas NC\$ 2,40. E então é mais ou menos assim, a sua viagem. A litorina começa deslizar suavemente, sem barulho ou qualquer trepidação. As poltronas espaçosas, são convidativas. Mas não se pode dormir: pelas amplas janelas a paisagem maravilhosa da Serra do Mar começa a deslizar. Pelo sistema estereofônico, as tizes espalham uma música tranquila. Se você tem alguma preferência é só falar com o pessoal da Bôde que as gravações são repetidas. Se quiser beber refrigerantes ou comer doces ou chocolates é só pedir. E assim a coisa vai. No alto da Serra, na Capela de Nossa Senhora do Cadeado, a litorina dá uma parada. Você assim pode apreciar a paisagem. Em outros pontos interessantes, como o viaduto São João, a operação se repete. E assim sem preocupação, e com todo o conforto, você chega a Paranaguá. No retorno, a litorina parte às 15,55 horas, sem escalas para Curitiba, numa viagem que por certo você nunca mais vai esquecer.

FONTE: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná, pesquisa realizada em julho de 2022

ANEXO - 03 – GUARAQUEÇABA PAISAGEM, POVO E FANDANGO (1981)

GUARAQUEÇABA

Estado do Paraná 30-3-81

Foi em 1910, que as primeiras empresas — de reflorestamento Agro Pastoral, Plântio e Matadaria — foram fundadas na região de Guaraqueçaba. No princípio, prometendo fazer mil coisas, e só a casa de reflorestamento, vendo grandes subsídios. Agora, 21 anos depois, o saldo dessas três empresas é muito triste e preocupante. Elas já se aproximam de quatro todo o município, incluindo a Ilha de Suprapuca e Ilha das Peças, estão expulsando os moradores, queimando as casas, isolando bafalos para desovar os pescadores e até matando. O ITC e o ITC estão na justiça com vários processos em cima das empresas, e embora a questão da Ilha das Peças tenha sido ganha, a Agro Pastoral continua a tranquilizar.

Assim, de repente, os moradores de Guaraqueçaba se vêem sem suas terras, ameaçados por jagunços das empresas que estão se apropriando de todo o litoral porque, como diz o prefeito Tomé Gabriel de Souza, "eles não vão para só nesse município, estão em São Paulo já estão ocupando o vale do Ribeira e agora vêm chegando pelo litoral, só Deus sabe onde vão parar". Os chacaras estão apovoados e não se para mesmo, pois nas Ilhas das Peças, a Agro Pastoral não conseguiu expulsar os comunitários, só os vários bafalos selvagens, que vêm destruindo as casas e obrigando as pessoas a tomar mil cuidados para não serem atacadas. E de repente, na paisagem da ilha, começa



Aqui será a praia artificial de Guaraqueçaba.

As histórias

EM 1910, foi construída a Prefeitura de Guaraqueçaba. Na frente, várias águas de uma abertura, cercadas o telhado. Essas águas, simbolizam o prefeito da época e os vereadores. Está é apenas uma das muitas histórias que formam o rico folclore de Guaraqueçaba, uma antiga cidade, nunca tão linda, sim, onde o Paraná começou. Na primeira metade do século XVI, atraído pelo ouro, os portugueses começaram a descer e se instalaram em Guaraqueçaba. Depois do ouro, no século XVI, veio a época do palmeiro e madeira, quando navios uruguaieiros atracavam na barra e voltavam carregados. Nos anos 30, o município chegou a ter 40 mil habitantes. Hoje tem 2.500 e a cidade não passa de 500 habitantes.

Assim, enquanto Antonina e Paranaguá prosperavam, Guaraqueçaba recuava-se, longe do progresso, com uma estrada precária, fazendo a ligação com Antonina, e o acesso a Paranaguá pelo mar. Sem luz, esgotos e telefones. Guaraqueçaba parou no tempo. Gabriel Garcia Marquez começa assim seu livro " Cem Anos de Solidão": "Nada acontece em Macaco do". E Guaraqueçaba, como uma outra Macaco, também está dormindo. Porém, como a cidade criada pelo escritor colombiano, Guaraqueçaba é um exemplo do realismo fantástico latino-americano, que junta magia e realidade, numa mistura incrível. Porque as histórias de Guaraqueçaba, lembram muito as de Macaco.

E quem sabe dessas histórias é Geremias Reis, o vice-prefeito de Guaraqueçaba-Macaco. História como a do gigante pedra que havia no meio da cidade. Para arrebentá-la, o prefeito da época não contava com nenhum recurso técnico e assim, resolveu usar uma antiga receita: fazer uma fogueira sobre a rocha, e quando ela ardeu em brasa e depois jogar água fria em cima. Com isso a rocha se partiu, mas para chegar a esse ponto foi preciso fazer uma fogueira tão grande que era avistada em Paranaguá. Hoje as pedras da rocha estão lá, para atestar a veracidade da história.

OURO, PIRATAS E REVOLUÇÃO

Pelo menos três navios estão naufragados na baía de Guaraqueçaba desde o século XVIII, já que são navios piratas, desde que atacavam galéões espanhóis vindos do vice-reino do Peru. E com os navios foram os fantamas dos piratas claro. Eles passeiam pela praia Macaco, atiram pedras nos mais imprudentes que vão em busca do ouro, embora, no fundo, como contam os "antigos", queiram que este ouro seja encontrado. Porque só assim suas almas serão paz. No canal de Suprapuca, pode-se ver ainda a caldeira de um dos navios, embora este seja um pirata mais moderno, que fazia contrabando e não roubava galéões. Mas na ilha há um cemitério, onde os corpos dos piratas que bota

ram a surgir placas com diques "Proximidade da Agro Pastoral". Cerca de arame farpado, jagunços armados e todo um aparato repressivo.

O deputado Ezequias Lasso, da região, vem lutando há muito tempo, contra essas empresas e, segundo ele a situação é dramática: "Eles têm um dinheiro, muitos jagunços e estão desafiando todo mundo, incluindo ITC e Inra. E o que fizeram até agora? Plantaram mudas de pinheiros na praia, imagine o absurdo. Mas foi isso mesmo, mudas de pinheiros plantados diretamente na areia, como pretexto para justificar os incentivos recebidos e para justificar também a ocupação das terras. Então eles chegam com motosserras e em um dia desmatam uma área enorme. Depois deixam os troncos caídos e colocam uma placa da empresa. E mais nada. O pior é que as pessoas que moram aí, há várias gerações, quando não se desistem engasgar, são expulsas. Como a maioria não sabe ler nem escrever, essas empresas foram documentos, dizendo que eles fazem parte de um

empresas tomaram posse das terras e comprou uma época de terror que dura até hoje. A estrada, foi construída pelos pescadores, os hospitais e escolas não existem. E as empresas estão instaladas. Quando houve reclamações, de que as promessas não haviam sido cumpridas, as empresas disseram que não havia nenhum documento provando que elas tinham se comprometido. De fato não havia mas por isso mesmo, elas também não tinham direito nenhum as terras. Só que elas não saíram, mas pelo contrário, continuam se apropriando de um número cada vez maior de terras. O resultado é que hoje quase 80% das terras do município tem placas das empresas e tirá-las daqui não vai ser fácil".

A Plântio está se apropriando de áreas enormes onde é cultivado palmeiro e vendendo este palmeiro. A Matadaria está desmatando imensas áreas e não está reflorestando e a Agro Pastoral se apropriou das terras de um número cada vez maior de terras. O resultado é que hoje quase 80% das terras do município tem placas das empresas e tirá-las daqui não vai ser fácil".

Os usuários serão reconstruídos, o mercado com uma fonte no meio, voltará à sua antiga função, e com o porto, Guaraqueçaba terá condições para de novo vender palmeiro, peixe e madeira. Até um hotel está previsto no projeto do arquiteto Marcos Prado: "Eu acho, de ele, que o mais importante, isto é o projeto, com uma área inicial de 1.500 mil cruzeiros, foi feita. Porque a partir disso, além do governo se comprometer, o município terá poder ser construído ou quando em Guaraqueçaba, sem que qualquer investimento seja necessário".

Por isso, sexta-feira, foi dia de festa em Guaraqueçaba: O projeto foi lançado oficialmente. A banda tocava fandango e em Guaraqueçaba todos sorriam, esperando dias melhores. Mas, quando vierem, ainda restará muito de Macaco em Guaraqueçaba. Com seus fantamas, seu povo "Liberdade", suas águas fangosas, o realismo mágico que faz parte, não como de todo o continente, continuará presente. Guaraqueçaba está esperando, mas a Macaco não está. Logo, seguirá com seus sonhos

Guaraqueçaba, paisagem, povo, e fandango.

ram a surgir placas com diques "Proximidade da Agro Pastoral". Cerca de arame farpado, jagunços armados e todo um aparato repressivo.

O deputado Ezequias Lasso, da região, vem lutando há muito tempo, contra essas empresas e, segundo ele a situação é dramática: "Eles têm um dinheiro, muitos jagunços e estão desafiando todo mundo, incluindo ITC e Inra. E o que fizeram até agora? Plantaram mudas de pinheiros na praia, imagine o absurdo. Mas foi isso mesmo, mudas de pinheiros plantados diretamente na areia, como pretexto para justificar os incentivos recebidos e para justificar também a ocupação das terras. Então eles chegam com motosserras e em um dia desmatam uma área enorme. Depois deixam os troncos caídos e colocam uma placa da empresa. E mais nada. O pior é que as pessoas que moram aí, há várias gerações, quando não se desistem engasgar, são expulsas. Como a maioria não sabe ler nem escrever, essas empresas foram documentos, dizendo que eles fazem parte de um



empresas tomaram posse das terras e comprou uma época de terror que dura até hoje. A estrada, foi construída pelos pescadores, os hospitais e escolas não existem. E as empresas estão instaladas. Quando houve reclamações, de que as promessas não haviam sido cumpridas, as empresas disseram que não havia nenhum documento provando que elas tinham se comprometido. De fato não havia mas por isso mesmo, elas também não tinham direito nenhum as terras. Só que elas não saíram, mas pelo contrário, continuam se apropriando de um número cada vez maior de terras. O resultado é que hoje quase 80% das terras do município tem placas das empresas e tirá-las daqui não vai ser fácil".

A Plântio está se apropriando de áreas enormes onde é cultivado palmeiro e vendendo este palmeiro. A Matadaria está desmatando imensas áreas e não está reflorestando e a Agro Pastoral se apropriou das terras de um número cada vez maior de terras. O resultado é que hoje quase 80% das terras do município tem placas das empresas e tirá-las daqui não vai ser fácil".

Os usuários serão reconstruídos, o mercado com uma fonte no meio, voltará à sua antiga função, e com o porto, Guaraqueçaba terá condições para de novo vender palmeiro, peixe e madeira. Até um hotel está previsto no projeto do arquiteto Marcos Prado: "Eu acho, de ele, que o mais importante, isto é o projeto, com uma área inicial de 1.500 mil cruzeiros, foi feita. Porque a partir disso, além do governo se comprometer, o município terá poder ser construído ou quando em Guaraqueçaba, sem que qualquer investimento seja necessário".

Por isso, sexta-feira, foi dia de festa em Guaraqueçaba: O projeto foi lançado oficialmente. A banda tocava fandango e em Guaraqueçaba todos sorriam, esperando dias melhores. Mas, quando vierem, ainda restará muito de Macaco em Guaraqueçaba. Com seus fantamas, seu povo "Liberdade", suas águas fangosas, o realismo mágico que faz parte, não como de todo o continente, continuará presente. Guaraqueçaba está esperando, mas a Macaco não está. Logo, seguirá com seus sonhos

FONTE: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná, pesquisa realizada em julho de 2022

ANEXO - 04 – GUARAQUEÇABA VIAGEM AO BERÇO DO ATLÂNTICO

FOGO DE CONSELHO



LOCAL DE ATIVIDADES

Guaraqueçaba foi o primeiro município paranaense, colonizado por portugueses que lá aportaram em 1545. Em 1638/1646 foi descoberta uma rica lavra de ouro nas encostas da Serra Negra. Logo após chegaram os jesuítas, que fundaram em Superagüi um estabelecimento agrícola e religioso, formando assim o primeiro aglomerado humano da região.



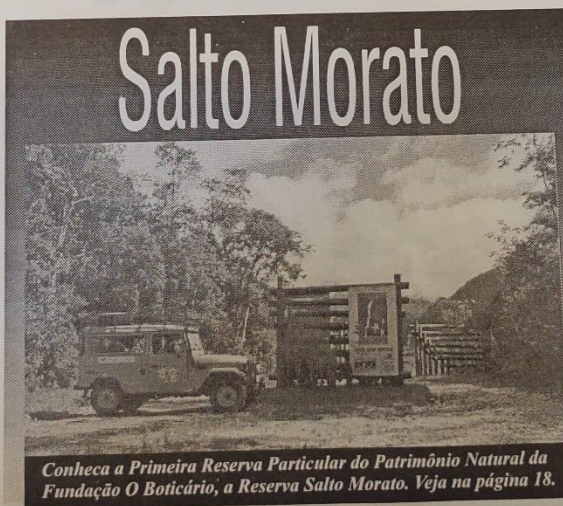
Guaraqueçaba: viagem ao berço do Atlântico

Guaraqueçaba localiza-se no litoral norte do Paraná. Em tupi-guarani, significa "lugar do Guará", uma ave semelhante a uma garça de cor avermelhada que era abundante na região. A importância da região está associada a três unidades de conservação: Área de Proteção Ambiental, Estação Ecológica e Parque Nacional. A Igreja dedicada a Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões constitui uma das atrações da cidade, pois foi construída em 1838, sendo a primeira construção da localidade. Em seu interior destaca-se o altar em forma de embarcação, cuja base é um peixe esculpido em madeira, em homenagem aos pescadores da região. Outra atração da cidade são as diversas construções do século

XIX, que guardam ainda as características do estilo colonial. Destaca-se o sobrado que abriga a sede da Estação Ecológica, administrada pelo IBAMA, onde funciona exposição permanente sobre a história do município. No centro da

cidade está localizada a Ponta do Morretes, uma área arborizada, com passarela beirando a baía. Também é interessante a trilha do morro do Quitumbê, que segue sinuosa em meio a vegetação nativa numa extensão em torno de 800

metros, culminando, em seu topo, com exuberante vista da baía. Diversas ilhas fazem parte do município, entre elas a Das Peças, Rasa, Das Laranjeiras, do Rabelo/Povoca e do Superagüi, onde foi criado, em 27 de abril de 1989, o Parque Nacional, que engloba quase a totalidade da Ilha do Superagüi e Ilha das Peças, excluídas as comunidades dos pescadores. Inclui restingas, mangues, sambaquis, elevações isoladas, grandes áreas de praias desertas, além de diversas trilhas ecológicas. Abriga diversas espécies animais, algumas raras ou em extinção, como o papagaio Chauá, o jacaré de Papo Amarelo, os macacos Sauá e Mono Carvoeiro, além de vegetais como Ipês, Jacarandás e Orquídeas.



Conheça a Primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural da Fundação O Boticário, a Reserva Salto Morato. Veja na página 18.

ANEXO - 05 – ROTEIRO ECOLÓGICO QUE A ONU RECOMENDA (1992)

Lagamar: roteiro ecológico que a ONU recomenda

A ONU, através de sua agência de turismo, está fazendo algumas recomendações aos participantes da Eco-92 que virão ao Brasil. Apresenta-lhes oito roteiros ecológicos de importância mundial, para que os conheçam.

Entre eles, a região de Guaraqueçaba, no Paraná, que faz parte do Lagamar — Complexo Estuarino Lagunar compreendido entre Iguape, em São Paulo, e Paranaguá, no Paraná.

Este é o último estuário não poluído da costa brasileira, com mais de dois mil quilômetros de praias, florestas, ilhas, manguezais e restingas. É um dos cinco maiores criatórios de vida marinha do mundo, segundo a FAO. Essa maravilha preservada da natureza é ainda praticamente desconhecida dos turistas brasileiros, inclusive dos paranaenses.

Guaraqueçaba até recentemente só podia ser alcançada por mar. Hoje uma rodovia não pavimentada a liga aos demais municípios paranaenses, mas ainda está suficientemente longe da poluição e da destruição causada pelo que se convencionou chamar progresso.

A região é protegida pela Serra do Mar e da preservação da Mata Atlântica pode-se dizer que depende sua sobrevivência como região de tanta importância ecológica.

Um norte-americano, John Jankowski, radicado no Brasil há quatro anos, proprietário da embarcação Lagamar, um confortável barco para 44 passageiros, apaixonou-se pela região e começou a realizar nela turismo ecológico. Sua



Paranaguá é o ponto de partida para um tour ecológico ao Lagamar, destino recomendado pela própria da Eco-92. Foto: Ilson Almeida.

FONTE: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná, pesquisa realizada em julho de 2022

ANEXO - 06 – GUARAQUEÇABA ECOLÓGICA E CULTURAL (1992)

Guaraqueçaba, ecológica e cultural

Também histórica, é considerada uma das maiores regiões do Lagamar

Guaraqueçaba, "Terra dos Guarás". Lugar onde se encontram várias espécies de animais ameaçadas de extinção como o jacaré de papo amarelo, o tatu canastra, o gavião real, o jacó do Litoral e o papagaio do papo rosa. Ali também se encontra a terceira maior baía do mundo e lugares belíssimos como a Cachoeira do Morato, a Barra do Arapirã, a Praia Deserta, a Ilha do Superagui e Ilha das Peças, entre outras maravilhas.

Guaraqueçaba é considerada uma das maiores e mais preservadas regiões do Lagamar — complexo estuarino lagunar — compreendido entre Iguape, São Paulo e Paranaguá, que forma o último estuário não poluído da costa brasileira. São dois mil quilômetros quadrados de praias, florestas, ilhas, restingas, formando um dos cinco maiores criatórios de vida marinha do mundo e o terceiro maior potencial de recursos pesqueiros do país.



A singularidade da cidade.

Além das áreas da Estação Ecológica de Guaraqueçaba e do Parque Nacional do Superagui, toda a região de Guaraqueçaba foi declarada pelo governo federal como Área de Proteção Ambiental (APA).

A Praia Deserta, tombada pelo Patrimônio Histórico, compreende aproximadamente 38 quilômetros de praias. Esta é uma das últimas áreas conservadas e que propiciam o pouso de aves marítimas raras.

em 1543, foram vistos pela primeira vez no Paraná, nesta mesma ilha, instalou a primeira colônia suíça do Paraná.

A localização


Guaraqueçaba, além de tudo, é muito importante para a humanidade. Ela faz parte do Lagamar - Complexo Estuarino Lagunar —, compreendido entre Iguape (SP) e Paranaguá, abrangendo um total de 200 quilômetros de beleza natural. Está ali o maior criatório de vida marinha do mundo.

FONTE: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná, pesquisa realizada em julho de 2022

ANEXO - 07 – FOLDER ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAQUEÇABA


NA ÁREA RESERVADA ÀS ESTAÇÕES ECOLÓGICAS SÃO PROIBIDOS PRINCIPALMENTE:

- 1) - Presença de rebanho de animais domésticos de propriedade particular;
- 2) - Exploração de recursos naturais;
- 3) - Porte e uso de armas de qualquer tipo;
- 4) - Porte e uso de instrumentos de corte de árvores;
- 5) - Porte e uso de redes de apanha de animais e outros artefatos de captura;
- 6) - A visitação pública, exceto quando com objetivo educacional.



MÃO PELADA
Nome Científico: *Procyon cancrivorus*.

Localização da Região de Guaraqueçaba, Paraná.




Mapa Integrado SIVIS - ACIS/5, Versão de 20/05/2008

— APA - Área de Proteção Ambiental (Inclui o Parque Nacional, a Estação Ecológica e Área Marinha)
— Parque Nacional do Superagui
— Estação Ecológica de Guaraqueçaba


ENDEREÇO PARA CONTATO:
Rua Paula Miranda, nº 10, Guaraqueçaba - PR
CEP 83390-000, Fone (41) 482-1262

Núcleo de Educação Ambiental / NEA-PR



ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAQUEÇABA

Estação Guaraqueçaba



VISTA AEREA DE UMA DAS ÁREAS DE MANGUE


criação:
Decreto Federal nº 87.222, de maio de 1982.

LOCALIZAÇÃO:
Situada-se ao norte do litoral do Estado do Paraná, no município de Guaraqueçaba.


ÁREA:
11.573,5 ha.

CARACTERÍSTICAS:
A estação é composta por sete áreas predominantemente ocupadas por manguezais, distribuídas ao norte da baía da Paranaaguá, abrangendo as ilhas do Rabelo, Pavoçá, Laranjeiras e Sambaqui.

Além de peixes e aves há um grande número de espécies de crustáceos, moluscos e outros invertebrados que encontram nos manguezais, alimento, refúgio contra predadores e áreas para reprodução e crescimento. Entre as espécies de aves destacam-se: a garça azul, a garça moura, a saracura, o biguá, o colbereiro e o papagaio-de-cara-roxa ou cbaudá




VISTA DE UMA VEGETAÇÃO TÍPICA DE MANGUE ONDE SE PODE OBSERVAR A VARIAÇÃO DO NÍVEL DA ÁGUA NAS RAÍZES.



CARANGUEJO
Nome científico: *Ucides cordatus*.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA (ESEC)

É formada por áreas que contêm um ou vários ecossistemas e espécies da flora e da fauna que precisam ser preservadas para possibilitar a pesquisa científica.




GARÇA BRANCA GRANDE
Nome científico: *Egretta alba*

ANEXO - 08 – FOLDER APA DE GUARAQUEÇABA

NA APA DE GUARAQUEÇABA FICAM PROIBIDAS OU RESTRINGIDAS:


- 1) - A implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras;
- 2) - A realização de obras de terraplanagem e abertura de canais que causem sensível alteração das condições ecológicas locais;
- 3) - O exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou assoreamento das coleções hídricas;
- 4) - O exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies de animais, entre elas o papagaio-de-cara-roxa;
- 5) - O uso de agrotóxicos (inseticidas, herbicidas, fungicidas);
- 6) - A retirada de areia e material rochoso, nem admitidas construções de qualquer natureza, exceto embarcadouros, nos terrenos de marinha e acrescidos.

Parte - Guaraqueçaba



VISTA DO POR DO SOL NA BAIJA DE GUARAQUEÇABA

Localização da Região de Guaraqueçaba, Paraná.



PARANÁ SÃO PAULO

IBAMA M M A

IBAMA

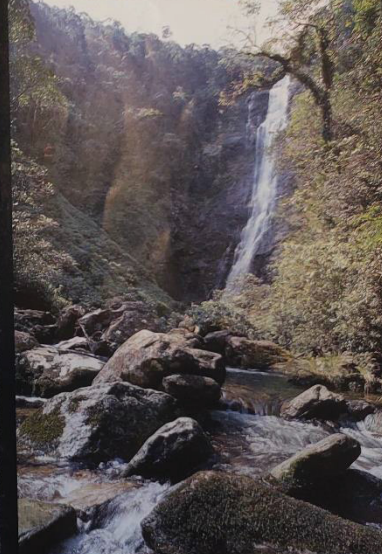
PARQUE NACIONAL DO SUPERAGÜI

IBAMA

ENDEREÇO PARA CONTATO:
Rua Paula Miranda, nº 10, Guaraqueçaba - PR
CEP 83390-000, Fone (41) 482-1262

Núcleo de Educação Ambiental / NEA-PR

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA




VISTA DO SALTO DO MORATO EM GUARAQUEÇABA.


CRIAÇÃO:
Decreto nº 90883, de 31 de outubro de 1985.

LOCALIZAÇÃO:
Litoral norte do Estado do Paraná, abrangendo o município de Guaraqueçaba e parte dos municípios de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul.

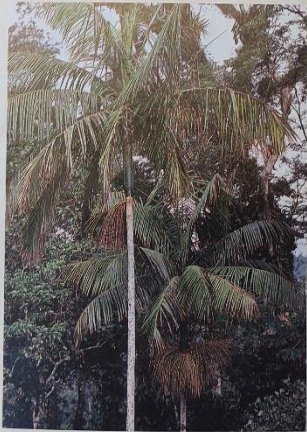
ÁREA:
283.014 ha.

CARACTERÍSTICAS:
É uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, reunindo espécies ameaçadas de extinção, sítios arqueológicos, complexo estuarino da baía de Paranaguá e comunidades tradicionais localizadas na região. A APA de Guaraqueçaba engloba o PARNA do Superagüi, a ESEC de Guaraqueçaba e as RPPNs do Salto do Morato e do Sebuí. Nelas atuam Órgãos Estaduais, Municipais e Organizações não Governamentais. Toda sua área está incluída na Reserva da Biosfera Vale do Ribeira e Serra da Graciosa pela UNESCO.





VISTA DO CENTRO DE VISITANTES DE GUARAQUEÇABA / IBAMA




VISTA DE UM PALMITEIRO (*Euterpe edulis*) UM RECURSO NATURAL CARACTERÍSTICO DA REGIÃO.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)

As Áreas de Proteção Ambiental - "APAS" são porções do território nacional especialmente protegidas por lei, visando a conservação da natureza e a manutenção da qualidade de vida das comunidades humanas. Nas APAs, a atividade humana pode e deve existir, desde que orientada e regulada de forma a evitar a degradação ambiental e permitir o uso racional e sustentado do patrimônio natural.

A APA de Guaraqueçaba tem também a finalidade de proteger o entorno da Estação Ecológica e do Parque Nacional do Superagüi.



PAPAGAIO CHAUÁ OU DE-CARA-ROXA
Nome Científico: *Amazona brasiliensis*.

ANEXO - 09 – GUARAQUEÇABA O PARAÍSO AMBIENTAL (1991)

Ecologia

PARAÍSO - GUARAQUEÇABA

1991

Guaraqueçaba o paraíso ambiental

18

O prefeito de Guaraqueçaba Luis Chemin, vem apresentando com muito trabalho e dedicação uma brilhante administração no município, voltada principalmente para a preservação do meio ambiente.



Cachoeira do Morato, 80 metros de altura uma das maiores e mais procuradas pelos turistas.

O paraíso ambiental do Paraná está no município de Guaraqueçaba a 180 quilômetros de Curitiba. Localizada no litoral norte do Estado, e com vias de acesso terrestre e marítimas. Em duas horas de carro chega-se ao paraíso, há também uma linha regular de ônibus que sai de Curitiba

SUCCESS/13

(Curitiba)

diariamente e se você preferir, pode ir de barco com saídas diariamente de Paranaguá em um trajeto belíssimo que é feito em três horas.

Na ilha de Superagui, em 1545 foram avistados pela primeira vez portugueses no Paraná. Nesta mesma ilha, foi instalado em 1852, uma das primeiras colônias de europeus do estado que foi a colônia de Superagui.

As comunidades de pescadores artesanais e pequenos produtores rurais mantêm uma relação harmoniosa homem e natureza. Esta relação é a base para o desenvolvimento e preservação do meio ambiente.

Guaraqueçaba é uma das maiores e mais preservadas regiões do Lagamar — Complexo Estuarino Lagunar compreendido entre Iguape no Estado de São Paulo e Paranaguá no Paraná, que abrange um total de 200 quilômetros de natureza intocada e beleza natural.

Além das áreas da Estação Ecológica de Guaraqueçaba e do Parque Nacional do Superagui, toda a região do município foi declarada pelo governo federal como Área de Proteção Ambiental.

As florestas tropicais recobrem apenas 6 por cento de su-



Praia Deserta na Ilha de Superagui uma beleza indescritível.

ANEXO - 10 – GUARAQUEÇABA: ÁREA TEM APOIO A PROTEÇÃO (1994)

Guaraqueçaba: área tem apoio à proteção

GABINA DO RIVO
12-04 84 p. 5

A Fundação O Boticário de Proteção à Natureza adquiriu mil e seiscentos hectares em Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, onde irá instalar sua primeira reserva natural, dentro de um programa de Áreas Naturais Protegidas. Guaraqueçaba foi escolhida pela proximidade com Curitiba, sede da Fundação, e por sua significativa faixa de Floresta Atlântica, um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo. Toda a área, que inclui as fazendas Salto Dourados e Figueira, passará agora por um Plano de Manejo, a partir do qual serão definidas as ações a serem realizadas no local.

Todo o processo de seleção e compra das fazendas levou um ano para ser viabilizado, sendo considerados aqui a situação ecológica e legal das fazendas. Segundo Miguel Krigsner, diretor-presidente do grupo e da Fundação O Boticário, o investimento nesse tipo de projeto vem de encontro a uma tendência mundial, onde as empresas estão atuando na conservação ambiental enquanto os governos desenvolvem projetos sociais prioritários.

A criação do Programa de Áreas Protegidas da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza complementa também o trabalho desenvolvido há três anos, através do Programa de Incentivo à Conservação, que já investiu mais de um milhão de dólares em cerca de 200 projetos em todo Brasil.

Para adquirir a área de Guaraqueçaba a Fundação O Boticário contou com apoio financeiro da TNC - The Nature Conservancy, a maior entidade não governamental de preservação da natureza dos Estados Unidos. A TNC desenvolveu a campanha "Adote um Acre," que mobilizou crianças de todo os Estados Unidos na coleta de recursos, que foram repassados à Fundação O Boticário, única proprietária e gerenciadora da área.



Salto Morato: queda de 70m.


























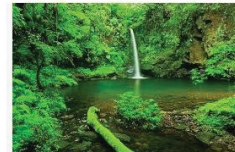








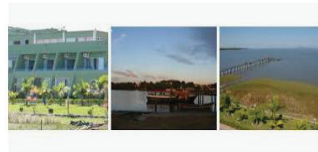


PRESERVAÇÃO, TURISMO ECOLÓGICO & PESQUISAS

Dentro da área adquirida pela Fundação O Boticário está um dos mais importantes pontos turísticos da região: o Salto Morato, uma queda d'água de mais de 70 metros de altura, localizada em meio a exuberante Floresta Atlântica. O acesso ao local continuará a ser permitido, e em breve deverá ser melhorado e sinalizado, dentro de um projeto de educação ambiental a ser desenvolvido pela SPVS.

Para garantir a manutenção da área a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza assinou um convênio de cooperação junto com a Prefeitura de Guaraqueçaba nos seguintes termos: a Prefeitura garantirá a manutenção da estrada de acesso à área e a coleta de lixo, e a Fundação O Boticário repassará à Prefeitura kits de cadernos escolares de papel reciclado para serem distribuídos às crianças da região, e brinquedos, também reciclados, para o Natal.

ANEXO - 11 – GUARAQUEÇABA: 150 PRIMEIRAS IMAGENS GOOGLE

				<p>Pesquisas relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> guaraqueçaba praia guaraqueçaba mapa guaraqueçaba pousada

 Guaraqueçaba: como curtir ao máximo a cidade... viagali.com.br	 Guaraqueçaba - Onde ficar, o que fazer... feriasbrasil.com.br	 HOTEL GUARAKESSABA (GUARAQUEÇABA)... tripadvisor.com.br	 Aos4Ventos Guaraqueçaba: como chegar e o q... aos4ventos.com.br	 Guaraqueçaba oficializa flexibilização do uso de ... folhadolitoral.com.br
 Inscrições do PSS é prorrogado até o dia 2... jblitoral.com.br	 Guaraqueçaba: como curtir ao máximo a cidade ... viagali.com.br	 Força-tarefa da PCPR agiliza 38 procedim... sen.pr.gov.br	 Um paraíso: Guaraqueçaba – Revista Distinção... tribunasc.com	 Guaraqueçaba - Ilha do Mel Barca da Ilha... barcadailha.com.br
 GUARAQUEÇABA - MPPR ajuda ação para que prefel... comunicacao.mppr.mp.br	 Pousada Paraíso em Guaraqueçaba - Hotéis.com hotels.com	 Expedições Latinas: Guaraqueçaba - Paraná expedicoeslatinas.com.br	 Salto Morato - Guaraqueçaba... guageo-parana.com	Pesquisas relacionadas <ul style="list-style-type: none">  superagui  ilha do mel  antonina
 Aos4Ventos Guaraqueçaba: como chegar e o q... aos4ventos.com.br	 Estrada para Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, v... tribunapr.uol.com.br	 Guaraqueçaba Fotos - Fotos dos viajant... tripadvisor.com.br	 Portal Guaraqueçaba guaraqueçaba.com.br	 Guaraqueçaba e seu incrível turismo de nat... desviantes.com.br
 Áreas protegidas em Guaraqueçab... researchgate.net	 Estação Ecológica de Guaraqueçaba - Wikipé... pt.wikipedia.org	 Pousada em Guaraqueçaba - Pousada dos Pin... pousadaemguaraqueçaba.com.br	 Guaraqueçaba - Ilha do Mel Barca da Ilha... barcadailha.com.br	 Rede Globo > Meu Paraná - Meu Paraná viaja pelos en... redeglobo.globo.com
 Conheça Guaraqueçaba! Sindicato disponibiliz... simec.com.br	 Instituto Chico Mendes de Conservação da ... icmbio.gov.br	 Hospedagem - Guaraqueçaba - PR - Guia do T... guiadoturismobrasil.com	 Guaraqueçaba com Ilhas das Peças e Superag... vivaaviagens.com.br	 CONHEÇA MAIS SOBRE A nossa cidade Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba guaraqueçaba.pr.gov.br
 Contrastes do turismo no 'Costão de Guar... researchgate.net	 Serra Negra - Guaraqueç... facebook.com	 Visite o Formar em Guaraqueçaba! - SMC - Sindicato dos Metalú... simec.com.br	 Guaraqueçaba - BrasilTurismo.Com brasilturismo.com	 Estrada de Guaraqueçaba-Mirante #Guaraqueça... br.pinterest.com



Portal Guaratessaba - Grande Reserva Mata A...
grandereservamataatlantica.com.br



Turismo e viagem para Guaraqueçaba 2022 - ...
tripadvisor.com.br



Superagui - Guaraqueçaba - Eu Viajo com Filhos
viajocomfilhos.com.br



Guaraqueçaba, Paraná, charmosa boca do sert...
marsemfim.com.br

Pesquisas relacionadas

- morretes
- salto morato guaraqueçaba
- guaratuba



MetalCUBE: Lazer para a família metalúrgic...
simec.com.br



Carro 'mergulha' no mar em Guaraqueçaba e dá trab...
bandab.com.br



Distância entre Paranaguá e Guaraqueçaba
br.distanciadidades.net



Casa símbolo de Guaraqueçaba está inte...
gazetadopovo.com.br



Compre aqui seu passeio de barco - Guia da...
guiadadomel.com



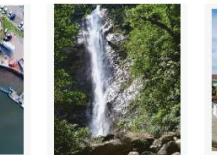
LOTE 7 - TERRENO - GUARAQUEÇABA | Secret...
administracao.pr.gov.br



Pousadas em Guaraqueçaba. Onde ficar em Gua...
feias.tur.br



Guaraqueçaba | VIAJE PARANÁ
viajeparana.com



Estrada para Guaraqueçaba
pousadafordasserra.com



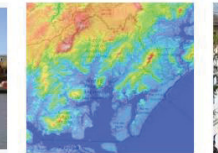
Guaraqueçaba, marco histórico do litoral paranaense
revistamea.com



Slomp & Busarello Arquitetos | PRAÇA GUARAO...
slompbusarello.com.br



Guaraqueçaba - Um pedacinho do paraíso - Trilhas ...
trilhaseventuras.com.br



Mapa topográfico Guaraqueçaba, ...
pt-br.topographic-map.com



Guaraqueçaba-Avenida | Mapio.net
mapio.net



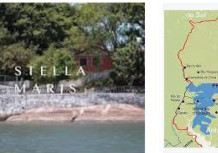
Aos4Ventos | Guaraqueçaba: como chegar e o que...
aos4ventos.com.br



A História de Guaraqueçaba até Século XIX - L...
portallitoralparana.com.br



Brasão e Bandeira do Municíp...
mbi.com.br



Terrenos em condomínio fechado à venda em ...
chavesnmao.com.br



Estação Ecológica de Guaraqueçaba - Guaraqueçaba, ...
travel.sygic.com



Cachoeira da Pedra Branca - Itaqui - Guaraqueçaba - ...
youtube.com



Chuva causa estragos, alaga ruas e pessoas andam ...
g1.globo.com



Barco Friends que faz a linha para Guaraqueçaba...
folhadolitoral.com.br



Guaraqueçaba, conheça este paraíso escondid...
meleviajar.com.br



Barcos para Guaraqueçaba | Guaraqueçaba - ...
venhaconhecerguaraqueçaba.com.br

Pesquisas relacionadas

- ilha das peças
- guaraqueçaba fotos
- paranaguá



Pre Wedding em Guaraqueçaba - PR - T...
verobruno.com.br



Guaraqueçaba (Paraná, Brasil) - P...
ecoturismoventura.com.br



Guaraqueçaba: trilhas, cachoeiras ...
viajocomfilhos.com.br


























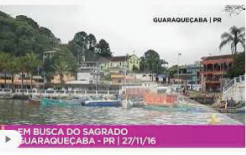



Estrada para Guaraqueçaba
pousadafordasserra.com



LOTE 7 - TERRENO - GUARAQUEÇA...
administracao.pr.gov.br

Sistema ProPesqWEB - versão 1.0
propesq.pr.fundepag.br

 <p>Sanepar coleta 200 quilos de lixo em Guaraqueçaba. aen.pr.gov.br</p>	 <p>Praias - Praias de Guaraqueçaba. praias.com.br</p>	 <p>Protocolo de Consulta aos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Caçaras de Guaraqueçaba, PR. observatorio.direitosocioambiental.org</p>	 <p>Guaraqueçaba é reduto da natureza entre Paraná e São Paulo. enjoytrip.com.br</p>	 <p>Guaraqueçaba: como curtir. viagali.com.br</p>	 <p>Serra Negra - Guaraqueçaba. facebook.com</p>
 <p>Guaraqueçaba - Desciclopédia. desciclopedia.org</p>	 <p>Hospedagem - Guaraqueçaba - PR - Guia de Turismo. guiadoturismobrasil.com</p>	 <p>Conheça uma das reservas naturais de Guaraqueçaba. g1.globo.com</p>	 <p>Pousada em Guaraqueçaba. pousadaemguaraquecaba.com.br</p>	 <p>Defesa Civil alerta para pontos de inundação. tvcil.com.br</p>	 <p>Fotos de Guaraqueçaba: Imagens e fotografias. minube.pt</p>
 <p>Bombeiros sobrevoam região de Taguaçu. pmp.pr.gov.br</p>	 <p>Chácara em Guaraqueçaba 22 alqueires. pr.mgimoveis.com.br</p>	 <p>Guaraqueçaba - Pier apontando para o mar. mapio.net</p>	 <p>Igreja Bom Jesus dos Reis. tripadvisor.com.br</p>	<div data-bbox="1002 712 1204 902"><p>Pesquisas em alta</p><ul style="list-style-type: none">ilha de guaraqueçabaguaraqueçaba praiaestrada de guaraqueçaba</div>  <p>Zero grau com geada no litoral do Paraná e 70% de umidade. tribunapr.uol.com.br</p>	
 <p>GUARAQUEÇABA: MAPA DE GUARAQUEÇABA informativo-nossopixirum.blogspot.com</p>	 <p>Lotes/Terrenos à venda em Guaraqueçaba. vivareal.com.br</p>	 <p>Horários de Barcos para Guaraqueçaba Nosso Litoral. nossolitoral.info</p>	 <p>Guaraqueçaba - Um pedacinho do paraíso. trilhaseaventuras.com.br</p>	 <p>Moradores de distrito rural de Guaraqueçaba. seguranca.pr.gov.br</p>	
 <p>Natureza Brasileira - Banco de Imagens Banco de Imagens. naturezabrasileira.com.br</p>	 <p>Guaraqueçaba, conheça este paraíso. meleviavjar.com.br</p>	 <p>Governador Ratinho Júnior lança estudo para o litoral. folhadolitoral.com.br</p>	 <p>EM BUSCA DO SAGRADO NAVEGANTES GUARAQUEÇABA - PR 27/11/16. youtube.com</p>	 <p>Esec de Guaraqueçaba, litoral do Paraná. Conheça! marsemfim.com.br</p>	